

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE
LINHA DE PESQUISA: PLURALIDADE, IDENTIDADE E ENSINO

DAIANE FRANCIELE MORAIS DE QUADROS

**DISCURSO E PODER: UM OLHAR ACERCA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS
NA UEPG EM 2013**

PONTA GROSSA- PR

2017

DAIANE FRANCIÉLE MORAIS DE QUADROS

**DISCURSO E PODER: UM OLHAR ACERCA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS
NA UEPG EM 2013**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de mestre junto ao Programa de Pós-Graduação *Strictu-Sensu* em Estudos da Linguagem, área de concentração Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Linha de Pesquisa: Pluralidade, Identidade e Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Ione da Silva Jovino.

PONTA GROSSA- PR

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Q1 Quadros, Daiane Franciele Morais de
Discurso e poder: um olhar acerca das
ações afirmativas na UEPG em 2013/ Daiane
Franciele Morais de Quadros. Ponta Grossa,
2017.

231f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da
Linguagem - Área de Concentração:
Linguagem, Identidade e Subjetividade),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ione da Silva
Jovino.

1.Ações Afirmativas. 2.Análise Crítica
do Discurso. 3.Política de cotas.
4.Resolução UNIV N°17 de 09 de dezembro de
2013. 5.Universidade Estadual de Ponta
Grossa. I.Jovino, Ione da Silva. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Estudos da Linguagem. III. T.

CDD: 401.41

DAIANE FRANCIELE MORAIS DE QUADROS

**DISCURSO E PODER: UM OLHAR ACERCA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS
NA UEPG EM 2013**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito de avaliação, para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 08 de maio de 2017.

Profa. Dra. Ione da Silva Jovino (UEPG)

Orientadora

Profa. Dra. Maria Nilza da Silva (UEL)

Membro Efetivo Externo

Profa. Dra. Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG)

Membro Efetivo Interno

Dedico este trabalho e seus frutos, primeiramente a Deus, que sempre me abençoou. Aos meus pais, que apesar dos poucos recursos investiram em mim. Porque, sempre acreditaram em minhas capacidades. E homenageio a todas as pessoas, que em 2013 lutaram pelas cotas na UEPG.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me ajudou a vencer os desafios da vida.

À Nossa Senhora do Bom Sucesso e a todos os anjos, santos, santas de Deus, que sempre abençoaram os meus sonhos e garantiram o sucesso deste trabalho.

À minha família, pelo apoio e compreensão durante esta etapa no mestrado.

Agradeço ao seu Jorge e a dona Zilda, que desde que nasci, sempre me apoiaram em tudo. Principalmente nos meus estudos.

Ao meu irmão Roger, por me ajudar com o transporte nas viagens para os congressos.

Ao Romário por ter aparecido na minha vida. Pelo amor, carinho, amizade, companheirismo, compreensão, pelo apoio nesta etapa final do mestrado e por me socorrer quando meu computador estragou.

Aos meus amigos de quatro patas, principalmente às minhas felinas, que de mansinho vinham me fazer sorrir e amenizavam o meu estresse.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas de curso. Pela parceria e amizade durante esta jornada. Sou grata, principalmente ao Renan Fagundes, pela amizade. Por sempre me socorrer durante as atividades do mestrado, e pela parceria durante o estágio obrigatório.

À Marivete, Michele, Alexandra e Suzimara pela amizade, companheirismo e auxílio durante o curso. Nas viagens para os eventos, congressos e partilha, enquanto trabalhávamos com o processo ligado ao Comitê de Ética em Pesquisa da CAPES. Pois, só quem já passou por isto, sabe o quanto este processo é estressante!

Agradeço à Ronicéia Solak, pela grande amizade que criamos desde o primeiro semestre do curso, durante a disciplina da professora Aparecida. Pela motivação e pelas viagens que fizemos juntas, para as apresentações nos eventos. À Mariele de Cássia, pela motivação, apoio e amizade desde a época da graduação, que com certeza é uma amizade que levarei para o resto da vida.

Agradeço de modo especial, à professora Ligia Paula Couto e ao projeto PIBID de Espanhol. Por terem me preparado para a vida acadêmica e para a docência. Porque, sem essas pessoas, eu jamais teria acesso a tantas oportunidades, e muito menos ingressaria no mestrado.

Sou muito grata à minha orientadora Professora Ione da Silva Jovino, por ter feito parte de minha formação acadêmica. Pela paciência, compreensão, pelo apoio durante o desenvolvimento deste projeto de mestrado. Por ter aceitado me orientar nesta pesquisa.

Agradeço à Professora Aparecida de Jesus Ferreira, pelas excelentes contribuições durante o mestrado. Por ter aceitado o convite de ser membro da banca e pelas sugestões enriquecedoras para este projeto.

Agradeço a todas as Professoras e Professor, com quem tive a oportunidade e o prazer de estudar e conviver durante minha formação no mestrado. Pois, tirei excelentes lições para minha carreira profissional, acadêmica e vida pessoal.

À Vilma, que é a secretária do Mestrando em Estudos da Linguagem da UEPG. Pela eficiência, prontidão e gentileza com que atende a todos, na hora de resolver os assuntos administrativos.

Agradeço à Professora Maria Nilza, por também ter aceitado ser membro da banca. Vindo de longe só para avaliar e participar da defesa. Também sou bastante grata, por suas ótimas contribuições, que me auxiliaram muito na hora de concluir este trabalho.

Agradeço à bibliotecária Ângela Maria de Oliveira, que trabalha no campus da UEPG central. Por ter praticamente me ensinado a elaborar referências bibliográficas. Pela atenção e assistência na hora de corrigir a formatação, padronização das normas da ABNT no meu texto.

Agradeço à Secretaria Geral dos Conselhos da UEPG, pela prontidão e colaboração em me receber no seu espaço. Durante meses, para que eu pudesse realizar este trabalho. Por terem me fornecido os arquivos, que precisei para desenvolver esta pesquisa.

Agradeço de modo especial à Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por ter colaborado conosco de todas as formas. Assim, permitindo que eu desenvolvesse esta pesquisa sobre nossa instituição.

Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro, através da bolsa de estudos e incentivo à pesquisa, que favoreceu muito a concretização deste trabalho.

“(…)
cota é só a gota
meta de quem pagou e paga
desmedido preço de viver imposto
e agora exige
seu direito a voto
na partição do bolo.
é só a gota
de um mar de dívidas
contraídas
pelos que sempre tornaram gorda a sua
cota
cota é só a gota afrouxando botas
de um exército
para o exercício da equidade
cota não reforça derrota
equilibra
entre ponto de partida
e ponto de chegada
a vitória coletiva
reinventada.”

(Luiz Silva-Cuti, 2007)

RESUMO

Será apresentada através desta dissertação, a pesquisa de mestrado iniciada no primeiro semestre de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Cujo objetivo principal consiste em analisar os discursos e encaminhamentos presentes nos embates, que resultaram na Resolução UNIV. N° 17 de 9 de dezembro de 2013 da UEPG. Os objetivos secundários consistem em contextualizar a elaboração da atual resolução, através de investigações das articulações e manifestações, que contribuíram para que os Movimentos Sociais fossem ouvidos durante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário, que ocorreu no final do ano de 2013. Por último, analisaremos o desdobramento da atual resolução, a cartilha informativa sobre as políticas de cotas na UEPG. Para este fim, na fundamentação epistemológica, discutiremos sobre a temática das políticas de cotas, através do eixo teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD), baseando-nos em Fairclough (2005 e 2008), Van Dijk (2001, 2008 e 2005), Magalhães (2005), Ottoni (2007), Pereira (2011), Sales (2012), Resende e Ramalho (2005), Pagano e Magalhães (2005) e Marcuschi (2008). Também refletiremos sobre a relação entre discurso e poder dentro de um sistema social de desigualdade racial, pautando-nos em: Van Dijk (2001, 2008 e 2010), Muniz (2009), Oliveira (2006), Moita Lopes (2013), Rivas e Diez (2014) e Blommaert (2006). A metodologia impregnada foi de base qualitativa, a qual também envolveu Estudo de Caso, Pesquisa Documental e ACD. Desta maneira, apresentaremos as análises que realizamos em diferentes tipos de textos que registraram o Conselho Universitário de 2013. Em nossas considerações, apresentamos algumas conclusões baseadas em tudo o que discutimos durante nossas reflexões teóricas, onde avaliamos a trajetória que a presente pesquisa seguiu até então, junto com algumas considerações acerca dos resultados obtidos.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Análise Crítica do Discurso. Política de cotas. Resolução UNIV N°17 de 09 de dezembro de 2013. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ABSTRACT

It will be introduced through this dissertation, the research of the master program started in the first semester of 2015, in the Postgraduate Programs of the Language Studies, of the State University of Ponta Grossa (UEPG). Which key objective consists in analyzing the discourses and directions present, in the follow Resolution UNIV. N° 17 of 19th, December 2013 of the UEPG. The supporting objectives consists on the contextualization and elaboration of the current resolution, through investigations of demonstrations that contributed for the social movements to be heard at the meeting of the Conference of Education, Research and Extension and the University, that happened by the end of 2013. In conclusion, we will analyze what followed the current resolution, the introductory textbook about quotas at UEPG. To do so, in the epistemology we will discuss about the theme of quotas through the theoretical and methodological axis of the Critical Analysis of Discourse (CDA), based in Fairclough (2005 and 2008), Van Dijk (2001, 2008 and 2005), Magalhães (2005), Ottoni (2007), Pereira (2011), Sales (2012), Resende and Ramalho (2005), Pagano and Magalhães (2005) and Marcuschi (2008). Also, we will be reflecting about the relation between discourse and power within a social system of the racial inequality based in, Van Dijk (2001, 2008 and 2010), Muniz (2009), Oliveira (2006), Moita Lopes (2013), Rivas and Diez (2014) and Blommaert (2006). The impregnated methodology was of qualitative base, which also implicated in Case Study, Documentary Research and CDA. By this mean, we will be introducing the analysis that we realized in different kind of texts that registered the the University Conference of 2013. In our considerations, we introduced some based conclusions in all that was discussed during our theoretical reflections, where we evaluate the trajectory that the present research followed until then, along with some conclusions of the obtained results.

Keywords: Affirmative Actions. Critical Analysis of Discourse. Politic of quotas. Resolution UNIV. N° 17 of 09th, December, 2013. State University of Ponta Grossa.

RESUMEN

Será presentada a través de esta disertación, la investigación de maestría iniciada en el primer semestre de 2015, en el curso de Postgrado en Estudios del Lenguaje, en la Universidad Estatal de Ponta Grossa (UEPG). Cuyo objetivo principal consiste en analizar los discursos y procedimientos presentes en los embates, que resultaron en la Resolución UNIV. N°17 de 9 de diciembre de 2013 de UEPG. Los objetivos secundarios consisten en contextualizar la elaboración de la actual resolución, a través de investigaciones de las manifestaciones que contribuyeron para que los movimientos sociales fueran oídos mientras el Consejo de Enseñanza, Investigación y Extensión y del Universitario que ocurrió al final del año de 2013. Por último, analizaremos el desdoblamiento de la actual resolución, el manual informativo a cerca de las políticas de cuotas en UEPG. Para este fin, en la fundamentación epistemológica discutiremos sobre la temática de las políticas de cuotas a través de la perspectiva teórico-metodológico del Análisis Crítico del Discurso (ACD), basándonos en Fairclough (2005 y 2008), Van Dijk (2001, 2008 y 2005), Magalhães (2005), Ottoni (2007), Pereira (2011), Sales (2012), Resende y Ramalho (2005), Pagano y Magalhães (2005) y Marcuschi (2008). También reflexionaremos a cerca de la relación entre discurso y poder dentro de un sistema social de desigualdad racial basándonos en, Van Dijk (2001, 2008 y 2010), Muniz (2009), Oliveira (2006), Moita Lopes (2013), Rivas y Diez (2014) y Blommaert (2006). La metodología impregnada fue de base cualitativa, la cual también envolvió Estudio de Caso, Investigación Documental y ACD. En nuestras consideraciones, presentamos algunas conclusiones basadas en todo lo que discutimos mientras nuestras reflexiones teóricas, dónde evaluamos la trayectoria que la presente investigación siguió hasta ahora, junto con algunas consideraciones acerca de los resultados obtenidos.

Palabras clave: Acciones Afirmativas. Análisis Crítico del Discurso. Políticas de Cuotas. Resolución UNIV. N°17 de 09 de diciembre de 2013. Universidad Estatal de Ponta Grossa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Panfleto de divulgação da última reunião do COU ocorrida em 02/12/2013.....	113
FIGURA 02: Manifestante momentos antes da reunião do dia 02 de dezembro de 2013.....	118
FIGURA 03: Faixa estendida em frente ao prédio da reitoria da UEPG.....	119
FIGURA 04: Estudantes da UEPG escrevendo um cartaz.....	100
FIGURA 05: Grupo de estudantes da UEPG em frente estendendo faixas e segurando cartazes	121
FIGURA 06: Imagem dos nove primeiros segundos do Vídeo 01.....	125
FIGURA 07: Um casal de manifestantes produzindo um cartaz durante o ato de oposição a decisão do COU (2013)	107
FIGURA 08: Faixa estendida pelos Movimentos Sociais e comunidade estudantil em frente ao prédio da Reitoria da UEPG no dia 02/12/2013.....	129
FIGURA 09: Representante do Movimento Estudantil.....	131
FIGURA 10: Representante do MST.....	132
FIGURA 11: Representante 02 do Movimento Estudantil.....	134
FIGURA 12: Representante do NUREGS-UEPG.....	136
FIGURA 13: Capa da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas publicada pela UEPG no ano de 2015.....	177
FIGURA 14: Figura da primeira página da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas publicada pela UEPG em 2015.....	179
FIGURA 15: Ilustração do trecho da primeira versão da cartinha informativa sobre cotas da UEPG, em que a personagem da professora explica o conceito de ações afirmativas.....	180
FIGURA 16: Ilustração do diálogo dos alunos com a professora durante a HQ presente na primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG.....	182
FIGURA 17: Trecho da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas onde os personagens dialogam sobre a atual resolução da lei de cotas na UEPG.....	184
FIGURA 18: Ilustração de um personagem negro na primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG.....	185

FIGURA 19: Trecho da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG, onde é discutido sobre questões de identidade negra.....	186
FIGURA 20: Continuação do trecho da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG, em que é discutido sobre questões de identidade negra e afro-brasileira.....	188
FIGURA 21: Trecho da situação criada na primeira versão da cartilha informativa para explicar o conceito de fenótipo.....	189
FIGURA 22: Trecho da cartilha informativa em que um dos alunos agradece a personagem da professora pelas informações prestadas e demonstra compreender alguma coisa.....	190
FIGURA 23: Capa da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas na UEPG, reelaborada e publicada em abril de 2016.....	192
FIGURA 24: Exemplos de trechos da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas na UEPG que enfatizam as relações de gênero.....	195
FIGURA 25: Apresentação do ambiente escolar e introdução da história em quadrinhos da segunda versão da cartilha informativa publicada pela UEPG em 2016.....	196
FIGURA 26: Diálogo inicial entre os personagens da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG lançada em 2016.....	198
FIGURA 27: Exemplos de trechos de utilização de gírias e expressões rotineiras na segunda versão da cartilha informativa.....	199
FIGURA 28: Conversa sobre a definição do conceito de Ações Afirmativas na segunda versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG.....	201
FIGURA 29: Trecho da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas, momento em que um dos personagens discute sobre o assunto da autodeclaração nos processos seletivos da UEPG.....	202
FIGURA 30: Resumo histórico sobre como foi a conquista da implantação das políticas de cotas na UEPG.....	203

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1- Teses e dissertações relacionadas ao tema ações afirmativas.....	71
QUADRO 2- Teses e dissertações relacionadas ao tema Ações Afirmativas Linguagem.....	80
QUADRO 3- Teses e dissertações relacionados ao tema Ações Afirmativas UEPG.....	82
QUADRO 4- Documentos a serem analisados.....	94
QUADRO 5- CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO: baseada em SCHNACK, C. M,; PISONI, T. D. OSTERMANN, A. C.....	107
TABELA 1- UEPG: Acréscimos nos números de vagas reservadas aos candidatos negros e estudantes oriundos das escolas públicas entre 2007 a 2014.....	48

LISTA DE SIGLAS

- ABNT-** Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABPN-** Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
- ACD-** Análise Crítica do Discurso
- AD-** Análise do Discurso
- ADC-** Análise do Discurso Crítica
- ANDES- SN-** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- CAOE-** Centro de Auxílio e Orientação ao Estudante
- CAPES-** Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCN-** Centro de Convivência Negra
- CEPE-** Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- COEP-** Comissão de Ética em Pesquisa
- COU-** Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e do Universitário
- CPA-** Comissão Própria de Avaliação
- DF-** Distrito Federal
- ECD-** Estudos Críticos do Discurso
- EDUSOPARANA-** II Encontro de Educação Social do Paraná e IV Encontro de Comunicação e Educação de Ponta Grossa
- GELCI-** Grupo de Pesquisa sobre Linguagens, Culturas e Identidades
- GEMAA-** Grupo de Estudos Disciplinares da Ação Afirmativa
- GTAA-** Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas
- HQ-** História em Quadrinhos
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
- IDH-** Índice de Desenvolvimento Humano
- LC-** Linguística Crítica
- LGBT-** Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- LSF-** Linguística Sistemico Funcional
- MEC-** Ministério da Educação
- MG-** Minas Gerais
- MST-** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NEAB-** Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
- NEABI-** Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

NUREGS- Núcleo de Relações Étnico Raciais, Gênero e Sexualidade
PEC- Proposta de Emenda Constitucional
PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PR- Paraná
PROJUR- Procuradoria Jurídica
PROVIC- Projeto Voluntário de Iniciação Científica
PSS- Processo Seletivo Seriado
PUC- Pontifícia Universidade Católica
RJ- Rio de Janeiro
RS- Rio Grande do Sul
SEGECON- Secretaria Geral dos Conselhos
SINDUEPG- Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa
SP- São Paulo
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC- Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL- Universidade Estadual de Londrina
UEMS- Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul
UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UFMA- Universidade Federal do Maranhão
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto
UFPR- Universidade Federal do Paraná
UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unb- Universidade de Brasília
UNEB- Universidade do Estado da Bahia
UNESP- Universidade Estadual Paulista
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas
USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	22
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E SEU OBJETO DE ESTUDO	28
1.1 O processo de implementação das ações afirmativas no Brasil.....	28
1.2 Alguns dados atuais sobre as relações raciais no Brasil.....	36
1.3 As primeiras universidades paranaenses que aderiram ao sistema de cotas.....	41
1.4 O sistema de cotas na UEPG.....	45
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	55
2.1 Análise Crítica do Discurso como fundamento teórico-metodológico.....	55
2.2 Discurso e poder dentro de um sistema social de desigualdade racial.....	62
3. REVISÃO DE LITERATURA	68
4. A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA	87
4.1 Abordagem metodológica qualitativa.....	88
4.2 A ênfase no estudo de caso.....	90
4.3 Modalidade metodológica da pesquisa documental.....	92
4.4 Análise Crítica do Discurso perspectiva metodológica e proposta de análise.....	95
4.5 O processo de construção da metodologia e instrumentos para geração de dados.....	102
5. ANÁLISES DE DIFERENTES REGISTROS DAS REUNIÕES COU DE 2013	111
5.1 O panfleto de divulgação de uma das reuniões do COU de 2013.....	112
5.2 A introdução ao texto jornalístico escrito através das fotografias.....	117
5.3 ACD perspectiva de análise aplicada no texto áudio visual.....	123
5.4 Algumas considerações sobre os textos analisados.....	137
6. O QUE FOI DITO DURANTE AS REUNIÕES DO COU DE 2013: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS	139
6.1 A apresentação da proposta.....	141
6.2 Discursos de desconstrução da proposta.....	153
6.3 Discursos de articulação e reconstrução da proposta.....	160

6.4 Algumas considerações acerca dos discursos analisados.....	172
7. CONSEQUÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS: A CARTILHA INFORMATIVA	176
7.1 Análise da primeira versão (2015)	177
7.2 Análise da segunda versão (2016)	192
7.3 Algumas considerações acerca das duas versões.....	203
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	205
REFERÊNCIAS.....	211
ANEXO A- Resolução UNIV N° 9 de dezembro de 2006.....	221
ANEXO B- Resolução UNIV N° 17 de 09 de dezembro de 2013.....	224
ANEXO C- Termo de Aprovação do projeto emitido pela COEP da UEPG.....	227

APRESENTAÇÃO

Para começar a apresentação desta pesquisa. Começo explicando aos futuros leitores, que além dos agradecimentos, este é o único momento da dissertação, que falo em primeira pessoa do singular. Visto, que partir da introdução até o final desta monografia, optei por descrever a trajetória do desenvolvimento deste trabalho, em primeira pessoa do plural. Não que eu veja algo de errado, na opção de alguns pesquisadores da área de Humanas, que em suas produções acadêmicas, se expressam em primeira pessoa do singular. Muito pelo contrário, admiro muito esta atitude, ousadia de alguns autores. Acredito que esta postura, como estratégia linguística e discursiva, é um gesto de empoderamento e apropriação de autoridade, para discutir tantos assuntos abordados em diversas teses e dissertações. Principalmente, temas relacionados à classe, raça, etnia, gênero e sexualidade.

Optei pela voz coletiva, porque, me sinto mais à vontade ao me expressar desta maneira. Por conta da complexidade do tema que abordo; pelo formato que o projeto adquiriu. Principalmente, pois, eu não poderia deixar de reconhecer e destacar, que não desenvolvi este trabalho sozinha. Uma vez, que esta pesquisa é fruto de um intenso trabalho, que desenvolvi junto com minha orientadora, professora Ione da Silva Jovino. Da formação e capacitação, que recebi pelo Núcleo de Relações Étnico Raciais, Gênero e Sexualidade (NUREGS) da UEPG. Reconheço, que sem a presença do NUREGS na instituição. Jamais haveria o desenvolvimento de pesquisas científicas equivalentes a que nós desenvolvemos, que abordam a temática das relações raciais no Brasil e nas universidades.

Este núcleo trabalha em parceria com o Mestrado em Estudos da Linguagem, o qual também me capacitou bastante durante minha trajetória acadêmica. Por intermédio das Professoras e Professor, com quem tive a oportunidade e o prazer de conviver durante o desenvolvimento desta pesquisa. Portanto, considero este trabalho não como sendo meu, mas como nosso. Espero que esta pesquisa proporcione um bom retorno para a UEPG, e traga contribuições enriquecedoras, para os estudos desenvolvidos sobre discurso, sociedade e ações afirmativas nas universidades públicas.

Sei que o tópico da “Apresentação”, nas monografias não é um item obrigatório. Mas, vejo neste tópico uma boa oportunidade, para expor um pouco mais sobre quais foram os principais fatores, que despertaram em mim o interesse por abordar a temática

das políticas de ações afirmativas. Enfatizando as cotas raciais e sociais na UEPG, pela perspectiva da linguagem. Aliás, este é o primeiro trabalho desenvolvido nesta universidade, que elenca a tais questões na própria instituição, através do viés teórico da Análise do Discurso.

Tudo começou desde a época de minha infância e adolescência. Pois, a minha vida inteira estudei em escolas públicas. Antes de eu ingressar na educação básica, os meus pais. Apesar de só terem até a 4º série do ensino fundamental, sempre me motivaram a estudar. Lembro-me, que nas séries iniciais do ensino fundamental. Depois que eu chegava da escola, minha mãe sempre revisava comigo os conteúdos das aulas. Esta atitude me auxiliou bastante no meu desempenho escolar. Os anos se passaram, tive que ser transferida para um colégio da rede pública de ensino, localizado na periferia da cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná. Esta escola está localizada em um bairro vizinho de onde eu morava.

Chegando lá, me deparei com casos sérios de indisciplina nas salas de aula. Conseqüentemente, professores que se demonstravam despreparados para lidar com aquela situação. Este fato resultou em situações constrangedoras, que envolveu eu e meus colegas de classe. Pois, tanto os alunos indisciplinados, como os estudantes, que não eram tão indisciplinados assim, ouviam alguns tipos de discursos, como: “você nunca serão alguém na vida.”; “não vão conseguir passar em um vestibular! ”; “a universidade é feita somente para quem estudou em escola particular, porque lá. Desde cedo, eles são preparados para a vida acadêmica.”; “não adianta ensinar vocês a preencher o gabarito da prova do vestibular! Vocês não vão passar mesmo! ”.

Sei que a situação da educação, em nosso país encontra-se bastante precária. Considerando que não é nada fácil para os professores, que não recebem um salário justo. Todos os dias, às vezes, trabalham em várias escolas diferentes. Enfrentam longas e estressantes jornadas de trabalho, de 40 até 60 horas semanais. E apesar de diversos problemas, dentre eles, a indisciplina na sala de aula. Muitos destes profissionais, como verdadeiros heróis. Conseguem lecionar em turmas de escolas públicas superlotadas, com mais de 50 alunos.

Porque, da mesma forma, que encontrei profissionais da educação básica, que me desmotivavam. Também encontrei outros professores, que gostavam verdadeiramente da profissão. Eram comprometidos com a ética profissional. Apesar de todos os problemas

enfrentados na sala de aula, eles nunca desistiram dos seus alunos. Tanto é, que foi graças a eles. Que para mim foram verdadeiros bons exemplos, que eu escolhi me tornar professora. Consegui ingressar na universidade e hoje concluí o meu mestrado.

Portanto, por mais que a situação seja tão difícil para a educação no Brasil. Este contexto que apresentei anteriormente. Não é motivo para “alguns professores” se tornarem preconceituosos e “generalizar”, que todos os estudantes de escolas públicas não são comprometidos com os estudos. Não querem um dia conseguir um diploma de curso superior. Logo, por exemplo, não merecem uma oportunidade de ingressar numa universidade pública. Porque, não possuem capacidades para almejar tanto.

Eu como testemunha desta situação. Cada vez, que tentei passar numa prova de vestibular. Fui prejudicada por estes tipos de discursos de desmotivação e pelas ideologias propagadas através deles. Porque, os professores que lecionavam na minha escola. Uma vez, que acreditavam que nós não tínhamos o direito de passar num concurso de vestibular. Pois, a universidade era um espaço, que deveria ser ocupado somente pela elite branca, que passou pelos bancos de instituições de ensino particulares.

Automaticamente, os professores não se sentiam motivados, estimulados e não nos preparavam devidamente. Para sermos aprovados numa prova de vestibular, e muito menos ingressar num curso de nível superior. Apesar de toda a repercussão e influência dos discursos, que ouvi praticamente durante toda a minha trajetória na educação básica. Não permiti que tais influências me imobilizassem. Não desisti facilmente do meu sonho de um dia ingressar em um curso de graduação, numa universidade pública.

Porque, foi a partir destas experiências de vida. Que me dei conta da existência de poderes ocultos dos discursos. Que possuem a capacidade de abalar as mais profundas estruturas da sociedade e influenciar direta, ou indiretamente, na vida das pessoas. Por esta razão, quando elaborei meu projeto de mestrado. Optei pelo desafio de estudar e pesquisar mais profundamente sobre a Análise do Discurso. Que posteriormente, me encaminhou para a Análise Crítica do Discurso.

Vale ressaltar, que apesar de eu não ser negra. Foi durante toda a minha trajetória pela educação básica. Que me dei conta da existência da “sutil” discriminação do sistema educacional, para com os estudantes negros nas escolas. Tal aspecto, que irei abordar mais detalhadamente no primeiro capítulo deste trabalho. Também, me dei conta, de que

existe preconceito de classe social. Pois, percebi que a própria sociedade contemporânea é preconceituosa com a escola pública no Brasil.

Durante dois anos estudei sozinha para o vestibular e praticamente refiz todo o ensino médio. Também fui buscar orientação e informações sobre como funciona o sistema de ingresso e permanência nas universidades. Ou melhor, comecei a me apropriar do chamado letramento acadêmico. Por intermédio de outros lugares, antes e depois de meu ingresso na graduação. Visto, que escola não foi o suficiente para me fornecer as respostas que eu precisava.

Foi a partir daí, que as ações afirmativas entraram em minha vida, no formato de cota social. Porque, após tantas tentativas frustradas, finalmente no segundo vestibular de 2010 da UEPG. Através do sistema de cotas, para estudantes oriundos das escolas públicas. Consegui ingressar no curso de Licenciatura em Letras Português Espanhol.

Durante a graduação, muitas portas se abriram para mim. Pois, no meu segundo ano no curso de Letras, tive a oportunidade de participar como bolsista de um projeto de extensão, chamado Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no curso de Letras Espanhol. Minha permanência neste projeto, me proporcionou experiências incríveis, através da convivência com tantos adolescentes de escolas públicas, que sonhavam com um futuro melhor. Assim como eu fui um dia. Isto fez com que eu me apaixonasse pela docência e pela pesquisa.

Sou muito grata a este projeto, às coordenadoras, professora Ligia Paula Couto, professora Ione, que posteriormente foi minha orientadora no mestrado; às professoras supervisoras do projeto, professora Daniela, professora Elisabete e professora Karine. Que foram excelentes profissionais, com quem tive o prazer de conviver e aprender bastante. Porque, elas, os outros bolsistas e o projeto, como um todo, tiraram as vendas dos meus olhos, e me provaram que é possível, sim, promover um ensino e educação de qualidade na escola pública, para aqueles que querem e buscam isso.

Assim que entrei no projeto PIBID. Também iniciei um Projeto de Pesquisa Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC), sob orientação da professora Ligia, cuja principal temática era voltada ao campo da Pedagogia Universitária. No ano de 2014, aquela pesquisa virou um trabalho de conclusão de curso (TCC). Seu objetivo principal consistia em abordar a problemática da evasão discente no contexto da UEPG.

Desta forma, o interesse por desenvolver esta investigação. De certa maneira, influenciou na motivação que originou a pesquisa, que será retratada através desta dissertação de mestrado. Porque, foi através do exercício que desenvolvi na pesquisa anterior, do olhar crítico e reflexivo, para problemas e questões que formam parte de nosso contexto universitário. É que percebi a importância da problematização de tais questões, que são pouco discutidas. Principalmente no campo dos Estudos da Linguagem.

Problemáticas estas, como: evasão discente; relações raciais no espaço acadêmico; questões de gênero e classe; políticas de cotas; ingresso/permanência estudantil; identidade docente no ensino superior e etc. Por fim, após esta breve apresentação de minha trajetória acadêmica, de minha motivação, estímulo e das origens da presente pesquisa. No próximo item deste trabalho, introduzo o contexto no qual se desenvolveu este projeto de mestrado e a estrutura da dissertação.

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, quando o projeto de pesquisa anterior estava na metade de seu desenvolvimento. Chegou o período em que a UEPG precisava rever, reelaborar e decidir sobre como seria dali por diante o futuro das políticas de cotas na instituição. Para esta finalidade, a universidade proveu algumas reuniões, nas quais culminou na decisão da retirada das cotas na instituição. Após intensas reivindicações o Conselho Universitário volta atrás e reestabelece a política de cotas na UEPG. Contudo, antes de entrarmos nesta situação, que é nosso foco e objeto de estudo. Faremos uma breve introdução sobre como foi a trajetória da implementação das políticas de cotas na universidade. A qual retomaremos mais profundamente no próximo capítulo, “Contextualização da pesquisa e seu objeto de estudo”.

Atualmente, completou 10 anos que a política de cotas na UEPG foi implementada, a partir da Resolução UNIV N° 9 de 26 de abril de 2006. A qual determinava, que 10% das vagas de cada curso de graduação, nos testes seletivos da instituição seriam destinados aos candidatos oriundos de instituições públicas de ensino. 5% das vagas, de cada curso, seriam reservadas aos candidatos negros, também oriundos de escolas públicas. Após 8 anos, tal resolução novamente precisava ser revista e avaliada dentro de um processo que envolveu vários meses. No qual, a instituição se mobilizou para rever e decidir sobre o futuro das políticas de cotas na UEPG.

Até que na reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário (COU), que ocorreu no dia 25 de novembro de 2013, foi aprovada uma proposta, para uma nova resolução. A qual reduziria o número de vagas para estudantes de instituições públicas de ensino e eliminava as vagas reservadas aos estudantes negros advindos das escolas públicas, em todos os cursos de graduação presenciais da UEPG. O novo projeto de lei da instituição entraria em vigência a partir do ano de 2014.

A decisão dos Conselheiros gerou oposição e inúmeras manifestações, por parte da comunidade acadêmica, como: o NUREGS da UEPG. Principal entidade vinculada à instituição, que orquestrou a mobilização e as manifestações do corpo discente, movimento estudantil, professores, funcionários, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDIUEPG) e os Movimentos Sociais, como o Movimento Negro da região de Ponta Grossa.

Após tais reivindicações, o processo volta à pauta e no dia 02 de dezembro de 2013, houve uma nova assembleia do Conselho Universitário, que contou com a participação dos manifestantes e da comunidade acadêmica em geral. Depois de longas horas e intensos debates, houve a aprovação de uma nova proposta, que se tornou a Resolução UNIV N°17 de 09 de dezembro de 2013. A qual instaurava a manutenção das políticas de cotas nos processos seletivos de vestibular e PSS (Processo Seletivo Seriado) da UEPG. Este processo estipulava, que 40% das vagas eram destinadas aos candidatos oriundos de escolas públicas e 10% aos estudantes negros também provenientes da rede pública de ensino¹. Com eliminação da banca de constatação². Os outros 50% das vagas seriam destinadas à cota universal. A Resolução UNIV. N° 17/2013 foi oficializada na reunião do dia 09 de dezembro de 2013, e entrou em vigência a partir do ano de 2014.

Após o período de um ano, o novo sistema de cotas da UEPG teve consequências e novos desdobramentos. Pois, a partir das alterações realizadas nas políticas de cotas na instituição. Começaram a surgir novas demandas de investimento em informações e orientações aos candidatos, que aspiravam ingressar em cursos de graduação presenciais, através dos sistemas cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, ou pelas cotas para negros, também advindos de instituições da rede pública de ensino. Foi então, que a universidade decidiu elaborar uma cartilha informativa, sobre as regras para o ingresso através do sistema de cotas na UEPG. A cartilha informativa, a princípio, gerou polêmicas por conta da maneira que os conteúdos eram apresentados. Até que esta foi retirada de circulação, a fim de ser reelaborada. Após passar por algumas correções, este material foi reeditado e publicado, no início do ano de 2016.

A partir desta breve exposição, iniciamos a descrição desta pesquisa inicializada no primeiro semestre de 2015, no programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O presente estudo investigativo forma parte do projeto Discurso e Relações Raciais, que é um projeto coordenado pelo Professor Doutor Paulo Vinicius Batista da Silva, da Universidade Federal do Paraná

¹ Nos documentos oficiais da UEPG, como a nova resolução da lei de cotas e na ata das reuniões do Conselho Universitário. Esta distribuição de vagas aparece como sendo 50%, para a cota universal e 50% para as demais modalidades de cotas, que seria dividida em 40% para a cota social e 10% para a cota de negros.

² A banca de constatação foi eliminada do atual sistema de cotas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por influência do modelo de outras universidades públicas. Uma vez, que a proposição que deu origem à Resolução UNIV N° 17/2013, também promulgava que por conta de questões burocráticas, durante os testes seletivos, a UEPG também deveria aderir ao sistema de autodeclaração.

(UFPR), cujo objetivo principal, consiste em promover a integração de grupos de pesquisa como: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFPR, o NUREGS da UEPG e Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A fim de promover um estudo interdisciplinar, sobre relações raciais entre grupos negros (as) e brancos (as), enfatizando temas sobre discursos relacionados à mídia e política.

Esta pesquisa também forma parte do Grupo de Estudos sobre Linguagens, Culturas e Identidades (GELCI). Grupo filiado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que é coordenado por dois docentes da UFOP: a Professora Doutora Kassandra da Silva Muniz e o Professor Doutor Clézio Roberto Gonçalves. Este grupo é constituído por pesquisadores oriundos de diversas áreas das Ciências Humanas, na qual estão vinculadas instituições como a UFOP, UEPG e Universidade Federal da Bahia (UFB).

No segundo semestre de 2015, parte deste trabalho foi apresentado e publicado no primeiro evento promovido pelo GELCI. O IV Pensando Áfricas e suas diásporas, que ocorreu na UFOP, localizada na cidade de Mariana, Minas Gerais. Depois, apresentamos e publicamos este trabalho parcialmente em outros eventos, como: Seminário: Discursos, Linguagens e Relações Raciais, que ocorreu no primeiro semestre de 2016 na UEPG, e foi promovido pelo projeto Discurso e Relações Raciais; o 4º Encontro da Rede Sul Letras; XXIV Semana da Educação II Encontro de Educação Social do Paraná e IV Encontro de Comunicação e Educação de Ponta Grossa (EDUSOPARANA) e I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação.

O objetivo principal deste trabalho consiste em analisar os discursos e encaminhamentos presentes nos embates, que resultaram na Resolução UNIV. Nº 17/2013. Pois, a única indagação desta pesquisa é: quais foram os embates, encaminhamentos e desdobramentos, que resultaram Resolução UNIV. Nº 17 de 9 de dezembro de 2013 da UEPG? Para cumprir o desafio de contestar este questionamento, haverá outros objetivos secundários, como: contextualizar a elaboração da atual resolução; investigar as articulações e manifestações, que contribuíram para que os Movimentos Sociais fossem ouvidos na reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e do Universitário, que ocorreu do dia 25 de novembro a 09 de dezembro de 2013. Como último objetivo específico, pretendemos analisar a criação da cartilha

informativa sobre a política de cotas publicada pela UEPG no início do ano de 2016. A qual foi um desdobramento das reuniões do COU de 2013 e da atual resolução sobre as políticas de cotas na instituição. Visando cumprir a tais objetivos, a presente pesquisa está estruturada da seguinte maneira:

Antes de iniciarmos nossas discussões teóricas. No primeiro capítulo, contextualizamos este trabalho e seu objeto de estudo, através da construção de um panorama histórico do processo de implementação das ações afirmativas no Brasil, até chegar no histórico do estado do Paraná. Para construir este panorama, utilizamos como referencial teórico, os trabalhos de Santos (2007), Iensue (2009), Souza (2012), Carvalho (2005), Tragtemberg (2006 e 2010), Andrade (2010), Guimarães (1995), Nunes (2011), Prolo (2011), Norões (2011), Azevedo (2007), Teive (2006), Maciel (2009), Silva (2012), Silva (2009) e Plá (2009). Com base nos estudos desenvolvidos por Paixão et al. (2010), Tragtemberg (2006 e 2010), Muniz (2009), Gomes (2003), Machado Lázaro e Tavares (2013), Santana (2006), Artes e Ricoldi (2015), Silva e Rosemberg (2008), Brasil (2009) e Rosemberg e Madsen (2010), abordaremos um pouco sobre o atual contexto das relações raciais e das ações afirmativas no Brasil.

Neste mesmo capítulo, iniciamos a contextualização do processo de implementação do sistema de cotas para negros e estudantes oriundos de escolas públicas, no contexto da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Utilizando com respaldo teórico, os trabalhos de Souza (2012), Iensue (2009), Plá (2009), Glap et al. (2011), a ata das reuniões do COU de 2013 e as duas resoluções, que implementavam e regularizavam as políticas de cotas na UEPG. Estes últimos documentos que mencionamos, nos foram disponibilizadas pela própria universidade.

No segundo capítulo que integra este trabalho, buscamos situar as raízes teóricas da presente pesquisa, como advindas do campo dos Estudos da Linguagem. Na qual enfatizamos durante nossas reflexões epistemológicas, a abordagem da temática das ações afirmativas, pelo eixo teórico-metodológico sobre língua e semiose da Análise Crítica do Discurso. Pautando-nos em Fairclough (2005 e 2008), Van Dijk (2001, 2008 e 2005), Magalhães (2005), Ottoni (2007), Pereira (2011), Sales (2012), Resende e Ramalho (2005) e Pagano e Magalhães (2005). Também discutimos sobre discurso e poder dentro de um sistema social de desigualdade racial, respaldando-nos em Van Dijk

(2001, 2008 e 2010), Muniz (2009), Oliveira (2006), Moita Lopes (2013), Rivas e Diez (2014) e Blommaert (2006).

Desta forma, o quarto capítulo que compõem esta dissertação, corresponde à nossa revisão de literatura. Onde também explicitaremos algumas reflexões sobre a desconstrução do mito da democracia racial, através dos resultados de algumas pesquisas empíricas realizadas nos últimos dez anos, que promoveram uma profunda análise e avaliação da realidade das políticas de cotas em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras. Assim como os resultados dos trabalhos de Oliveira (2006), Nunes (2011), Teive (2006), Valentin (2012), Azevedo (2007), Souza (2012), Maciel (2009), Holanda (2008), Barcellos (2012) e Prolo (2011).

Após apresentar algumas destas discussões teóricas. Explicitaremos no capítulo que corresponde ao relato da construção de nossa metodologia, a abordagem de nossas experiências durante o desenvolvimento deste trabalho, que consistiram em aderir a uma perspectiva metodológica qualitativa, descritiva e interpretativa. Que nos direcionou a outras opções de metodologias, como: Estudo de Caso e Pesquisa Documental. Além da Análise Crítica do Discurso, a qual aderimos como nosso principal fundamento metodológico. Porque, nossos materiais de análise são memórias e registros do COU de 2013, tais como: gravações dos áudios, fotografias, panfleto, vídeo e as duas versões da cartilha informativa, sobre o funcionamento das políticas de cotas na instituição, cuja versão final foi publicada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, no início do ano de 2016.

Para analisarmos os dados levantados durante esta pesquisa. Compomos três capítulos, nos quais analisamos alguns textos da internet, os quais classificamos como oficiais e não oficiais da instituição, que registraram o COU de 2013. Desta maneira, o primeiro capítulo é composto pelas análises de diferentes registros das reuniões, como: o panfleto de divulgação da reunião do dia 02 de dezembro de 2013, que era um convite para a manifestação estudantil, em conjunto com o NUREGS e outros Movimentos Sociais. Tal material foi publicado no site do SINDUEPG. Também analisamos algumas fotografias, que contém cartazes e faixas, que foram distribuídos pela universidade, na reunião do dia 02 de dezembro. Estas fotografias também foram publicadas no site da instituição, algumas horas depois da reunião do Conselho Universitário. Estas imagens acompanhavam a um texto jornalístico.

Neste mesmo capítulo, também analisamos um texto áudio visual, que é um vídeo intitulado: “Ato em repúdio à decisão do Conselho Universitário da UEPG”, da autoria de Miranda (2013). O qual também registrou alguns momentos das ações e pronunciamentos de representantes do corpo estudantil, NUREGS, Movimentos Sociais, professores e funcionários, durante a reunião.

No próximo capítulo intitulado: “O que foi dito durante as reuniões do COU de 2013: uma análise das estratégias discursivas”, apresentamos as análises das transcrições dos áudios das reuniões do Conselho Universitário. A análise comparativa da criação das duas versões da cartilha informativa sobre as políticas de cotas, desenvolvidas pela UEPG entre 2015 e 2016, expomos no capítulo “Consequências e desdobramentos a cartilha informativa”.

Por último, no capítulo “Algumas Considerações Gerais”, apresentamos um parecer geral deste trabalho. No qual expomos algumas conclusões baseadas em tudo o que foi discutido durante nossas reflexões teóricas. Neste último capítulo, também avaliamos a trajetória que a presente pesquisa seguiu até então, junto com algumas considerações acerca dos resultados obtidos através das análises.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E SEU OBJETO DE ESTUDO

Como introduzimos anteriormente, antes de apresentar as reflexões teóricas que fundamentam esta pesquisa. No presente capítulo, com base nas discussões de Carvalho (2005), Tragtemberg (2006 e 2010), Santos (2007), Guimarães (1995) e outros autores. Os quais futuramente explicitaremos mais detalhadamente no capítulo que compõe nossa revisão de literatura, como: Iensue (2009), Souza (2012), Teive (2006), Andrade (2010), Nunes (2011), Prolo (2011), Norões (2011), Azevedo (2007), Plá (2009), Silva (2009) e Maciel (2009). Realizaremos a contextualização deste trabalho e seu objeto de estudo, através da construção do panorama histórico do processo de implementação das ações afirmativas no Brasil, que retrataremos no primeiro tópico deste capítulo.

No segundo item, com base nos estudos desenvolvidos por Paixão et al. (2010) Tragtemberg (2006 e 2010), Muniz (2009), Gomes (2003), Machado Lázaro e Tavares (2013), Santana (2006), Artes e Ricoldi (2015), Silva e Rosemberg (2008), Brasil (2009) e Rosemberg e Madsen (2010), abordaremos um pouco sobre o atual contexto das relações raciais e das ações afirmativas no Brasil. No terceiro tópico que compõe este capítulo, nos respaldando em Nunes (2011), Cervi (2013 e 2014), Andrade (2010), Andrade e Silva (2008) e Silva (2014). Abordaremos brevemente sobre as primeiras universidades públicas paranaenses, que aderiram às políticas de cotas, entre os anos de 2004 a 2005.

O último item deste capítulo forma parte nosso objetivo específico, de contextualização da atual resolução da lei de cotas na UEPG. Pois, construímos um histórico sobre o processo de implementação das discussões iniciais, da aprovação da lei de cotas na UEPG. Até chegar no recorte histórico das políticas de cotas na instituição, que se tornou objeto de estudo desta pesquisa. Para efetivar esta abordagem, utilizamos como respaldo teórico, os trabalhos de Plá (2009), Souza (2012), Glap et al. (2011) e os documentos oficiais da universidade, como: a Resolução UNIV N° 9 de 26 de abril de 2006 (**ANEXO A**), a Ata n°6/2013 das reuniões do COU e a Resolução UNIV N° 17 de 09 de dezembro de 2013 (**ANEXO B**).

1.1 O processo de implementação das ações afirmativas no Brasil

De acordo com Iensue (2009) e Santos (2007), a semântica da terminologia ações afirmativas advém da tradução *affirmative action*, em língua inglesa, terminologia que foi

criada nos Estados Unidos da América, durante o mandato do ex-presidente estadunidense John Kennedy, cujo fundamento filosófico significa compensação ou reparação. Ou seja, são medidas de políticas públicas, que objetivam reparar efeitos da discriminação racial, que os negros e os descendentes de outros grupos étnico-raciais historicamente marginalizados sofreram na sociedade norte americana.

a expressão *ação afirmativa* foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos da América em 1961 por um oficial afroamericano do governo Kennedy, no momento em que esse presidente buscava atacar discriminações raciais sofridas pelos negros no emprego. Posteriormente esse conceito ampliou-se, passando a incluir o ataque às discriminações na área educacional, entre outras, bem como incluir as mulheres e outras minorias entre seus beneficiários (SANTOS, 2007, p.426, grifo do autor)

Por esta razão, em concordância com Santos (2007), Andrade (2010) considera os Estados Unidos da América como o berço das ações afirmativas e dos estudos das relações raciais. Conforme o autor, os Estados Unidos da América foi o primeiro país, que discutiu e implementou a tais políticas públicas, desde a década de 1960.

Por conta da influência política e econômica que os Estados Unidos exerce mundialmente. Azevedo (2007) afirma, que em escala mundial, a implementação das políticas de ações afirmativas nas sociedades contemporâneas, está ligada aos processos de mudanças impostas pela globalização econômica, que geram efeitos nacionais e internacionais. Uma vez, que as “políticas afirmativas no ensino superior têm sido medidas que já vindo sendo experimentadas internacionalmente, e sobre a qual já se conhecem muitos defeitos e qualidades” (AZEVEDO, 2007, p.68).

Visto, que como Andrade (2010) justifica, as políticas de Ações Afirmativas já estão integradas às legislações de vários países espalhados pelo mundo. Como por exemplo, estas políticas públicas já estão inseridas em alguns países da África, como África do Sul. Segundo Carvalho (2005), existem políticas de ações afirmativas no continente asiático, em países como: Coreia do Norte, Índia e Malásia. As ações afirmativas também foram implementadas em alguns países europeus e países da América Latina.

Abordando o contexto específico da América Latina, e principalmente do Brasil. Andrade (2010) argumenta, que a existência das políticas de ações afirmativas é resultado de um longo processo histórico de luta, e que a conquista da implementação de tais

políticas públicas foi aplicada, com o intuito de combater a diferentes formas de exclusão, que estão presentes no panorama nacional. O autor ainda ressalta, através de uma perspectiva histórica. Que muito antes de as ações afirmativas serem implementadas no Brasil, existiam **ações de resistências de Movimentos Negros** (grifo meu), tais como: insurreições de negros muçulmanos, nas formações de quilombos e confrarias.

Nesta perspectiva, Nunes (2011) também explica, através de uma perspectiva histórica de transformação social. Que posteriormente, as primeiras iniciativas de políticas de ações afirmativas se remontaram a partir dos movimentos abolicionistas. As quais eram entidades constituídas na última metade do século XIX (a partir do ano de 1870), por estudantes e intelectuais. Porque, segundo Nunes (2011, p.46), tais entidades eram favoráveis aos negros e “denunciavam os maus tratos dos escravos negros, assim como defendiam suas inclusões como cidadãos brasileiros”.

O autor salienta, através de uma noção política neste contexto histórico. Que no movimento abolicionista havia integrantes da mesma pertença partidária, que o ícone José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, os quais “desenvolveram um projeto emancipador balizado em princípios de cidadania para a população negra brasileira” (NUNES, 2011, p.48).

No entanto, complementando o raciocínio do autor, Guimarães (1995) ressalta, que após a proclamação da Lei Áurea em 1888. Posteriormente a proclamação da República em 1889, a situação social dos negros que se tornaram “livres”, tornou-se ainda mais complexa. Pois, segundo Guimarães (1995) e Nunes (2011), a chamada promessa de que os negros se transformariam em “cidadãos brasileiros como os não-negros, não foi cumprida. Ou seja, presenciou-se uma recomposição do imaginário racista sobre esse grupo racial” (NUNES, 2011, p.47), sob a alegação do novo discurso que proclamava, que para a nova ordem social da política brasileira. Os que antes foram escravizados, como os negros e os não-brancos (mulatos), eram considerados inaptos para a nova fase de relações assalariadas, que o Brasil começou a aderir.

Dialogando com o autor, Guimarães (1995, p.41) denomina a tal situação como “racismo heterofóbico”. Ou seja, é um tipo de neologismo, que caracteriza medo ou hostilidade em relação a um grupo social. Que neste recorte histórico se aplicava aos negros recém libertos. Esta forma de discriminação implicava em ações de preconceito, aversão e exclusão social contra os que antes foram escravizados, e naquele determinado

contexto histórico-social, precisavam ser reintegrados à sociedade como mão-de-obra assalariada.

Por este motivo, Tragtemberg (2006) enfatiza, que a imigração branca, que ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX, foi uma estratégia política de Estado. Uma vez, que esta foi incentivada para: “branquear a população e excluir o negro do mercado de trabalho, tendo como base sua desvalorização em relação ao branco, propugnada pela chamada ideologia do branqueamento” (TRAGTEMBERG, 2006, p.474). Neste diálogo histórico, Guimarães (1995) ressalta, que tal realidade de aversão aos negros, possuía raízes pré-republicanas. Conforme autor expõe, na Bahia, em meados do século XIX, também surgiram projetos de leis. Cujas a intenção das autoridades daquela época era a de forçar a retirada do povo africano para os engenhos, na condição de escravizados. Ou de forçar os negros que conseguissem a liberdade, a regressarem à África.

Neste sentido, Nunes (2011) afirma, que foi através deste comportamento recomposto de um imaginário racista. É que foram retomadas representações negativas sobre os negros. Como forma de resistir e enfrentar tal problemática, o autor salienta, que várias organizações sociais negras começaram a surgir, a fim de denunciar tal estado caótico de discriminação à população negra no Brasil. Segundo Nunes (2011, p.51), o objetivo de tais organizações sociais negras consistia em:

propiciar mecanismos de superação e/ou atenuar as práticas materiais e imateriais do racismo das relações sociais no Brasil. Neste sentido, as organizações assumem uma perspectiva de fomentadoras de ações afirmativas para o segmento negro nacional.

Este aspecto, Norões (2011) explica como a ação dos Movimentos Sociais Negros, que passaram a transformar suas reivindicações e lutas, ao longo dos anos em consonância com o momento histórico. Assim, denunciando o racismo existente no Brasil e lutando pelo direito à educação e contra a discriminação racial. Após este período histórico, Andrade (2010) destaca, que no começo do século XX, Abdias do Nascimento foi o principal militante, intelectual e líder na história dos Movimentos Negros contra o preconceito racial, a discriminação e pela adoção de medidas concretas. Segundo o autor, Abdias Nascimento participou de várias instituições de denúncia contra o racismo e propôs uma sociedade sem discriminação racial. Através de medidas, como a criação da

Frente Negra em 1931, a fundação do Teatro Experimental Negro, em 1944, e por sua participação na fundação do Movimento Unificado Negro, em 1978.

Tais ações, que Andrade (2010) destaca como acontecimentos históricos primordiais, para as bases do Movimento Negro, nas primeiras décadas do século XX. Como por exemplo, a criação do Teatro Experimental Negro, o autor considera como símbolo da ação contra a discriminação racial e os preconceitos de cor. Pois, Andrade (2010) argumenta, que partir de então, alguns atores negros passaram a encenar peças teatrais, cujas temáticas refletiam questões relativas ao preconceito.

Nesta mesma época, começaram a surgir as primeiras revistas que abordavam as relações raciais no Brasil. Como a revista Quilombo e a promoção de Congressos, nos quais surgiram propostas de combate às desigualdades e discriminações, que Andrade (2010) denomina como ações positivas. Ou seja, eram as ações afirmativas que estavam se remontando, começando a conquistar força política no Brasil, entre as décadas de 1940 até o final de 1970. Estes acontecimentos históricos podem ser considerados como as ações positivas, ou o início das ações afirmativas no Brasil daquela época, tal aspecto seria um reflexo positivo, do que Teive (2006) teoriza:

as políticas de ação afirmativa aparecem na agenda nacional não apenas para fazer frente à um tema tão sensível mas para tentar colocar a população discriminada, da qual ela toma partido, em situações nas quais teriam poucas chances de participar. (...) por meio delas haveria uma revalorização da identidade racial, já que criaria definições positivas de quem é negro no Brasil, trazendo assim, uma consciência racial. (TEIVE, 2006, p.61)

De acordo com Andrade (2010), na revista Quilombo de número 5 em 1950, há os registros das reivindicações pelas ações positivas, que Abdias Nascimento editou no Primeiro Congresso Negro Brasileiro, que aconteceu em 1945. Norões (2011) ressalta, que na análise do processo histórico de implantação das ações afirmativas para a população negra no Brasil. Apesar das reivindicações dos Movimentos Negros, a implantação das políticas de ações afirmativas, sempre foi ignorada pelo governo brasileiro.

Porque, no aspecto reivindicações do movimento negro à educação, no acesso à educação ao ensino superior. Segundo Iensue (2009), a primeira lei que instituía o sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras, foi a denominada “Lei do Boi” Lei 5.465/68. A qual segundo a autora, “foi instituída com o propósito de beneficiar filhos de

agricultores, mas na prática, terminou por favorecer os filhos de fazendeiros” (IENSUE, 2009, p.57). Contudo, na versão de Iensue (2009), por mais que não existisse uma lei federal, sobre o tema das políticas de cotas nas universidades. Com base no princípio da autonomia universitária, diversas outras instituições de ensino superior no Brasil, de forma peculiar, cada uma foi se integrando a estas políticas públicas.

Apesar de toda esta apatia por parte do governo brasileiro com relação aos direitos dos negros, a luta dos Movimentos Negros no Brasil nunca parou. Como resultado, em 1980 houve a conquista da criminalização do racismo, após a ditadura militar.

Segundo Tragtemberg (2006), em 1983 o deputado Abdias do Nascimento propôs o projeto de lei nº 1.332/83, a qual estabelecia cotas para negros nas universidades. “Em 1987, o deputado Florestan Fernandes fazia proposta de ação afirmativa para negros e outras populações marginalizadas a ser incluída em um capítulo da Constituição de 1988” (TRAGTEMBERG, 2006, p.479). Como consequência desta ação política, de acordo com Maciel (2009), a partir da década de 1990, notadamente, as ações afirmativas, na modalidade de cotas em concursos públicos e reservas de vagas nas universidades. Começaram a se destacar, após reivindicações do Movimento Negro organizado, que aspirava especificamente a maior inclusão dos negros, no acesso ao ensino superior, no mercado de trabalho, na mídia e etc.

A segunda metade da década de 1990 abriga um importante marco para a população negra, principalmente, para os muitos segmentos organizados do Movimento Negro Nacional. É, sobretudo, pela força e empenho de tais segmentos que, importantes momentos da história do Brasil, levanta-se a necessidade de discussão e superação das desigualdades que atingem uma parcela significativa da população nacional. (MACIEL, 2009, p.44)

Desta forma, conforme Maciel (2009) e Carvalho (2005), aquela época foi bastante demarcada pela proposição aos órgãos governamentais de políticas públicas, que dessem visibilidade de superação das desigualdades raciais no Brasil. Por esta razão, os autores destacam a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida, que ocorreu em Brasília no dia 20 de novembro de 1995. Esta data, de acordo com Silva (2009), correspondia aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Tal fato histórico, a autora considera como o principal marco década de 1990, que sensibilizou a proposição da instauração das políticas de ações afirmativas para a população negra brasileira.

Segundo Silva (2009) e Andrade (2010), esta manifestação visava denunciar o racismo e a ausência de políticas públicas para os negros no Brasil. Naquela época durante o ato foi entregue uma carta ao então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, na qual de acordo com Silva (2009), continha análises sobre a situação da população negra nas áreas da saúde, educação, trabalho e violência.

Entre as propostas de políticas públicas havia a de “Estabelecimento de incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial” no item Mercado de Trabalho e “Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta” no item Educação. (SILVA, 2009, p.79)

A autora também complementa, que dentre as medidas que a Marcha Zumbi dos Palmares ocasionou, se destaca como resposta do governo, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Conforme Silva (2009) afirma, o ato da Marcha Zumbi dos Palmares também mobilizou o Ministério da Justiça a promover em julho de 1996, o seminário denominado **Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos** (grifo meu).

Neste evento houve a participação de pesquisadores brasileiros, norte americanos e lideranças negras do país. Segundo Silva (2009), esta foi a primeira vez, que o governo brasileiro discutiu e admitiu políticas públicas específicas, para a população negra no Brasil. No “discurso de abertura o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu haver discriminação e preconceito no país e pediu criatividade aos participantes na busca de soluções” (SILVA, 2009, p.80).

Como desdobramento destas ações, Tragtemberg (2010) enfatiza, que a partir do ano de 1999 “começam a ser discutidas em algumas assembleias legislativas de estados brasileiros a adoção de políticas que compensassem” (TRAGTEMBERG, 2010, p.3) as disparidades socioeconômicas e étnico-raciais. De acordo com Tragtemberg (2006) no mesmo ano, o antropólogo José Jorge de Carvalho³ propunha cotas para negros na UnB. Norões (2011) e Tragtemberg (2006 e 2010), também destacam a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata,

³ Atualmente, no ano de 2016, o antropólogo José Jorge de Carvalho publica o livro, em que aborda as políticas de cotas no ensino superior brasileiro. No qual, de forma descritiva e minuciosa, o autor elabora e analisa o mapa das ações afirmativas no Brasil, Carvalho (2016).

realizada na cidade de Durban, África do Sul, em 31 de agosto a 07 de setembro de 2001, como principal influência para a efetivação das ações afirmativas no Brasil. Segundo Silva (2009), os trabalhos desta conferência, desenvolveram 13 grupos temáticos, na qual participou ativistas do Movimento Negro e de organizações não-governamentais, sacerdotes religiosos afro-brasileiros, profissionais liberais, diplomatas, especialistas acadêmicos, parlamentares, representantes de sindicatos e gestores de políticas públicas.

De acordo com a autora, os trabalhos desta conferência Nacional de Durban foram desenvolvidos em torno de 13 grupos temáticos, como: Raça e etnia, Religião, Cultura e Comunicação, Orientação Sexual, Gênero, Educação, Saúde e Trabalho, Questão Indígena, Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos Humanos, Xenofobia, Juventude, Remanescentes de Quilombos e Migrações Internas. Com o intuito de produzir um conjunto de proposições, que fornecessem subsídios para o relatório brasileiro à Conferência. Segundo Tragtemberg (2010, p.6), naquela época “a delegação brasileira defendeu cotas para negros no ensino superior, e a formulação mais geral de ação afirmativa para acesso de populações afrodescendentes à educação em todos os níveis”.

Desta forma, Tragtemberg (2006 e 2010) e Silva (2009) ressaltam, que após a Conferência de Durban, no Brasil os debates sobre a temática das ações afirmativas, para os negros foram mais intensificados e alcançaram maiores resultados. Diante disto, a partir do ano de 2002, “Universidades Federais, Estaduais e Centros Universitários Municipais vêm adotando políticas de ação afirmativa para oriundos de ensino público, negros, indígenas, deficientes, entre outros segmentos sociais” (TRAGTEMBERG, 2010, p.3).

Tal aspecto, identificamos que se manifesta no fato histórico que Silva (2009) destaca, de no mesmo ano da Conferência de Durban, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho sancionou uma lei oriunda da Assembleia Legislativa, na qual instituía uma cota de 40% para negros e pardos, nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro. Mais 50% das vagas seriam reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas.

De acordo com Prolo (2011), em 2003, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), junto com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também aderiu ao sistema de cotas. Seguidos pela Universidade de Brasília (UnB), a Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Estadual do Norte Fluminense

Darcy Ribeiro (UENF) e Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, que posteriormente também instituíram as políticas de cotas para negros e estudantes oriundos de escolas públicas.

Como expansão das discussões que envolvem as ações afirmativas na educação brasileira. Tragtemberg (2010) complementa, que no plano nacional foi discutido sobre o Projeto de Lei Complementar 180/08 e o Projeto de Lei no Senado 344/08, que promulgam a reserva de 50% das vagas nas IES públicas federais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e centros federais de educação tecnológica, para egressos no ensino médio ou fundamental público. Essas reservas de vagas seriam destinadas aos estudantes autodeclarados negros e indígenas, conforme o percentual da soma destas populações em cada estado brasileiro.

Além destes projetos, o autor ressalta, que em 2010 estava em tramitação o projeto de lei 3.198/2000, que é o Estatuto da Igualdade Racial. O qual trouxe a discussão sobre o quesito cor/raça em formulários de estado, e autorizou as ações afirmativas em diversos âmbitos, inclusive nas universidades federais.

1.2 Alguns dados atuais sobre as relações raciais no Brasil

De acordo com Tragtemberg (2006), atualmente, a adoção da reserva de vagas para negros nas universidades públicas é um dos assuntos mais polêmicos no Brasil. Conforme o autor, este tema é menos controverso do que a discussão sobre cotas para estudantes oriundos de escolas públicas.

Por esta razão, segundo Gomes (2003) e Machado, Lázaro e Tavares (2013), no decorrer do processo de implementação das ações afirmativas no Brasil, como políticas públicas. Nos últimos anos, estas vêm se concretizando através de propostas no Congresso Nacional e projetos de leis, que visam a introdução de modalidades de ação afirmativa no Direito brasileiro, que Gomes (2003), em concordância com Santos (2007), define como:

Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e se passa ser um objetivo

constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2003, p. 21)

Ou seja, a autora também classifica as ações afirmativas, como políticas públicas de reparação de desigualdade material. Nesta perspectiva, Machado, Lázaro e Tavares (2013) elencam, que os objetivos das ações afirmativas seria proporcionar às populações no Brasil, que tiveram histórico de desigualdades, perseguições e maus-tratos, o direito de acesso à educação, saúde, moradia e emprego. Para assim, promover igualdade material dentro de determinado período de tempo, por intermédio de aplicações de medidas de reparação das desigualdades sociais, programas e projetos de leis. Os autores ainda elencam, que tais atividades devem ser constantemente monitoradas e avaliadas.

Pois, segundo Tragtemberg (2006 e 2010) e Brasil (2009), já no início da jornada escolar, a educação básica ainda é profundamente demarcada pela desigualdade, considerando que nem todas as crianças e jovens permanecem na escola. Tal problemática afeta, principalmente, à infância e à juventude negra. Porque, muitos destes alunos não conseguem concluir a educação básica e muito menos ingressar no ensino superior. Em concordância com Tragtemberg (2006 e 2010) e Brasil (2009), Artes e Ricoldi (2015) argumentam que:

as desigualdades no acesso, na progressão e na conclusão para as diferentes etapas da educação básica e do ensino superior são demarcadas também pela cor/raça dos estudantes: indicadores educacionais encontrados para negros estão muito aquém dos observados para brancos. (ARTES e RICOLDI, 2015, p.860)

Conforme as autoras, isto significa, que por mais que a população negra tenha acesso à educação básica e ao ensino superior. Nos últimos anos, concluir a educação básica, ingressar nas universidades e atingir a conclusão de cursos de graduação e pós-graduação. Para os negros, todavia, tal processo é um desafio mais complexo, do que para a população branca no país.

Pois, Veloso e Luz (2013) também afirmam, que por mais que nos últimos tempos exista todo um forte discurso de democratização do ensino de nível superior brasileiro. Ainda repercutem em nossas IES reflexos de exclusão social, que as classes menos favorecidas sempre sofreram ao longo de nossa história. Visto que, conseguir uma vaga em uma universidade pública, ainda tem sido um grande desafio para muitos estudantes pertencentes às categorias sociais de baixa renda.

Conseguir uma vaga na Educação Superior Pública no Brasil ainda constitui uma dificuldade, uma vez que o número de candidatos inscritos é sempre maior que o número de vagas ofertadas. Conforme o Censo da Educação Superior de 2010, o setor privado ofertou 84,89% das vagas na educação superior no Brasil, e o público apenas 15,02%, no entanto quando se observa a relação candidato/vaga, o setor público possuía a relação maior com 10,6% candidato para cada vaga (...). (VELOSO e LUZ, 2013, p. 45)

Nesta perspectiva, Machado, Lázaro e Tavares (2013), também refletem sobre esta questão, ao afirmarem, que o ensino superior no Brasil se manteve como um privilégio de acesso bastante restrito aos grupos sociais mais favorecidos, como as categorias sociais pertencentes à elite “em sua grande maioria brancos, de classes médias e altas, residentes nas capitais, filhos de famílias cujos pais já haviam frequentado a universidade” (MACHADO, LÁZARO e TAVARES, 2013, p. 6).

Silva e Rosemberg (2008) e Van Dijk (2008) justificam este fato, como sendo um problema de dimensão racial, considerando que, a “desigualdade social foi geralmente atribuída à classe social, e não à raça sem investigar completamente as várias raízes da desigualdade de classe e pobreza” (VAN DIJK, 2008, p.13). Para comprovar esta tese, Tragtemberg (2010) comprova, que parte do problema educacional dos negros no Brasil, não acontece, porque estes são os mais pobres, mas, porque são negros. Em congruência com o autor, Silva e Rosemberg (2008) expõem que:

O racismo histórico e contemporâneo constitutivo da sociedade brasileira fica evidente quando se analisam diversos indicadores sociais ou quando se calcula o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em separado para a população negra e para a população branca: o índice de brancos equivale a 0,791 (41º posição) e o de negros a 0,671 (108º posição). (SILVA e ROSEMBERG, 2008, p.77)

Tais fontes estatísticas mencionadas pelos autores, indicam para certa discrepância na diferença entre os números de brancos e negros nos índices de IDH. Observando que os negros ocupam a 108º colocação no Índice de Desenvolvimento Humano. Enquanto que os brancos se encontram na 41º posição. Dialogando com o Silva e Rosemberg (2008), a pesquisa de Meira (2013) alerta, que devido a tais resultados nos índices de IDH no aspecto acesso à educação. Comparando os índices de taxas de analfabetismo entre brancos e negros no Brasil. Entre 2000 até o final do ano de 2010, também há uma situação alarmante, pois, os índices de analfabetismo entre brancos é de

5,9% e entre os negros “é quatro vezes maior (...) 26,7% (13,3% para pretos e 13,4% para pardos)” (MEIRA, 2013, p.16).

Tragtemberg (2006) também nos apresenta, que dentre os 10% mais pobres da população (indigentes), 70% são negros e 30%, brancos. “Entre os 10% mais ricos há 15% de negros e 85% de brancos. Em outras palavras, a pobreza é negra e a riqueza é branca” (TRAGTEMBERG, 2006, p.477). Nos dados relativos à violência, o autor indica para a informação, de que por região e desagregando cor/raça, na maioria dos estados brasileiros. O percentual de assassinatos de negros é duas vezes e meia maior, do que os brancos.

Quanto aos índices de analfabetismo funcional, Meira (2013) considera a situação bastante preocupante. Uma vez, que “dos 29,5 milhões de pessoas, ou seja, 20,3% da população brasileira nessa condição, 51,1% são negras (25,4% de pardos e 25,7% de pretos) contra 15% de brancos” (MEIRA, 2013, p.16). Para compreendermos este quadro, Santana (2006) nos indica para uma maneira de situar tais problemáticas no contexto da sociedade brasileira. Segundo a autora, o mais adequado seria que apreendêramos o racismo, como um elemento nuclear nessa formação socioeconômica, político-cultural. Tal desafio deveria ser enfrentado em profundidade. Dialogando com Santana (2006), Oliveira (2006) ressalta que:

é preciso entender como se constituem os mecanismos de dominação racial e social que condicionam a vida de mais da metade da população brasileira, e fazem com que tenhamos 64 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, onde 70% são homens e mulheres negras. (OLIVEIRA, 2006, p.51)

Por esta razão, Machado, Lázaro e Tavares (2013) e Muniz (2009) destacam, que a aprovação da Lei de Cotas N° 12.711/ 2012 seria a representação de conquistas decisivas para os Movimentos Sociais brasileiros. Especialmente para o Movimento Negro, que sempre debateu seus direitos, abrindo o caminho para o acesso da juventude negra e pobre ao ensino superior público e de qualidade. Em congruência com os autores, Artes e Ricoldi (2015) comprovam, que quase 10 anos após a aprovação da Lei de Cotas no Brasil, alguns resultados começaram a surgir. Segundos as autoras, “no final da década de 2010 programas de ação afirmativa já estavam presentes em grande parte das instituições públicas de ensino superior” (ARTES e RICOLDI, 2015, p.862), com 71% das universidades públicas espalhadas pelo país apresentando alguma modalidade de

cotas para estudantes oriundos de escolas públicas 87%, e 57% das IES já haviam aderido ao sistema de cotas raciais.

Na pós-graduação, segundo Paixão et al. (2010), até o final da década de 1980, o número de pretos e pardos representavam 3,6% do total de estudantes. Em 2008, este número aumenta e vai para 16,4%.

A taxa bruta de escolaridade no ensino superior da população residente branca passou de 12,4% em 1988, para 35,8% em 2008, correspondendo a uma elevação de 23,4 pontos percentuais, ou um aumento proporcional de 189,2%. Já no caso da população preta ou parda, a taxa bruta de escolaridade no nível superior passou de 3,6%, em 1988 para 16,4%. Essa evolução corresponde a um aumento de 12,7 pontos percentuais, ou em termos proporcionais, de 350,4% em 2008. (PAIXÃO et al., 2010, p. 229)

Já o relatório de Rosemberg e Madsen (2011), apresenta um resultado parecido com o de Paixão et al. (2010). As autoras também avaliam as porcentagens de números de alunos negros, que ingressaram em cursos de pós-graduação por todo o país, durante o período de 2003 à 2009.

Os diferenciais de cor/raça são apenas ligeiramente mais intensos no acesso à pós-graduação – 76,4% dos (as) pós-graduandos (as) eram brancos (as) em 2009 – do que aqueles já observados no acesso à graduação (73,8%), (...). Na comparação entre os sexos, notamos formidável diferença em prol das mulheres brancas frente aos demais segmentos e diferencial mais sutil entre mulheres negras quando comparadas a homens negros. A variação no período indica incremento mais intenso para homens negros (30,9%), seguidos de mulheres negras (23,2%) e mulheres brancas (5,2%), com decréscimo para homens brancos (-3,4%). Portanto, ocorreu, em 2009, decréscimo no número de homens brancos que informaram ser estudantes de mestrado ou doutorado. (ROSEMBERG e MADSEN, 2011, p.425)

Neste sentido, compreendemos que este aumento que ocorreu durante os últimos anos, do acesso da população negra aos cursos de graduação e pós-graduação, é resultado das conquistas históricas dos Movimentos Negros, que abordamos no tópico anterior. Este fato poderíamos considerar um exemplo da situação que Spivak (2010) menciona, ao teorizar que “os sujeitos oprimidos falam, conhecem e agem por si mesmos leva a uma política utópica e essencialista” (SPIVAK, 2010, p.35). Por este motivo, Sant’ Anna (2006) argumenta, que as ações afirmativas concretizadas nas universidades públicas, no formato de cotas raciais é também um assunto político.

Não quero dizer com isso que todos os afro-descendentes ingressos nas universidades tenham que, por obrigação, assumir causas ou processos de revisão, mas, sem dúvida, esse aspecto da história das instituições acadêmicas merece vir a público. Isso porque, no caso brasileiro, essa é a história dessas instituições e de seus pensadores. E isso é um assunto político. (SANT'ANNA, 2006, p.15)

Assim como Muniz (2009) salienta, hoje, para os negros assumir a identidade étnico-racial negra, não é uma questão somente de características fenotípicas, é também uma questão política. Pois, como apresentaremos em nossa revisão de literatura, a tese de Muniz (2009), ao analisar documentos e resoluções das quatro universidades públicas brasileiras, como a Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade de Brasília, comprova que a linguagem se torna algo primordial na disputa, a fim de decidir quais sujeitos podem ingressar em várias IES públicas espalhadas pelo Brasil, através da reserva de vagas na modalidade de políticas de cotas.

Neste sentido, Hall (2010) e Muniz (2009) chama-nos bastante atenção, para a importância da necessidade que temos de nos autonearmos. Assim como Muniz (2009) enfatiza, para existir alteridade deve haver auto nomeação, porque, “assim, ratifica ou extingue nossa existência está e estará sempre presente.” (MUNIZ, 2009, p.3), ou seja, para a autora e para Hall (2010), a diferença desempenha papel primordial na formação das identidades.

1.3 As primeiras universidades paranaenses que aderiram ao sistema de cotas

De acordo com Nunes (2011) e Andrade (2010), as duas primeiras universidades públicas do estado do Paraná, que implementaram as políticas de cotas, como modalidades de ações afirmativas, foram a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Segundo Nunes (2011), a UFPR foi a terceira universidade do Brasil, que junto com a UEL, foi uma das primeiras da região do Paraná, que estabeleceu o sistema de cotas para negros. Cervi (2013) narra, que a discussão sobre as políticas de ações afirmativas na UFPR se inseriu num contexto amplo, caracterizado pelo surgimento de políticas públicas, de âmbito federal na área da educação. As quais foram criadas para cumprir dois objetivos: “ampliação do sistema federal no ensino superior e, ao mesmo

tempo, diversificação racial e inclusão social no público atendido por essas instituições” (CERVI, 2013, p. 67).

Por esta razão, Nunes (2011) cita, que naquela época, a imprensa paranaense se posicionou de maneira favorável ao referido sistema de cotas na Universidade Federal do Paraná. Inclusive, realizou algumas reportagens, nas quais era exposta a questão da importância das políticas de cotas, como modalidade de ações afirmativas, que atuam como um importante agente, no processo de diminuição das desigualdades raciais entre brancos e negros na sociedade brasileira.

Cervi (2013) descreve, que as discussões iniciais sobre a implementação do sistema de cotas na UFPR foram iniciadas no mês de abril de 2002, quando a reitoria da instituição nomeou uma comissão, constituída por integrantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPR, para discutir sobre uma política de inclusão racial na universidade. O autor relata, que após o período de um ano, a comissão foi destituída, pois, eles não apresentaram avanços significativos e ainda não haviam elaborado propostas. Conforme Cervi (2013), para substituir esta comissão, a reitoria da UFPR nomeou uma nova equipe integrada por professores, funcionários e acadêmicos da universidade.

Segundo Cervi (2013 e 2014) e Nunes (2011), após debates em todos os setores da UFPR, em 2004, é aprovada a Resolução n°37/2004 pelo Conselho Universitário. Cuja resolução, a partir do primeiro vestibular de 2005 passou a reservar 20% de vagas aos candidatos negros. Durante este processo, a autodeclaração era o único requisito avaliativo no processo seletivo de vestibular. Na ficha de inscrição:

Uma vez optado por concorrer pela cota racial, o deveria declarar-se de pele preta ou parda no questionário socioeconômico e o mesmo passaria por uma banca de avaliação, que seria responsável pela constatação de que os fenótipos do candidato permitem o enquadramento na categoria definida. (CERVI, 2014, p. 17-18)

Conforme o autor destaca, os outros 20% das vagas seriam destinadas aos candidatos oriundos de instituições públicas de ensino (que cursaram integralmente a educação básica em escolas da rede pública de ensino). Ainda, segundo Cervi (2013 e 2014):

A resolução também determina uma validade de 10 anos para o Plano de Metas. Até a aprovação da Lei 12.711/12 estava previsto para 2013 o início de uma rodada de avaliações das políticas para propor a manutenção, mudança ou o fim das políticas afirmativas na UFPR. (CERVI, 2013, p. 68)

Ou seja, de acordo com o autor, após o período de 10 anos de vigência da lei de cotas na UFPR, em 2013 foi promovido um conjunto de avaliações das políticas de cotas, para redefinir o futuro e as alterações, que seriam aplicadas em tais políticas públicas na instituição. A partir desta nova avaliação, segundo Cervi (2013 e 2014), atualmente após a revogação de uma lei federal n° 12.711/12⁴ em 2012, a UFPR não deixando de seguir o próprio conjunto de políticas da instituição. Pela nova legislação, a universidade se adaptou às novas regras válidas para o processo seletivo de vestibular.

De acordo com Silva (2014), Andrade e Silva (2008), na UEL as políticas de cotas foram aprovadas no ano de 2004, através da Resolução n°78/2004 do Conselho Universitário, que passou a vigorar a partir do ano de 2005. Na versão dos autores, assim como aconteceu na UFPR, antes da regulamentação das políticas de cotas para negros na UEL, a partir do ano de 2002 e 2003, foram promovidas discussões específicas na instituição, a fim de abordar este tema.

Silva (2014) narra, que o debate sobre as ações afirmativas na UEL foi motivado pela demanda do Movimento Negro de Londrina, que solicitou à administração da UEL, o processo de implementação do sistema de cotas na universidade. Segundo Andrade e Silva (2008), Silva (2014), tal iniciativa partiu de Dona Vilma⁵, em uma reunião domiciliar, pois, naquela época ela era uma importante líder do Movimento Negro, da cidade de Londrina.

O papel do movimento negro londrinense é fundamental, porque, a partir de seus integrantes, articulados com intelectuais negros e brancos da Universidade (UEL) reivindicaram a política de cotas e participaram do processo anterior a implantação do sistema de cotas para a população negra na Universidade. (ANDRADE e SILVA, 2013)

Conforme os autores e Nunes (2011), a partir desta reunião, outras reuniões ocorreram na UEL, nas quais estavam presentes o Conselho Municipal da Comunidade

⁴ “lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 que estabeleceu a reserva de 50% das vagas das universidades federais aos estudantes de escolas públicas.” (SILVA, 2014, p.219)

⁵ “Liderança do Movimento Negro, também conhecida como Yá Mukumby, que foi assassinada em 3 de agosto de 2013, juntamente com a sua mãe de 89 anos e a sua neta de 10 anos de idade. ” (SILVA, 2014, p.219)

Negra de Londrina e representantes da Coordenadoria de Assuntos de Ensino de Graduação da UEL.

Segundo Andrade e Silva (2008), de 2002 à 2004 foram promovidos na UEL vários seminários, debates e palestras acerca da temática das ações afirmativas. Conforme os autores, entre estes eventos, houve destaque para o seminário “O Negro na Universidade: O Direito à Inclusão”, Nunes (2011), Andrade e Silva (2008) e Silva (2014). Este evento ocorreu em 2004, como os autores mencionam, este foi um seminário organizado pelo Ministério da Cultura. O qual foi patrocinado pela Fundação Palmares, UEL, Secretaria Municipal de Cultura e Conselho Municipal da Comunidade Negra, com a chancela do Movimento da Consciência Negra e da Associação Afro-Brasileira de Londrina.

Nunes (2011) e Andrade e Silva (2008) afirmam, que este seminário desempenhou papel decisivo para a aprovação da lei de cotas na UEL, pois, na versão dos autores, em 2004 foi aprovada a Resolução CU N° 78/2004, a qual outorgava que das vagas seriam destinadas: “40% (quarenta por cento) para oriundos de Instituições Públicas de Ensino e de 20% (vinte por cento) para negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino” (UEL, 2004, p.2). De acordo com Silva (2014), esta resolução seria avaliada após o período de sete anos, a qual previu a condição de proporcionalidade, para a determinação do número de vagas reservadas à cota racial e à cota social. Conforme a autora explica, cada curso poderia destinar até 20% de suas vagas aos candidatos negros oriundos de instituições públicas de ensino, desde que, estes representassem uma média de 20% no número de inscritos no vestibular.

Silva (2014) salienta, que o processo de consolidação e adoção das ações afirmativas na UEL apresentou duas fases: a primeira fase foi de 2005 a 2012, e a segunda fase começou a partir do ano de 2013. De acordo com a autora, em 2011 ocorreu uma avaliação e alguns aspectos no sistema de cotas na UEL, que passaram a ser válidos a partir do ano de 2013, pela Resolução n° 15/2012, que passou a substituir a antiga resolução, a de número 78/2004 do Conselho Universitário, a partir do ano de 2013.

Se antes havia a condição de proporcionalidade, baseada no número de inscritos, que impedia os 20% da reserva efetiva das vagas disponíveis na UEL, a partir da avaliação do sistema e de exclusão da proporcionalidade, o vestibular da UEL passou a reservar em todos os cursos 40% das vagas e para os negros a metade. (SILVA, 2014, p. 229)

É possível compreender, de acordo com Silva (2014), que a partir da nova resolução de cotas da UEL, a condição da proporcionalidade do número de inscritos foi banida do sistema. A partir disto, em todos os cursos, 40% das vagas passaram a ser destinadas para as cotas, nas quais a metade, 20% seriam reservadas para os candidatos negros advindos de escolas públicas, nos processos seletivos de vestibular da instituição.

Desta forma, seguindo os exemplos da UFPR e da UEL, a UEPG também foi uma das três primeiras universidades públicas da região do Paraná, e a segunda universidade estadual da região, que implementou as políticas de cotas para negros e estudantes oriundos da rede pública ensino em seu contexto acadêmico. Conforme enfatizamos na introdução deste trabalho. Após o período de oito anos, a instituição também precisou rever e reformular a tais políticas públicas em seu espaço acadêmico. Este processo de implementação e reformulação descreveremos minuciosamente no próximo tópico que compõe este capítulo.

1.4 O sistema de cotas na UEPG

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foram publicados recentemente num documento do Ministério Público do Estado do Paraná, até o ano de 2010, os negros representavam aproximadamente 20% da população de Ponta Grossa, porque, 18,00% da população se autodeclarava parda, 2,77% se autodeclarava preta, e a grande maioria era branca, observando que estes representavam 78,56% da população da cidade, Paraná (2017). Por esta razão, segundo Plá (2009), Souza (2012) e Glap et al. (2011) no ano de 2005, na UEPG também iniciaram as discussões sobre a implantação das políticas de cota social, e da reserva de vagas destinadas aos estudantes negros.

Glap et al. (2011) relata, que no início das discussões sobre a implementação das políticas de cotas na universidade, foi apresentado ao CEPE da UEPG, pela então Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o Processo nº00421 no dia 17 de fevereiro de 2005, no qual continha a proposta de reserva de vagas nos processos seletivos da instituição, para candidatos que se autodeclarassem negros e para os estudantes oriundos das escolas públicas. As autoras ressaltam, que tal processo foi enviado via ofício (nº 32/2005), para o Reitor da universidade daquela época, o presidente do Conselho Universitário. O processo 004121/2005 foi novamente encaminhado para o CEPE, a fim de ser analisado.

No dia 28 de fevereiro de 2005, o processo foi analisado pela Procuradoria Jurídica (PROJUR).

Segundo Souza (2012), a proposta inicial apresentada pela PROGRAD consistia em reservar até 40% das vagas em cada curso de graduação, para estudantes oriundos de escolas públicas, e 10% seriam destinadas aos candidatos que se autodeclarassem negros, nos processos seletivos da UEPG. Após o ocorrido, a autora descreve, que no dia 19 de abril de 2005, durante uma sessão plenária, o CEPE deliberou a retirada deste processo, que estava em pauta. Pois, um dos conselheiros realizou esta solicitação de suspensão das discussões. A solicitação foi atendida, “em virtude da definição de um amplo cronograma de discussões, sobre a política de cotas no âmbito institucional, envolvendo também a sociedade civil” (SOUZA, 2012, p.96).

De acordo com Souza (2012) e Glap et al. (2011), o CEPE baseado no parecer deste conselheiro, determinou que as discussões sobre tais políticas de ações afirmativas fossem ampliadas, através da criação de um grupo de trabalho, denominado **Grupo de Trabalho sobre a Democratização do Acesso à Universidade Pública** (grifo meu), que segundo as autoras, objetivava instruir a comunidade acadêmica, sobre as políticas de cotas e as ações afirmativas.

Souza (2012) expõe, que naquela época, este grupo de trabalho contou como membros: os conselheiros que faziam parte da Comissão Própria de Avaliação (CPA), um membro da PROGRAD, dois conselheiros do CEPE e um membro do Centro de Auxílio e Orientação ao Estudante (CAOE). Na versão da autora, também houve a tentativa por parte da instituição, de incluir representantes discentes dentro deste grupo de trabalho, não obstante, não houve retorno dos acadêmicos da universidade.

Durante tais encontros do grupo de trabalho, segundo Souza (2012), houve a proposta da criação de três momentos, para ser discutida a temática das políticas de cotas em forma de: mesa redonda, discussão nos setores de conhecimento e consulta pública, via meio eletrônico. As estratégias para instruir a comunidade interna e externa acerca do tema variaram entre: elaboração de uma cartilha com diferentes opiniões sobre os principais pontos da discussão, que foi distribuída para entidades da sociedade civil.

Souza (2012) também destaca, que um representante da PROJUR enviou e publicou um artigo científico num evento organizado pela UERJ, o “*Workshop* com os Procuradores Jurídicos das Universidades Públicas Brasileiras”, (SOUZA, 2012, p.97).

Salientando que, entre as ações desenvolvidas por este grupo de trabalho, eles também elaboraram filipetas com informações sobre as ações que seriam desenvolvidas, junto com cartazes e faixas de divulgação, sobre as discussões do grupo de trabalho e alguns de seus principais momentos; os quais foram distribuídos por todo o campus da UEPG.

Também, algumas matérias foram publicadas em jornais locais e no próprio *site* da instituição. Após o desenvolvimento de tais ações e obtenção dos resultados, a autora destaca, que o Grupo de Trabalho encerrou suas análises e as colocou à disposição da comunidade externa e interna, “para que os resultados obtidos pudessem contribuir para as decisões dos Conselhos Superiores da UEPG” (SOUZA, 2012, p.100), até que o relatório chegou a ser assinado no dia 25 de outubro de 2005, por todos os membros do grupo.

Segundo Souza (2012), no dia 15 de novembro de 2005, o CEPE deliberou a permanência do *in examen* da proposta de políticas de cotas, e pela definição de novas propostas a serem elaboradas com a PROGRAD no formato de minutas. Para serem entregues até o dia 06 de dezembro de 2005. Vencido este prazo, Souza (2012) afirma, que na data de 07 de março de 2006, o CEPE deliberou a retirada deste assunto, que estava em pauta, para que o processo retornasse no formato de minuta alternativa, que no dia 20 de março de 2006 foi apresentada por um conselheiro.

Em 04 de abril de 2006, o CEPE ratificou a aprovação da matéria e a submeteu para ser avaliada pelo Conselho de Administração, e posteriormente pelo Conselho Universitário. Até que no dia 17 de abril de 2006, o Conselho de Administração “aprovou” por unanimidade, a proposta de reserva de vagas, nos processos seletivos da UEPG e encaminhou o processo ao Conselho Universitário. Segundo Plá (2009), tal processo se tornou a Resolução UNIV N° 9 de 26 de abril de 2006, de aprovação da “reserva de vagas nos Processos Seletivos da Universidade Estadual de Ponta Grossa para candidatos oriundos de Instituições Públicas e para aqueles que se autodeclarem negros” UEPG (2006), na qual continha as seguintes definições, no 1° e 2° parágrafos do Art. 1°:

§ 1° No mínimo, 10% das vagas de cada curso de graduação ofertadas pela UEPG em seus processos seletivos, será reservado a candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino.

§ 2° No mínimo, 5% das vagas de cada curso de graduação ofertadas pela UEPG em seus processos seletivos, será reservado a candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, que se autodeclarem negros.

Ou seja, no primeiro parágrafo da resolução consta, que no início da implantação do sistema de cotas na UEPG, 10% das vagas de cada curso, nos processos seletivos, seriam destinadas aos candidatos oriundos das escolas públicas, e 5% seriam reservadas aos candidatos negros, também oriundos de instituições públicas de ensino. Diferença discrepante da proposta inicial do processo, que era 40% das vagas destinadas à cota social e 10% à cota para negros.

O Art. 6º da resolução determina, que o prazo de vigência desta lei institucional, seria válido por 8 anos letivos, contados a partir do ano de 2007. Os limites nas taxas de vagas definidas para os estudantes negros e não negros oriundos das escolas públicas, ano a ano, ganhariam uma porcentagem de acréscimo. Algo que foi definido no I e II incisos do Art. 6º: “I- 5% a cada ano para estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino; II- 1º a cada ano para estudantes negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino” UEPG (2006). Estes índices foram sendo agregados às reservas de vagas entre os anos de 2007 a 2014, que podemos contemplar através da tabela elaborada por Glap et al. (2011), (Tabela 1).

TABELA 1- UEPG: Acréscimos nos números de vagas reservadas aos candidatos negros e estudantes oriundos das escolas públicas entre 2007 a 2014

Ano	Para Estudantes Negros Oriundos de Escola Pública	Para Estudantes Oriundos de Escola Pública
2007	5 %	10%
2008	6 %	15 %
2009	7 %	20 %
2010	8 %	25 %
2011	9 %	30 %
2012	10 %	35 %
2013	11 %	40 %
2014	12 %	45 %

Fonte: Glap et al. (2011, p.6)

Observando esta tabela, é possível observar, que segundo Glap et al. (2011), realmente houve o acréscimo que foi determinado pela Resolução UNIV N° 9/2006, na reserva do número de vagas destinadas às políticas de cotas, tanto para a cota racial como a social. Pois, no ano de 2007, ano em que a política de cotas entrou em vigor na instituição, as vagas para candidatos oriundos das escolas públicas eram de 10%, e para os negros 5%. Todavia, com o acréscimo anual de 5% no número de vagas destinadas aos

estudantes das escolas públicas e 1% para os negros, durante oito anos, até o ano de 2014, a expectativa das políticas de cotas na UEPG, converge com a proposta inicial do processo, que gerou tal resolução. Ou seja, estes acréscimos, a longo prazo, atingiram os percentuais de 12% de inclusão na cota racial e 45% na cota social.

Nesta perspectiva, analisando esta resolução, também observamos, que antes a universidade apresentava uma noção que determinava o modelo de estudantes oriundos das escolas públicas, a qual destacamos no seguinte artigo UEPG (2006, p.2):

Art. 2º Entende-se por estudante oriundo de escolas públicas, aquele que realizou o 3º e 4º Ciclos (5º a 8º série) do Ensino Fundamental e o Ensino Médio em escola pública, havendo tolerância para até 2 (dois) anos cursados em outra escola não pública, exceto no Ensino Médio.

Analisando o Art. 2º da primeira resolução da lei de cotas na UEPG, que corresponde à reserva de vagas tanto para a cota social como para a cota racial, constatamos que dentro das regras da instituição, eram considerados estudantes oriundos das escolas públicas os candidatos, que nunca cursaram, ou que cursaram até dois anos do ensino fundamental da educação básica em uma instituição de ensino privada. Pois, esta norma institucional, não se aplicava aos candidatos, que foram matriculados em alguma série do ensino médio, em instituições de ensino particulares.

Também, consta na Resolução UNIV N°09 de 26 de abril de 2006 da UEPG (2006, p.2), na parte que corresponde a questão da autodeclaração, como principal requisito das cotas destinadas aos negros, é decretado no Art. 3º, que: “Considerando-se negro o candidato que assim se declarar e apresentar traços físicos característicos deste grupo étnico”.

De acordo com o Art. 3º desta resolução, a questão da autodeclaração, na cota para negros⁶, é somente válida, se o candidato apresentar traços fenotípicos da **raça negra** (grifo meu), que neste artigo que destacamos da resolução UEPG (2006), está sendo referida como “grupo étnico”. Este termo, futuramente, também irá repercutir na atual resolução do sistema de cotas da UEPG, e também, dentro da criação da cartilha informativa sobre cotas, que a instituição elaborou em 2015. A qual analisaremos neste

⁶ A banca de constatação foi eliminada do atual sistema de cotas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por influência do modelo de outras universidades públicas, tanto federais como estaduais. Todavia, em concursos públicos, em âmbito nacional, a partir do ano de 2016, é obrigatório que hajam bancas de constatação nos testes seletivos.

trabalho, buscando explorar a referida reflexão entre os diversos tópicos que a cartilha informativa aborda.

Continuando com a contextualização do processo de implementação, do desenvolvimento das políticas de cotas na UEPG, chegamos ao recorte histórico das políticas de ações afirmativas na instituição, que se tornou nosso objeto de estudo. Pois, passados os oito anos de vigência das políticas de cotas na universidade, no ano de 2013, chegou o momento em que a UEPG precisava avaliar o andamento, os resultados, rever e decidir sobre como seria o futuro de tais políticas públicas implementadas pela instituição.

De acordo com a ata das reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário que ocorreram nos dias 25/11/2013, 02/12/2013 e 09/12/2013. No dia 5 e 6 de junho de 2013, a Pró- Reitoria de Avaliação e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implantação das Políticas de Cotas promoveram dois seminários, um que ocorreu no Campus Central da UEPG e o outro que foi no Campus de Uvaranas. Com o objetivo de apresentar alguns dados gerados relativos à política de cotas na instituição, UEPG (2013).

Ainda segundo este documento, após a realização destes dois seminários, os setores, os representantes dos setores e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implantação das Políticas de Cotas decidiram criar outro grupo de trabalho. Assim como aconteceu a oito anos atrás, no início das discussões sobre a implementação das políticas de cotas na universidade. No primeiro seminário, houve a solicitação de inclusão de um representante do CEPE para dar início ao levantamento dos dados numéricos.

Segundo o documento UEPG (2013), durante estes dois seminários, ocorreram várias reuniões com o presidente do grupo de trabalho. Como resultados, houve duas proposições para as leis de cotas na UEPG, uma proposição advinda do CEPE e a proposição do grupo de trabalho, a qual correspondia ao “Processo nº **19.163/2013**” UEPG (2013, p.1 grifo do autor), que foi apresentada junto com a proposição do CEPE, por um dos Conselheiro na reunião do COU, que ocorreu no dia 25 de novembro de 2013, UEPG (2013).

Ainda de acordo com a ata das reuniões do COU de 2013, a proposta do Grupo de Trabalho baseava-se em manter as políticas de cotas na instituição, para a cota social e para cota destinada aos candidatos negros. Nesta proposta, diferentemente da resolução

anterior, o candidato deveria ter cursado integralmente a educação básica somente em instituições públicas de ensino, UEPG (2013).

No requisito cotas para negros, a proposta do grupo de trabalho era favorável e sugeria a eliminação da banca de constatação, que não consta na 1ª resolução da lei de cotas na UEPG. Pois, vale salientar que a Resolução UNIV N° 9/2006 passou por alguns ajustes, tornando-se a Resolução UNIV N° 36 de 11 de outubro de 2011, que na verdade é uma consolidação da resolução anterior, onde era estipulado a banca de constatação nos processos seletivos da UEPG.

A proposta do Grupo de Trabalho, também sugeria a eliminação da banca de constatação e a implementação do sistema de autodeclaração, através do preenchimento de um formulário. Tal proposta também visava distribuir as vagas em 57% para o sistema de cota social e 43% para o sistema de cota universal, UEPG (2013).

A proposta elaborada pelo CEP, consistia em distribuir as vagas em 50% para a cota social e 50% para o sistema universal, em um processo decrescente, até chegar a um piso de 35%. Em tal proposição, não havia a opção de manter o sistema de cota para estudantes negros oriundos das escolas públicas. Ainda, de acordo com o documento oficial da instituição, na reunião do COU de (2013), após a exposição das proposições e manifestações dos conselheiros, durante reunião do dia 25 de novembro de 2013, UEPG (2013, p.8):

o senhor Presidente colocou em votação a matéria, que assim articulou: a) manutenção do sistema de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas - aprovado unanimidade; b) considerar estudante oriundo de Instituições Públicas de Ensino aquele que tenha cursado integralmente, e de forma exclusiva, o Ensino Fundamental e Médio em escola pública - aprovado por maioria; c) manutenção do sistema de cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas - indeferido por maioria, computado 13 (treze) votos favoráveis e 17 (dezesete) votos contrários

Analisando este trecho da ata n°06/2013, observamos que a na votação do processo n° 19.163/2013, que entre a proposição do grupo de trabalho para as políticas de cotas na UEPG, e a proposição do CEPE. A proposta do CEPE foi a vencedora, pois, por unanimidade, os Conselheiros aprovaram a manutenção da cota social, a maioria dos votos também era favorável à opinião de que a instituição deveria considerar como estudante oriundo de instituições públicas de ensino, somente estudantes que cursaram integralmente a educação básica em escolas públicas, ou seja, o ensino fundamental e o

ensino médio. Ainda de acordo com a ata oficial da instituição, UEPG (2013), houve 13 votos favoráveis e 17 votos contra a manutenção do sistema de cotas para estudantes negros advindos de instituições públicas de ensino. Este fato representou uma eventual extinção das políticas de cotas raciais na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Como expomos brevemente em nossa introdução, tal decisão dos conselheiros gerou oposição e inúmeras manifestações, por parte da comunidade acadêmica como: corpo discente, movimento estudantil, professores, funcionários, SINDIUEPG, e principalmente, o NUREGS e dos Movimentos Sociais, como a presença do Movimento Negro da região de Ponta Grossa.

Após tais reivindicações, o processo volta à pauta, de acordo com a ata das reuniões do COU de 2013, no dia 02 de dezembro, houve uma nova assembleia do Conselho Universitário, que contou com a participação de manifestantes como integrantes da comunidade acadêmica em geral, UEPG (2013). Durante esta reunião, um conselheiro realizou a proposição de manter a mesma política de cotas, no período de um ano, no qual este tema seria amplamente discutido pela comunidade acadêmica. A relatora do grupo de trabalho propôs distribuir 50% das vagas para o sistema universal, 50% para a cota social e 10% para a cota de negros, UEPG (2013).

Outro conselheiro também expôs a proposição, que sugeria que 50% da reserva de vagas fossem destinadas aos estudantes negros e não negros oriundos de instituições públicas de ensino, com redução de até 35%. Segundo UEPG (2013), tal proposição também era favorável à manutenção da banca de constatação na cota para negros, com prazo de validade de até 8 anos, podendo ser revista no quarto ano de vigência.

Depois de longas horas e intensos debates, houve uma nova votação e na reunião do dia 09 de dezembro de 2013, por ampla maioria de votos, a proposta da relatora do grupo de trabalho foi aprovada e se tornou a Resolução UNIV N° 17/2013, UEPG (2013), na qual consta o Art. 1º:

Fica estabelecido que das vagas ofertadas nos Concursos Vestibulares para ingresso nos Cursos de Graduação Presenciais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, serão reservados, pelo sistema de cotas, por curso e turno, o percentual de 50% (cinquenta por cento) aos candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, embutido, dentro deste percentual, 10% (dez por cento) aos candidatos que se autodeclararem negros.

De acordo com a atual resolução, que rege as políticas de cotas na UEPG, nos processos seletivos de vestibular e PSS, 40% das vagas serão destinadas aos candidatos oriundos de escolas públicas e 10% aos estudantes negros, também provenientes da rede pública de ensino, com eliminação da banca de constatação. Os outros 50% das vagas serão destinadas à cota universal. Observe, que a nova lei de cotas é a mesma proposição que foi negada na votação, que ocorreu durante as primeiras reuniões do ano de 2005, quando a instituição se mobilizou para instaurar as políticas de cotas.

De acordo Resolução UEPG UNIV N° 17/2013, no 2° parágrafo do Art. 1°, o sistema de cotas para afrodescendentes “§2° Considera-se negro o candidato que declarar que pertence a este grupo étnico” (UEPG, 2013). Ou seja, não há mais bancas de constatação nos processos seletivos da instituição. Observe, que novamente, o aspecto que corresponde à identidade racial negra é referido como “grupo étnico” UEPG (2013). Prosseguindo com a contextualização do sistema de cotas na UEPG, identificamos que a partir da Resolução UNIV N° 17/2013, a instituição passou a aderir ao sistema documental de autodeclaração:

Art. 2° A declaração do candidato negro será feita em formulário próprio do qual constatar a advertência de que a falsa declaração implicará a exclusão do processo de seleção do processo de seleção, a impossibilidade de concorrer novamente às vagas reservadas ao sistema de cotas e o cancelamento de matrícula de eventual curso no qual tenha ingressado pelo sistema de cotas.

Entre as modificações nas políticas de cotas na UEPG, destacamos a nova concepção sobre estudante oriundo de escolas públicas que a instituição passa a aderir, presente em UEPG (2013, p.2) no Art. 5°. “Será considerado estudante oriundo de Instituições Públicas de Ensino aquele que tenha cursado integralmente, e de forma exclusiva, o Ensino Fundamental e Médio em escola pública”. Ou seja, a partir desta nova resolução, somente os candidatos que cursaram a educação básica, integralmente em escola pública, poderão concorrer às vagas nos processos seletivos da UEPG, através das modalidades de cota racial ou social.

Após o período de um ano, a atual resolução de cotas teve consequências e novos desdobramentos. Pois, a partir das alterações que foram implementadas no sistema de cotas na UEPG, novas polêmicas começaram a surgir. Isto demandou no investimento em informações e orientações aos candidatos, que aspiravam ingressar em cursos de graduação presenciais, através do sistema de cotas para estudantes oriundos de escolas

públicas ou pelas cotas para negros, também advindos de instituições da rede pública de ensino.

Foi então, que a universidade decidiu elaborar uma cartilha informativa sobre as regras para o ingresso através do sistema de cotas na UEPG. Tal cartilha informativa, a princípio, gerou polêmica, por conta da maneira como os conteúdos eram apresentados. Até que esta foi retirada de circulação, a fim de ser reelaborada e após ser completamente corrigida e reeditada, no início do ano de 2016 foi publicada.

Por fim, após nossa contextualização e apresentação deste histórico do processo de implementação das políticas de ações afirmativas no Brasil, no estado do Paraná e no contexto da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no próximo capítulo abordaremos a fundamentação teórica em que se baseia esta pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme elencamos na introdução, esta pesquisa enquadra-se na área dos Estudos da Linguagem. Na qual priorizamos a abordagem da temática das ações afirmativas, especificamente as políticas de cotas no ensino superior público brasileiro, pelo eixo teórico-metodológico sobre língua e semiose da Análise Crítica do Discurso.

Este capítulo está dividido em dois momentos. No primeiro tópico, nossas discussões teóricas serão baseadas nas teorizações de Fairclough (2005 e 2008), Van Dijk (2001, 2008 e 2005), Magalhães (2005), Ottoni (2007), Pereira (2011), Sales (2012), Resende e Ramalho (2005) e Pagano e Magalhães (2005), sobre a relação entre ACD e questões sociais.

No segundo item, discutiremos sobre a relação entre discurso e poder dentro de um sistema social de desigualdade racial, pautando-nos em Van Dijk (2001, 2008 e 2010), Muniz (2009), Oliveira (2006), Moita Lopes (2013), Rivas e Diez (2014) e Blommaert (2006).

2.1 Análise Crítica do Discurso como fundamento teórico-metodológico

Durante nossas leituras sobre a Análise Crítica do Discurso, encontramos algumas diferentes nomenclaturas para este termo, como: “Análise Crítica do Discurso”, ACD, “Análise de Discurso Crítica” (ADC), ou como o próprio Fairclough (2008) se refere, “Estudos Críticos do Discurso” (ECD). O autor menciona, estes são apenas nomes distintos, que definem a mesma teoria. Desta maneira, assim como a maioria dos autores, que compõem nossa fundamentação teórica, neste trabalho somente utilizaremos o termo Análise Crítica do Discurso, ou ACD.

De acordo com Magalhães (2005) e Ottoni (2007), a Análise Crítica do Discurso é considerada herdeira da perspectiva teórica intitulada Linguística Crítica (LC), que foi iniciada pelos estudiosos Roger Fowler e Guther Kress, na Universidade de *East Anglia*, na Grã-Bretanha no ano de 1979. Segundo Magalhães (2005), a partir da década de 1980, outros estudiosos procuraram desenvolver esta abordagem. Dentre estes teóricos destaca-se o linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de *Lancaster*, que foi um dos pioneiros a utilizar a terminologia Análise de Discurso Crítica, dentro de um artigo no *Journal of Pragmatics*.

Fairclough (2005) e Ottoni (2007) explicam, que tanto a abordagem teórica da LC como a ACD foram extremamente influenciadas por pesquisas, principalmente, do âmbito da Teoria Crítica, que é uma vertente do eixo teórico da Teoria Social. Tais perspectivas teóricas são fortemente ligadas aos trabalhos dos filósofos Michel Foucault e Antonio Gramsci, membros da Escola de *Frankfurt*. Pois, a Linguística Crítica contribuiu bastante “para a compreensão da linguagem, de sua relação com o social e com noções de ideologia e poder. Com o desenvolvimento desta perspectiva teórica chegou-se à proposição da Análise Crítica do Discurso” (OTTONI, 2007, p.19).

Assim como Resende e Ramalho (2009) expõe, a ACD também forma parte do campo da ciência social crítica, porque, nesta área são desenvolvidas pesquisas críticas, sobre mudança social na sociedade moderna. O termo discurso, para esta perspectiva teórica, apresentaria uma ambiguidade, de tal forma, que a terminologia discurso se remeteria a “um substantivo contável, em relação a “discursos particulares”- como por exemplo, o discurso religioso, o discurso midiático, o discurso neoliberal” (RESENDE e RAMALHO, 2009, p.28). Nesta perspectiva, dialogando com as autoras, Van Dijk (2010) define a ACD como:

um tipo de investigação analítica e discursiva que estuda principalmente como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (VAN DIJK, 2010, p.113)

Pode-se compreender, de acordo com a definição do autor sobre a ACD, que este eixo teórico seria uma vertente da Teoria Social do Discurso. Porque, tal referencial teórico envolve a Análise do Discurso, com ênfase em uma percepção da linguagem como fato social. Neste sentido, Sales (2012) argumenta, que entender o uso da linguagem como prática social, seria o mesmo que situar historicamente a linguagem como modo de ação. Uma vez, que “significa compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também que é constitutivo de identidades e relações sociais bem como sistema de crenças” (SALES, 2012, p.31).

Magalhães (2005) também acrescenta, que esta abordagem dos estudos linguísticos é bastante forte no Brasil, desde o início da década de 1980, a partir da publicação da primeira edição no ano de 1983, do primeiro livro de Eni Orlandi intitulado

A linguagem e seu funcionamento (grifo meu). Desde então, esta tradição se consolidou pelo Brasil como Análise de Discurso.

Por este motivo, presumimos que Pereira (2011), antes de discutir sobre ACD, inicialmente realiza uma apresentação sobre o campo da Análise do Discurso, elencando que este referencial teórico-metodológico:

inclui uma preocupação com o texto, discurso, e contexto relacionando ao fato de que a ela representa uma metodologia, e não apenas um método, que personifica um ponto de vista fortemente construtivista do mundo social (PEREIRA, 2011, p.90).

Neste sentido, Sales (2012) também introduz, que a análise do discurso pode ser compreendida de forma ampla, como uma perspectiva teórica-metodológica, que se constituiu através de uma abordagem, que envolveu intensa infiltração nas pesquisas dos campos das Ciências Humanas e Sociais. Visto, que “são inúmeras as definições possíveis para a análise do discurso. E há, igualmente, variações acréscimos e distinções que operam modificações adicionais” (SALES, 2012, p.29).

Dialogando com Sales (2012), Pereira (2011) apresenta a Análise Crítica do Discurso como sendo uma vertente da Análise do Discurso. Na qual esta perspectiva teórica também se torna um eixo metodológico, cujo objeto de estudo seria: texto, discurso e contexto social. Pois, a Análise do Discurso “compartilha a preocupação de todas as aproximações qualitativas com o significado da vida social, mas tenta fornecer um questionamento mais profundo sobre o estudo de sentido” (PEREIRA, 2011, p.90). Neste sentido, segundo o raciocínio do autor, a preocupação da Análise do Discurso consiste em descobrir como são reproduzidas determinadas realidades sociais, visando “descrever aquilo que é dito, mas do ponto de vista da sua existência, ou seja, visa descrever as condições de existência” (PEREIRA, 2011, p.92-93).

Em congruência com o autor, Fairclough (2008) e Van Dijk (2010) argumentam, que a principal contribuição deste método para o estudo do discurso, é seu grande empenho, para justificar a importância da função dos linguistas para os cientistas sociais e outros estudiosos. Considerando, que para “os analistas críticos do discurso, é fundamental a consciência explícita do seu papel na sociedade” (VAN DIJK, 2010, p.114).

Nesta perspectiva, Pereira (2011) elenca, que a contribuição mais importante do eixo teórico da ACD para a sociedade, seria o “fato dela examinar o modo pelo qual a

linguagem constrói os fenômenos, e não apenas como ela os reflete ou os revela” (PEREIRA, 2011, p.90). Desta forma, a Análise do Discurso visualiza o discurso, como um elemento constituinte do mundo social. De tal forma, que este eixo teórico assume, que questões de interação humana não podem ser conhecidas separadamente do discurso.

Pois, Fairclough (2008), um dos pioneiros da ACD, seguindo a linha teórica de Ferdinand Saussure, pai da linguística, considera a língua e sua utilização como um fenômeno sistemático e social. O autor destaca os termos linguagem, e conseqüentemente, o termo discurso em um sentido mais estreito:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (FAIRCLOUGH, 2008, p.91)

Compreendemos nesta definição que Fairclough (2008) atribui aos termos discurso e linguagem, que tais elementos seriam considerados práticas sociais, nas quais o discurso exerce o papel de representação e de ferramenta transformadora nas relações de poder. Ou seja, este seria o ponto de partida da ACD. Neste sentido, Pereira (2011, p.91) define a Análise Crítica do Discurso “como uma abordagem de situações de interação social que tomam uma forma linguística”. Considerando, que tanto a ACD como a Análise do Discurso, ambas têm o seu olhar voltado para a relação: texto que reproduz discursos, que influenciam um ao outro, ao mesmo tempo em que são influenciados pela vida social. O texto, na visão de Ottoni (2007), entraria neste processo como sendo “o canal principal da transmissão da cultura; e é este aspecto- texto como processo semântico da dinâmica social- que mais do que qualquer outra coisa tem moldado o sistema semântico” (OTTONI, 2007, p.30).

Assim como também Sales (2012) teoriza, os textos sob a influência de ideologias também são repletos do elemento da interdiscursividade e a grande marca representacional desta, manifesta-se nas escolhas lexicais, logo que, “é por intermédio do vocabulário que se podem divisar os temas ali tratados bem como a perspectiva particular de representação” (SALES, 2012, p.41). Nesta perspectiva, Pereira (2011) também acrescenta, que dentre as peculiaridades da ACD, destaca-se:

A ênfase no papel das ações discursivas na constituição e sustentação de relações de poder, na capacidade dos atores de manejarem processos discursivos e na luta dialógica refletida no privilegiamento de um tipo particular de discurso em detrimento de outros. (PEREIRA, 2011, p.91)

De acordo com a observação do autor, a ACD explica o papel das ações discursivas dentro do processo de construção e sustentação das relações de poder. Analisando como os atores, os sujeitos manipulam os esquemas discursivos, que repercutem na luta dialógica, para privilegiar algum discurso específico e delimitar a influência de outros tipos de discursos.

Neste sentido compreendemos, que tal exemplificação exposta por Pereira (2011), dialoga com a concepção que Ottoni (2007) atribui à concretização da relação entre hegemonia e ideologia. Visando que “o conceito de hegemonia enfatiza a importância da *ideologia* ao estabelecer e manter relações de dominação”, (OTTONI, 2007, p.23). Por esta razão, é possível compreender, que é através das ações discursivas, que as ideologias são propagadas. Considerando a tese, de que não há discursos neutros. Pois, todo o discurso é orientado por ideologias, que são divulgadas. A fim de atender às necessidades de quem aspira delimitar outros discursos opostos aos seus interesses, nas relações de poder.

Em congruência com Ottoni (2007), Sales (2012) também argumenta, que para ACD “ao fazermos o uso da linguagem, recorremos a maneiras particulares de representar, de agir e identificarmos o mundo e a nós mesmos. E, para tanto, lançamos mão de discursos, gêneros e estilos específicos” (SALES, 2012, p.31). Desta maneira, compreendemos que na visão da autora, o discurso seria orientado tanto pelo interlocutor, potencial ou real, quanto para todos os enunciados e discursos que o precedem.

Portanto, a tendência destes diálogos nos textos, é para que haja ostentação de polêmicas, que poderão ser explícitas ou implícitas. Por este motivo, Sales (2012) nos induz a refletir, que a linguagem se torna um espaço pela luta hegemônica. A autora ainda salienta, que a ACD indica, que é “*no e pelo* discurso” (SALES, 2012, p.34, grifo do autor), que o combate pela hegemonia é travado. Que este, por sinal, é alinhavado através da noção ideológica.

Nesta perspectiva, os termos ideologia e hegemonia estariam relacionados ao objeto de estudo de nossa pesquisa. Porque, novamente salientamos, que o objetivo principal deste trabalho é focado na análise dos discursos e encaminhamentos presentes

nos embates, que resultaram na criação de uma resolução específica, para as políticas de cotas de uma universidade pública. Para esta finalidade, estamos utilizando como principal perspectiva teórica-metodológica e eixo de análise, a ACD. Como também já discutimos anteriormente neste tópico, baseando-nos em Van Dijk (2010) e Fairclough (2005 e 2008). Compreendemos que o termo discurso seria o principal elemento, que reflete ideologias. Por esta razão, entendemos que o discurso, também se torna o principal ambiente no qual os embates ideológicos ocorrem.

Que no caso específico que estamos investigando nesta pesquisa. Os embates ideológicos se refletem, na divergência entre os discursos e noções ideológicas manifestadas nas reivindicações da comunidade acadêmica e dos Movimentos Sociais, que debateram e divergiram da decisão tida como hegemônica. Que foi a inicial remoção das políticas de cotas no contexto da UEPG, no final do ano de 2013. Considerando, que tal proposta, que posteriormente se tornou a decisão do Conselho Universitário, foi votada pelo corpo docente, composto por um grupo de conselheiros, que naquela época formava o COU da UEPG.

Por esta razão, compreendemos que segundo Sales (2012), os eixos que norteiam o campo da ACD envolvem: a identificação dos sujeitos, que se beneficiam dos discursos ideológicos, e a forma de como estes sustentam o desequilíbrio da desigualdade nas relações de poder. Neste sentido, Pereira (2011) teoriza, que o discurso seria um modo de ação, pelo qual as pessoas podem agir sobre o mundo. Principalmente, de alguma maneira, repercutir na vida de outras pessoas. Uma vez que, “a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética” (PEREIRA, 2011, p.91). Contudo, é possível concluir, que a relação entre discurso e estrutura social é um fenômeno intrínseco. Porque, ao mesmo tempo em que estes elementos se constroem, ambos são moldados um pelo outro.

Desta maneira, de acordo com Pereira (2011, p.93): “O discurso centraliza-se na linguagem, nos conteúdos, na lógica dos discursos e na sua relação com os poderes que se escondem atrás desses discursos”. De tal forma, que segundo o autor, as relações discursivas apresentam a capacidade de criar padrões, estabelecer regras e comportamentos, códigos de conduta comuns a grupos e classes sociais, dentro da sociedade como um todo. Assim como Sales (2012) afirma:

De fato, é ponto de capital importância para a análise crítica do discurso o reconhecimento da existência e da circulação de diferentes discursos, ligados a campos sociais igualmente diferenciados e que expressam interesses os mais plurais possíveis. Estes interesses, contudo, algumas vezes são apresentados como universais, neutros justos ou legítimos. (SALES, 2012, p.31)

Ou seja, Sales (2012) dialogando com Magalhães (2005), também argumenta, que o que o difere a abordagem da ACD das demais vertentes do eixo teórico da Análise do Discurso. Seria a prioridade atribuída pelo pesquisador, que segue o fundamento teórico da ACD, ao contexto social em que o texto é produzido, a ênfase à dimensão crítica relacionada “com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais, o que inclui as relações de gênero e classe social” (MAGALHÃES, 2005, p.6).

Por conseguinte, como elencamos anteriormente, seguimos a perspectiva teórica discutida por Fairclough (2005 e 2008) e Pagano e Magalhães (2005, p.27), de que “o texto se apropria seletivamente dos sistemas linguísticos”. Segundo os autores, a análise da linguística sistêmica torna-se inerente em favor da linguagem, como um sistema que envolve escolhas ou seleções de alternativas, que constituem potencial de significação. Assim, repercutindo em inclusão e exclusão de elementos linguísticos e discursivos, uma vez que, como Pagano e Magalhães (2005, p.28) enfatizam: “a análise textual é puramente descritiva” ao mesmo tempo em que a mesma possibilita a interpretação destas escolhas que podem ser lexicais, discursivas e etc.

Neste sentido, Sales (2012) ressalta, que a metodologia de pesquisa, com ênfase na ACD, induz o pesquisador a refletir sobre a relação entre texto e discurso, durante suas análises, visando contestar aos seguintes questionamentos: Qual a finalidade da produção do texto? Para quem o texto foi produzido e por quê? O orador ou o autor destes discursos apresentam algum/s objetivo/s oculto/s específico/s? E se assim o for, qual/quais é/são este/s objetivo/s? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente subjaz no texto? Estas perguntas nortearam nossas análises e as retomaremos no capítulo de nossa metodologia.

Seguindo esta perspectiva teórica, o presente trabalho também segue a linha de Análise do Discurso Crítica, com ênfase nas relações raciais, proposta por Van Dijk (2008). Porque, assim como enfatiza Magalhães (2005), Van Dijk (2001, 2008 e 2010) para a ACD tem contribuído como organizador das discussões teóricas, que abarcam

discurso e racismo na sociedade contemporânea, dentro deste universo que compõe a ACD.

Uma vez, que como Van Dijk (2001) enfatiza, a noção de racismo na sociedade, inicialmente, pode parecer não estar relacionada à noção de discurso. Logo, a semântica da terminologia discurso pode estar vinculada somente ao sentido de articulação. No entanto, na concepção do autor, esta noção estaria completamente equivocada. Visto que, os discursos ao serem propagado através de textos orais ou escritos, desempenham papel crucial para a propagação do racismo contemporâneo. Este aspecto procuraremos abordar minuciosamente nos capítulos que correspondem às nossas análises.

2.2 Discurso e poder dentro de um sistema social de desigualdade racial

Segundo Van Dijk (2008, p.14), “na América Latina o racismo está enraizado no colonialismo e nas subsequentes formas de dominação social, econômica e cultural pelas elites (mais) brancas”. Neste sentido, o autor elenca, que o racismo não é algo inato, mas, assimilado através de todo um complexo processo cognitivo. O qual envolve vários elementos, tais como: escolas, meios de comunicação de massa, através de observações diárias e interações sociais, que Kleiman (1995, p.20, grifo do autor) define como “*agências de letramentos*”.

Para a autora, as chamadas agências de letramentos seriam entidades mediadoras de vários conjuntos de práticas de letramentos, que podemos compreender, como sendo propagações de informações nos processos de ensino-aprendizagem, que atuam diretamente na formação humana. Para esta finalidade, as agências de letramentos, através de suas práticas sociais, utilizam como principais meios de comunicação, tanto a escrita como a fala, que são inseridos em contextos sociais específicos. Com o intuito de atingir a objetivos especiais. Por esta razão, Kleiman (1995) categoriza como agências de letramentos entidades, como: igrejas, escolas, universidades, meios de comunicação em massa, observações, interações sociais diárias e etc. Desta maneira, Van Dijk (2008) dialoga com Kleiman (1995), ao afirmar que:

é baseado na conversação e no contar histórias diárias, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal nos programas de TV nos estudos científicos, entre outros. Muitas práticas de racismo cotidiano, tais como as formas de discriminação podem até certo ponto ser explicadas, legitimadas ou sustentadas discursivamente de outro modo. Em outras palavras maioria dos

membros dos grupos dominantes aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de eventos comunicativos. (VAN DIJK, 2008, p.15)

É possível compreender, que na concepção do autor, o processo de ensino-aprendizagem promovido, através das chamadas práticas de letramentos teorizadas por Kleiman (1995), ou mediações no processo de ensino-aprendizagem, na formação humana podem promover assimilação e aprendizado do racismo. Uma vez, que conforme Van Dijk (2001 e 2008) teoriza, o racismo é um fenômeno amplamente discursivo.

El discurso puede ser en primera instancia una forma de discriminación verbal. El discurso de la élite puede constituir, así una forma de racismo de la élite. De la misma manera, la reproducción de los prejuicios étnicos se fundamentan dichas prácticas sociales ocurren en gran parte a través del texto, de la charla y de la comunicación. (VAN DIJK, 2001, p.191)⁷

Nesta perspectiva, Oliveira (2006) compreende o fenômeno do racismo, como um processo político ideológico, que mascara ou falsifica a realidade e “encobre as relações subordinadas ao processo econômico” (OLIVEIRA, 2006, p.53). A autora ainda ressalta, que “o racismo é um conjunto de ideias e posturas que fundamentam a discriminação” (OLIVEIRA, 2006, p.54). De acordo com Cunha (2008), Sardelich (2006) e Manguel (2001), tanto as imagens, como situações sempre vividas pelo ser humano são armazenadas em nossas mentes e compõem narrativas, que podem ser consideradas textos. Porque, estes elementos se enquadram na definição, que Marcuschi (2008) atribui para que um evento comunicativo seja considerado um texto, o qual seria:

um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sociohistórico. De certo modo, pode-se afirmar que o texto é uma (re) construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo (MARCUSCHI, 2008, p.72)

É possível compreender a partir da definição que Marcuschi (2008) atribui aos textos. Que as narrativas imagéticas, na condição de textos, que também atuam na formação humana, são eventos comunicativos. Pois, nelas há convergência de ações linguísticas, cognitivas e sociais, assim, transmitindo mensagens para os interlocutores.

⁷ O discurso pode ser em primeira instância uma forma de discriminação verbal. O discurso da elite pode constituir, assim uma forma de racismo da elite. Da mesma maneira, as reproduções dos preconceitos étnicos se fundamentam em tais práticas sociais que ocorrem em grande parte através do texto, da fala e da comunicação. (Tradução minha)

Que podem nos ser apresentadas, através da composição de diversificados gêneros textuais, como: fotografia, desenho, pintura, charge, cartum, histórias em quadrinhos, e etc. Segundo Marcuschi (2008), os gêneros textuais atuam nas relações de poder, como:

atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder”. Portanto, para o autor os gêneros textuais como elemento da linguagem podem ser utilizados dentro de uma esfera discursiva como ferramenta de controle social “incontrolável, mas não determinista (MARCUSCHI, 2008, p. 162)

Nesta perspectiva, visando a influência dos discursos nas construções de identidades, Muniz (2009, p.8) contextualiza, que “a identidade e as relações de poder deixaram de ser apenas uma questão de classe para acontecer nos grupos e Movimentos Sociais”. Em concordância com Muniz (2009), Moita Lopes (2013), também nos induz a refletir, que nesta forma de manifestação da língua, através do exercício da autoafirmação da identidade, sempre há discursos que defendem interesses políticos. Uma vez, que conforme o autor nenhum discurso é neutro.

Por este motivo, como discutimos no primeiro tópico deste capítulo, Fairclough (2008) aborda o conceito de discurso relacionando-o sempre aos elementos ideologia e poder. Que em nossa concepção, compreendemos tanto para a explicação do contexto de nossa pesquisa. Como para as teorizações de Fairclough (2008 e 2005), que o termo ideologia é apresentado como um conjunto de ideias e concepções, que formam parte dos padrões culturais de uma sociedade historicamente situada. A terminologia poder, compreendemos como não sendo somente sinônimo de conquista da hegemonia, governo, autoridade ou domínio de direção. Não obstante, visualizamos principalmente, como capacidade de influenciar, agir e gerar efeitos, que abalem as estruturas sociais, dentro de um determinado contexto.

Pois, como refletimos em vários momentos deste capítulo, nos textos há discursos, que são elementos, que reproduzem ideologias. Logo, nos é possível constatar, que os discursos são ferramentas bastante utilizadas nas relações de poder. Ou seja, no contexto desta pesquisa, através da interação do debate, para decidir quem também pode influenciar, persuadir e causar efeitos. Estes aspectos resumem os fatos que deram origem ao nosso objeto de estudo.

Neste sentido, houve uma situação, que foi reflexo de uma ou mais ideologias, que só se concretizou através dos discursos. Este fato causou vários efeitos, dentre eles

causou a comoção na comunidade acadêmica, no NUREGS e nos Movimentos Sociais, que se mobilizaram em prol de outra/s ideologia/s opostas à decisão do Conselho Universitário. Estas ideologias, que a comunidade acadêmica defendia, também foram expostas através dos discursos manifestados por intermédio de capazes e outros meios. A fim de causar o efeito, de alterar a decisão do Conselho Universitário. Pois, a prática discursiva se constitui de forma criativa e convencional, de tal forma, que esta “contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença), como é, mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2008, p.92).

Nesta perspectiva, Moita Lopes (2013), em concordância com Fairclough (2008), acrescenta que a abordagem da língua associada aos aspectos sociais e culturais, passaria a se tornar um projeto discursivo e não um fato estabelecido. De tal forma, que o projeto discursivo é orientado por ideologias. Porque, seguindo o raciocínio de Pereira (2011, p.94): “A ideologia encontra-se localizada tanto nas estruturas-ordens de discurso-que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos que reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras”. É possível compreender de acordo com o autor, assim como Rivas e Diez (2014) e Blommaert (2006) também argumentam, que a essência do impacto que o discurso provoca nas estruturas sociais, está presente nas ideologias transmitidas e assimiladas, através da propagação deles.

Nesta perspectiva, Ottoni (2007, p.14) exemplifica e contextualiza este processo, ao mencionar, que “vivemos um momento histórico de intensas mudanças sociais e discursivas e, em função disso, cada vez mais cresce a conscientização sobre a importância da linguagem que se insere como sistema mediador de todos os discursos”.

Ou seja, segundo a contextualização da autora, este espaço histórico, classificado como dinâmico, está relacionado aos aspectos sociais e discursivos. Principal fator, que chama cada vez mais a atenção, para a relevância da linguagem em todo este processo, como a principal mediadora de todos os discursos, que sempre são orientados por ideologias.

uma vez no discurso e através dele os indivíduos produzem, reproduzem, ou desafiam as estruturas e as práticas sociais onde se inserem, descrever e explicar os gêneros discursivos, relativamente às representações, relações

sociais e identidades neles e por eles construídas, é útil e necessário (OTTONI, 2007, p.14)

Seguindo o raciocínio de Ottoni (2007), em congruência com Marcuschi (2008), o poder multidimensional do discurso, que possui múltiplas dimensões, ou níveis de campos variados. O discurso se tornaria para os indivíduos, uma espécie de arma capaz de causar vários efeitos nas estruturas e práticas sociais. Seguindo esta linha de raciocínio, Muniz (2009, p. xi) exemplifica, que a

polarização entre brancos e negros” como estratégia social do movimento negro tornou-se ferramenta para adquirir força política para a identidade negra “que até então estava diluída no “discurso da miscigenação e mascarada pelo mito da democracia racial

Neste contexto específico, a própria autora utiliza o termo “essencialização” da identidade negra, entre aspas. Pois, Muniz (2009), até certo ponto, considera tal “essencialização”, como um trunfo linguístico e político relevante, no processo para adquirir direitos historicamente negligenciados à população negra no Brasil. Porque, a própria autora justifica, que a sua intenção durante o desenvolvimento da pesquisa. Foi demonstrar como não é possível pensar na linguagem separadamente de questões políticas. Como a auto identificação se torna pertinente, para determinar quem tem ou não o direito de obter acesso às ações afirmativas e às políticas de cotas.

Por esta razão, compreendemos que a presença da intelectualidade negra nas academias, promove o desenvolvimento de pesquisas empíricas, que comprovam a existência do imenso abismo de diferenças socioeconômicas entre brancos e negros no Brasil. Portanto, isto causa cada vez mais, a desconstrução o discurso da democracia racial, a fim de fortalecer as discussões sobre identidade negra. Para assim, promover a luta e a conquista de reparações de desigualdades sociais, através da promoção de políticas, que entendemos como ações afirmativas.

Deste modo, é possível concluir segundo a reflexão de Muniz (2009) e as demais discussões apresentadas neste capítulo. Que todo o processo linguístico envolve construções ideológicas de alteridade, que acarretarão em mobilizações e práticas políticas, por intermédio da linguagem nas relações de poder, dentro de nosso sistema social demarcado por desigualdades raciais.

Por fim, após a exposição de tais reflexões teóricas, no próximo capítulo, iremos apresentar um pouco mais detalhadamente algumas pesquisas acadêmicas e seus resultados, que investigamos durante o desenvolvimento deste trabalho. Tais trabalhos acadêmicos foram desenvolvidas nos últimos 10 anos, dentro das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais, com o intuito de abordar e avaliar o contexto das políticas de cotas, no contexto de diversas IES públicas espalhadas pelo país.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Como discutimos no primeiro capítulo desta dissertação, através da construção do panorama histórico do contexto das relações raciais, e do processo de implementação das ações no Brasil. Um dos resultados da luta política dos Movimentos Sociais, principalmente dos Movimento Negros, é que nas últimas décadas tem crescido cada vez mais o ingresso de indígenas, pretos e pardos em cursos de graduação e pós-graduação em diversas IES públicas brasileiras, desde a aprovação da Lei de Cotas N° 12.711/ 2012.

Neste sentido, compreendemos, que conforme a proporcionalidade do crescimento do acesso da população negra ao ensino superior, nas últimas décadas, também houve aumento significativo da presença da intelectualidade negra dentro de nossas academias.

A partir deste fato histórico, a representatividade acadêmica de professores, graduandos, pós-graduandos, pesquisadores negros e não negros, que também estudam aspectos da cultura afro-brasileira e africana no Brasil, têm se organizado cada vez mais, através de associações como a própria Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e por meio de grupos de estudos de destaque, como o Grupo de Estudos Disciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). Assim, eles participam ativamente de comitês de cotas dentro de diversas IES públicas, inclusive, promovem e coordenam projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, que tematizam questões voltadas para as relações raciais no Brasil.

Este aspecto, nos foi possível observar claramente, através dos trabalhos que destacaremos neste capítulo, que comprovam a crescente expansão dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Como por exemplo, programas como Afroatitude⁸ e Centro de Convivência Negra (CCN)⁹ da Universidade de Brasília (UnB), que foi cenário

⁸ “é um programa integrado de ações afirmativas para negros (as) visa contribuir para o fortalecimento do sistema de cotas, de modo a torná-lo um meio, dentre outros, de combate à desigualdade racial no Brasil. Para além dos objetivos ante-expostos, os estudantes constroem espaços físico e simbólico de identidade negra e de convivência universitária. Afroatitude é um programa de ação afirmativa de permanência de estudantes negros ” (CCN/UnB, 2008).

⁹ “Criado em 2006, o CCN - Convivência Negra da Universidade de Brasília corresponde a um ambiente institucional e multidisciplinar de variadas dinâmicas e atividades relacionadas a todos os âmbitos sob as demandas e impactos da presença da população negra e grupos afins no espaço universitário. É um órgão complementar da universidade que promove atividades acadêmicas sobre relações raciais, culturas negras, assuntos vários da vida das populações negras e temáticas associadas” (CCN/UnB, 2008).

da pesquisa de Teive (2006) e apresentaremos logo mais a seguir, junto com o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA)¹⁰ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que a dissertação de Prolo (2011) abordou.

Nesta perspectiva, podemos afirmar, que este projeto de mestrado, também foi influenciado por estes efeitos causados pela presença da intelectualidade negra nas academias brasileiras. Conforme apresentamos no capítulo da introdução, esta pesquisa de mestrado forma parte do projeto Discurso e Relações Raciais, coordenado pelo NEAB da UFPR, que inclui o NUREGS da UEPG e Ações Afirmativas da UFMG; e do GELCI, que também é um grupo de pesquisadores filiado ao NEABI da UFOP, que é constituído por pesquisadores advindos de diversas áreas das Ciências Humanas, no qual forma parte: UFOP, UEPG e UFB.

Portanto, através da observação dos efeitos gerados por toda esta mobilização acadêmica. Nos foi possível constatar, que o grupo de estudos, o qual este trabalho de mestrado faz parte; as pesquisas que citaremos neste capítulo, que avaliam as políticas de cotas em diversas universidades públicas espalhadas pelo país; as implantações dos NEABs; e o próprio formato de organização e representação da intelectualidade negra, que acabamos de citar. Têm se tornado objeto de estudos investigativos, em diversos cursos de graduação e pós-graduação.

Desta forma, compreendemos, que a presença da intelectualidade negras nas acadêmicas, mais o desenvolvimento de pesquisas de mestrado e de doutorado. Os quais destacaremos durante este capítulo, têm contribuído para o enfraquecimento do discurso, que proclama não haver racismo no Brasil, ou de que em nossa sociedade prevalece o sistema de democracia racial. Porque, “na perspectiva de uma política ideológica e de uma ideologia acadêmica de “democracia racial”, o racismo foi frequentemente negado” (VAN DIJK, 2008, p.13). Neste sentido, dialogando com Van Dijk (2008), Silva e Rosemberg (2008) e Ferreira (2009) expõem, que o discurso da democracia racial está em constante desconstrução, por intermédio de pesquisas acadêmicas.

Por esta razão, consultamos o banco de teses e dissertações do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Estudantil (CAPES), Google Acadêmico, portal oficial do GEMAA e banco de teses e dissertações online dos Programas de Pós-

¹⁰ Em 2006, este Grupo de Trabalho se tornou um projeto de extensão da UFRGS, cujos objetivos principais consistiam em: discutir a relação entre universidade e sociedade civil; elaborar uma proposta e propor debates sobre a implementação de políticas de ações afirmativas na instituição, Prolo (2011).

Graduação da UEPG, Mestrado e Doutorado em Educação e Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais e Aplicadas. Em tais fontes citadas buscamos e encontramos os resultados de pesquisas realizadas nos últimos dez anos, cujo objeto de estudo é a temática das políticas de cotas, como modalidades de ações afirmativas nas IES públicas brasileiras. Principalmente, na instituição que estamos investigando. Pois, como mencionamos na introdução, esta pesquisa se enquadra na área dos Estudos da Linguagem. Na qual enfatizamos a Análise Crítica do Discurso. Por este motivo, também procuramos trabalhos, que de modo geral, ou que através da perspectiva da linguagem, abordassem a tais políticas públicas.

É pertinente salientar, que aplicamos esta “mini metodologia” a parte, na composição deste capítulo. Com o intuito de refletir, sobre a questão apresentada no início desta sessão. Através da consulta sobre o desenvolvimento e dos resultados de outras dissertações de mestrado e teses de doutorado. Para assim, investigar e comparar tais produções acadêmicas. Com o objetivo de encontrar lacunas, que ainda não foram preenchidas nos Estudos da Linguagem, com ênfase na ACD como referencial teórico-metodológico. Para a reflexão e discussão acerca das políticas de cotas, como modalidade das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras.

Ao mesmo tempo, em que utilizamos como instrumento de análise esta perspectiva teórica, para explicar e descrever o estudo de caso, que estamos realizando. Investigando o desenvolvimento do processo e os embates que culminaram na atual resolução. A qual define o sistema de cotas da UEPG. Realizamos esta busca e selecionamos os trabalhos, que apresentaremos neste capítulo. Com o objetivo de aprimorar nossos objetivos e o foco desta pesquisa. Pois, no capítulo adiante, em nossa metodologia elencamos, que o projeto deste trabalho passou por várias reformulações, até chegar na versão atual.

Das pesquisas acadêmicas que destacamos, citamos alguns trabalhos durante nosso referencial teórico. Também salientamos, que foi a partir de algumas destas pesquisas que construímos o capítulo de nossa metodologia, as teorizações das análises. Também utilizamos estas pesquisas como respaldo teórico, principalmente, no capítulo em que contextualizamos e situamos o histórico das políticas de cotas no Brasil, no estado do Paraná, até chegar no contexto histórico de implementação das políticas de cotas na UEPG.

Desta maneira, organizamos os resultados de cada busca que realizamos por temas, que foram: ações afirmativas; ações afirmativas através da perspectiva da linguagem e ações afirmativas na UEPG. Após este levantamento, classificamos toda a bibliografia encontrada dentro de quadros organizados por: ano, universidade, tese, dissertação, área, autor, título, ano, objetivos, metodologia e resultados de pesquisa.

Para esta finalidade, primeiramente, investigamos, sem aspas, as seguintes palavras-chave: Ações Afirmativas, no portal de periódicos da CAPES. Como resultados, obtivemos o registro no portal, de ao todo, 106 trabalhos distribuídos pelo Brasil inteiro, de diversas áreas do conhecimento. Que de modo geral, tematizaram as ações afirmativas no ensino superior. Dentre estes 106 trabalhos, selecionamos 13 pesquisas. Entre as quais destacamos três teses de doutorado e dez dissertações de mestrado no (Quadro 1).

QUADRO 1-teses e dissertações relacionadas ao tema ações afirmativas

(continua)

Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
1. 2009, (PUC/SP), Dissertação/ Ciências Sociais	Regimeire Oliveira Maciel. Ações afirmativas e universidade: uma discussão do sistema de cotas da UFMA	Este trabalho analisa a relação entre a universidade pública e as políticas de ações afirmativas, discutindo o processo de implementação do sistema, diante da análise das estratégias utilizadas, para aprovação do programa e atuação dos principais sujeitos envolvidos.	Pesquisa em parte quantitativa, pois, foi realizado levantamento de dados no site do IBGE, para analisar os índices de distribuição de estudantes brancos e negros na UFRJ, UFBA, UFPR, UFMA e UnB. Na parte qualitativa, o presente trabalho envolveu estudo de caso específico da UFMA, que envolveu análise documental de resoluções, e descrição sobre a implementação das cotas e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) dentro da instituição.	Como resultados, a pesquisa conclui, que a implantação de políticas de democratização do ensino de nível superior no Brasil, tende a ampliar cada vez mais o acesso dos negros e pobres às academias. Assim, possibilitando a introdução de diversos saberes dentro das IES brasileiras, ao mesmo tempo, em que estimula a produção de conhecimento acadêmico a partir de outros referenciais teóricos.

(continuação)

Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
2. 2006, (UnB/DF), Dissertação/ Política Social	Marília Danielli Lopes Teive. A Política de Cotas da Universidade de Brasília: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais	Esta pesquisa estuda a política de cotas da UnB, a partir da percepção dos alunos cotistas do programa Afroatitude. Intercalando a percepção da relação dos alunos cotistas, que formam parte do grupo pesquisado com a comunidade acadêmica da UnB, identificando seus principais anseios e sensações.	A pesquisadora utilizou metodologia de caráter social, exploratória, avaliativa e qualitativa. Cujas estratégias de ação foram: revisão bibliográfica das ações afirmativas e questões raciais no Brasil, análise documental, entrevistas com os alunos cotistas e representantes institucionais dos programas Afroatitude e a CCN.	A pesquisa constatou uma avaliação positiva do programa Afroatitude e das políticas das cotas na UnB, por parte dos bolsistas do projeto. Porém, de acordo com os depoimentos dos alunos, a condução e implementação do projeto e das ações afirmativas na UnB, ainda não possibilita totalmente aos cotistas, um bom acompanhamento na vida acadêmica.
3. 2008, (UnB/DF), Dissertação/ Educação	Maria Axiliadora Gonçalves Holanda. Trajetórias de vida de jovens negras da UnB no contexto das ações afirmativas	O presente trabalho objetivou analisar as trajetórias de vidas de jovens mulheres cotistas negras, nos cursos de Pedagogia e Direito da UnB, buscando investigar a construção de identidades: raça, gênero, juventude nos ambientes familiar e escolar.	Pesquisa foi de base qualitativa pela perspectiva documental de interpretação de dados, pois, envolveu análise de entrevistas e narrativas autobiográficas.	A pesquisa contribuiu para a discussão sobre a implementação das cotas no Brasil, a partir de investigações de trajetórias familiares e escolares das alunas cotistas.
4. 2013, (UnB/DF), Dissertação/ Educação	Ana Paula Barbosa Meira. Ações afirmativas na Universidade de Brasília: a opinião das estudantes oriundas do sistema de cotas	Esta pesquisa buscou analisar experiências estudantis vivenciadas por sete jovens autodeclaradas negras, brancas e indígenas cotistas da UnB.	A metodologia deste trabalho foi de base qualitativa, que também envolveu entrevistas individuais com as participantes. Conforme a ordem dos cursos de graduação como: Medicina, Enfermagem, Letras Português do Brasil, Serviço Social, Pedagogia, Sociologia e Psicologia.	O presente trabalho constatou que a narrativa opinativa das jovens cotistas, também é um registro da trajetória de batalhas enfrentadas e conquistas dos Movimentos Sociais envolvidos com as causas de gênero e raça, no acesso às academias. As estudantes entrevistadas demonstraram certo cuidado, quando questionadas sobre a questão racial.

(continuação)

Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
5. 2012, (UnB/DF), Dissertação/ Educação	Edneuzza Alves da Silva. Ações Afirmativas na Educação Superior: um estudo sobre dissertações defendidas em universidades federais de 2001 a 2011	Este trabalho aborda a implementação das ações afirmativas no Ensino de Nível Superior no Brasil, e a implementação das cotas raciais em algumas universidades federais brasileiras.	A metodologia desta pesquisa foi de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica e exploratória, que envolveu o levantamento de 22 dissertações de mestrado, que abordaram a implementação das ações afirmativas no Ensino Superior Público Brasileiro e nas universidades federais.	A pesquisa resultou na descoberta, de que na revisão bibliográfica o conceito de ações afirmativas, na grande maioria, argumentava os conceitos de ações afirmativas, como justiça social conjugado como argumento de reparação.
6. 2012, (PUC/RJ), Tese/ Psicologia Clínica	Luciana Ferreira Barcellos. Interdiscursividade e práticas cotidianas: modos de fazer/operar a política de reserva de vagas na UERJ	O presente trabalho objetivou investigar as práticas cotidianas, a partir da implementação da política de reserva de vagas da UERJ.	A proposta metodológica foi de base qualitativa, que utilizou entrevistas e registros de imagens fotográficas de cartazes, informes, desenhos espalhados pelas paredes da UERJ. Colocando em diálogo: pesquisador, sujeitos da pesquisa e as imagens expostas.	Como resultados, a abordagem da metodologia de pesquisa, que foram as entrevistas, como meio de produções de sentidos e interdiscursividade. Foi possível trazer à tona, as forças e a rede ideológica, que compõem e ultrapassam as experiências e relações dos sujeitos da UERJ, a partir do ingresso no ensino superior através do sistema de cotas.

(continuação)

Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
7. 2012, (PUC/RJ), Tese/ Educação	Daniela Frida Drelich Valentin. Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico	O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer e analisar a compreensão pessoal da trajetória acadêmica de ex- alunos cotistas da UERJ autodeclarados negros, que concluíram a graduação.	Pesquisa de base qualitativa envolveu 16 entrevistas individuais, com os ex-graduandos cotistas formados em: Direito, Pedagogia, Serviço Social, Odontologia, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, História, Letras, Psicologia e Matemática.	O estudo constatou nas entrevistas, que por causa dos reflexos do racismo institucionalizado na sociedade, os participantes, em alguns momentos de suas trajetórias acadêmicas, foram estigmatizados como “cotistas”. Eles conseguiram concluir a graduação, graças ao apoio institucional da universidade, através da concessão de bolsas de estudos.
8. 2011, (UFRGS/RS), Dissertação/ Sociologia	Felipe Prolo. Possibilidades e oportunidades de ação política: Estudo sobre a formação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas no processo de reivindicação por cotas e ingresso na UFRGS	O intuito desta pesquisa foi investigar o processo de formação do grupo de estudantes da UFRGS denominado Grupo de Trabalho GTAA, buscando os principais fatores, que explicassem sua ocorrência no contexto estudado, período histórico e as condições estruturais da IES, que proporcionaram seu surgimento.	A metodologia de pesquisa adotada pelo estudo foi de base qualitativa, que envolveu no total 14 entrevistas com os acadêmicos da UFRGS, que são membros do grupo GTAA.	O estudo conclui, que a temática das cotas na UFRGS adotada pelos membros da GTAA foi uma maneira deles atribuírem significados às suas atuações enquanto graduandos, demonstrando que nas situações sociais, é possível reproduzir fundamentos para o surgimento de ações políticas, que buscam suas transformações.

(continuação)

Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
9. 2010, (UEL, PR), Dissertação/ Ciências Sociais	Pedro Henrique de Andrade. As ações afirmativas na UEL: um estudo sobre a sociabilidade dos estudantes negros na universidade	O objetivo principal desta pesquisa, pauta- se em analisar os laços de sociabilidade dos estudantes negros no ambiente acadêmico da UEL, na maioria cotistas a partir do ano de 2006.	Foi adotada a metodologia de qualitativa, com base na teoria histórico-social e realização de entrevistas, com os acadêmicos negros cotistas e não cotistas da UEL.	Como resultados, este trabalho explicitou a revolução política do contexto histórico de implementação das ações afirmativas na UEL, nas situações em que os alunos negros são associados às cotas de forma pejorativa, isolamento na sociabilidade dos mesmos com suas turmas, afloração da autovalorização e superação individual no espaço universitário destes estudantes como cotistas.
10. 2006, (UFRGS/RS) Dissertação/ Educação	Vera Rosane Rodrigues de Oliveira. Políticas públicas e ações afirmativas na formação de professores: cotas uma questão de classe e raça- processo de implementação da lei 73/1999 na UFRGS	O objetivo principal desta pesquisa consiste em retratar o processo de implementação da lei 73/1999 aderida pela UFRGS a partir de 2004 a 2006.	A metodologia impregnada neste trabalho foi de natureza qualitativa, na qual foi adotada a técnica de observação participante e entrevista semiestruturada.	A pesquisa constatou, através das entrevistas e análises, que a implementação das Cotas na UFRGS privilegia o diálogo entre a universidade, comunidade universitária e sociedade gaúcha, em parceria com os Movimentos Sociais e o Movimento Negro.
11. 2009, (USP/SP), Dissertação/ Direito	Maria do Socorro da Silva. Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil	Esta pesquisa buscou analisar e discutir o alcance das políticas de ações afirmativas, no combate às desigualdades sociais, para a promoção da justiça social.	A metodologia de pesquisa deste trabalho foi de base qualitativa, na qual, se buscou observar a aplicabilidade das ações afirmativas, para a população negra em 81 IES públicas brasileiras.	O presente trabalho conclui, que as ações afirmativas oferecem uma válida alternativa, no processo de promoção de justiça social, para a população negra no Brasil.

(conclusão)

Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
12. 2011, (UNICAMP/SP), Dissertação/ Educação	Katia Cristina Norões. Cotas raciais ou sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação das Ações Afirmativas no ensino superior público 2001-2010	O objetivo deste trabalho, pauta-se em investigar a tendência das políticas públicas na institucionalização de programas de Cotas sociais e raciais, que possibilitam o acesso ao ensino superior.	A pesquisa envolveu metodologia de caráter qualitativa e análise documental.	A pesquisa conclui, que houve aceitação do argumento social, em contrapartida ao racial. Também, houve a possibilidade da maioria das IES reestruturarem os mecanismos de ingresso e repensarem no perfil de estudante atendido.
13. 2011, (UNESP/SP), Tese/ Filosofia	Antonio de Assis Cruz Nunes. O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afromaranhense	O objetivo principal deste estudo, consiste em investigar como a UFMA desenvolve o sistema de cotas para negros.	Adotou-se metodologia qualitativa, com análise documental, entrevistas de interesse histórico, sobre a implementação das cotas na instituição, e análise interpretativa.	O trabalho evidenciou, que não há distorção ou abismo no desempenho acadêmico, nas três categorias de cotas que a IES dispõe. A pesquisa também constatou, que a UFMA, ainda não apresentou uma política de acompanhamento e avaliação do programa de cotas para negros.

Fonte: Informações organizadas pela autora

Seguindo a ordem do Quadro 1, ao analisar a dissertação de Maciel (2009). Observamos, que o principal objetivo deste trabalho, foi analisar a relação entre universidade pública e as políticas de cotas. Para assim, discutir o processo de implementação do sistema, diante da análise das estratégias utilizadas, para aprovação do programa de atuação dos principais sujeitos envolvidos.

Destacamos a pesquisa de Maciel (2009), neste quadro que construímos na categoria Ações Afirmativas. Porque, esta pesquisa foi a primeira que encontramos na qual envolveu as perspectivas metodológicas quantitativa e qualitativa. Pois, a pesquisadora realizou um levantamento de dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), sobre os índices de distribuição de estudantes brancos e negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Paraná e Universidade de Brasília.

A etapa qualitativa da metodologia deste trabalho, nos chama bastante a atenção. Porque, houve o envolvimento de estudo de caso específico sobre as políticas de cotas na Universidade Federal do Maranhão. A qual também implicou em análise documental, de resoluções e descrição sobre a implementação das cotas e do NEAB na IES.

Também encontramos a tese de Nunes (2011), que poderíamos considerar como sendo um complemento. Ou até mesmo, uma resposta à dissertação de Maciel (2009). Uma vez, que esta tese objetivou investigar, como a UFMA desenvolve o sistema de cotas para negros. Como resultados, este trabalho conclui, que existem evidências, de que não há distorções ou abismo, no desempenho acadêmico entre as três categorias de cotas, que a instituição dispõe. A universidade ainda não apresentou uma política de acompanhamento e avaliação do programa de cotas para negros.

A dissertação de Teive (2006) é semelhante ao trabalho de Maciel (2009) e Nunes (2011). Porque, de alguma maneira, a pesquisadora também procurou descrever, sobre um dos resultados da implementação de NEAB na UnB. Ao investigar a política de cotas dentro da instituição, a partir da percepção dos alunos cotistas e bolsistas no programa Afroatitude e Centro de Convivência Negra. Esta característica, também se assemelha aos trabalhos de Andrade (2010), a tese de Valentin (2012), as dissertações de Prolo (2011) e Oliveira (2006).

Visto, que o objetivo principal da dissertação de Andrade (2010), foi analisar a socialização e adaptação de alunos cotistas, na maioria negros, dentro do espaço acadêmico da UEL. Valentin (2012) buscou conhecer e analisar a compreensão pessoal da trajetória acadêmica de ex-alunos cotistas da UERJ autodeclarados negros, que concluíram a graduação. Prolo (2011) investigou, sobre como foi o processo de formação do grupo de estudantes GTAA da UFRGS. E Oliveira (2006) retratou o processo de implementação das políticas de cotas na UFRGS, desde de 2004 até o ano de 2006.

Como resultados destes três trabalhos, compreendemos, que tais pesquisas constatarem a maioria dos reflexos da revolução política, que as ações afirmativas conseguiram proporcionar nos contextos universitários das instituições: UEL, UERJ e UFRGS. Pois, Prolo (2011) conclui, que a temática das cotas no contexto acadêmico da UFRGS adotada pelos membros da GTAA, foi uma forma de atribuição de significados à atuação do grupo, e que nas situações sociais, que formam parte do quadro de uma IES

é possível reproduzir fundamentos, para o surgimento de ações políticas, que buscam suas transformações.

Seguindo esta perspectiva, as dissertações de Holanda (2008) e Meira (2013) se destacam como referencial metodológico, porque, a metodologia aplicada em tais trabalhos foi a perspectiva de análise documental e interpretativa de dados, sobre as trajetórias de jovens mulheres cotistas negras, em cursos de graduação da UnB. Buscando compreender, como é construída as identidades de: raça, gênero e juventude no ambiente escolar e familiar. Deste modo, Meira (2013) ao também investigar o contexto da UnB, procurou analisar as experiências estudantis vivenciadas por sete jovens mulheres cotistas autodeclaradas negras, brancas e indígenas.

As metodologias dos trabalhos de Holanda (2008) e a tese de Barcellos (2012) se tornam referenciais teóricos primordiais nesta dissertação. Porque, Holanda (2008) aderiu à pesquisa documental, seguindo como instrumento de análise, a perspectiva de interpretação de dados. Barcellos (2012), ao investigar as práticas cotidianas, a partir da implementação da política de reserva de vagas na UERJ, como estratégia de ação, analisou registros fotográficos, cartazes, informes e desenhos, espalhados pelas paredes da UERJ. Portanto, tais aspectos que destacamos, em ambos os trabalhos, se aproximam dos objetivos metodológicos de nossa pesquisa. Pois, nesta dissertação, também utilizaremos uma metodologia de perspectiva documental, que abrange: análise panfletos, fotografias, resoluções institucionais, atas de reuniões, vídeos e áudios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário, promovidos pela UEPG, no final do ano de 2013.

Também incluímos como referencial teórico, as dissertações de mestrado de Silva (2012) e Silva (2009) neste capítulo. Porque, ambos os trabalhos realizam um levantamento bibliográfico de dissertações de mestrado, que abordaram a implementação das políticas de cotas no ensino superior público brasileiro, em diversas universidades federais espalhadas pelo país. Observamos, que trabalho de Silva (2012) é por si só um registro, que realiza todo um mapeamento de produções acadêmicas, sobre a implementação das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras.

Silva (2009) procurou observar a aplicabilidade das ações afirmativas, para a população negra no Brasil em 81 IES públicas espalhadas pelo país. Constatamos, que este aspecto se aproxima dos objetivos da pesquisa de Norões (2011), que também

investigou as inclinações das políticas públicas, na institucionalização de programas de cotas sociais e raciais, que possibilitam o acesso ao ensino superior.

Para o desenvolvermos o complexo exercício da seleção de teses e dissertações para nossa fundamentação teórica. Como elencamos anteriormente, selecionamos pesquisas como as dissertações de mestrado de Maciel (2009), Teive (2006), Holanda (2008), Meira (2013), Prolo (2011), Andrade (2010), Oliveira (2006) e as teses de doutorado de Barcellos (2012), Valentin (2012) e Nunes (2011). Porque, por mais que como apresentamos anteriormente, cada trabalho possua peculiaridades em seus objetivos gerais, a grande maioria destas pesquisas, assim como o foco do trabalho descrito nesta dissertação, eles também focam, em retratar um estudo de caso específico, sobre o processo de implementação e o desenvolvimento das políticas de cotas em algumas universidades públicas brasileiras.

Já as dissertações de Silva (2009), Silva (2012) e Norões (2011), por mais que eles não focassem na metodologia específica do estudo de caso, sobre uma ou mais IES públicas. Todos estes trabalhos nos apresentam riquíssimas discussões, que refletem acerca da aplicabilidade das ações afirmativas, para o acesso da população negra ao ensino superior público, em inúmeras universidades espalhadas pelo país. Isto se concretizou, através de uma discussão promovida, pelo ponto de vista jurídico e educacional, Silva (2009) e Silva (2012). Neste sentido, o trabalho de Norões (2011) também se torna importantes referenciais teórico, para nossa pesquisa, por conta de sua perspectiva metodológica, de análise documental.

Como elencamos no início deste capítulo, após esta investigação, realizamos um novo levantamento de dados no portal de periódicos da CAPES. Desta vez, por teses de doutorado e dissertações de mestrado, que assim como nossa pesquisa, também abordassem as ações afirmativas, pelo ponto de vista dos estudos da linguagem. Nesta nova busca, obtivemos como resultados apenas 4 trabalhos acadêmicos, que foram registrados no portal de periódicos da CAPES. Este aspecto nos aponta para uma certa escassez, na abordagem desta temática através dos estudos linguísticos. Assim como indicamos para o (Quadro 2).

QUADRO 2-teses e dissertações relacionadas ao tema Ações Afirmativas Linguagem.

Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
1. 2011, (UFRGS/RS) Tese/Comunicação e Informação	Ilídio Medina Pereira. Debate Público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira	A pesquisa reconstrói o debate sobre as cotas raciais nas universidades, identifica quais são as disputas e argumentos, que envolvem o Estado brasileiro, com seus três poderes, os Movimentos Sociais, imprensa e as universidades.	Pesquisa qualitativa, de base bibliográfica, a qual envolveu abordagem descritiva e interpretativa da realidade social, a partir de dados interpretativos.	Como resultado, a pesquisa averiguou, como no discurso da imprensa e a linguagem foi colocada a serviço de uma perspectiva ideológica, rejeitando as cotas e alimentando um discurso conservador.
2. 2012, (UFMG/MG), Tese/Educação	Mara Marçal Sales. À flor da pele: uma análise crítica de discursos empresariais sobre diversidade racial no trabalho	Esta pesquisa analisou pela perspectiva da ACD, as práticas de fomento à diversidade racial, no trabalho em empresas brasileiras.	Pesquisa de base qualitativa e documental, que também utilizou como perspectiva metodológica e de análise, a ACD nas linguagens publicitárias de empresas brasileiras.	O trabalho constatou, que a diferença é um requisito valorizado, como estratégia de inserção no mercado globalizado.
3. 2009, (UNICAMP/SP), Tese/Linguística	Kassandra da Silva Muniz. Linguagem e Identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.	A pesquisa aborda a temática das ações afirmativas, para negros no Brasil, relacionando os elementos linguagem e identidade.	Pesquisa de base qualitativa, que analisou documentos e resoluções de quatro IES públicas brasileiras, quanto ao processo de implementação das cotas raciais.	No final, este trabalho constata, que as universidades também encontram dificuldades, para definir ou delimitar as possibilidades de existências negras no Brasil.
4. 2007, (Unb/DF), Dissertação/Direito	Damião Alves de Azevedo. A justiça e as cores: a adequação constitucional das políticas públicas afirmativas voltadas para negros e indígenas no ensino superior a partir da teoria discursiva do direito.	Esta pesquisa aborda as ações afirmativas, como uma medida de ampliação da esfera de política pública destinada a abrir canais de participação, para indivíduos oriundos de grupos de raças socialmente descriminalizados.	Pesquisa de base qualitativa, envolveu análise e revisão bibliográfica, que apresenta as ações afirmativas como medidas de ampliação das políticas públicas, como estratégia de oportunizar a participação de indivíduos oriundos de categorias étnico-raciais e sociais historicamente discriminadas.	A pesquisa conclui, que a legitimidade de políticas públicas protetivas é resultado da luta contra o racismo e reconhecimento dos Movimentos Sociais organizados.

Fonte: Informações organizadas pela autora.

Dos quatro trabalhos destacados neste quadro, há três teses de doutorado e uma dissertação de mestrado, provenientes de universidades localizadas em diferentes regiões do Brasil. É importante destacar, que tais pesquisas que abordaram as ações afirmativas pela perspectiva da linguagem, não são necessariamente da área das Letras, assim como a tese de Pereira (2011), que foi elaborada dentro do campo da Comunicação e Informação, o trabalho de Sales (2012) é da área da Educação e Azevedo (2007) é da área jurídica, mestrado em Direito.

Tais trabalhos oferecem riquíssimas discussões teóricas e metodológicas para nossa pesquisa. Porque, as teses de Sales (2012) e Pereira (2011) apresentam importantes discussões sobre a perspectiva teórica da ACD aplicada nas relações de poder, explicitando a relação deste eixo teórico, com questões raciais, enfatizando as ações afirmativas. Estas pesquisas também nos chamam bastante atenção, pelo estilo metodológico de trabalho científico, de cunho qualitativo e documental. Pois, principalmente, na pesquisa de Pereira (2011), assim como na dissertação de Holanda (2008). Encontramos uma metodologia de análise de dados descritiva e interpretativa do contexto social, no qual cotas foram implementadas na UFRGS. Portanto, esta característica, que elencamos na análise do quadro anterior, se aproxima da análise metodológica, que pretendemos desenvolver neste trabalho.

A tese de doutorado de Muniz (2009), por ser do campo da Linguística Aplicada, também contribui muito, para o enriquecimento desta pesquisa. Porque, a autora utiliza como estratégias metodológicas, o estudo de caso e análise de documentos oficiais das instituições investigadas. Assim como ocorreu no trabalho desenvolvido por Azevedo (2007), Muniz (2009), também analisou resoluções de quatro IES públicas, através do ponto de vista da Linguística Aplicada. Como resultados, a autora conclui, que as instituições investigadas, também encontram dificuldades, para definir ou delimitar as possibilidades de existências negras no Brasil e o processo de identificação com a identidade racial negra, atualmente, se tornou um fenômeno político estratégico.

Neste sentido, como o foco metodológico desta dissertação se resume em realizar um estudo de caso específico, no qual analisaremos os discursos e encaminhamentos presentes nos embates que resultaram na atual Resolução UNIV. Nº 17/2013, a nova lei de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A princípio, realizamos uma nova busca pelo banco de teses e dissertações da CAPES, Google Acadêmico e portal oficial do GEMAA. A fim de procurar trabalhos, que também analisaram as ações afirmativas no contexto específico da UEPG. Para este fim, digitamos as seguintes palavras-chave, sem aspas: Ações Afirmativas UEPG. Neste novo levantamento de dados bibliográficos, nos foi apresentado apenas uma única dissertação de mestrado e dois artigos acadêmicos publicados em periódicos, que abordaram as ações afirmativas em nossa instituição.

Após a consulta nestes três diferentes portais mencionados, decidimos consultar os bancos de teses e dissertações online, dos Programas de Pós-Graduação da UEPG, Mestrado e Doutorado em Educação e Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais e Aplicadas. Desta vez, como novos resultados, obtivemos mais duas dissertações de mestrado, cada uma foi desenvolvida em cada programa. Por conseguinte, enfatizamos, assim como destacamos na apresentação deste trabalho. Ainda não encontramos pesquisas desenvolvidas na UEPG, que abordassem as políticas de cotas dentro da instituição, pela perspectiva teórica da Linguagem, ou pela ótica da Linguística Aplicada.

QUADRO 3-Teses e dissertações relacionados ao tema Ações Afirmativas UEPG

(continua)				
Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
1. 2012, (UEPG/PR), Dissertação/ Educação	Andreliza Cristina de Souza. Avaliação da política de cotas da UEPG: Desvelando o direito à igualdade e à diferença	Esta dissertação foca na realização de uma avaliação da política de cotas na UEPG, referente ao período de 2007 até o ano de 2010.	Pesquisa de base qualitativa, que envolveu estudo de caso, através da perspectiva crítica da Educação.	A pesquisa conclui, que considerando algumas dimensões. A política de cotas na UEPG pode ser considerada, em parte efetiva. Os oito anos de sua vigência, também confirma a importância do acompanhamento da implementação de tais políticas públicas, como ponto crucial no exercício da democracia.

(conclusão)				
Ano/ universidade/ dissertação ou tese/ área	Autor/título/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados de pesquisa
2. 2009, (UEPG/PR) Dissertação/ Educação	Sabrina Plá. Os cotistas negros na universidade: perfis e representações	O presente trabalho buscou descrever as concepções, que os alunos negros cotistas (um cotista pela universal e três pela racial) apresentam sobre a cota para negros, com base no cotidiano acadêmico e interação social com professores e alunos da UEPG.	Na primeira parte da metodologia, foram levantados dados quantitativos, com as notas dos graduandos nos vestibulares de 2006 e 2007. A parte qualitativa foi baseada na teoria da Consciência Histórica, que inicialmente envolveu aplicações de questionários para os participantes.	Como resultados, a pesquisa constatou, que somente a aquisição do grau Superior não é o bastante, para a completa superação das desigualdades sociais e raciais. No contexto da UEPG, a reserva de vagas destinadas aos cotistas, ainda são insuficientes. E a mudança no ingresso é apenas um processo mais amplo.
3. 2009, (UEPG/PR) Dissertação/ Ciências Sociais e Aplicadas	Geziela Iensue. Política de cotas raciais em universidades brasileiras: entre a legitimidade e a eficácia	Esta pesquisa analisa a eficácia e a legitimidade da política de cotas raciais, para o acesso de estudantes negros no ensino superior público no Brasil, partindo da dicotomia entre liberdade e igualdade. Para assim, compreender sua influência nas concepções contemporâneas de estado e Justiça.	Pesquisa de base qualitativa, que envolveu análise e revisão bibliográfica, de autores que exploraram o mesmo tema, a partir de dados empíricos.	Como resultados, a pesquisa buscou demonstrar, de modo geral, a eficácia das ações afirmativas e das políticas de cotas. Analisando a concretização da igualdade material, eficácia social e os resultados.

Fontes: Informações organizadas pela autora.

A dissertação de Souza (2012) dialoga com nossa pesquisa de mestrado, apesar de teoricamente seguir a perspectiva do olhar crítico da Educação, para as ações afirmativas, como políticas públicas aplicadas na UEPG. Observamos, que este trabalho também segue toda uma perspectiva metodológica qualitativa, algo que o torna significativo, como registro histórico da implementação das políticas de cotas na UEPG. Pois, esta pesquisa realiza um panorama histórico de todo este processo, desde o início da implantação das cotas raciais dentro da instituição, a partir do ano de 2007 até o ano de 2010.

O trabalho de Plá (2009), também é para nós um importante referencial teórico, porque, este foi uma das primeiras pesquisas acadêmicas desenvolvidas na área da Educação, que abordou as políticas de cotas na UEPG. A qual buscou descrever as concepções, que os alunos negros cotistas (um cotista pela universal e três pela racial) apresentavam sobre a política de cotas para negros, com base no cotidiano acadêmico e interação social com professores e alunos da UEPG. Esta característica da pesquisa, percebemos se assemelha ao trabalho desenvolvido por Andrade (2010), conforme apresentamos no primeiro quadro. Através do ponto de vista das Ciências Sociais, como objetivo principal, tal investigação focou em analisar a interação social dos alunos cotistas, dentro do espaço acadêmico da UEL.

Plá (2009) utilizou no primeiro momento de sua dissertação, a perspectiva de metodologia de trabalho quantitativo, que envolveu elaboração de gráficos e tabelas com notas dos graduandos nos vestibulares de 2006 e 2007. A partir dos primeiros resultados, a autora adota a perspectiva de trabalho qualitativo, que foi baseado na teoria da Consciência Histórica. Inicialmente, envolveu aplicações de questionários, para os participantes, nos quais continha questões de múltipla escolha e uma pergunta descritiva, para todos os alunos dos cursos de graduação analisados. Após a primeira análise, novamente, foram aplicados novos questionários e entrevistas, somente para os alunos negros. Como resultados, Plá (2009) constata, que somente a aquisição do grau Superior, não é o bastante, para a completa superação das desigualdades sociais e raciais no Brasil. O contexto da reserva de vagas na UEPG destinadas aos cotistas negros, ainda são insuficientes. A mudança no ingresso é apenas uma questão, de um processo mais amplo.

No mesmo ano em que Plá (2009) defende e publica sua pesquisa, também surge o trabalho de Iensue (2009), que foi desenvolvido no programa de pós-graduação Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas da UEPG. Observamos, que por mais que tal pesquisa abordasse as políticas de cotas, como modalidade das ações afirmativas no ensino superior. Este trabalho não discutiu sobre a legitimidade de tais políticas públicas, no contexto específico da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Assim como as pesquisas que destacamos no mesmo quadro.

Uma vez, que o foco principal da dissertação de Iensue (2009), de modo geral, foi analisar a eficácia e a legitimidade de tal vertente das ações afirmativas, para o acesso de estudantes negros no ensino superior público brasileiro, partindo da dicotomia entre

liberdade e igualdade. Para assim, compreender sua influência, nas concepções contemporâneas de estado e justiça. A metodologia impregnada nesta pesquisa foi de caráter qualitativa, a qual envolveu análise e revisão bibliográfica de autores, que exploraram o mesmo tema, a partir de dados empíricos.

Após a realização de nossa revisão de literatura, nosso parecer geral sobre nossas buscas online, que realizamos sobre a temática das ações afirmativas, no portal de periódicos da CAPES, Google Acadêmico, página do GEMAA e bancos de teses e dissertações dos programas de Pós-Graduação da UEPG, é de que não houve muitas pesquisas desenvolvidas dentro do campo dos estudos linguísticos, que retratam as ações afirmativas dentro das universidades. Também, a partir dos resultados obtidos por meio destas buscas, nos foi proporcionada uma dimensão do quão esta vertente das políticas públicas abrange diversas áreas do conhecimento, nas quais foram desenvolvidas inúmeras pesquisas, que abordaram o contexto das políticas de cotas em diversas IES brasileiras.

Tal característica, assim como apresentamos em cada quadro, que desenvolvemos para cada busca que realizamos pelos acervos virtuais de trabalhos acadêmicos, se manifesta na variedade de programas de pós-graduação, onde foram desenvolvidos tais trabalhos em cursos de mestrados e doutorados em: Ciências Sociais, Política Social. A grande maioria destes estudos foram desenvolvidos no campo da Educação. Também encontramos tais pesquisas dentro da área da Psicologia Clínica, Sociologia, Direito, Filosofia, Comunicação e Informação, Linguística e Ciências Sociais e Aplicadas.

Encontramos dificuldades durante o primeiro levantamento de bibliografias, para encontrar registros de estudos, que de modo geral, abordassem as ações afirmativas, pela perspectiva da linguagem, ou que retratassem as ações afirmativas dentro da UEPG. Este fato nos instigou a aderir novas buscas, ainda mais especificadas para as investigações no campo dos Estudos da Linguagem. Em seguida, nos obrigamos a delimitar ainda mais nossas investigações, a fim de encontrar outras pesquisas de mestrado e doutorado, cujo objeto de estudo fosse as políticas de cotas na UEPG.

Pois, como será apresentado mais detalhadamente no próximo capítulo, que corresponde à nossa metodologia. A presente pesquisa, assim como os trabalhos de Souza (2012) e Plá (2009), também se caracteriza como um estudo de caso, que investiga o contexto das políticas de cotas na UEPG, visto, que até hoje os trabalhos defendidos, que

tematizaram as políticas de cotas em nossa instituição foram desenvolvidos na área da Educação. Portanto, há uma lacuna ainda a ser preenchida, e esta pesquisa é o primeiro trabalho de mestrado, que foi desenvolvido nos Estudos da Linguagem, que problematiza as políticas de cotas no contexto da UEPG, através do olhar da Análise Crítica do Discurso. Principal característica, que difere este trabalho das demais pesquisas, que acabamos de apresentar neste capítulo.

Dos demais trabalhos que apresentamos, alguns também foram desenvolvidos no campo da ACD, para retratar as políticas de cotas em diversas IES, como políticas públicas, pela perspectiva da linguagem. Todavia, visualizamos que nenhum destes trabalhos voltados para os Estudos Linguísticos avaliou o contexto da UEPG. Nesta perspectiva, também utilizamos a ACD, para analisar uma situação local ligada a um único contexto histórico e social em particular. Visto, que o referencial teórico-metodológico da ACD, geralmente, é aplicado para investigar e refletir, acerca de situações e questões sociais que repercutem na sociedade, de forma mais abrangente.

Por fim, no próximo capítulo, o desenvolvimento e os passos metodológicos serão retratados detalhadamente. Assim como salientamos na introdução, este estudo se caracteriza puramente como uma pesquisa de perspectiva qualitativa, a qual ganhou proporções de um trabalho documental, estudo de caso, e principalmente, adota a ACD como metodologia e instrumento de análise.

4. A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA

Conforme expomos na introdução deste trabalho, o presente capítulo descreverá os procedimentos metodológicos, que utilizamos para cumprir o objetivo geral desta pesquisa, que consiste em:

- Analisar os discursos e encaminhamentos presentes nos embates que resultaram na Resolução UNIV. Nº 17 de 9 de dezembro de 2013.

Os objetivos específicos:

- Contextualizar a elaboração da atual resolução;
- Investigar as articulações e manifestações que contribuíram para que os Movimentos Sociais fossem ouvidos na reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário que ocorreu em 25 de novembro à 09 de dezembro de 2013 na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

- A analisar a criação da cartilha informativa sobre a política de cotas lançada pela UEPG no início do ano de 2016, desdobramento da atual resolução.

Para assim, contestarmos a pergunta que motiva este trabalho:

- Quais foram os embates, encaminhamentos e desdobramentos que resultaram na atual Resolução UNIV. Nº 17/2013 da UEPG?

Portanto, para cumprir tais objetivos que retomamos neste capítulo, antes de tudo, foi necessário eleger a uma metodologia, que visasse atender às necessidades desta pesquisa. Pois, como Souza (2012) elenca, o futuro do desenvolvimento de todo trabalho científico, implica sempre na seleção de uma ou mais metodologia/s, que atenda/m às expectativas da pesquisa e do pesquisador. Em congruência com a autora, Silva (2012) também elenca, que a metodologia ocupa papel crucial, dentro de toda pesquisa científica. Porque, esta é o “caminho escolhido para se atingir o objetivo traçado no projeto de pesquisa” (SILVA, 2012, p.57).

Nesta perspectiva, visualizando a abrangência e a complexidade de nosso tema e objeto de estudo. Para desenvolver este trabalho, decidimos primeiramente, aderir integralmente à abordagem metodológica qualitativa, descritiva e interpretativa, como alicerce de nossa fundamentação metodológica. Ainda, como parte de todo este processo, também selecionamos e aderimos a outros tipos de metodologias, que formam partem do horizonte teórico da abordagem qualitativa, tais como: Estudo de Caso, Análise Crítica do Discurso e Análise Documental.

Pois, assim como Silva (2012, p.57) argumenta: “a ação do pesquisador ante o objeto estudado não é neutra, sendo o seu envolvimento e interesse pelo objeto que possibilita a adoção de novas abordagens metodológicas”. Ou seja, é proporcionado ao pesquisador, que visa desmistificar o seu objeto de estudo, a utilização de diferentes métodos, os quais apresentaremos neste capítulo, junto com a exposição do processo e dos instrumentos para a geração de dados, dentro de nossa construção metodológica.

4.1 Abordagem metodológica qualitativa

De acordo com Holanda (2008), o princípio metodológico da pesquisa qualitativa surgiu durante a Segunda Guerra Mundial, com os estudos de Thomas e Znaniecki em 1927, cujo principal consistia em retratar a vida social dos camponeses, na Polônia no início do século passado. Posteriormente, tal perspectiva de pesquisa difundiu-se pelo mundo, através da Escola de Chicago, entre os anos de 1930 e 1940.

Segundo Pereira (2011), a pesquisa qualitativa lida com instrumentos de análise descritiva e interpretativa. Para assim, compreender a realidade social e identificar quais são as estruturas nas relações de poder pré-estabelecidas, dentro de um contexto sócio histórico e cultural definido. Por esta razão, Valentin (2012) e Pereira (2011, p.89) definem tal perspectiva metodológica, como um eixo teórico de análise, que “não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados”. Uma vez, que parte dos questionamentos, e focos de interesses de pesquisa irão se difundindo, à medida em que o estudo se desenvolve.

Nesta perspectiva, de acordo com Meirinhos e Osório (2010), a terminologia investigação qualitativa tem sido bastante utilizada de forma abrangente, “para todas as formas de investigação que se baseiam principalmente na utilização de dados qualitativos” (MEIRINHOS e OSÓRIO, 2010, p.50), incluindo estudo de caso, etnografia, etnometodologia, investigação naturalista, investigação narrativa e etc.

Pereira (2011) elenca, que quanto a obtenção de dados acerca de lugares, pessoas e processos interativos entre pesquisador e a situação investigada. Dentro da abordagem qualitativa, tais elementos também são de caráter descritivo. Por esta razão, de acordo com Souza (2012), aderir à metodologia qualitativa, requer compreensão da complexidade da relação dialética entre sujeitos e realidade. Para que assim, a pesquisa

seja fiel e condizente com o espaço e os acontecimentos, que repercutem dentro do ambiente foco da investigação.

Deste modo, segundo Souza (2009) e Pereira (2011), nesta abordagem metodológica, o pesquisador busca compreender os fenômenos, através do olhar dos participantes ou sujeitos envolvidos na situação, objeto do estudo investigado. Porque, como Souza e Vóvio (2005) elencam, a abordagem de pesquisa qualitativa “permite o exame mais aprofundado da interação entre os sujeitos e do modo como essas interações ocorrem em determinados contextos” (SOUZA e VÓVIO, 2005, p.6).

Assim, tal perspectiva de análise proporciona ao pesquisador, uma análise de micro processos, ou seja, o estudo de ações sociais individuais e grupais. Ao mesmo tempo, em que tal procedimento, também possibilita a realização de um exame intensivo de dados, visto, que “a escolha do problema de pesquisa nunca é aleatória, mas influenciada por fatores internos correspondentes ao próprio investigador (curiosidade, imaginação, experiência, filosofia) e por fatores externos” (SILVA, 2012, p.55).

A autora também enfatiza, que eleger esta metodologia de pesquisa, trata-se de uma postura, que consiste em possuir “como principal fundamento o fato da dinamicidade das relações entre o objeto e os sujeitos, entre a realidade e o homem entre a subjetividade e a objetividade” (SOUZA, 2012, p.84). Conforme a autora, a pesquisa qualitativa está calcada em uma partilha densa, entre os locais, fatos e pessoas, que constituem o objeto de estudo. Tais aspectos, que compõe uma cosmovisão não linear, fluente e contraditória, que estão envolvidos no processo investigativo, junto com os objetivos e as concepções do pesquisador.

Em concordância com a autora, Valentin (2012, p.33) também salienta, que é bastante pertinente nesta abordagem, não haver “pretensão de esgotar a questão proposta; o mais significativo é ouvir atentamente os diferentes atores envolvidos na investigação”. Conforme a visão da autora, a preocupação do pesquisador é com o aprofundamento da compreensão de um grupo, organização ou instituição social, trajetória e etc. Porque, como Souza (2012) dialoga, a metodologia qualitativa apresenta uma concepção de grande transformação, que contribui significativamente, para a construção da formação humana, visto, que nesta abordagem metodológica, as estruturas sociais são entendidas:

no seu surgimento e em sua transformação como construções humanas significativas, portanto, é necessário entender a complexidade e a relação

dialética entre os sujeitos e a realidade, a fim de que a pesquisa seja fiel ao espaço onde se dão os acontecimentos. (SOUZA, 2012, p.85)

Selecionamos este eixo, como alicerce de nossa fundamentação metodológica, por conta de sua relevância, no procedimento de atribuir significados aos fenômenos e processos sociais. Uma vez, que esta pesquisa, também pode ser considerada um trabalho, que visa atribuir significados a um evento social específico, que afetou as estruturas sociais, que integram as políticas públicas de uma instituição de ensino superior. A qual está relacionada à decisão, sobre o futuro das políticas de cotas, como medida de ações afirmativas dentro da UEPG.

Segundo Pereira (2011), nesta situação, a abordagem qualitativa torna-se “essencial quando se pretende focalizar representações de mundo, relações sociais, ideologias na luta hegemônica de sustentação ou mudança de determinadas estruturas no meio social” (PEREIRA, 2011, p.89). Este fator, também justifica nossa opção pelo referencial discursivo, com ênfase na análise interpretativa, que é uma importante característica da abordagem qualitativa, Souza (2009). Algo que também recairá sobre as outras metodologias, que aplicamos neste trabalho.

4.2 A ênfase no estudo de caso

Partindo da fundamentação metodológica da pesquisa qualitativa, este trabalho também se caracteriza como estudo de caso. Realizamos esta escolha, porque, de acordo com Souza (2012), o estudo de caso é uma das maneiras mais eficazes, de examinar acontecimentos contemporâneos:

os estudos de caso têm a possibilidade de ilustrar certos tópicos dentro uma avaliação, mas mantendo- se ao modo descritivo. Em sua quarta aplicação, pode ser empregada de forma a *explorar* aquelas situações nas quais a intervenção avaliada não apresenta um conjunto de resultados simples e claro, exigindo mais do processo de pesquisa. (SOUZA, 2012, p. 87, grifo do autor)

Diante desta exposição, conforme a autora, a principal função do estudo de caso é tentar “esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões e o motivo pelo qual foram tomadas, como implementadas e quais resultados” (SOUZA, 2012, p.85). Tal aspecto desta abordagem, que condiz com o objetivo geral de nossa pesquisa, que consiste em analisar os discursos e encaminhamentos presentes, nos embates que resultaram na Resolução UNIV. Nº 17/2013.

De acordo com Ventura (2007), descrever esta perspectiva metodológica é uma tarefa complexa, visto, que tal metodologia pode abranger modos e abordagens diferentes, para desenvolver pesquisa, que pode ser qualitativa ou quantitativa. No entanto, segundo Meirinhos e Osório (2010, p. 52): “Os estudos de caso, na sua essência, parecem herdar características da investigação qualitativa”, porque, o estudo de caso é guiado por sucessivas etapas de análise, recolhimento e interpretação da informação dos métodos qualitativos, que possui peculiaridades no propósito da investigação, que exige um estudo intensivo de um ou poucos casos. Diante disto, tal metodologia proporciona ao pesquisador, a mesma reflexão manifestada nos objetivos que apresentamos no tópico da pesquisa qualitativa: “entender um caso em particular considerando seu contexto e complexidade” (SOUZA, 2012, p.85).

Seguindo esta perspectiva, a presente pesquisa prioriza o eixo qualitativo de estudo de caso. Visto, que em nosso contexto, realizamos uma investigação de uma situação específica, que ocorreu numa determinada época, em um ambiente em particular. Ventura (2007) elenca, que em tal metodologia, deve haver a preservação de características significativas e universais dos acontecimentos da vida real. Ou seja, nossas análises devem seguir a seguinte linha de

interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação, a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação de diferentes dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo. (VENTURA, 2007, p.384)

Porque, segundo a autora, o estudo de caso, como toda a pesquisa, se organiza em torno de um número pequeno de questões relacionadas, ao como e o porquê da investigação. Priorizando sempre, a interpretação dos dados ligados ao contexto do objeto de estudo. A autora também ressalta, que é dever do pesquisador, sempre definir antecipadamente seu plano de análise, e considerar as limitações dos resultados obtidos. Principalmente, no que corresponde ao aspecto das informações relacionadas à qualidade da amostra.

Ventura (2007) também ressalta, que por conta da facilidade de articulação e abrangência metodológica, a perspectiva do estudo de caso é também uma modalidade de pesquisa, que pode ser aplicada a outras áreas de conhecimento, como nas áreas da saúde, tecnologia, humanas, sociais e entre outras. Por esta razão, há vários perfis que a

metodologia de estudo de caso pode assumir. Souza (2012), em concordância com a autora, ressalta que o conhecimento produzido por tal abordagem metodológica é diferente dos conteúdos desenvolvidos pelas demais metodologias. Conforme Souza (2012), primeiramente, o conhecimento que advém da experiência dos pesquisadores, que assumem o estudo de caso como metodologia, é mais concreto e menos abstrato.

Em segundo lugar, a pesquisa torna-se mais contextualizada, “pois as experiências estão arraigadas num contexto” (SOUZA, 2012, p.85). Este aspecto, também proporciona um tipo de conhecimento menos formal, diferentemente do conhecimento produzido por outros tipos de pesquisas. Ainda, segundo Souza (2012), o conhecimento produzido por este tipo de metodologia é mais voltado para a interpretação do leitor. Algo que faz com que este, por conta de suas experiências de vida e visões de mundo, se identifique mais com a pesquisa apresentada. Por último, Souza (2012) atribui peculiaridades ao conhecimento produzido, por pesquisas que seguem esta perspectiva metodológica, devido “ao fato de que esse conhecimento é baseado em populações de referência determinadas pelo leitor” (SOUZA, 2012, p.86).

Portanto, seguindo esta concepção metodologia, a presente pesquisa também se caracteriza como um estudo de caso. Uma vez, que os objetivos que norteiam nossos procedimentos metodológicos, se baseiam em discutir um fato particular, buscando analisar, pela perspectiva da linguagem, com ênfase na Análise Crítica do Discurso, a legitimidade da reelaboração e implementação da Resolução de Cotas UNIV. Nº 17/2013, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

4.3 Modalidade metodológica da pesquisa documental

Para contextualizarmos a elaboração da atual resolução, investigarmos as articulações e manifestações, que contribuíram para que a comunidade fosse ouvida na reunião do COU de 2013, aderimos a metodologia documental. Uma vez, que segundo Souza, Kantorski e Luis (2011), os documentos são considerados registros escritos

que proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo (SOUZA, KANTORSKI e LUIS, 2011, p.223)

Ou seja, os documentos na condição de registros históricos e ações sociais, possibilitam a compreensão dos fatos, através das informações armazenadas. As autoras salientam, que a análise documental consiste em verificar, identificar e apreciar os documentos, com uma finalidade específica. Que neste caso é utilizada como uma fonte simultânea e paralela de informações, complementam os dados, e assim proporcionam uma contextualização das informações contidas nos documentos.

Souza (2012) ressalta, que devido ao caráter e valor global dos documentos, também são atribuídos a estas fontes de dados, um papel explícito, no processo de coleta de dados, nas pesquisas de estudos de caso. Pois, todos os documentos são analisados e descritos, com um objetivo e para um público específico, que não necessariamente é o mesmo objetivo do público, para o qual o trabalho foi desenvolvido. Dialogando com as autoras, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) mencionam, que no momento em que o pesquisador adere à perspectiva documental, ele:

segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas, e posteriormente analisadas; por fim elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores- cujos objetos são documentos- estão impregnadas de aspectos metodológicos técnicos e analíticos (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p.4)

Ou seja, como os autores salientam, a abordagem documental, como metodologia e análise apresenta etapas, procedimentos e organização de materiais. Conforme Pimentel (2001, p.184) defende, a organização dos materiais “significa processar a leitura segundo critérios de análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes”.

Souza (2012) ressalta, que através desta modalidade metodológica, o pesquisador precisa seguir uma postura ética, sempre priorizando uma análise cuidadosa. A autora ainda complementa, que é de extrema importância, que o pesquisador entenda as fontes primárias como dados originais, que devem ter relação direta com os fatos a serem analisados. Uma vez, que é tarefa do investigador analisar as evidências documentais, sempre estabelecendo uma relação com outras maneiras de coletar dados. Pois, de acordo com Souza, Kantorski e Luiz (2011, p.224):

o tratamento documental tem por objetivo descrever e representar o conteúdo dos documentos de uma forma distinta e original visando garantir a

recuperação das informações nela contida e possibilitar seu intercâmbio, difusão e uso.

Por esta razão, Souza (2012) também chama a atenção para o devido cuidado, que deverá ser demonstrado por parte do pesquisador quanto à manipulação de dados, sempre elencando, que tais informações não deverão ser tomadas como registros literais dos fatos. Assim, a autora alerta, que os dados documentais, às vezes, podem ser contraditórios. Por esta razão, se torna imprescindível realizar uma análise mais aprofundada sobre o problema. No entanto, as informações de caráter documental, podem se transformar em uma proficiente fonte de dados, das quais podem ser extraídas evidências, que fundamentam os fatos.

Portanto, os documentos, que analisaremos nesta pesquisa, podemos considerá-los como sendo evidências de ações e práticas sociais, que registraram todo o processo de reelaboração e implementação da Resolução UNIV N°17/2013, na UEPG. Estes arquivos presentes no (Quadro 4). No qual classificamos organizamos os aspectos, que serão levados em consideração, durante nossas análises, tais como: nome do documento, número, função, data de produção e documento oficial da instituição.

Quadro 4- Documentos a serem analisados

(continua)

Nome do documento	Número	Função	Data de produção	Documento oficial da instituição
1. Ata nº06/2013	1	Registro das reuniões do COU de 2013	25/11/2013; 02/12/2013 e 09/12/2013	Sim
2. Áudios Reunião de cotas (transcritos)	4	Gravação de tudo o que foi dito durante as reuniões do COU de 2013.	25/11/2013; 02/12/2013 e 09/12/2013	Sim
3. Fotografias do segundo dia de reunião	25	Registro imagético do segundo dia de reunião	02/12/2013	Sim
4. Cartilha informativa sobre as políticas de cotas na UEPG	2	Informação sobre o funcionamento das políticas de cotas na UEPG a partir da implantação da Resolução UNIV. N° 17 de 09 de dezembro de 2013.	14/04/2016	Sim
5. Panfleto de divulgação da reunião do dia 02/12/2013	1	Ampla divulgação do segundo dia de reunião	02/12/2013	Não

				(conclusão)
Nome do documento	Número	Função	Data de produção	Documento oficial da instituição
6. Resoluções da UEPG	2	Aprovação da reserva de vagas nos Processos Seletivos da UEPG para candidatos negros e oriundos de escolas públicas.	09/04/2006 e 09/12/2013.	Sim

Fonte: Informações organizadas pela autora.

Alguns dos documentos oficiais da UEPG que expomos no Quadro 04, tais como, as duas resoluções da lei de cotas e a ata das reuniões do COU de 2013, abordamos no primeiro capítulo deste trabalho. No momento, em que descrevemos o histórico da implementação das políticas de cotas na UEPG. O panfleto e as fotografias analisamos dentro de um capítulo específico de análise. Já áudios das reuniões do dia 25 de novembro a 09 de dezembro de 2013 e a cartilha informativa sobre cotas, cada um destes itens, foi analisado em um capítulo diferente, que foram dedicados exclusivamente para analisar estes arquivos.

Nos capítulos de nossas análises, também apresentamos alguns documentos não oficiais da instituição, que também registraram o processo de reformulação das políticas de cotas na UEPG, como: vídeo e o panfleto de divulgação de uma das reuniões. Com o intuito de cumprirmos com o objetivo, de contextualizar a elaboração da atual resolução, investigar as articulações e manifestações, que auxiliaram para que a comunidade acadêmica, o NUREGS e os Movimentos Sociais fossem ouvidos nas reuniões do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e do Universitário de 2013.

4.4 Análise Crítica do Discurso perspectiva metodológica e proposta de análise

Como refletimos no capítulo da fundamentação teórica, baseando-nos em Van Dijk (2001, 2008 e 2010) e Fairclough (2005 e 2008), a ACD é também um eixo metodológico, cujo objeto de investigação é o texto, discurso e contexto social. Conforme Fairclough (2005 e 2008) teoriza, tal vertente transcende as categorias teoria e método. Pois, também se trata de uma perspectiva teórica, sobre a língua e a semiose, que abrange linguagem visual, corporal e etc., como elementos de processo social concreto, que prioriza tanto análises linguísticas, como semióticas inseridas nas reflexões mais amplas sobre processo social.

Por esta razão, Van Dijk (2010) elenca, que não existe apenas um método, uma análise social ou cognitiva dentro da ACD. Segundo o autor, tanto a Análise do Discurso como a Análise Crítica do Discurso possuem métodos de estudo bastante diversificados, que acompanham os objetivos da natureza dos dados de pesquisa, objetivos de investigação, interesses, qualificações do autor e os parâmetros do contexto de desenvolvimento do trabalho.

Nesta perspectiva, o autor ressalta 10 formas comuns dentro da ACD, de estudar as estratégias e estruturas da fala e da escrita, são elas: análise retórica, análise estilística, análise conversacional da fala em interação, análise semiótica de sons, imagens, outras propriedades multimodais do discurso e da interação, análise de estruturas específicas (que envolve análise de gêneros textuais em específico), análise pragmática dos atos de fala, atos comunicativos e análise gramatical (semântica, fonológica, lexical e sintática).

Conforme Van Dijk (2010) salienta, em cada uma destas análises, “sempre há, de novo, muitas maneiras de fazê-la (o que às vezes também é descrito como “métodos” ou “abordagens”) ” (DJK, 2010, p.12). Desta forma, compreendemos, que cada método citado pelo autor pode variar de um para a outro, dependendo das teorias ou ideologias, que cada disciplina acadêmica segue.

Assim, Van Dijk (2010) cita, que na maioria das vezes, tais requisitos analíticos são descrições de perspectiva qualitativa, na estrutura discursiva e nos detalhes. Todavia, se houver grande número de análises de dados, tais descrições podem tornar-se quantificadas. Destas formas de análise com ênfase na ACD, utilizamos para cada material específico, algumas estratégias, que foram aplicadas na análise linguística e semiótica dos textos, que apresentaremos nos capítulos de nossas análises.

Devemos salientar, que estamos trabalhando com uma variedade de gêneros textuais e diferentes linguagens, tais com: textos escritos, áudio, áudio visual e imagens. Portanto, a própria estrutura de cada tipo ou gênero textual, às vezes, não possibilita que utilizemos os mesmos critérios para análise de todos os textos. Como por exemplo, para análise das transcrições dos áudios e do vídeo. Utilizamos a análise da retórica, da conversação da fala em interação, análise semiótica de sons e pragmática dos atos de fala. Para análise das duas versões da cartilha informativa sobre cotas, do panfleto e das fotografias. Também realizamos uma análise estilística da conversação, análise das

imagens, dos próprios gêneros textuais escritos, aspectos gramaticais na análise linguística, como: a semântica, o léxico e a sintaxe, presentes nos enunciados.

Neste sentido, Fairclough (2005) também apresenta uma estrutura analítica, dividida por estágios, baseada na concepção de apreciação crítica explicatória do teórico crítico Roy Bhaskar, que guia a perspectiva metodológica da ACD, e visa atender a tais dimensões teóricas citadas por Van Dijk (2010). Porque, o primeiro estágio da apreciação crítica explicatória, consiste em enfatizar um problema social, que apresente algum aspecto semiótico. Visto, que “o estágio 1 mostra como essa abordagem da ACD é baseada em problemas” (FAIRCLOUGH, 2005, p.312) de ordem social.

Na metodologia deste trabalho, identificamos que o estágio 1 se aplica. Pois, o objeto de estudo desta pesquisa apresenta as proporções, de ser um reflexo de uma situação limitada, dentro de um contexto específico. Algo que não deixa de ser reflexo de um problema de ordem social. Que foi a inicial da tentativa de eliminação do sistema de cotas raciais, e da diminuição significativa de vagas destinadas aos estudantes oriundos de escolas públicas, nos processos seletivos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no final do ano de 2013.

Para o segundo estágio, Fairclough (2005) ressalta, que o pesquisador deve “identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido pela análise” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 311), através da observação da rede de práticas, na qual ele se insere. Pelas relações semióticas com outros elementos, também inseridos nas práticas particulares em questão.

Neste segundo estágio de nossa metodologia, identificamos, que esta etapa se aplica, a partir do momento, em que o fato descrito no primeiro estágio chegou ao conhecimento da comunidade acadêmica em 2013. Cujas a decisão do Conselho Universitário, a princípio, outorgava a retirada das cotas raciais e a diminuição das cotas sociais. Este foi o principal obstáculo que precisava ser revertido. Para este fim, as mobilizações e os discursos promovidos, durante o segundo dia de reunião do Conselho Universitário de 2013 foram os principais meios, para tentar superar o principal obstáculo encontrado pelos manifestantes. Tais informações que compõem a matriz dos dados, que analisaremos nesta pesquisa.

Pois, Fairclough (2005) ressalta, que os possíveis obstáculos também deverão ser identificados através do discurso, da própria semiose, através dos seguintes requisitos:

ordem do discurso, análise interacional, interdiscursiva, linguística e semiótica. De acordo com o autor, o estágio dois da apreciação crítica. Aborda indiretamente o diagnóstico do problema, sempre questionando: “quais são os obstáculos a serem superados? O que faz com que a estrutura e organização da vida social resistam a uma resolução descomplicada?” (FAIRCLOUGH, 2005, p.312). Na concepção de Fairclough (2005), o diagnóstico seria o principal fator, que considera como as práticas sociais estão relacionadas à semiose, discurso e a outros elementos de práticas sociais. Tal aspecto, que é o foco principal da Análise do Discurso.

Para o autor, no estágio três. O pesquisador também deverá levar em conta, se a ordem social, ou as práticas, em algum sentido, são ou não um problema. De acordo com Fairclough (2005, p.313), deve ser considerado se “a ordem social precisa do problema- é uma forma indireta de ligar as coisas como realmente são com o que elas devem ser”. Neste sentido, como elencamos no estágio um. Nosso objeto de estudo é reflexo de um problema de ordem social. Logo, compreendemos que o principal fator, que causou a tentativa de eliminação das cotas raciais da UEPG em 2013, possui raízes sociais mais profundas.

Porque, acreditamos que tal situação foi reflexo da construção de todo um complexo contexto social, histórico e cultural respaldado, principalmente, na ideologia do mito da democracia racial, que repercute não somente na sociedade brasileira, como um todo, mas também por toda a América Latina, Van Dijk (2008). Assim como discutimos no capítulo de nossa fundamentação teórica, segundo Van Dijk (2008), tais ideologias são infiltradas e repercutem através de uma série de fatores. Principalmente, nas desigualdades materiais entre brancos e negros. Uma vez que, por exemplo, a proclamação destes discursos é absolvida pelo subconsciente das pessoas. A partir de então, as desproporcionalidades nos direitos entre brancos, negros e indígenas passam a ser assimiladas como algo natural.

Em concordância com o que apresentaremos no capítulo de nossas análises. Durante os áudios das reuniões, constatamos, que o principal argumento dos conselheiros, que eram a favoráveis à retirada das cotas raciais na UEPG. Foi baseado na crença, de que o racismo não existe. Somos todos iguais e que os candidatos negros não estavam interessados em preencher as vagas reservadas a eles, nos processos seletivos da instituição. A partir destas afirmações, conseguimos reconhecer o que Tatengberg (2006)

reflete: os discursos constroem o mito da democracia racial. Portanto, podemos identificar, que este aspecto cultural seria um problema ou prática. Que de alguma maneira influenciou na primeira decisão do Conselho Universitário.

O próximo nível de análise que este trabalho se enquadra, é o estágio quatro. O qual consiste em identificar as possíveis maneiras, para superar tais obstáculos. Uma vez, que segundo Fairclough (2005), este é o momento da apreciação positiva da análise. Que se concretiza, através da identificação das possibilidades de mudanças, que ainda não foram concebidas ou concebidas parcialmente. Sempre considerando o atual estado da situação. Pois, “esse estágio pode estar voltado a apontar contradições, lacunas, deficiências dentro dos aspectos considerados dominantes ou na ordem social” (FAIRCLOUGH, 2005, p.314).

Neste sentido, entendemos que o estágio quatro, a identificação para a superação dos obstáculos. Se aplica nesta pesquisa, por intermédio dos aspectos que refletimos no primeiro capítulo deste trabalho e no início de nossa revisão de literatura. Onde abordamos, que aprovação da lei de cotas nas universidades foi um começo positivo. A fim de amenizar as desigualdades sociais de proporcionalidades raciais presentes no Brasil. A partir de então, várias IES distribuídas pelo país, dentre elas a UEPG, aderiram às políticas de cotas, como modalidades de ações afirmativas.

De acordo com os dados, que apresentamos anteriormente. Nos últimos anos, foi proporcionado um aumento no acesso dos negros aos cursos de graduação e pós-graduação nas academias brasileiras. Portanto, a intelectualidade negra nas academias tem se mobilizado, cada vez mais, através das criações de NEABs, participação em comitês de cotas, grupos de estudos e promoções de pesquisas acadêmicas. A fim de tentar preencher e descobrir novas lacunas, que ainda precisam ser assinaladas e aperfeiçoadas, dentro das políticas de ações afirmativas nas universidades.

Por último, no estágio cinco desta abordagem metodológica. Fairclough (2005) ressalta, que sempre deve haver a reflexão crítica sobre as proporções, que as análises estão tomando. Visto, que esta é a situação em que a análise se torna reflexiva. Porque, neste momento, há o questionamento sobre a eficácia da pesquisa, como apreciação crítica, que contribui para a emancipação social, o ajuste de seus posicionamentos, e é verificado se as práticas acadêmicas atuais estão ligadas ao Estado e ao mercado.

Portanto, este exercício crítico, buscaremos realizar no decorrer de nossa metodologia. Principalmente, dentro dos três capítulos, que compomos para as análises.

Dialogando com Fairclough (2005), Van Dijk (2010) salienta, que “apesar de todas essas diferenças, podemos chamar essas abordagens de *maneiras* de fazer *análise* ou descrição de discurso”. (VAN DIJK, 2010, p.12, grifo do autor). Estas maneiras de analisar podem sim ser também denominadas como métodos.

O discurso não é analisado sem um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultura, histórica ou política. (VAN DIJK, 2010, p.12)

Segundo o autor, os métodos da ACD concentram-se, especificamente, nas relações complexas entre estrutura discursiva e estrutura social. Sempre acompanhando, como as estruturas discursivas variam ou são influenciadas pela estrutura social. Nesta perspectiva, Sales (2012) também ressalta, que a metodologia de pesquisa com ênfase na ACD induz o pesquisador a refletir, sobre a relação entre texto e discurso, durante suas análises. Visando contestar os seguintes questionamentos: Qual a finalidade da produção do texto? Para quem o texto foi produzido e por quê? O orador ou o autor destes discursos apresentam algum/s objetivo/s oculto/s específico/s? E se assim o for, qual/quais é/são este/s objetivo/s? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente subjaz no texto?

Nesta perspectiva, concretizamos nossas análises, baseando-nos nas perguntas destacadas por Sales (2012). De tal maneira, que durante a análise de cada gênero textual que analisamos durante esta dissertação. Exercemos a reflexão sobre algumas perguntas, que elaboramos no formato de alguns “roteiros específicos”, que guiarão nosso eixo de análise. Conforme salientamos em algum momento deste tópico. Cada gênero textual, cada texto possui estruturas e linguagens específicas. Logo, tais aspectos não nos possibilitariam homogeneizar nossas estratégias de análise. Por esta razão, para cada texto específico, elaboramos algumas perguntas que guiarão as análises.

Como por exemplo, na análise do panfleto de divulgação da reunião do dia 02 de dezembro de 2013. Nosso roteiro de análise está pautado em contestar: Quais são as informações que o texto transmite? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente no texto? Quais são as estratégias linguísticas e discursivas impregnadas na produção dos enunciados? Por que este texto foi criado? Para quem o texto foi

produzido e por quê? Qual a relação entre a escrita e a semiose presentes no texto e como isto se dá? Como a linguagem verbal e não verbal dialogam? Como a intertextualidade se faz presente dentro desta esfera discursiva?

Para as análises das fotografias, buscaremos responder o seguinte roteiro: Quais são as informações que texto transmite? Como tais informações estão organizadas através do texto verbal e não verbal? Como é a relação entre a linguagem verbal e não verbal? Quais são as estratégias linguísticas e discursivas impregnadas pelo/s autor/es? Qual ou quais foram os objetivos do/s autores quando produziu ou produziram este/s texto/s? Qual foi o meio de divulgação do texto? Há qual é a relação entre o texto escrito e semiose?

Na subseção temática, que corresponde às análises do vídeo, estas serão as questões que nortearão nossas análises: Qual/quais é/são o/s assunto/s abordado/s em cada vídeo? Quais são os momentos das reuniões que o vídeo registrou? Por que escolheram registrar estes momentos específicos das reuniões? Qual é a intencionalidade nos discursos registrados das falas dos sujeitos que aparecem no vídeo? Quais foram as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas nas produções destes discursos? Como tais sujeitos articulam estes discursos?

Na parte que corresponde à análise das transcrições dos áudios das reuniões, as perguntas que nortearão nossas análises serão: Qual foi o tema debatido durante o áudio ou vídeo? Os participantes das reuniões ao se manifestar oralmente apresentam algum/s objetivo/s específico/s? E se assim o for, qual/quais é/são este/s objetivo/s? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente subjaz nestes discursos que foram transcritos? Quais foram as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas nas produções destes discursos? Como CEPE desconstruiu toda a proposta do grupo de trabalho? E depois, como a comunidade acadêmica e os Movimentos Sociais conseguiram reverter a decisão tomada pelo Conselho Universitário por influência do CEPE?

Por último, para a análise das duas versões da cartilha informativa, procuraremos responder os seguintes questionamentos: Qual foi a seleção do gênero textual para a produção da cartilha? Por que fizeram esta escolha? Quais são as informações presentes nos textos? Como as duas versões da cartilha informativa dialogam? Em quais aspectos ambas as versões contrastam ou convergem? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente nos textos? Há ou não sintonia entre texto escrito e semiose? Como as informações do texto escrito e visual estão organizadas? Qual e como se dá a relação entre

a linguagem verbal e não verbal? Quais foram as estratégias linguísticas e discursivas impregnadas na construção dos enunciados? Como e por quê os autores das duas versões da cartilha informativa utilizaram tais estratégias?

Desta forma, compreendemos que as indagações retomadas por Sales (2012), para a metodologia com ênfase na Análise Crítica do Discurso. As quais adaptamos para a proposta de análise deste trabalho. Mais as reflexões metodológicas destacadas por Van Dijk (2010) e os estágios que compõe a metodologia com ênfase na ACD. Os quais foram descritos por Fairclough (2005). São eixos fundamentais, que norteiam as metodologias e as análises de uma pesquisa, que segue a perspectiva teórica-metodológica da ACD.

Por conseguinte, a fim de cumprirmos com os objetivos, que foram estipulados nesta pesquisa, como: contextualizar a elaboração da atual resolução; investigar as articulações e manifestações, que auxiliaram para que o NUREGS, a comunidade acadêmica e os Movimentos Sociais fossem ouvidos na reunião do COU de 2013. Analisar a criação da cartilha informativa sobre a política de cotas lançada pela UEPG, no início do ano de 2016. Desdobramento da atual resolução.

As etapas descritas por Fairclough (2005), mais as perguntas de análise destacadas por Sales (2012), que retomamos neste item e em nossa fundamentação teórica. Guiarão nossos procedimentos metodológicos e as análises de dados, que correspondem aos seguintes capítulos: “Análises de diferentes registros das reuniões do COU de 2013”, “O que foi dito durante as reuniões do COU de 2013: uma análise das estratégias discursivas” e “Consequências e desdobramentos: a cartilha informativa”.

4.4 O processo de construção da metodologia e instrumentos para geração de dados

Partindo do pressuposto teórico, que introduzimos no início deste capítulo, de que toda a metodologia é um caminho, para atingir os objetivos traçados no projeto de pesquisa, Silva (2012). Aderimos, primeiramente, à perspectiva metodológica qualitativa. Pois, esta foi a que mais se adequou aos nossos objetivos. Também nos proporcionou a seleção de outros tipos de metodologias e perspectivas de análise, tais como: estudo de caso, ACD e pesquisa documental.

Após apresentarmos nos tópicos anteriores cada abordagem metodológica que selecionamos. Ou seja, os caminhos percorridos para cumprirmos com os objetivos traçados nesta pesquisa. No presente tópico, descreveremos como foi seguir a tais

caminhos, que foram o nosso trajeto durante o processo de geração de dados. Quais estágios de nossa metodologia foram concretizados. Quais instrumentos de pesquisa utilizamos, para atingir nossos objetivos. Visto, que como Souza (2009, p.92) elenca, os discursos no processo de geração de dados, nunca estão prontos para serem acessados, “mas são construídos nas interações entre pesquisadores e pesquisados, o que nem sempre se dá num passe de mágica, como por vezes pensam alguns setores da academia”.

Desta forma, como elencamos em vários momentos deste capítulo, toda a metodologia de pesquisa é um processo em construção. Como dita o princípio básico da pesquisa qualitativa: os questionamentos, os focos de interesses, os resultados e os processos para a geração de dados se difundem, à medida que o estudo se desenvolve, Valentin (2012) e Pereira (2011).

Este processo descreve perfeitamente o contexto de desenvolvimento deste trabalho. Pois, à medida que aplicamos os procedimentos metodológicos, passo a passo, que foram sendo colocados em prática. Nossos interesses, o processo de geração de dados e os resultados desta pesquisa, também estavam em fase desenvolvimento. Desta forma, antes de tudo, este projeto passou por várias reformulações e adequações em seus objetivos e estratégias de ação. Para que assim, fosse cadastrado na Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da UEPG, no mês de fevereiro de 2016. Posteriormente, por conta de questões burocráticas, como adequações e correções na documentação do projeto, que a COEP exigiu. Somente no mês de julho de 2016, houve a aprovação deste trabalho no sistema da Plataforma Brasil (**ANEXO C**).

Dentre tais modificações nos objetivos e na metodologia deste trabalho. Torna-se pertinente salientar, que antes pretendíamos também aderir à estratégia de realização de entrevistas, com os antigos membros do conselho e as pessoas, que participaram das reuniões e manifestações, em prol das políticas cotas naquela época. No entanto, como o nosso foco são as reuniões do dia 25 de novembro, 02 e 09 de dezembro de 2013. Dado ao fato de a UEPG ter autorizado o nosso acesso aos áudios de tais reuniões. Pela significativa quantidade de documentos, que conseguimos coletar para análise. Decidimos adiar esta parte da metodologia e utilizar outros procedimentos para a geração de dados. Sendo possível buscarmos futuramente a tais fontes, para novos projetos de pesquisa.

Enquanto aguardávamos a aprovação da COEP. Foi enviado um ofício para Reitoria, que depois foi encaminhado para a Secretaria Geral dos Conselhos (SEGECON)

da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Neste documento, solicitávamos as pautas das reuniões e gravações dos áudios das reuniões do Conselho Universitário de 2013. Pois, nunca encontramos as atas destas reuniões no site oficial da SEGECON, junto com as demais pautas de outras reuniões divulgadas, entre os anos de 2014 até 2016.

Inicialmente, a reitoria hesitou em fornecer tais materiais. No entanto, voltou atrás, afirmando que nos concederia estes documentos. Sob a condição, de que esta pesquisa fosse cadastrada na Comissão de Ética em Pesquisa da universidade. Esta tarefa, até então, já havia sido concretizada e estava aguardando o parecer consubstanciado naquela época. Após a aprovação da COEP. Eles nos permitiram a ter acesso às pautas e aos áudios das reuniões. Contudo, antes ofício nos foi devolvido. Posteriormente, o processo foi retomado, após a aprovação do projeto no sistema da Plataforma Brasil.

Enquanto o projeto aguardava aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa. Como parte de nossa abordagem metodológica documental, trata-se de contextualizarmos a elaboração da atual resolução e investigarmos as articulações e manifestações, que contribuíram para que os Movimentos Sociais fossem ouvidos pelo Conselho Universitário. Realizamos outro levantamento de dados pela internet, em busca de outros documentos, que anteriormente destacamos no Quadro 4, do tópico “Modalidade metodológica da pesquisa documental”. Tais arquivos, como: vídeo, panfletos, fotografias e etc., que também são memórias e registro do COU de 2013.

Neste primeiro momento, encontramos uma notícia intitulada “UEPG mantém política de cotas para negros e escola pública”. Que foi publicada no site oficial da universidade, junto com 25 fotografias da reunião. Entretanto, analisaremos somente as fotos, que acompanham a notícia. Dentre as 25 fotografias, analisaremos somente 6 figuras, (**Figura 02, Figura 03, Figura 04, Figura 05 e Figura 06**). Dentre as quais priorizamos somente as imagens, que contém cartazes e registraram alguns momentos da reunião do dia 02 de dezembro de 2013.

Também, encontramos o panfleto de divulgação do mesmo evento, publicado no portal do SINDUEPG (**Figura 01**), e mais um vídeo publicado em outro site não vinculado à instituição, denominado: “Ato em repúdio à decisão do Conselho Universitário da UEPG” (**Vídeo 1**). Que foi gravado por um cinegrafista amador e registrou a mobilização interna dos estudantes, o NUREGS, os Movimentos Sociais e professores. Durante a reunião do dia 02 de dezembro de 2013. Após adquirirmos tais

registros no formato de texto, que envolve características relacionadas à semiose, áudio visual e imagem. Também encontramos pela internet, as duas resoluções de cotas aprovadas pela UEPG: “Resolução UNIV N°09 de 26 de abril de 2006” e a “Resolução UNIV N°17 de 09 de dezembro de 2013”.

Ao adquirirmos, inicialmente, estes quatro registros do COU de 2013. Começamos a tentar responder a nossa pergunta de pesquisa e a cumprir com os objetivos de contextualização da elaboração da atual resolução, investigação das articulações e manifestações, que auxiliaram para que a comunidade acadêmica fosse ouvida pelo Conselho Universitário. Desta forma, começamos a encontrar as primeiras respostas, e a cumprir tais objetivos. Que começaram a ser concretizados, através das análises das fotos e do panfleto de divulgação das reuniões. Que estão no próximo capítulo que compõe esta dissertação, “Análises de diferentes de registros do COU de 2013”.

Durante este período, no mês de abril de 2016, a instituição publicou a primeira edição da cartilha informativa institucional, sobre a política de cotas para estudantes do ensino médio intitulada, “Ações Afirmativas na UEPG, fique atento (a)! Igualdade e oportunidade para todas e todos”. Esta edição foi completamente reelaborada e publicada, após a mesma ter sido alvo de críticas, por alguns pesquisadores negros e outros estudiosos da área das relações raciais.

Nesta oportunidade, adquirimos a primeira e a segunda versão da cartilha informativa sobre cotas elaborada pela instituição. Como parte integrante da perspectiva documental de nossa metodologia, na qual utilizamos como instrumento de análise a perspectiva teórica e metodológica, a Análise Crítica do Discurso. Visto, que cumprimos através da análise linguística e da semiose, nosso objetivo específico, que consiste em realizarmos uma análise comparativa detalhada da criação da cartilha informativa oficial da instituição sobre cotas, que apresentaremos exclusivamente no capítulo “Consequências e desdobramentos: a cartilha informativa”.

Na segunda quinzena do mês de julho de 2016, o projeto desta pesquisa foi aprovado pela COEP. Com isto, o processo que protocolamos voltou em tramitação e foi aprovado pela reitoria. Um mês depois, a Secretaria Geral dos Conselhos nos forneceu uma cópia da única ata redigida na época, que registrava os 3 dias de reuniões do COU de 2013. A universidade nos autorizou a darmos início às transcrições dos áudios. Sob a condição, de que nenhum membro do Conselho Universitário fosse exposto e identificado

durante o desenvolvimento da pesquisa, e que as transcrições fossem realizadas dentro da SEGECON. Em presença deles, pois, os áudios eram instrumentos de trabalho institucionais.

Esta justificativa nos causou estranheza e nos pareceu desnecessária. Porque, as reuniões do Conselho Universitário, que nos interessava, aconteceu a três anos atrás. Naquele momento, aqueles arquivos não estavam sendo utilizados pela SEGECON, pois, eles estavam ocupados trabalhando com áudios de outras reuniões atuais. E se assim o fosse, os áudios poderiam ser apenas copiados, da mesma forma que aconteceu com o documento da ata. Enfim, respeitamos as normas da instituição.

Assim que o projeto foi aprovado pela COEP da UEPG. A partir da segunda quinzena do mês de julho de 2016, até a primeira semana de dezembro de 2016. Passamos ao todo, 81 horas e 67 minutos realizando transcrições, dos 6 áudios. De segunda a sexta-feira, às vezes, no período da manhã ou pela tarde, na Secretaria Geral dos Conselhos, no Prédio da Reitoria do Campus de Uvaranas.

No total, foram 78 páginas transcritas, nas quais transcrevemos, somente os momentos dos áudios em que os conselheiros discutiram sobre o processo de número 19.163/2013. Que na época, correspondia à análise e proposição da Política de Cotas na UEPG. Por esta razão, é pertinente ressaltar, que em tais transcrições. Analisamos somente os trechos mais relevantes de cada áudio das discussões do processo da lei de cotas na UEPG. Pois, em vários momentos dos áudios, os sujeitos envolvidos faziam muitas repetições, e algumas vezes, até fugiam do assunto.

Vale ressaltar, que para realizarmos tal processo para a geração de dados. Transcrevemos os áudios, de tal forma, que durante as transcrições. Mantivemos em completo sigilo as identidades dos conselheiros e dos demais participantes da assembleia. Quando eram citados nomes de pessoas, durante os áudios. Nestes momentos, utilizamos codinomes para nos referirmos a tais pessoas, como: Presidente, Representante 1, 2,3 e etc., Conselheiro (a) ou Professor (a) A, B, C, D, e assim sucessivamente. Também é pertinente ressaltar, que realizamos este procedimento metodológico para a geração de dados, dentro de um embasamento teórico, que apresentamos no (Quadro 5).

Quadro 5- CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO: baseada em SCHNACK, C. M.; PISONI, T. D. OSTERMANN, A. C.

(continua)

= Fala colada	Indica que não há espaço entre a fala de um interlocutor e a fala XX: quando eu soube [texto] XX
(1.2) pausa	A pausa é medida em segundos ou décimos de segundos. Representa a ausência de fala ou vocalização.
(.) Micropausa	Equivale a menos de 0.2 segundos de ausência de fala ou vocalização.
? Entonação ascendente	Indica entonação ascendente
- Interrupção abrupta da fala	Interrupção abrupta da fala em curso
: Alongamento de som	Indica alongamento de vogal ou consoante
>texto< Fala mais rápida	Indica fala mais rápida em relação ao contexto anterior e posterior de fala
<texto> Fala mais lenta	Indica fala mais lenta em relação ao contexto anterior e posterior de fala
°texto° Fala com volume mais baixo	Indica fala mais baixa em relação ao contexto anterior e posterior de fala
TEXTO Fala com volume mais alto	Indica volume mais alto em relação ao contexto anterior e posterior de fala
°texto° Fala com volume mais baixo	Indica fala mais baixa em relação ao contexto anterior e posterior de fala
<u>Texto</u> Sílaba, palavra ou som acentuado	Indica sílaba, palavra ou som acentuado
↑↓ Setas	Indicam aumento ou diminuição na entonação
Hhh	Expiração audível
(texto) Dúvidas	Dúvidas na transcrição
XXXX inaudível	Indicam sílabas que não foram possíveis transcrever

(conclusão)

((texto)) comentários	Comentários da transcritora
@ @ @ Risada	Pulsos de risada

Fonte: SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento Hip Hop**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) UNICAMP: Campinas: UNICAMP, 2009.

¹¹Durante o final do último semestre do ano de 2016. Por conta da delicada crise política que afeta a educação e a saúde no Brasil. Algo que gerou uma situação tensa de greves, manifestações e ocupações na UEPG, em outras IES e colégios públicos do estado do Paraná. Devido a este fato, tivemos que temporariamente adiar o andamento das transcrições dos áudios.

Também, é pertinente ressaltar, que por mais que estivéssemos utilizando um *software* bastante útil, para desenvolver as transcrições dos áudios. Como uma ferramenta especializada dos Documentos do Google. Esta parte de nossa metodologia foi extremamente trabalhosa e nos tomou bastante tempo. Visto, que como elencamos anteriormente, a instituição autorizou que realizássemos esta parte de nossa metodologia. Sob a condição, de que as transcrições fossem concretizadas dentro da sala da SEGECON, em horário de expediente. Porque, eles não nos concederiam as cópias dos áudios.

Devido às greves, esta parte de nossa metodologia teve que ser suspensa por um mês. Contudo, foi retomada na primeira semana do mês de novembro de 2016. Período em que houve reintegração de posses nos setores administrativos da UEPG, e tínhamos certeza que a SEGECON também estava funcionando.

Enquanto o período de transcrições teve que ser suspenso. Realizamos novas investigações pela internet, em busca de outros documentos, que também registraram o COU de 2013. Nesta nova investigação, encontramos mais quatro arquivos no formato de vídeos. Todavia, devido ao fato, de termos conseguido um vasto número de documentos. Analisaremos somente os arquivos, que encontramos durante o primeiro

¹¹ No mês de outubro de 2016, os professores e servidores públicos da rede pública de ensino do estado do Paraná, que atuam tanto na educação básica como em IES públicas estaduais, entraram em greve, que durou cerca de um mês. Devido a se encontrarem insatisfeitos, com o fato de o atual governador do estado do Paraná, Beto Richa, ter decidido não cumprir com o compromisso de pagamento do salário de data-base da categoria. A partir disto, em toda a região do Paraná. Muitas escolas e universidades públicas foram ocupadas por estudantes, também insatisfeitos com a educação no país. Porque, naquela época recentemente, o governo federal havia aprovado alterações na matriz curricular do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 (que cria teto para gastos públicos).

momento de buscas, que realizamos pela internet e dos arquivos, que nos foram fornecidos pela própria universidade, para o desenvolvimento da perspectiva documental deste trabalho, tais como:

- Ata nº 06/2013;
- Cartilha informativa sobre cotas (1º e 2º versão);
- Fotografias;
- Panfleto;
- Resoluções:
- Transcrições dos áudios das reuniões;
- Vídeo: “Alunos da UEPG fazem protesto contra mudança no sistema de cotas”.

Destes materiais que selecionamos. Com o objetivo de contextualizar esta pesquisa e o processo da discussão das políticas de cotas na UEPG. Que estava sendo debatido no COU de 2013. Selecionamos os documentos: ata e as duas resoluções. Cujos arquivos já apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho. O de contextualização desta pesquisa e seu objeto de estudo. Conforme relatamos anteriormente, a ata e os áudios foram dois documentos institucionais muito difíceis de conseguirmos. Visto, que demandou na abertura de um processo. Diferentemente das duas resoluções, que por mais que fossem dois documentos oficiais de alta relevância na UEPG. Porque, este é um gênero textual onde são instauradas leis, não obstante, tal documento foi mais fácil de conseguir.

Pois, as resoluções da lei de cotas da UEPG estavam disponíveis pela internet, para que todas as pessoas pudessem acessar. A ata também é um gênero textual no formato de registro escrito, imprescindível para toda a reunião. Os áudios também o são. Porque, este registro da oralidade é algo fundamental, para arquivar algo que foi dito e como foi dito. No principal gênero textual que estamos analisando nesta dissertação, o gênero reunião.

Escolhemos analisar o panfleto de divulgação de uma das reuniões. Pois, este arquivo foi publicado pelo SINDUEPG. Que é o principal aspecto que o torna registro histórico, de como foi a mobilização do sindicato, do movimento estudantil, NUREGS, Movimentos Sociais e etc. As duas versões da cartilha sobre cotas lançadas pela UEPG entre 2015 e 2016, não poderíamos deixar de analisar. Visto, que tais materiais, de certa

forma, são resultados das reuniões do COU de 2013 e da atual resolução. Também, devido ao fato de a primeira versão da cartilha de cotas ter sido recolhida e reelaborada. Por conseguinte, é fundamental investigarmos em ambos os textos, quais foram os vestígios que induziram a esta medida. E refletir sobre como este material, hoje, contribui para as políticas de cotas na UEPG.

Também, analisaremos somente o vídeo “Alunos da UEPG fazem protesto contra mudança no sistema de cotas”. Este arquivo áudio visual é um registro, que “captou” o que realmente se passou em alguns momentos da reunião, dentro e fora da assembleia. As fotografias que acompanham a notícia publicada no site da UEPG. Como parte do texto jornalístico, também são diferentes registros do Conselho Universitário de 2013. Em linguagens diferentes disponibilizou informações acerca dos resultados das reuniões para o público em geral. A ata e os áudios das reuniões, são dois arquivos que não poderiam ser acessados em massa. Porque, a instituição decidiu não divulgar estes arquivos para que todos tivessem acesso. Inclusive, como relatamos anteriormente. Nós tivemos dificuldades para termos acesso a estes materiais.

Por fim, ressaltamos que no próximo capítulo, “Análises de diferentes registros das reuniões do COU de 2013”. Será apresentada as análises das fotografias da reunião, o panfleto de divulgação e a análise do vídeo. As análises das transcrições dos áudios e as duas versões da cartilha informativa, serão apresentadas respectivamente nos seguintes capítulos independentes, que também compomos para análises: “O que foi dito durante as reuniões do COU de 2013: uma análise das estratégias discursivas” e “Consequências e desdobramentos: a cartilha informativa”.

5. ANÁLISES DE DIFERENTES REGISTROS DAS REUNIÕES DO COU DE 2013

Como mencionamos no capítulo anterior, a pergunta que motiva esta pesquisa é:

- Quais foram os embates, encaminhamentos e desdobramentos que resultaram na atual Resolução UNIV. Nº 17/2013 da UEPG?

Para encontrarmos algumas respostas para tal questão, traçamos o objetivo geral de:

- Analisar os discursos e encaminhamentos presentes nos embates, que resultaram na Resolução UNIV. Nº 17/2013.

Portanto, a fim de continuarmos com a contextualização da elaboração da atual resolução, que iniciamos no primeiro capítulo deste trabalho. Aqui, buscaremos cumprir nosso outro objetivo específico, que consiste em:

- Investigar quais foram as articulações e manifestações que contribuíram para que o NUREGS, a comunidade acadêmica e os Movimentos Sociais fossem ouvidos na reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário que ocorreu em 25 de novembro, dia 02 e 09 de dezembro de 2013, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Para este fim, conforme salientamos no capítulo anterior. Utilizamos várias metodologias, todas de perspectiva qualitativa, nas quais destacamos: o Estudo de Caso, Pesquisa Documental e Análise Crítica do Discurso. Como instrumento para análise de dados, aderimos à abordagem teórico-metodológica da ACD e utilizamos como respaldo teórico, as reflexões de Van Dijk (2001, 2008 e 2010), Sales (2012) e Fairclough (2005 e 2008).

Nesta perspectiva, para o desenvolvimento das análises de dados. Aplicamos como referencial metodológico algumas maneiras de estudar as estratégias e estruturas da fala e da escrita, como: análise retórica, análise estilística, análise conversacional da fala em interação, análise semiótica de sons, imagens, outras propriedades multimodais do discurso e da interação, análise de estruturas específicas (que envolve análise de gêneros textuais em específico), análise pragmática dos atos de fala, atos comunicativos e análise gramatical (semântica, fonológica, lexical e sintática), Van Dijk (2010).

A fim de atendermos a tais dimensões temáticas, que norteiam a metodologia com ênfase na ACD. Com base nas reflexões promovidas por Sales (2012), procuraremos

contestar as seguintes perguntas, que serão utilizadas como roteiros para nossas análises: Qual a finalidade da produção do texto? Para quem o texto foi produzido e por quê? O orador ou o autor destes discursos apresentam algum/s objetivo/s oculto/s específico/s? E se assim o for, qual/quais é/são este/s objetivo/s? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente subjaz no texto?

Portanto, seguindo tal estratégia de análise, para cada material, que será analisado neste capítulo, como: o panfleto de divulgação da reunião do dia 02/12/2013; as fotografias da mesma reunião e um vídeo¹². Aprimoramos um roteiro de questionamentos, que retomaremos no início de cada subseção temática desenvolvida para análise. Nas quais, buscaremos contestar uma série de perguntas, que foram elaboradas, com o intuito, de identificar como a linguagem manifestada tanto pela escrita como pela semiose, ou através da oralidade, refletem ideologias e discursos, acerca das políticas de cotas no contexto da UEPG.

5.1 O panfleto de divulgação de uma das reuniões do COU de 2013

Para a análise do primeiro registro da reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e do Universitário de 2013, selecionamos a (Figura 01), que é um panfleto de divulgação da mesma. Como estratégia de análise do gênero textual panfleto, baseando-nos em Van Dijk (2010), seguiremos as abordagens de análise: estilística, análise imagens, análise de estruturas específicas (que envolve análise de gêneros textuais em específico), análise pragmática dos atos na escrita e análise gramatical (semântica, fonológica, lexical e sintática).

Desta maneira, conforme retomamos na introdução deste capítulo. Propomos contestar as seguintes perguntas, que elaboramos para organização das análises da Figura 01: Quais são as informações que o texto transmite? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente no texto? Quais são as estratégias linguísticas e discursivas

¹² Para a construção das análises deste capítulo, foram utilizadas somente imagens, que foram publicados diretamente na página oficial da UEPG e no Youtube. Ambos os conteúdos podem ser acessados pelo público em geral. Porventura, somente quando for necessário, haverá identificação de pessoas. Como por exemplo, representantes vinculados ao: NUREGS, Movimento Negro, Movimento Estudantil e outros Movimentos Sociais, que atuaram na manifestação. Visando cumprir o nosso acordo com a universidade. Nenhum membro do Conselho Universitário será exposto, nem identificado. Pois, até a finalização desta pesquisa, desconhecemos a existência de algum tipo de processo ou impedimento de divulgação destas imagens.

impregnadas na produção dos enunciados? Por que este texto foi criado? Para quem o texto foi produzido e por quê? Qual a relação entre a escrita e a semiose presentes no texto e como isto se dá? Como a linguagem verbal e não verbal dialogam? Como a intertextualidade se faz presente dentro desta esfera discursiva?

FIGURA 01: Panfleto de divulgação da última reunião do COU ocorrida em 02/12/2013



Fonte: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN (2013)

Respondendo algumas das questões destacadas, visando atender algumas das dimensões temáticas, que são eixos de análise para a metodologia com ênfase na ACD. Como mencionamos anteriormente, a Figura 01 trata-se de um panfleto, que foi elaborado pelo SINDUEPG. Porém, foi publicado no site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. A partir desta publicação, conseguimos visualizar, uma parte das proporções, que a repercussão da decisão da reunião do Conselho Universitário da UEPG acabou causando. O objetivo principal deste panfleto, consistia em convidar mais pessoas, para participarem da assembleia do dia 02 de dezembro de 2013 e divulgar a manifestação do NUREGS, dos alunos, professores, funcionários e dos Movimentos Sociais, que eram contra a eliminação da cota para negros na UEPG.

Esta decisão foi aprovada na reunião anterior do Conselho Universitário, no dia 25 de novembro de 2013. Tal aspecto nos remete às reflexões de Marcuschi (2008), o qual afirma, que os gêneros textuais apresentam uma função social específica. Visto, que as imagens são apresentadas com algum tipo de intencionalidade, por parte de seus produtores, Cunha (2008). Sobre este aspecto, Rivas e Diez (2014) também argumentam, que a linguagem desempenha papel crucial na disputa pelo processo de dominação e submissão.

De acordo com a Figura 01, a reunião do Conselho Universitário aconteceria no dia 02 de dezembro de 2013, às 10 horas da manhã. A semiose deste panfleto, ou seja, a mescla entre texto verbal e não verbal, chama-nos atenção. Por causa da imagem posicionada do lado esquerdo, a qual ilustra a metade de um rosto. Um olho de uma pessoa negra, que não é possível identificar gênero ou idade específica. Pois, interpretamos que o objetivo discursivo específico dos autores deste panfleto, seria representar a população negra, que concorre às vagas em todos os vestibulares da instituição.

Algo que nos remete à 3^o dimensão descrita por Moita Lopes (2013), da relação entre ideologias linguísticas e grupos sociais. Porque, nesta dimensão do fenômeno linguístico. As ideologias podem ser variáveis e seguir o ritmo dos integrantes pertencentes a algum determinado grupo social. Uma vez, que segundo Pagano e Magalhães (2005), o próprio texto é bastante seletivo dentro do sistema linguístico.

Ainda analisando a Figura 01, identificamos que na parte branca do olho da pessoa negra, é retratado o globo terrestre. Algo que presumimos simbolizar a diáspora africana pelo mundo. Também poderíamos interpretar a partir da observação desta imagem. Que sutilmente, poderia existir o reflexo de um discurso, que proclama haver restrições de abrangência do sistema de cotas, somente para pessoas negras. Visto que, não podemos deixar de observar, que os estudantes oriundos de escolas públicas, independentemente de suas origens, de alguma maneira futuramente também seriam afetados pela decisão do conselho. Uma vez, que a porcentagem das cotas sociais, seria reduzida a um piso de 35%, dentro de alguns anos na UEPG.

Os povos indígenas também são atendidos pelas cotas raciais na UEPG e em outras IES públicas espalhadas pelo Brasil. Vale realçar, que no caso específico dos povos indígenas na UEPG. Não há vagas reservadas para eles nos vestibulares de inverno, verão

e PSS da instituição. Assim como há para os negros e estudantes oriundos de escolas públicas. Por conta da existência de uma lei federal, a qual institui um sistema de seleção específico, para os indígenas na UEPG e em outras IES públicas espalhadas pelos país.

Portanto, concluímos que nesta imagem, pode haver a presença do discurso, que proclama que as cotas raciais seriam somente destinadas aos negros. Visto que, não há a representação de estudantes indígenas ou outros alunos das escolas públicas, provenientes da mistura de outros povos, que também formam parte da diversidade racial e cultural da população brasileira.

Seguindo esta linha de raciocínio, pensamos que tais sujeitos também poderiam ser representados. A fim de reproduzir um discurso, que afirma que as políticas de cotas não são um estigma sobrecarregado de negatividade, que se restringe somente à população negra no Brasil. Pelo contrário, as políticas de cotas são, sim, uma modalidade de ação afirmativa conquistada pela população negra e outros grupos discriminados pela sociedade. Para ter acesso à educação de nível superior e a outros direitos que historicamente foram renegados a eles. Que tais grupos sociais apoiam o NUREGS e o Movimento Negro nesta luta.

Vale ressaltar, que no contexto específico cujo o panfleto foi produzido. A causa da permanência das políticas de cotas para negros na Universidade Estadual de Ponta Grossa estava sendo ameaçada e precisava ser defendida. Como Moita Lopes (2013) afirma, a língua associada aos aspectos sociais e culturais, torna-se um projeto discursivo e não um fato estabelecido. De tal forma, que o projeto discursivo é orientado por ideologias, que envolvem dimensões convergentes de um grupo, que através da linguagem expressa seus interesses e reivindicações.

Sobre o texto escrito do lado direito do panfleto, destacamos o primeiro enunciado que aparece na parte superior:

*“Dizemos **não** à decisão do **conselho universitário** de retirar as cotas raciais e diminuir as cotas sociais” ANDES-SN (2013 grifo do autor)*

Neste trecho que destacamos. Aparece claramente a ideologia presente no discurso dos autores deste panfleto, que se manifestam contra a decisão da elite minoritária da instituição, a qual decidiu banir as cotas raciais na universidade. Também, destacamos nesta sentença, que os termos:

“não” e “conselho universitário” ANDES-SN (2013)

Anunciam a ideologia do discurso principal dos opositores à decisão dos membros do Conselho Universitário de 2013. Antes mesmo de lermos detalhadamente a ideia expressa no restante da sentença. Logo abaixo deste enunciado, vem escrito as informações correspondentes ao local, data, horário da manifestação e da reunião. Em seguida, vem a sentença mais destacada de todas:

“COTAS SIM! ENQUANTO FOREM NECESSÁRIAS!” ANDES-SN (2013)

Consideramos este enunciado como sendo o segundo termo dentro do panfleto, que mais chama atenção. Pois, este conteúdo expressa a ideologia presente no discurso principal dos estudantes, do NUREGS, do Movimento Negro, professores e funcionários da instituição, de serem favoráveis às cotas. Também é pertinente observar, que no enunciado do panfleto de ANDES-SN (2013):

“ENQUANTO FOREM NECESSÁRIAS!”

É exposto claramente o discurso, de que as cotas são uma medida temporária e não permanente de inclusão social, que elas devem ser mantidas dentro da universidade e na sociedade como um todo. Até quando continuarem elevados os números de desigualdades sociais. Característica esta do panfleto, que nos recorda Van Dijk (2008) que elenca, que as raízes das injustiças sociais se encontram nas desigualdades raciais.

Ou seja, pela lógica desta sentença, identificamos o discurso que proclama, que quando houver mais inclusão significativa de pessoas de negras, indígenas e estudantes de baixa renda no ensino superior. Não haverá mais sentido para a existência das políticas de cotas, como medidas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Por enquanto, ainda é conveniente que as cotas sejam mantidas e não abolidas como parte do sistema político da instituição.

Por último, para completar esta esfera discursiva do panfleto. Identificamos que há presença de intertextualidade, que se manifesta na fala da autora Rosa Luxemburgo, citada no panfleto. Segundo Guimarães e Guerra (2013), Luxemburgo foi uma grande pensadora polaco-germana marxista, que ficou mundialmente famosa pela militância revolucionária nas questões políticas da Polônia, no final do século XIX. Portanto, podemos observar na seguinte fala da filósofa:

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais humanamente diferentes e totalmente livres Rosa Luxemburgo” ANDES-SN (2013)

Observamos este trecho, constatamos que pelo fato da autora ter sido militante do movimento marxista. Há indícios desta ideologia política no discurso do enunciado que destacamos. Tal ideologia política prega a luta de classes e a equidade numa sociedade, que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e se tornem iguais perante o estado, Konder (2002).

Também seria relevante destacar neste panfleto, que a linguagem visual ajuda a reafirmar ainda mais o discurso da linguagem escrita. Por conta da criação do contexto, do ambiente que envolve a imagem. Uma vez que, pela semiose, a presença da cor vermelha, que é a cor da bandeira política socialista marxista. Por conseguinte, este aspecto nos alude, a interpretação de que há a reafirmação desta ideologia propagada no discurso do panfleto.

5.2 A introdução ao texto jornalístico escrito através das fotografias

Na presente subseção temática, analisaremos as seguintes figuras: (Figura 02, Figura 03, Figura 04 e Figura 05). Através de uma abordagem com ênfase na ACD, na qual será priorizada as seguintes dimensões de análise: estilística, semiótica de imagens e outras propriedades multimodais do discurso, da interação, análise de estruturas dos gêneros textuais presentes nas imagens, análise pragmática nos atos comunicativos e análise gramatical (semântica, fonológica, lexical e sintática).

Durante este tópico, propomos contestar os seguintes questionamentos como roteiro de análise: Quais são as informações que texto transmite? Como tais informações estão organizadas através do texto verbal e não verbal? Como é a relação entre a linguagem verbal e não verbal? Quais são as estratégias linguísticas e discursivas impregnadas pelo/s autor/es? Qual ou quais foram os objetivos do/s autor/es quando produziu ou produziram este/s texto/s? Qual foi o meio de divulgação do texto? Há e qual é a relação entre o texto escrito e semiose?

Buscando contestar estas perguntas, iniciaremos nossas análises pela Figura 02, em seguida, pela Figura 03, Figura 04 e Figura 05. Pois, tais imagens no portal da UEPG, aparecem antes da notícia escrita e de outras fotos, que registraram momentos que ocorreram antes e durante a reunião do dia 02 de dezembro de 2013.

FIGURA 02: Manifestante momentos antes da reunião do dia 02 de dezembro de 2013



Fonte: UEPG (2013)

Observando a Figura 02, encontramos a fotografia de um dos manifestantes, momentos antes da reunião do Conselho Universitário. Esta foto registra a imagem, que segundo informações de algumas pessoas, que também estavam lá naquele dia participando da manifestação, se chama Saniel, naquela época ele não era estudante da UEPG. Mas, era graduando uma faculdade particular da região de Ponta Grossa. Naquele dia, ele estava na manifestação apoiando o Movimento Estudantil. Na ilustração da Figura 02, Saniel pratica a ação de escrever na janela de um carro, que não sabemos se pertencia a ele ou a outra pessoa, o seguinte enunciado, que aparece nitidamente na imagem:

“Cotas sim” UEPG (2013)

A partir desta sentença e da ação do jovem, é possível identificar, que o rapaz demonstra que foi participar da reunião do COU de 2013. Como protesto à decisão dos membros do Conselho Universitário, ele escreve na janela de um carro, em um lugar de destaque, **cotas sim** (grifo meu). É possível observar através do discurso manifestado pela ação de Saniel, que este jovem era a favor da manutenção das políticas de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Nesta perspectiva, a (Figura 03) também é exemplo de um texto, que mescla linguagem verbal e não verbal.

FIGURA 03: Faixa estendida em frente ao prédio da reitoria da UEPG



Fonte: UEPG (2013)

Observando a Figura 03, encontramos a ilustração de uma parte da frente do prédio da reitoria. Pois, a reunião que iria ocorrer momentos depois, seria naquele local onde aparecem esses três jovens, um rapaz e duas moças. Dentre as duas mulheres que conversam, uma delas é negra. Estes jovens possuem idades que presumimos ser entre 20 e 30 anos de idade. Não conseguimos identificar ao certo, se eles eram alunos da instituição ou representantes de Movimentos Sociais. Na fotografia, estas pessoas estão conversando ao lado esquerdo de uma faixa, onde destacamos o seguinte enunciado:

“REITORIA. CASA GRANDE” UEPG (2013)

Analisando o discurso presente nesta sentença, constatamos que os autores desta faixa, afirmam que a reitoria da universidade é uma casa grande. Desta forma, podemos afirmar que autores impregnaram este enunciado, como estratégia linguística e discursiva no texto escrito, a fim de causar impacto nos interlocutores. Por conta da ambiguidade presente no termo **casa grande** (grifo meu), que pode significar literalmente, uma comum residência de proporções grandiosas.

Mas, pelo contexto que estamos analisando, através de todo um conjunto de fatores, que ocorreram naquele dia, neste contexto específico. A reitoria da UEPG está sendo comparada ao maior símbolo do contexto histórico do período da escravidão no Brasil, a **casa grande** (grifo meu). Local que era residência dos senhores de escravizados e das grandes elites daquele período. Desta forma, podemos compreender, que este enunciado transmite um impactante discurso, que pela lógica compara que a ação da retirada das cotas para negros na UEPG, é uma ofensa similar à própria opressão ou até

mesmo à violência, que a figura histórica dos senhores escravocratas exercia sobre os escravizados na época do Brasil imperial. Agora partiremos para análise da próxima imagem, (Figura 04).

FIGURA 04: Estudantes da UEPG escrevendo um cartaz



Fonte: UEPG (2013)

A Figura 04 retrata duas moças, a que está do lado esquerdo, que quase não aparece, mas no centro da fotografia, há a representação de uma moça branca, que traja uma camiseta onde está escrito nas costas “Letras Português/Francês”. Este indício nos leva a concluir, que a jovem que não aparece o seu rosto. Pois, ela está de costas, na época, era graduanda do curso de Licenciatura em Letras Português/Francês da UEPG. Na Figura 04, é registrado o momento em que esta jovem escreve em um cartaz:

“COTAS NÃO SÃO PRIVILÉGIO” UEPG (2013)

Ao analisar este enunciado, constatamos que a autora deste discurso. A jovem que aparece na foto, expressa que as políticas de cotas **não são um privilégio** (grifo meu). No contexto deste discurso, a semântica do termo “privilégio”. De acordo com o dicionário, significa “benefício especial dado a alguém (...). Atributo específico de alguém ou de um grupo” (CALDAS, 2009, p.647). Ou seja, através deste enunciado, a autora objetiva rebater, contra argumentar o discurso que proclama, que as cotas são um benefício. Favor ou obra de caridade, que foi concedido gratuitamente aos negros, aos indígenas, às categorias sociais de baixa renda e aos portadores de necessidades especiais. Sem que antes, alguém precisasse lutar para conquistar este direito. Tal aspecto, que reproduz o

que Norões (2011) teoriza, através de uma linguagem acadêmica, sobre as tentativas e conquistas dos Movimentos Sociais Negros por espaços de decisões de poder:

Os Movimentos Sociais dos negros transformaram suas reivindicações e lutas ao longo dos anos e em consonância com o momento histórico, no entanto, há alguns pontos permanentes nas diversas fases: a denúncia em relação ao racismo existente no Brasil, a luta contra a discriminação racial e a luta pela educação (NORÕES, 2011, p.23)

Ou seja, podemos concluir através do enunciado, que destacamos na Figura 04. Com base na reflexão de Norões (2011), que as cotas raciais não são um benefício concedido. Mas, um direito conquistado, através da luta política de uma mobilização social e histórica, que o Movimento Social Negro realizou. Este fato apresentamos brevemente no capítulo de contextualização desta pesquisa e seu objeto de estudo. Agora observe a (Figura 05).

FIGURA 05: Grupo de estudantes da UEPG em frente estendendo faixas e segurando cartazes



Fonte: UEPG (2013)

A Figura 05 contém fotografias, onde há mais pessoas reunidas, que são acadêmicos da UEPG, representantes do NUREGS e outros Movimentos Sociais. Dentre estas pessoas, destaca-se o professor doutor Luis Fernando Cerri, que atua no curso de História e é um importante pesquisador da UEPG, que pesquisa e orienta trabalhos científicos, que abordaram a temática das políticas cotas. Na Figura 05, ele está falando ao microfone, junto como um grupo de jovens, que estendem faixas em frente ao prédio da reitoria, e outros que seguram cartazes. Os cartazes que destacamos na Figura 05, não é possível ler o que está escrito. Porque, o fotógrafo captou a imagem de longe. Mas, é possível ler claramente o seguinte enunciado da faixa:

“UEPG SEM APARTHEID!” UEPG (2013)

Analisando este discurso, novamente argumentamos, que os autores desta faixa, também intencionaram impactar às pessoas que lessem tal enunciado. Através da estratégia linguística e discursiva, que induz o interlocutor a raciocinar, que a eliminação das cotas para negros dentro na UEPG. Trata-se de um regime de segregação racial institucional, onde todas as chances de estudantes negros ingressarem na universidade serão praticamente impossibilitadas. Pois, o autor ou os autores desta faixa, ao impregnar o termo:

“APARTHEID!” UEPG (2013)

Dentro da sentença, pretendeu induzir o interlocutor a imediatamente captar este enunciado. A partir daí, acionar em seu subconsciente a lembrança de algum momento, em que ele leu ou ouviu esta terminologia em algum lugar. Então, o interlocutor irá relacionar, devido a polêmica atribuída ao sinônimo deste termo, que isto se remete a um ato de racismo, através do regime de segregação racial, entre brancos e negros. Que de acordo com Carvalho (2005) e Guimarães (1995), ocorreu em países, como África do Sul e Estados Unidos.

Portanto, a partir destes aspectos intertextuais, que aludem a fatos históricos, que analisamos na Figura 05 e também na Figura 02. Encontramos exemplos da afirmação de Cunha (2008), que os seres humanos desde a infância, o tempo todo são influenciados pelo poder das imagens. Tais elementos formatam nossas subjetividades, dentro de algum padrão cultural, moldando identidades, opiniões e etc... Pois, se juntarmos todas as imagens e experiências, que fizeram parte de nossas histórias de vida, que estão

armazenadas em nosso subconsciente. Estes elementos são capazes de criar narrativas e registros de nossas histórias, para pensarmos o presente.

Desta forma, tais figuras que analisamos durante esta subseção temática, podemos afirmar, que em sintonia com a notícia escrita, registraram alguns momentos antes da reunião do dia 02 de dezembro de 2013. Portanto, estas imagens realizam uma pequena introdução aos fatos. Assim, compondo uma narrativa, que mescla texto verbal e não verbal. Porque, através de tais registros fotográficos, dos momentos que antecederam a reunião. Foi criada uma introdução para a notícia. Ou seja, um cenário composto por figuras, que transmite uma impressão de certa credibilidade e autenticidade acerca dos fatos para o interlocutor. Tal característica, que é típica do gênero notícia. Assim, criando uma história, uma narrativa imagética, Cunha (2008), sobre que aconteceu minutos antes da reunião, porque, reproduz significados.

Assim como Cunha (2008), Sardelich (2006) e Perez (2011) teorizam. Vários conjuntos de imagens também são capazes de produzir mensagens aos interlocutores, através da construção de histórias e narrativas, que utilizam textos não verbais. Visto que, também é possível construir e atribuir sentidos e significados às imagens.

5.3 ACD perspectiva de análise aplicada no texto áudio visual

Continuando nossas análises. Nesta subseção temática abordaremos o seguinte registro do COU de 2013: (Vídeo 1) “Ato em repúdio à decisão do Conselho Universitário da UEPG”, Miranda (2013). No qual consta como foi a mobilização interna dos estudantes, NUREGS, Movimentos Sociais e professores, durante a reunião do dia 02 de dezembro. Pois, como refletimos durante o processo de nossa metodologia, no tópico da pesquisa documental,

o tratamento documental tem por objetivo descrever e representar o conteúdo dos documentos de uma forma distinta e original visando garantir a recuperação das informações nela contida e possibilitar seu intercâmbio, difusão e uso (SOUZA, KANTORSKY e LUIZ, 2011, p.224)

Como estratégia desenvolvida com ênfase na ACD e buscando ser congruente com a proposta de Van Dijk (2010). Neste tópico será analisado no texto áudio visual, alguns aspectos como: a semiose entre som e imagem, texto escrito e imagem, as falas

transcritas dos sujeitos que aparecem no vídeo, análise retórica, análise estilística, análise conversacional da fala em interação, outras propriedades do discurso e da interação, análise pragmática dos atos de fala, os atos comunicativos e análise gramatical (semântica, fonológica, lexical e sintática).

Também propomos seguir o mesmo roteiro de análise adaptado às características do tipo, gênero e tema abordado pelo texto. Que resultou em questionamentos baseados no fundamento teórico/metodológico da Análise Crítica do Discurso, mencionado por Sales (2012), tais como: Qual/quais é/são o/s assunto/s abordado/s em cada vídeo? Quais são os momentos das reuniões que o vídeo registrou? Por que escolheram registrar estes momentos específicos das reuniões? Qual é a intencionalidade nos discursos registrados das falas dos sujeitos que aparece no vídeo? Quais foram as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas nas produções destes discursos? Como tais sujeitos articulam estes discursos?

Desta forma, começaremos a análise do Vídeo 1, de duração de dois minutos e sete segundos. Este é um texto áudio visual, que a maior parte do tempo possui uma música como plano de fundo, a qual acompanham as cenas e os discursos manifestados oralmente pelos sujeitos que aparecem na gravação. Quanto ao estilo musical da música que compõe o plano de fundo. A identificamos como originária da cultura afrobrasileira, por causa da sonoridade dos instrumentos musicais, que acompanham a música e é bastante similar às cantigas reproduzidas em rodas de capoeira, ou em cerimônias religiosas de matriz africana no Brasil. Tal aspecto, que podemos destacar como valor simbólico no vídeo, de representação sonora da cultura afro-brasileira. Cujas principais temáticas, é a abordagem da ação da militância, principalmente do Movimento Negro, que participou ativamente do processo de defesa da manutenção e reformulação do sistema de cotas para negros na UEPG.

Por esta razão, destacamos este vídeo, como sendo um registro do ato de oposição à decisão do Conselho Universitário, que foi realizado pela comunidade acadêmica, NUREGS e alguns Movimentos Sociais e foi divulgado pelo panfleto, que analisamos no início deste capítulo. Este ato ocorreu durante a reunião do Conselho, no 02 de dezembro de 2013. Assim como apresentamos na ilustração da (Figura 06):

FIGURA 06: Imagem dos nove primeiros segundos do Vídeo 1



Fonte: MIRANDA (2013)

Os primeiros quarenta segundos do Vídeo 1 registrou alguns momentos, que antecederam a reunião do Conselho Universitário. Assim como as fotografias, que analisamos em outro tópico que compõe este capítulo. Neste trecho do vídeo, destacamos o pronunciamento de Carlos de Souza, Representante do Movimento Negro da região de Ponta Grossa, presente na Figura 06.

((som de música)) <Estamos aqui::: (. ((som de música)) pra::: ((som de música)) (. ((som de música)) tentar:::mos reverte:::> ((som de música)) (. >Estamos aqui:: pra luta:::< (. ((som de música)) <Por aquilo que nós acredita::mos nós estamos aqui:: (. ((som de música)) Lutando: para que a universidade> >Abra as portas< (. >para aqueles que preCI:sam! ((som de musical)) MIRANDA (2013)

Analisando este enunciado, observamos que o Representante do Movimento Negro, pela articulação da linguagem manifestada através da oralidade e pela postura corporal. Como discutimos anteriormente, segundo Van Dijk (2010), na perspectiva teórico-metodológica da ACD. Dependendo da estrutura do gênero textual, é possível incluir em tal perspectiva de análise, propriedades do discurso como: análise da retórica, estilística, semiótica de sons e imagens. Entre outras propriedades multimodais do discurso e da interação. Como a própria análise pragmática dos atos de fala como estratégia reflexiva. Analisando o discurso de Carlos de Souza, pela ótica de tais critérios que acabamos de destacar.

É possível contemplar todas estas propriedades discursivas. A partir do momento, em que este locutor demarca sua presença e a presença dos demais manifestantes no ato em defesa das cotas. Pois, este representante expressa através de sua linguagem corporal, na ação contínua de caminhar de um lado para o outro. Uma mensagem de presença ou

demarcação de território. Aspecto este, que converge com o discurso que ele articula oralmente. No qual destacamos como principal característica linguística, a utilização verbal no tempo presente no modo indicativo, como marcador temporal. Assim transmitindo ao interlocutor, uma ideia de ação contínua. Ao ele repetir três vezes o termo:

((som de música)) <Estamos aqui::: (.) MIRANDA (2013)

Deste modo, este locutor prossegue o enunciado em sentido de coletividade. Uma vez que, o Representante do Movimento Negro, sempre se refere a **nós** (grifo meu). Ele explica, porque eles estavam naquele local, naquele momento e quais eram os seus objetivos. Que consistia em **tentar reverter** (grifo meu), e não somente reverter. Pois, através da articulação da oralidade, é transmitida a ideia ao interlocutor. De que este locutor, por mais que eles (em sentido de coletividade) fossem tentar realizar a ação pela qual eles estavam naquele local. O Representante do Movimento Negro, não demonstrava possuir a plena certeza, de que eles iriam alcançar com êxito o objetivo principal. Depois, o próprio silêncio do locutor, nos induz a questionar: reverter o que?

Ao mesmo tempo, em que esta pausa do ativista, nos induz a racionar que eles estavam naquele local. Para tentar reverter, persuadir a decisão tomada na última reunião do Conselho Universitário, sobre a eliminação do sistema de cotas para negros na UEPG. E para descrever esta ação, o Representante do Movimento Negro atribui outros significados para este objetivo, como: **para lutar por aquilo que eles acreditam** (grifo meu). Ou seja, este indício presente na oralidade, demarca que eles estavam lá naquele dia. Por causa de uma ideologia na qual eles acreditavam e pretendiam defender. Tal aspecto, que demonstra o que refletimos anteriormente, que os discursos nunca são neutros. Porque, são orientados e motivados por ideologias, Moita Lopes (2013) e Blommaert (2006). No final da sentença que destacamos no vídeo de Miranda (2013), o Representante do Movimento Negro complementa:

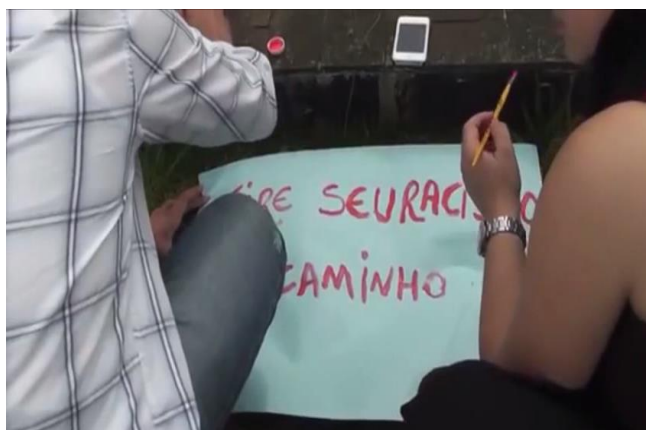
*nós estamos aqui::: (.) ((som de música)) Lutando: para que a universidade
>Abra as portas< (.) >para aqueles que preCI:sam! (.)*

Ou seja, este locutor por mais que ele não tenha certeza absoluta, de que eles iriam conseguir alcançar com êxito a causa pela qual eles estavam lá tentando reverter. A ideologia que influenciava no seu discurso. Era a de que, naquele contexto, através da luta, verbo que foi conjugado pelo locutor no gerúndio, que transmite uma impressão de

continuidade de uma ação que não irá parar. Porque, seguindo este raciocínio expresso na sentença, a principal mensagem transmitida ao interlocutor. É de que tais sujeitos acreditam que lutando. Eles iriam provocar a reação na universidade de **abrir as portas para aqueles que precisam** (grifo meu). E quem seriam estes sujeitos que precisam entrar na universidade? Pela lógica, encontramos a resposta: a população negra de baixa renda, que naquele momento, havia perdido o direito de tentar ingressar na UEPG, através da reserva de vagas destinadas a eles.

Além do discurso proclamado através da oralidade do Representante do Movimento Negro. Também destacamos outros discursos refletidos naquele dia, através da ilustração da (Figura 07).

FIGURA 07: Um casal de manifestantes produzindo um cartaz durante o ato de oposição a decisão do COU (2013)



Fonte: MIRANDA (2013)

Observando a Figura 7 extraída do Vídeo 1, destacamos a semiose que envolve linguagem verbal e não verbal. Ou seja, trata-se de uma imagem que contém um cartaz, texto escrito. Nesta foto extraída do vídeo, é registrada a presença de um homem e de uma mulher, que não aparecem os seus rostos. Pois, estes estão de costas para a câmera. Assim como uma das fotografias que analisamos em outra subseção temática deste capítulo. Na Figura 08, eles praticam a ação de escrever um cartaz, que não é possível visualizar por inteiro. Porque, estes jovens encobrem uma parte do texto. Mas pela lógica da frase registrada por Miranda (2013). Naquele momento, presumimos que o casal de jovens redigiu:

“TIRE SEU RACISMO DO CAMINHO”

Analisando este enunciado da Figura 08, destacamos que a principal mensagem transmitida ao interlocutor, possui o efeito de uma propaganda publicitária contra o racismo. Uma vez que, a estratégia linguística e discursiva impregnada neste anúncio. É a utilização da mesma linguagem comum em campanhas publicitárias. Nas quais, a principal característica, é a utilização de verbos no modo imperativo. Assim como Perez (2011, p.62) reflete, que através da publicidade, “é possível conhecer e analisar os valores sociais que estão em pauta em diferentes contextos e épocas”.

Considerando, que na produção deste cartaz, os autores utilizam o termo **tire** (grifo meu), como estratégia linguística e discursiva. Através deste estilo de linguagem, é demonstrado certa ousadia ou reivindicação por parte do locutor. Pois, eles se dirigem diretamente ao interlocutor, como se estivessem dando uma ordem. Podemos interpretar desta maneira, por causa do sentido do verbo impregnado no modo imperativo dentro da sentença. Em seguida, é introduzido o predicado: **seu racismo do caminho** (grifo meu). Observe que nesta sentença, o termo racismo não é sentenciado como um objeto, ação, ou sentimento que pertence a qualquer pessoa. Mas, sim ao próprio interlocutor a quem os autores se dirigem.

Desta forma, podemos destacar, que a linguagem manifestada pelo perfil dos gêneros textuais utilizados pelos manifestantes, tais como: cartazes e faixas, que foram espalhados pelo campus de Uvaranas e no prédio da reitoria da UEPG naquele dia. Refletiam intencionalidades, que foram expressas através de estratégias comunicativas e discursivas dos manifestantes naquela ocasião específica. Algo que reflete a afirmação de Cunha (2008), que teoriza que todas as imagens, que circulam pela sociedade. Foram criadas, porque, houve a intencionalidade de alguém, por produzir estes discursos. A fim de que, estes atendessem a um ou mais objetivos específicos. Pois, “há intencionalidade por parte dos produtores de imagens em produzir determinadas narrativas sobre o mundo”. (CUNHA, 2008, p.107). Agora analisaremos o conteúdo da (Figura 08).

FIGURA 08: Faixa estendida pelos Movimentos Sociais e comunidade estudantil em frente ao prédio da Reitoria da UEPG no dia 02/12/2013



Fonte: MIRANDA (2013)

A Figura 08 que foi extraída do Vídeo 1, ilustra um grupo de jovens com idades entre 20 e 30 anos, que na época eram acadêmicos da UEPG, representantes do NUREGS, Movimento Estudantil e outros Movimentos Sociais. Nesta imagem registrada por Miranda (2013), há a presença de três mulheres e dois rapazes, que estendem uma faixa em frente ao prédio da reitoria, onde está escrito:

POLÍTICA DE BRANQUEAMENTO???????

Observamos que o conteúdo deste enunciado, destacado em caixa alta. É diferente dos conteúdos dos outros textos escritos presentes na captação das imagens de cartazes e faixas, que analisamos anteriormente. Visto, que a sentença desta faixa apresentada em um local de destaque na universidade é uma pergunta. Na qual os autores deste texto escrito questionam a instituição. Principalmente, os conselheiros que formavam parte Conselho Universitário e eram o principal público dos manifestantes. Desta forma, podemos observar, que o objetivo do autor ou dos autores desta faixa, consistia em chamar a atenção do público alvo. Para que estes visualizassem a pergunta: **política de branqueamento?** (grifo meu), que foi enfatizada por sete pontos de interrogação, destacados a baixo do texto em cor vermelha.

Analisando este enunciado. Observamos que esta ênfase à pergunta, através da repetição do ponto de interrogação. Nos parece que foi impregnada, com o objetivo de chamar atenção. Como consequência, estimular a alta cúpula da instituição, a também se questionar. Após tal reflexão, contestar se esta decisão foi tomada consciente ou inconscientemente influenciada pela política de branqueamento.

Porque, decodificando e lendo este enunciado. É possível presumir, que por mais leigo que o interlocutor fosse nas discussões sobre a história das relações raciais no Brasil. O termo **branqueamento** (grifo meu), pela lógica da sentença, se remeteria a um processo de clarear ou branquear. Que naquele contexto específico, se aplicava à população daquele ambiente. Algo que passaria a se concretizar através de um sistema burocrático, que consistiria em aceitar somente pessoas caucasianas naquele local.

Portanto, este aspecto nos remete ao processo histórico, que apresentamos no capítulo de contextualização deste trabalho. No tópico em que introduzimos um panorama histórico das ações afirmativas no Brasil. Esta questão buscamos refletir respaldando-nos em Guimarães (1995) e Nunes (2011). Que afirmam que no Brasil, após abolição da escravatura. Houve a tentativa de implantação de políticas de branqueamento, como o exemplo da Bahia no século XIX. Na qual surgiram projetos de leis, cuja a intenção das autoridades daquela época, era a de forçar a retirada do povo africano e seus descendentes, para os engenhos. Na condição de escravizados, ou obrigar os negros que conseguissem a liberdade, a regressarem para a África.

De acordo com Guimarães (1995) e Tragtemberg (2006), o processo de intensificação no fluxo de imigração europeia, que ocorreu no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, após a proclamação da República. Também fez parte da agenda que formava parte das políticas de branqueamento no Brasil. Nas quais, o governo daquela época, objetivava contratar os imigrantes europeus, como mão-de-obra assalariada. Pois, prevalecia um discurso, que propagava uma ideologia que determinava, que os negros e os não-brancos eram inaptos para desenvolverem o trabalho assalariado no Brasil.

Portanto, analisando a sentença deste enunciado, que destacamos na Figura 08. Pode-se observar, que o conteúdo desta faixa foi influenciado pelo conhecimento da existência do discurso da ideologia do branqueamento. Pois, é como se os autores daquela faixa indagassem a universidade, sobre a possibilidade de implementação na instituição, de uma medida semelhante, as que formam parte dos tópicos da agenda de políticas de branqueamento.

Ainda analisando o Vídeo 1. Destacamos que Miranda (2013), além de registrar o discurso de Carlos Souza, Representante do Movimento Negro de nossa região. Também registrou alguns momentos da reunião do dia 02 de dezembro de 2013, em que outros

manifestantes também se pronunciaram, tais como: um Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma docente da UEPG, que estavam naquela reunião representando o NUREGS e dois Representantes do Movimento Estudantil da universidade. Com o objetivo de registrar, quais foram os discursos por eles utilizados e quais foram as estratégias que eles impregnaram. A fim de reverter a decisão da retirada das cotas para negros na instituição. Continuaremos como as análises das articulações de cada um destes Representantes, iniciando pela análise do monólogo de Saniel. Que como elencamos anteriormente, este apesar de não ser acadêmico da UEPG, estava lá naquele dia apoiando o Movimento Estudantil. Extraímos este momento do Vídeo 1 e ilustramos através da (Figura 09).

FIGURA 09: Representante do Movimento Estudantil



Fonte: Miranda (2013)

Analisando a articulação da linguagem do locutor que aparece na Figura 09. Destacamos que enquanto ele fala ao microfone, talvez como característica pessoal e pela exigência da própria situação. Ele parece olhar para o público a quem se dirige. E principalmente, o Saniel gesticula muito a mão esquerda. Sempre a levantando para o alto com o dedo indicador, se voltado para as pessoas. É como se pela expressão corporal, ele estivesse fazendo um gesto de dar ordem, instrução ou conselho para o público. Agora analisaremos o trecho do pronunciamento deste jovem, que foi gravado por Miranda (2013):

((som de música)) <O que está acontecendo É um ataque aos nossos direitos (.)
 ((som de música)) INTÃO::> (.) ((som de música)) >Vamos todo mundu.: (.) ((som de música)) LUTA:: (.) ((som de música)) Por nenhum direto a MENOS dentro da (uepg)!<
 ((som de música))

Também, destacamos que através da oralidade, este manifestante, como estratégia discursiva, inicia o seu discurso manifestando sua opinião acerca dos fatos. Algo que novamente se remete ao raciocínio exposto por Moita Lopes (2013), o qual reflete que os discursos nunca são neutros. E novamente, em consonância com o discurso do Representante do Movimento Negro, Carlos Souza. Este locutor também motiva e estimula a ação de luta contra o que, na concepção dele. Seria a limitação ou redução de direitos na UEPG. Ou seja, a eliminação do sistema de cotas para negros. Pois, como estratégia retórica, ele enfatiza na sentença:

((som de música))Por nenhum direto a MENOS dentro da (uepg)! < ((som de música)) MIRANDA (2013)

Desta forma, destacamos que dentro da sentença, o termo **menos** (grifo meu) atua como agente que classifica a espécie de sistema, que eles objetivam combater na instituição. No qual envolveria menos direitos para a população pobre e negra do que para os brancos de classe média alta. Para complementar o discurso de Saniel. Analisaremos o que seria um ideal de democracia na concepção de Sérgio, que também estava lá naquele dia representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), (Figura 10):

FIGURA 10: Representante do MST



Fonte: Miranda (2013)

((som de música)) <XXXX °dizia> (.) >que a universidade::< <volte a se democrático> >No dia que ela tive pintada<° (.) ((som de música)) >DE:: NEGRO, DE ÍNDIO,DE POBRE< <°i de sem terra!< ((som de música)) MIRANDA (2013)

Neste trecho do Vídeo 1, interpretamos que este locutor afirma que a universidade um dia. Foi, no passado, um ambiente democrático. Constatamos tal ideia expressa através da lógica da sentença:

>que a universidade<: < <volte a se democrático> MIRANDA (2013)

Desta forma, é transmitida a mensagem para o interlocutor. De que a universidade, naquela ocasião, não era mais um ambiente democrático. Prosseguindo com o raciocínio, na concepção deste locutor. A condição para a universidade retornar a ser um espaço democrático. Implicaria na inclusão de **pobres, indígenas, negros e sem-terra** (grifo meu). Analisando este trecho do pronunciamento de Sérgio, Representante do MST. Através de uma ótica destacada por Van Dijk (2001), que enfatiza uma análise de sons e dos dispositivos retóricos. Como a utilização de metáforas, metonímia, ironia e etc... No seguinte trecho:

>No dia que ela tive pintada<° (.) ((som de música)) >DE:: NEGRO, DE ÍNDIO, DE POBRE< <°i de sem terra!<° ((som de música)) MIRANDA (2013)

A estratégia retórica aplicada no discurso, de citar em vós alta e rápida os termos: **pobres, negros e indígenas** (grifo meu). É como se simbolicamente, em um tom de revolta. Este locutor demonstrasse inconformidade ou insatisfação pela ausência destes sujeitos no espaço acadêmico. Mas, note que quando ele se refere aos sujeitos que pertencem ao mesmo grupo social que ele. O locutor diminui a velocidade e o tom de sua voz. Desta forma, transmite ao interlocutor, através deste indício retórico, a impressão de que. Ele possui mais afinidade com tais sujeitos que foram mencionados por último. Por estes pertencerem ao mesmo movimento social que ele.

Em seu discurso, Sérgio também utiliza uma figura de linguagem, para descrever a presença dos **negros, pobres, indígenas e sem-terra** (grifo meu) na universidade. Como sinônimo da instituição ser **pintada de negro, indígena, pobre e sem-terra** (grifo meu). Neste sentido, destacamos baseando-nos em Van Dijk (2001), que o locutor impregnou como “**Dispositivo retórico**” (VAN DIJK, 2001, p.193, grifo do autor) a estratégia linguística e discursiva, da utilização de uma metáfora na oralidade. Na qual, o locutor afirma, que o ideal para uma universidade democrática. É aquela instituição, que teve sua **cor branca, representação da elite caucasiana, pintada pelas cores: negra, indígena, pobre e sem-terra** (grifo meu).

Terminologia esta, que metaforicamente descreve a inclusão dos negros, indígenas, pobres e pessoas que formam parte do movimento social sem-terra, junto com a população branca e rica no ensino superior. Agora, analisaremos um trecho do pronunciamento de outro Representante do Movimento Estudantil, Leonardo Godoy, que foi destacado na (Figura 11) e também foi captado pelo vídeo de Miranda (2013):

FIGURA 11: Representante 02 do Movimento Estudantil



Fonte: Miranda (2013)

No Vídeo 1, também foi registrado parte da articulação de Leonardo Godoy, Representante 02 do Movimento Estudantil. No qual ele oralmente menciona:

((aplausos)) <°há uma segregação racial que ela tendi:: (.) há uma dívida histórica que> >que não é só histórica que é:: atual< <cinquenta e um> >por cento da população brasileira, é negra!°< (1.0) ((fundo musical)) <Eu tenho um dado aqui:: (.)> >Que não é só referenti:: a questão de negro:<(1.0) ((fundo musical)) >setenta e nove por cento dos estudantes que se formam todo ano SÃO DE ESCOLA PÚBLICA!< (.) ((som de música)) <O Movimento Estudantil NÃO VAI DISISTI::, NÃO VAI SE RENDE::!> >Nós não sairemos daqui! Não sairemos daqui da frente! < <Enquanto essa decisão não for revertida! > MIRANDA (2013)

Observando separadamente a expressão corporal deste locutor, durante o seu pronunciamento. O tempo todo ele olha para o público, da mesma maneira que Saniel. Como se este não possuísse receio de manifestar o que pensa. Outra característica que

identificamos na retórica de Leonardo Godoy. É que ele, ao mesmo tempo que se pronuncia. Ele também gesticula levantando e abaixando a mão direita.

Assim, transmitindo ao interlocutor. Uma sensação de afirmação, segurança ou confiança, nas informações nas quais ele se baseia. Em congruência com a linguagem corporal de Leonardo. Ele afirma que existe uma segregação racial tendenciosa para algo, e em seguida realiza uma pequena pausa, que pode induzir o interlocutor a questionar: **qual é a tendência desta dívida?** (grifo meu). Pela lógica da sentença, pode-se presumir que o que está oculto nestes primeiros segundos da fala deste locutor. Pelo conjunto que compõem tal articulação. É a existência da segregação racial mencionada anteriormente, a qual tende a promover desigualdades e exclusão social.

Após a pausa, este representante continua afirmando, que também existe uma dívida histórica, que explica a existência da segregação racial. Tal estratégia discursiva presente no enunciado, que expressa um efeito de causa e consequência. Na qual, este locutor se baseia em um fato histórico, como estratégia de argumentação. E complementa que tal dividida histórica se tornou atual, pois, ela existe até os dias de hoje.

Em seguida, ele afirma que **51% por cento da população brasileira é negra** (grifo meu). Depois ele destaca elevando e acelerando o tom de voz. Demarcação retórica, que transmite uma impressão de autoridade e credibilidade nas fontes em que ele se baseia. Esta característica na articulação de Leonardo Godoy. Nós identificamos como uma técnica retórica do orador, bastante relevante. A fim de argumentar e persuadir seus interlocutores. Que foi aplicada, principalmente no trecho em que este representante afirma, que possui dados que expressam:

((fundo musical)) >setenta e nove por cento dos estudantes que se formam todo ano SÃO DE ESCOLA PÚBLICA!< (. ((som de música)) MIRANDA (2013)

O último trecho que foi registrado da articulação deste orador. É que ele, em um discurso que envolve oralidade e expressão corporal. Talvez, em um tom de ameaça ou promessa. Afirma em sentido de coletividade. Pois, está representando o Movimento Estudantil, afirma que:

<O Movimento Estudantil NÃO VAI DISISTI:;, NÃO VAI SE RENDE:;!> >Nós não sairemos daqui! Não sairemos daqui da frente! < <Enquanto essa decisão não for revertida! > Miranda (2013)

Na próxima sentença, o locutor manifesta enfatizando o enunciado:

<O Movimento Estudantil NÃO VAI DISISTI::, NÃO VAI SE RENDE::!>
Miranda (2013)

Em um tom de voz mais elevado, referindo-se às ações futuras do movimento social que ele representa. Eles não iriam desistir de tentar alcançar seus objetivos, que consistia em reverter aquela situação, nem que para isto eles tivessem que ocupar aquele local. Agora analisaremos a última articulação, registrada por Miranda (2013), que contribuiu para o processo de reformulação da atual resolução das políticas de cotas na UEPG. Trata-se de um trecho do pronunciamento da Representante do NUREGS (Figura 12):

FIGURA 12: Representante do NUREGS-UEPG



Fonte: Miranda (2013)

((som de música)) >COTA!< <Não reforça de deRROta!> >EQUILÍBRA!<
<Entre ponto de PARTIDA!> >E ponto de chega::da! A VITÓRIA COLETIVA! RE-
°inven°Tada!< ((aplausos e assovios)) MIRANDA (2013)

Observamos que neste trecho do pronunciamento da professora Ione da Silva Jovino, que orientou este projeto de mestrado e estava lá naquele dia representando o NUREGS da UEPG. Como estratégia discursiva, a locutora seleciona e utiliza o recurso da intertextualidade. Característica esta, que nos remete ao ponto de vista defendido por Sales (2012, p.131), que argumenta: “ao fazermos o uso da linguagem, recorreremos a maneiras particulares de representar, de agir e identificarmos o mundo e a nós mesmos. E, para tanto, lançamos mão de discursos, gêneros e estilos específicos”.

Porque, esta locutora, ocasionalmente, selecionou este poema, do poeta brasileiro negro, que utiliza como codinome Cuti, que foi publicado no livro **Negroesia** (grifo meu), no ano de 2007. Para assim, ceder a sua voz, a fim de expressar um discurso, sobre a temática das cotas na versão de um texto literário. Que pelo fato de ser considerado uma arte, através de uma linguagem poética, aborda e argumenta sobre a função social das políticas de cotas. Quanto a estratégia retórica, que a Representante do NUREGS utiliza, para declamar este trecho do poema de Cuti (2007). Observamos que o termo **cota** (grifo meu) é proclamado em voz alta, para dar ênfase à temática do poema. Observando a seguinte sentença:

<Não reforça de deRROta!> >EQUILÍBRA!< MIRANDA (2013)

Aqui constatamos um contraste. Pois, é afirmado que a função social da cota não é reforçar a derrota, mas equilibrar. Nesta sentença, como estratégia retórica da locutora. Ela também enfatiza em um tom de voz mais alto, a oração “**equilibra!**” (grifo meu), da mesma forma que ela destacou a terminologia cota. Algo que transmite a seguinte mensagem para o interlocutor: **a função da cota é equilibrar e não reforçar derrotas!** (grifo meu). Entre o ponto de partida e o ponto de chegada de uma vitória. Que novamente, a locutora elevando um pouco mais o tom e o ritmo da voz, se demonstra mais emotiva e destaca esta vitória, como sendo reinventada.

Como último aspecto que destacamos nesta subseção temática. Podemos ressaltar, que através das análises dos trechos de algumas articulações, que foram registradas no Vídeo 1. Conseguimos identificar alguns dos principais discursos, que contribuíram para que o Conselho Universitário revesse e reformulasse as decisões, que foram tomadas nas últimas reuniões daquela época. Algo que aconteceu no mesmo dia, algumas horas depois. Estes fatos iremos confirmar nas análises, que compõem o próximo capítulo dedicado às análises das transcrições dos áudios das reuniões.

5.4 Algumas considerações sobre os textos analisados

Neste capítulo, analisamos diferentes tipos de registros da reunião do COU de 2013. Pois, cada texto que exploramos nas três subseções temáticas, cada um era um gênero textual, que possuía estrutura, estilo e linguagens específicas.

Apesar das peculiaridades presentes em cada registro, em cada um dos gêneros textuais que analisamos neste capítulo, como: panfleto, fotografias e vídeo. Cada um

destes textos apresentava um objetivo social em comum. Que de certa maneira, consistia em abordar as discussões e o andamento do processo de reformulação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, durante a reunião do Conselho Universitário do ano de 2013.

Pois, objetivos ser congruentes com a teoria de nossa fundamentação teórica, a qual foi aplicada na prática de nossas análises. Segundo Marcuschi (2008) e Moita Lopes (2013), todo o texto, dentro do padrão de algum gênero textual específico. Por mais que ele utilize diversos tipos de linguagens. Tais elementos são produzidos a partir da intencionalidade de alguém, para algum público específico. A fim de cumprir a um ou mais objetivos sociais.

Uma vez que, a própria língua é uma prática social, que nunca é neutra. Principalmente, quando se envolve disputas nas relações de poder. Que não é aplicada somente na busca pela hegemonia. Mas, principalmente, no desafio de causar efeitos e reverter situações. Este tema continuaremos abordando no próximo capítulo, no qual apresentamos as análises das transcrições dos áudios das reuniões do COU de 2013.

6. O QUE FOI DITO DURANTE AS REUNIÕES DO COU DE 2013: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Para continuarmos contestando a pergunta que norteia esta pesquisa, a qual retomamos no capítulo anterior:

- Quais foram os embates, encaminhamentos e desdobramentos, que resultaram na atual Resolução UNIV. N° 17/2013 da UEPG?

A fim de prosseguirmos com a proposta de nosso penúltimo objetivo específico, que consiste em:

- Investigar as articulações e manifestações que contribuíram, para que os Movimentos Sociais fossem ouvidos na reunião do Conselho Universitário, que ocorreu em 25 de novembro à 09 de dezembro de 2013 na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Neste capítulo, analisaremos a parte de nossa metodologia, que corresponde ao processo de geração de dados das transcrições dos áudios das reuniões do COU de 2013, que ocorreram nos dias 25 de novembro e 02 de dezembro. Vale salientar, que dos seis áudios que gravaram as longas horas de debate destas reuniões, transcrevemos somente quatro áudios. Pois, também havia mais dez processos em pauta para discussão, além do Processo n° 19.163/2013, que assim como apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho, este era o número do processo que correspondia à análise e proposição da política de cotas na UEPG, durante as reuniões do COU de 2013.

Portanto, no presente capítulo, analisaremos alguns trechos de dois áudios da reunião do dia 25 de novembro de 2013 e alguns trechos de dois áudios, da reunião do dia 02 de dezembro de 2013, que registraram somente a discussão sobre as políticas de cotas na UEPG. Porque, os demais áudios registraram outros momentos das reuniões em que os conselheiros discutiram os demais processos, que também estavam em pauta. Principalmente, no início da reunião do 02 de dezembro, e na última reunião, a do dia 09 de dezembro de 2013. Data em que o Conselho Universitário aprovou a atual Resolução N°17/2013.

Novamente, ressaltamos que conforme elencamos no capítulo de nossa metodologia. Durante as transcrições dos áudios, mantemos em sigilo os nomes das pessoas envolvidas nas reuniões, como: presidente e os conselheiros. De tal forma, que quando foram citados nomes durante os áudios, utilizamos codinomes para nos referirmos

a tais sujeitos. Desta maneira, durante as análises que realizaremos neste capítulo, tais sujeitos serão nomeados somente como: Presidente, Conselheiro ou Conselheira A, B, C, D, E, F, G e etc., Professor ou Professora A, B e C, ou Participante 1, 2 e 3.

Como perspectiva de análise, seguiremos o mesmo procedimento metodológico que aplicamos para analisar os documentos, que apresentamos no capítulo anterior. Conforme Van Dijk (2010) sugere, utilizaremos como referencial metodológico, algumas maneiras de estudar as estratégias e estruturas da fala e da escrita, como: análise retórica, análise estilística, análise conversacional da fala em interação, análise pragmática dos atos de fala e atos comunicativos.

Seguindo esta perspectiva de análise, também propomos responder o seguinte roteiro de análise, dos principais discursos manifestados nas articulações, que transcrevemos, tais como: Qual foi o tema debatido durante o áudio da reunião? Os participantes das reuniões ao se manifestarem oralmente, apresentam algum/s objetivo/s específico/s? E se assim o for, qual/quais é/são este/s objetivo/s? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente subjaz nestes discursos, que foram transcritos? Quais foram as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas nas produções destes discursos? Como o CEPE desconstruiu toda a proposta do grupo de trabalho? E depois, como a comunidade acadêmica, o NUREGS e os Movimentos Sociais conseguiram reverter a decisão tomada pelo Conselho Universitário por influência do CEPE?

Portanto, a fim de cumprir tal roteiro de análises, o presente capítulo está estruturado da seguinte maneira: no primeiro tópico, realizamos uma minuciosa análise dos principais momentos da exposição da proposição do grupo de trabalho, a do CEPE e a proposição da relatora. Na segunda subseção temática, analisamos alguns trechos das principais articulações que eram favoráveis à proposição do CEPE. No terceiro momento, serão apresentadas as análises de alguns dos principais discursos, presentes nos pronunciamentos dos participantes, que contribuíram para que a comunidade acadêmica, o NUREGS da UEPG e os Movimentos Sociais conseguissem reverter a decisão tomada pelo Conselho Universitário. No último tópico deste capítulo, apresentaremos algumas considerações acerca dos discursos que analisamos nos trechos das transcrições das gravações das reuniões do COU de 2013.

6.1 A apresentação da proposta

Para começar a contestar algumas das perguntas que levantamos neste tópico. Destacamos que no início da primeira reunião do Conselho Universitário, o Presidente comunica a todos, que a retificação, que correspondia na época às políticas de cotas na UEPG, que foi solicitada pelo Conselheiro A. Naquele momento havia sido aprovada. Assim como mencionamos no início desta subseção temática, o Presidente também ressaltou, que a pauta da reunião era bastante extensa, e a maioria dos conteúdos já haviam sido discutidos em outras reuniões do Conselho Universitário.

Portanto, eles iniciariam a reunião do dia 25 de novembro de 2013, pelo item 2 da pauta. O qual corresponde ao processo 19.163/13, que é o nosso foco de análise. Após tais avisos prévios. O Presidente chama a Conselheira B, para que esta apresentasse o relatório final do grupo de trabalho, para análise e proposição das políticas de cotas na UEPG, que é a revogação nº 36 de 11/11/2011. Assim como consta no primeiro trecho do áudio, que transcrevemos da articulação da Conselheira B e no documento da ata da reunião do Conselho Universitário.

Desta forma, analisaremos a articulação da Conselheira B, com o intuito de identificar, como tal representante do grupo de trabalho expôs através do seu pronunciamento, as ideias principais da proposição apresentada. Quais foram as estratégias discursivas e os principais argumentos, que ela utilizou. A fim de expor e comparar a proposta do grupo de trabalho, a do CEPE e a proposta que ela também, como relatora, sugeria. Para assim, compreendermos como a proposição do CEPE desconstruiu a proposição do grupo de trabalho e a proposta da relatora. Analisando o seguinte trecho:

“(1.8) <°boa tarde senhor presidente, senhores conselheiros (.) pedi pra fazer o relato xxx dessa apresentação que é mais característica (.) da gente xxxx°> >BOM< <como todos sabem no dia 5 e 6 de junho (.) deste ano nós fizemos né por promoção da pró reitoria de juntamente com a comissão é: de acompanhamento e avaliação da implantação da política de cotas> (.) >é:: dois seminários um que aconteceu lá no Centro e o outro no campus aqui de Uvaranas (.) pra discutir na verdade< (.) <para apresentar alguns dados gerados relativos à política de cotas da (uepg)< >então< <Após a realização destes destes dois seminários ((ruído de interferência no áudio)) a nossa preposição> >foi de criar um grupo de trabalho para que pudesse para analisar ((ruído de interferência no áudio))< (.) <as posições dos setores, então, com

representantes dos setores com a própria comissão> (.) >de acompanhamento e avaliação da implantação da política de cotas que já existia mais o representante do (cinep) na época no primeiro seminário lá no centro pediu a possibilidade de ser incluído nessa comissão< (.) <e representantes do (cepe) dando início a questões numéricas que poderiam ser é- levantadas pelo (cepes) também pediu que poderia é: nos auxiliar> (.)” (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Observando a articulação da Conselheira B, conseguimos identificar que por conta da situação de formalidade, ela utiliza como estratégia discursiva e comunicativa, a realização de uma breve introdução ao assunto, antes de apresentar detalhadamente a proposição e as conclusões do grupo de trabalho. Que pelos indícios que observamos na oralidade da Conselheira B, tal apresentação foi estruturada de acordo com um roteiro escrito, que foi resumido e apresentado aos interlocutores, através da explicação oral, guiada por uma apresentação eletrônica no *software* do *power point*, cópias do resumo e da proposição para os demais conselheiros. Tal critério estratégico desempenhado nesta situação, que Marcuschi (2008) explica, como sendo a habilidade, que o indivíduo possui de se relacionar com o evento textual ou a situação comunicativa, que é influenciada pelo ambiente, aspectos sociais e culturais, no qual este critério estratégico discursivo é impregnado.

Ainda, analisando este trecho da articulação da Conselheira B. Também encontramos algumas informações sobre a origem do processo, que culminou na retificação que foi aprovada na reunião do dia 09 de dezembro de 2013. Pois, Conselheira B sendo congruente com a ata das reuniões, relata que o processo de avaliação das políticas de cotas na UEPG, já estava em vigência desde alguns meses atrás. Visto, que a instituição promoveu dois seminários, que ocorreram no primeiro semestre de 2013.

A partir destes encontros, houve a preposição de criar um grupo de trabalho, para analisar as posições dos setores e seus representantes. Note, que a locutora salienta que destes seminários promovidos pela UEPG. Já existia uma comissão de acompanhamento e avaliação da implantação das políticas de cotas dentro da instituição. Aspecto este, que demonstra que desde o início da implementação das políticas de cotas na UEPG, já haviam representantes da própria universidade avaliando e acompanhando o desenvolvimento do sistema de cotas em seu contexto acadêmico.

Outra informação relevante, que também podemos destacar no pronunciamento da Conselheira B, é que a partir destes seminários, alguém solicitou que fossem inclusos nesta comissão, alguns representantes do CEPE. Para assim, acompanhar os dados estatísticos e auxiliá-los. Algo que talvez, poderia ter influenciado na desconstrução da proposição do grupo de trabalho, e conseqüentemente, no fato de a retificação elaborada pelo CEPE ter sido aprovada naquela época. Porque, haviam representantes do CEPE na comissão de acompanhamento e avaliação das políticas de cotas na UEPG. Portanto, este fato, nos leva a supor, que indiretamente, o CEPE influenciaria na proposta do grupo de trabalho. Ao mesmo tempo, em que este também seria influenciado pelo trabalho de tal grupo, durante a elaboração da proposição. Analisando a continuação da articulação da Conselheira B, ela segue explicando:

“<e: eu trago aqui então é: (.) como todos já leram (.) hum é: o relatório na verdade eu fiz uma síntese °de aspectos que eu considero importante até pra colocar aqui a disposição do que foi é (.) encaminhada pelo grupo de trabalho a proposição do (cep) e a proposição (.) que particularmente eu trago°> (1.0) >ENtão< <atualmente nós temos como regulamentação da política de cotas na (uepg) resolução número 36 de 11 de outubro de 2011 que na verdade é uma consolidação da resolução número 9 de 2007 que foi tendo alguns ajustes e:: nessa resolução então aqui que:: hoje oficialmente está aprovada de cotas na na (uepg)>. (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Neste trecho, a locutora expõe a síntese de um relatório, no qual consta aspectos da proposição do CEPE e da proposição de sua autoria, que ela julgava pertinente. A partir daí ela começa a relatar o histórico sobre a regulamentação das políticas de cotas na UEPG, que foi consolidada a partir da Resolução UNIV N° 09/2007. Tal resolução, a partir de alguns ajustes, se tornou a Resolução UNIV N° 36 de 11 de outubro de 2011 (que não conseguimos encontrar no acervo de resoluções online oficial da SEGECON, UEPG). Algo que destacamos no seguinte trecho:

(1.1) >BOM< <o principal aspecto dessa:: é:: política que está (.) que estava em vigor até::> (.) >o ingresso para 2014< <é de que o período de sua implantação era de 8 anos letivos é:: iniciando a partir do ano letivo de 2007 então é: o primeiro ingresso pelas cotas na (uepg) foi 2007 e o último ingresso pelas cotas na (uepg) seria 2014 né: se não houvesse proposição de manutenção ou de modificação na política de cotas os limites mínimos definidos nessa resolução na época foram de 10 ((ruído)) por cento para

estudantes oriundos é da escola pública e 5 por cento para estudantes negros oriundos da escola pública> (.) <esse percentual foi considerado é: um acréscimo de 5 por cento ((ruído)) ao ano para estudantes oriundos de instituições públicas de ensino e 1 por cento a cada ano para estudantes negros oriundos de instituições públicas de ensino então o que a gente pede? 2007 10 por cento e 5 por cento respectivamente e ano a ano esse percentual foi sendo é:: acrescentado> (.) >então nós tivemos para o vestibular 2013 e ingresso 2014- 12 por cento das vagas para estudantes negros oriundos de escola pública< <e 45 por cento das vagas para estudantes oriundos de escola pública lembrando que no atual sistema então> (.) <entendendo o sistema de cotas 57 por cento o sistema universal com 43 por cento (.) das vagas é:> >lembrando que quando falo em estudantes oriundos de escola pública na atual< (.) <no atua (.) modelo que está em vigor são estudantes que(.) fizeram todo o ensino médio em escola pública> (.) >somente o ensino médio< (.) <Atualmente os que ingressam por cotas na (uepg) as cotas de escola pública como a de negros tem que ter cursado todo o ensino médio na uep- no- na escola pública> (.) >bo:m< <também nesse grupo de trabalho vocês também devem ter observado foi feito um um nós entregamos uma pasta para cada membro a legislação federal e com as regulamentações da (uem) e da (uel) o que a que era gente dispunha na época>” (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Este trecho da síntese da Conselheira B condiz com o que apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação. No tópico em que apresentamos um breve histórico sobre as políticas de cotas na UEPG, para este fim, utilizamos como referência os trabalhos de Plá (2009), Souza (2012) e Glap et al. (2011). Uma vez que, a locutora apresenta a proposta do documento resultado do grupo de trabalho, e também realiza um histórico sobre como foi o processo de implementação das políticas de cotas na instituição. Sempre contextualizando, como o sistema funcionava no início de sua vigência, no ano de 2007, e o que iria ser alterado na resolução até o início do ano de 2014.

Em congruência com o documento que apresentamos anteriormente, a Resolução N°09/2013, UEPG (2006). A Conselheira B ressalta, que no antigo sistema das políticas de cotas dentro da instituição: 10% das vagas para cada curso era destinada aos estudantes oriundos da rede pública de ensino e 5% para estudantes negros. Para estes percentuais, houve aumento ano a ano de 5% nas vagas para estudantes de escolas públicas e 1% para

estudantes negros. Inclusive, a locutora cita o exemplo, de que para o vestibular de 2013 ingresso 2014, 12% das vagas foram reservadas para estudantes negros oriundos de escolas públicas.

Tais estratégias discursivas e retóricas da locutora, que visualizamos, como a necessidade de fortalecimento do discurso, através da estratégia da argumentação. Onde, para construir sua articulação, através do aspecto da intertextualidade, a Conselheira B se apoia em embasamentos teóricos e dados empíricos da instituição, na legislação federal e nas regulamentações de outras universidades, como a da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Londrina. Pois, boa parte deste discurso que a Conselheira B construiu, é uma reprodução de tópicos que estão presentes no documento da Resolução UNIV. N° 9/2006.

Tal característica, que nos alude ao que Marcuschi (2008, p.131) teoriza: “intertextualidade é uma “condição de existência do próprio discurso” (...). Um discurso remete a outro e tudo se dá como se o que se tem a dizer trouxesse pelo menos em parte um já dito”. Ou seja, os discursos são construídos com base na diversidade dos textos e outros discursos similares ou convergentes. Garantindo assim, uma certa unidade nas mensagens transmitidas.

Desta forma, compreendemos que de uma “maneira pedagógica”. É como se a Conselheira B estivesse preparando os interlocutores, para apresentar a comparação entre a proposição do CEPE, a proposição do grupo de trabalho e a proposição que ela elaborou em particular. Conforme a locutora se posicionou anteriormente. Nesta apresentação, a conselheira apresenta primeiro a proposta do grupo de trabalho, em seguida, a proposição do CEPE. Por último, a proposta dela como relatora:

>bom< <então eu fiz aqui do que eu: entendo do que é a discussão nesse conselho °hoje° (.) Eu vou eu vou colocando as questões eu vou colocando o posicionamento né:: então:: manter o sistema de cotas:??> (.) <sim ou não> (.) o grupo de trabalho <optou (.) pelo sim> >a proposta desta relatora< (.) <é pelo sim> (.) tá: não houve no grupo de trabalho nenhuma proposta pela extinção da política de cotas então vocês leram no relatório que tiveram diferentes propostas mas nenhuma é:: encaminhada no sentido de: acabar com as cotas (.) manter o sistema de cotas para alunos oriundos de escolas públicas? tem 2 possibilidades (.) estud- entendendo estudantes de escolas públicas aqueles que fizeram todo o ensino fundamental e todo o ensino médio em escola pública

- esta é a proposta do grupo de trabalho (.) também pode ser feito é:: por exemplo é:: °agora não me lembro se é na (uel) ou na (uem)° (1.2) XXXX que pode ter feito até 2 séries do ensino fundamental em escola não pública (.)então pode ter esse critério <o grupo de trabalho optou pela primeira (.)> <que é ter feito todo o ensino fundamental e todo o ensino médio em escola pública é:< <também o foco dessa relatora> (1.0)>manter o sistema de cotas para estudantes negros oriundos de escola pública?< (.) <sim ou não?> (.) >o grupo de trabalho optou> <pelo (.) sim e: também: é: a proposta desta relatora> (.) >de manter a:: cota para< <estudantes negros oriundos de escola pública> (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Neste trecho, a Conselheira B explica de forma subjetiva a proposição elaborada pelo grupo de trabalho. Visto, que a medida que ela vai levantando cada questão, a locutora também demonstra concordar com a maioria dos tópicos, que compõem tal proposta. Algo que é possível observar claramente à medida em que ela vai apresentando cada pergunta: sobre manter o sistema de cotas, de modo geral. Depois, as perguntas se tornam mais específicas, sobre o futuro das cotas para estudantes de escolas públicas e estudantes negros oriundos de escolas públicas. Sempre salientando, que ela e o grupo de trabalho optaram pelo sim.

De acordo com o pronunciamento da Conselheira B, no grupo que ela representava, não houve propostas elaboradas com o intuito de eliminar ambas as modalidades de políticas de ações afirmativas na instituição. Mas, na realidade tais sugestões objetivavam aprimorar alguns aspectos. Como por exemplo, a proposição do grupo de trabalho propunha, como requisito para as cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, que somente o candidato, que sempre estudou em escola pública se enquadraria neste sistema. E quanto às considerações do grupo de trabalho sobre as cotas para os negros, observe o seguinte trecho:

(1.0) >manter pela banca de constatação? < (.) <sim ou não? > (.) >a discussão da banca de constatação foi praticamente um consenso de que ela é muito: DIFÍCIL pra todo mundo< tanto pra quem vem participar dela: quanto pra quem é banca quanto pra quem é banca de recursos enfim: subentende que: tem sido uma dificuldade muito grande na instituição. (.) então <a banca a- o grupo de trabalho optou pelo não> >o não significa a autodeclaração< (.) essa é a proposta do grupo de trabalho e <essa é a proposta (.) que eu também (1.0) é como relatora (.) acompanho> (1.0) >manter os

percentuais? a proposta do grupo de trabalho manter os percentuais < 57 por cento pra cotas e 43 por cento pro sistema universal> (.) (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

É possível destacar neste trecho da articulação da Conselheira B, que tanto a relatora como o grupo de trabalho, eram favoráveis que se mantivesse tal modalidade das políticas de ações afirmativas na instituição. Não obstante, com a eliminação da banca de constatação, algo que a locutora coloca como sinônimo, deles serem favoráveis a aderir ao sistema de autodeclaração.

Desta forma, a Conselheira B justifica o posicionamento deles. Sob a alegação enfática, de ser muito **difícil** (grifo meu) o desempenho e o deslocamento dos membros da banca de constatação e dos candidatos. Por esta razão, ambos, relatora e grupo de trabalho, propunham a eliminação da banca de constatação. Na última pergunta sobre a manutenção dos percentuais, a Conselheira B expõe que o grupo de trabalho propunha, que 57% das vagas fossem destinadas ao sistema de cotas e que 43% fosse destinada à cota universal. Em seguida, a locutora apresenta a proposição do CEPE:

(.) >alterar os percentuais?< (.) <a proposta do (cepe) é: (.) °é que foi encaminhada uma minuta pelo (cep) né:: (.) a proposta do (cep) é de: (.) eu sintetizei aqui, eu não coloquei todos os itens°> (.) MAS A PROPOSTA SERIA <50 por cento pra cotas e 50 por cento pro sistema universal> (.) >no 50 por cento das/das cotas< num processo decrescente (.) até chegar a um piso de 35 por cento (.) tá: (.) <ou seja (.) estou analisando o que o (cepe) entendeu> >fomos num processo crescente de 2007a 2013, 14 então teria o ingresso decrescente na sequência mantendo um piso de 35 por cento< <ou seja também não propõe extinguir as cotas> >propõe manter< <o piso de 35 por cento (.) é:: na proposta do (cep) é:- °e:u:- não sei se eu não vi mas <nã:o havia proposta de manter a cota pra é:: (.)estudante negro de (.) escola pública°> (.) (Conselheira B-Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Na proposição do CEPE, a Conselheira B começa a falar em um tom de voz mais baixo e acelerado, para informar, que o documento da proposição foi encaminhado para eles em forma de minuta. E ela não colocou todas as informações da proposta, como se isto não fosse importante, tão pouco necessário que o público ouvisse. A locutora afirma, que a proposição do CEPE sugeria 50% da reserva de vagas ao sistema universal e 50% à as cotas. Em um processo decrescente, até chegar em um piso de 35% na reserva de

vagas destinada à cota social e à cota para negros. Ou seja, ao contrário da antiga resolução, que assim como expomos no capítulo de contextualização desta pesquisa e seu objeto de estudo. Ao invés das vagas aumentarem no decorrer dos anos para a cota social. Elas diminuiriam, ano a ano, até chegar em 35%. Após estas declarações, a Conselheira B enfatiza, que ela estava somente analisando o que o **cepe entendeu** (grifo meu).

Tal declaração, que nos chama atenção. Porque, a locutora quando iniciou a exposição da proposição do CEPE, enfatizou que nos tópicos que compõe a proposta, ela de **forma seletiva** (grifo meu), sintetizou e não inseriu todos os itens da proposta na apresentação. Algo que demonstra certa contradição por parte da locutora. Pois, como refletimos anteriormente, baseando-nos em Moita Lopes (2013) e Blommaert (2006), por mais que haja relações recíprocas nas construções discursivas, não existem discursos neutros. Por conseguinte, este aspecto, compreendemos que influencia na unidade entre as mensagens transmitidas.

Visto que, neste contexto, uma vez que a Conselheira B expõem e analisa criticamente a proposição do CEPE, da mesma forma que a locutora expôs a proposição do grupo de trabalho. Ela também manifestou a visão e o entendimento dela sobre o conteúdo que estava sendo apresentado. Não puramente a visão dos autores da proposição. Prosseguindo com a análise, nas próximas sentenças a locutora menciona, que a proposta do CEPE também sugeria manter um piso de 35%. Logo depois, a Conselheira B parece não se aprofundar muito nas demais informações sobre tal proposição. Assim, demonstrando uma impressão de incerteza quando ela declara em voz baixa, que ela teve a impressão de não ter encontrado dentro da minuta, alguma proposta de manter as cotas para estudantes negros oriundos de instituições públicas de ensino.

Informação esta que seria extremamente relevante que a locutora se aprofundasse e esclarecesse melhor durante a apresentação da proposição. Agora passaremos para análise do momento, em que a Conselheira B apresenta a proposição dela como relatora:

>ALTERARterar os percentuais?< (.) <a proposta que eu trago como relatora> (.) 50 por cento pra- pras cotas <e 50 por cento universal dentro dos 50 por cento das cotas 10 por cento pra negros > (.) >por que dessa proposição?< (.) <Penso que nós precisamos chega:: (.) °você pode passa° ((ruído)) num equilíbrio> E:: pra mim o equilíbrio hoje é °50 por cento° TÁ:: então:: as considerações que eu fiz <pra chega a esse relato> (.) >a (uerj) (Universidade Estadual) do Rio de Janeiro< foi a primeira

instituição a instituir a prever cotas:: em 2013 (.) tá:: (.) e essa é:::- instituição que é pionera junto com a (unb) (.) reserva 45 por cento das vagas (.) ou seja nós temos mais °realistas <ou mais:: XXXX° QUE outros> >né:::< desses 45 por cento 5 por cento é pra pessoas com deficiência °então o que fica pra cotas pra estudantes de escola pública° (.) 40 POR CENTO tá:: ((tosse)) (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Neste trecho, a locutora através da articulação de um discurso, que parecer ser um pouco tendencioso para a proposição do CEPE. Porque, a Conselheira B também sugere que 50% das vagas fosse destinado ao sistema de cotas e 50% fosse reservado ao sistema universal. Visto que, a relatora não mencionou durante o áudio, que ela sugeriu este resultado de proposição, como resultado final do grupo de trabalho. Novamente, ela utiliza a estratégia discursiva de citar exemplos baseados em fatos. Como o modelo em que ela baseia sua argumentação, ao mencionar os exemplos de como funciona as políticas de cotas em outras universidades, como a UERJ e a UnB. A fim de justificar o fundamento de sua proposição. Após citar o funcionamento do sistema de cotas na UnB e na UERJ, novamente a locutora utiliza o aspecto da intertextualidade como estratégia discursiva argumentativa. Na qual, ela aborda o embasamento teórico, assim como destacamos no próximo trecho:

(.) <TIVEMOS 8 ANOS A POLÍTICA DE COTAS> >e há a necessidade de buscar um equilíbrio< (.) <né:: é::: eu até trouxe ali vários:- porque a::- o:: semiNÁRIO::> >num determinado momento< <a gente as vezes fica até meio ofendido né::: teve uma situação né XX em que sempre- fal- que eu estudo cotas faz 8 anos que to na reitoria de graduação °e eu não estudo cotas né:::> (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Analisando a continuação do pronunciamento da Conselheira B, observamos que ela apresenta algumas conclusões e finaliza sua apresentação, afirmando que após 8 anos de experiências das políticas de cotas na UEPG. Eles (o grupo de trabalho e ela como relatora) constataram que é necessário buscar um equilíbrio. Aí na próxima sentença, ela faz alusão aos exemplos e aos conteúdos apresentados para discussão. Em seguida, a locutora confessa, que algumas pessoas realizaram comentários irônicos, pelo fato dela formar parte da comissão de acompanhamento das políticas de cotas na instituição. A partir daí a Conselheira B parece responder a determinadas pessoas enfatizando:

EU NÃO SÓ ESTUDO COMO ACOMPANHO < <ANÁLISE, VEJO OS DADOS::, ESMEIO::, ENFIM::> (.) >tenho até artigo publicado né::< ((tosse)) (.) (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Neste enunciado, novamente constatamos a necessidade que a Conselheira B expressou por apresentar sua argumentação, baseada na veracidade de fatos e ações. Quando ela afirma que acompanha, analisa os índices da instituição e até já publicou artigos científicos sobre o tema. Para assim, transmitir ao interlocutor a mensagem de que ela, ao estudar estas questões, já possui “certa autoridade”, para discutir sobre este tema, e até elaborar uma proposição, para a renovação no sistema de políticas públicas dentro da instituição. Portanto, com base neste discurso. Observe como a locutora prossegue o seu raciocínio:

(.) né: e nós estamos chegando a isso aqui na (uepg) reservando o maior número de vagas para cotistas sendo que a procura pelas vagas aqui na ((tosse)) (uepg) maior é pelos não cotistas aí vocês podem dizer por uma discussão muito forte dentro do grupo de trabalho sim mas o estudante de escola pública não procura! vejam! eu vejo uma via de mão dupla! a universidade criou uma política de cotas pra estudante de escola pública <o papel das redes públicas de ensino> >seria trabalhar nessa direção não dá pra ser a universidade pra estar lá em todos os momentos nós não temos condições pra isso < né! então não houve um crescente TÃO grande da procura pela universidade com as cotas então: (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Nesta sentença, a Conselheira B baseando-se em algumas leituras de estudos realizados em outras universidades brasileiras. Ela alega, que na UEPG é possível que haja maior reserva de vagas para estudantes cotistas. Sendo que na realidade, os não cotistas é que compõem a maioria da população, que tenta ingressar nos cursos de graduação presenciais da UEPG. Tal assunto gerou bastante polêmica nas discussões do grupo de trabalho. Porque, nas gravações da reunião do dia 25/11, durante as articulações dos Conselheiros. Prevaleceu muito a ideologia, de que os alunos de escolas públicas não buscam ingressar no ensino superior. Esta informação, a Conselheira B também citou em sua articulação de forma generalizada, ao afirmar que **o estudante da escola pública não procura** (grifo meu) ingressar na universidade. Como se o alunado que compõem as instituições públicas de ensino, fosse uma população de perfil homogêneo em todos os aspectos.

É certo que grande maioria dos alunos das escolas públicas, por uma série de fatores, não pretendem e muito menos tentam ingressar no ensino superior. Mas, isso não quer dizer que os alunos das escolas públicas, de modo geral, não demonstram interesse em ingressar no ensino superior e tão pouco tentam concursos de vestibular. Há vários estudos que comprovam isso. Como por exemplo, os trabalhos que elencamos durante nossa revisão de literatura, cujos resultados comprovam completamente o contrário do que a Conselheira B expressou no enunciado que estamos analisando.

Ainda rebatendo tal declaração levantada durante o Conselho Universitário de 2013. Naquela época, haviam duas dissertações de mestrado, que especificamente avaliaram o contexto da UEPG, durante os primeiros anos de implementação das políticas de cotas na instituição, que já haviam sido defendidas. Eram os trabalhos de Plá (2009) e Souza (2012), que como resultados, comprovaram que houve número significativo de candidatos, que após aprovação da lei de cotas, tentaram ingressar na instituição nos dois primeiros vestibulares, através do sistema de cotas, tanto na modalidade social como racial:

No primeiro vestibular de 2006 da UEPG 7118 inscritos para 690 vagas, desses 7118, 2024 eram candidatos de escolas públicas e apenas 167 eram candidatos negros oriundos de escolas públicas; (...). No segundo vestibular de 2006 da UEPG houve 7210 candidatos; destes 2585 eram candidatos oriundos de escolas públicas e 246 eram candidatos negros oriundos de escolas públicas; (PLÁ, 2009, p.66)

Observe, que segundo os dados da pesquisa Plá (2009), nos dois primeiros vestibulares da UEPG, no ano de 2006, dos quase 7200 candidatos inscritos em cada vestibular. Aproximadamente 30% dos inscritos eram estudantes negros e não negros oriundos de instituições públicas de ensino, tais números, que comprovam que no contexto da Universidade Estadual de Ponta Grossa, candidatos negros e outros estudantes oriundos de escolas públicas, em proporção significativa, tentaram ingressar na UEPG através do vestibular. Tal informação e outros resultados das pesquisas de Plá (2009) e Souza (2012) poderiam ter sido mencionados pela locutora como estratégia discursiva. Uma vez, que a Conselheira B no próximo trecho, declara ser a favor as políticas de cotas na instituição:

(.) é:: e eu não sou contra as cotas °foi o primeiro fator que eu coloquei ali° EU sou FAVORÁVEL acho que deve manter mas eu penso que nós fomos 8 anos num

crecente (.) hoje um ponto de partida seria os 50 por cento, 50 por cento cotas, 50 por cento universal °acho que seria um bom ponto de partida° PORQUE eu coloquei é 10 por cento pra cota (.) (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Analisando este trecho, a locutora parece apresentar seu ponto de vista, afirmando que ela vê o fato da suposta não procura de estudantes negros e não negros oriundos de escolas públicas pelos vestibulares da instituição, como uma **via de mão dupla** (grifo meu). Pois, a universidade criou este sistema de inclusão social específico para estudantes de escolas públicas. Cabe às redes públicas de ensino trabalhar em parceria com as universidades nesta direção. Porque, por conta deste aspecto, não houve o aumento esperado deste público, em busca de ingresso no ensino de nível superior.

Também destacamos, que a locutora afirma, que não é contra as cotas e pensa que deve ser mantido o sistema de cotas tanto na modalidade racial tanto como social. Avaliando o histórico dos oito anos de políticas de cotas na UEPG, em sua opinião, a solução mais adequada, seria estipular que 50% da reserva de vagas fossem destinadas ao sistema de cota social. Dentre estes 50%, 10% seria reservado aos candidatos negros. E a outra porcentagem de 50%, seria destinada ao sistema universal. Desta forma, a locutora finaliza a apresentação das proposições, afirmando ser possível manter as políticas de cotas na UEPG para os próximos oito anos. Desde que, os percentuais de tais políticas públicas na instituição sejam revistos e reformulados durante este período de tempo.

Analisando o pronunciamento da Conselheira B, encontramos vários indícios nas estratégias discursivas impregnadas pela locutora, que nos alude ao que Fairclough (2008) teoriza, que o discurso como prática social, exerce o papel de representação e de instrumento transformador nas relações de poder. Neste contexto específico, o qual estamos analisando. Isto se aplica aos meios e estratégias discursivas, que a locutora elegeu para expressar o seu pronunciamento. A fim de tentar causar o efeito, de a proposta que ela concordava, ou seja, do equilíbrio dos 50% por cento vencer a votação do Conselho Universitário. Uma vez que, como refletimos anteriormente. Durante nossas reflexões teóricas e no capítulo anterior. É possível compreender a terminologia poder, não somente como sendo sinônimo de alcance da hegemonia, mas, como capacidade de causar efeitos.

Só que nesta situação, a proposição da relatora, que estipulava 40% das vagas para cota social, 10% da reserva de vagas para os negros e 50% para a cota universal. Não foi

para votação na reunião do Conselho Universitário do dia 25 de novembro de 2013. Tal proposição, novamente foi exposta e venceu a votação por maioria dos votos, somente na reunião do dia 02 de dezembro de 2013. Após a mobilização da comunidade estudantil e dos Movimentos Sociais. Este fato nos causou estranheza, e nos instiga a investigar no próximo tópico, como a proposição do CEPE desconstruiu a proposição do grupo de trabalho.

6.2 Discursos de desconstrução da proposta

Após analisarmos a exposição dos principais tópicos, que compunham a proposição do grupo de trabalho, do CEPE e a proposição elaborada pela relatora do grupo de trabalho. Neste tópico, analisaremos alguns trechos das principais articulações dos conselheiros, que apoiavam a proposição do CEPE. A fim de compreendermos, como tal proposição venceu a votação realizada na reunião do dia 25 de novembro de 2013.

Desta forma, começaremos nossas análises, observando alguns momentos da articulação do Conselheiro A. Porque, como destacamos no início do tópico anterior, este conselheiro foi o que solicitou a retificação, que correspondia à análise e proposição das políticas de cotas na UEPG. Também porque, identificamos que durante as reuniões do Conselho Universitário de 2013. O pronunciamento deste conselheiro foi um dos principais discursos, que se demonstraram mais favoráveis à proposição do CEPE e não à manutenção das políticas de cotas para negros na UEPG. Algo que é possível constatar a partir do seguinte enunciado:

<a COTA, ELA deve se sazonal ela num- deve: é:: SERVI pra modifiCA: a situação social então ela deve se sazonal> (.) <MAS entendemos claramente que é importante fazer esse acesso aos alunos (.) é::: que tenham dificuldade a um BOM a uma BOA ESCOLA de formação °pra entra na universidade não houve dúvida° né::!> (Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Este trecho é o início do pronunciamento do Conselheiro A. No qual ele começa afirmando que a **cota deve ser sazonal** (grifo meu). Algo que compreendemos, que o locutor se referia às medidas de políticas públicas temporárias. Na próxima sentença, ele realiza uma declaração um pouco confusa. Pois, ele alega, que as cotas não devem servir para modificar situação social, mas devem ser sazonais. Ou seja, o locutor consciente ou

inconscientemente, estaria expressando a ideologia de que as políticas de cotas não deveriam cumprir seu compromisso social?

Tal compromisso, que conforme refletimos no capítulo de contextualização este trabalho e seu objeto de estudo. De acordo com Gomes (2003) e Santos (2007), os objetivos das políticas de ações afirmativas, consistem em reparar desigualdades materiais e sociais. Através de programas e projetos de leis, que proporcionem às populações no Brasil, que tiveram histórico de desigualdades, perseguições e maus-tratos, o direito ao acesso à educação, saúde, moradia, emprego e etc... Para assim, promover igualdade material dentro de determinado período de tempo.

Algo que comprova, que realmente as políticas de cotas, como modalidades de ações afirmativas, são medidas temporárias e não permanentes, que visam alcançar metas nas mudanças sociais que destacamos, dentro de determinado período de tempo. Visto que, no trecho que enfatizamos da articulação do Conselheiro A. Ele expressa, que as cotas não devem ocasionar mudanças na sociedade.

Na próxima sentença, o Conselheiro A parece tentar minimizar ou lapidar os sentidos deste discurso. Que de alguma maneira, podem surpreender negativamente os interlocutores. Porque, desta vez, o locutor proclama, que **nós** (grifo meu), ele e a universidade entendem, de forma clara, o quanto é importante proporcionar oportunidades de ingresso no ensino superior, aos estudantes provenientes das camadas populares de baixa renda, que não tiveram acesso a uma boa formação, durante a educação básica dentro de instituições de ensino privadas. Como se a universidade, por obrigação moral, estivesse praticando um favor ou obra de caridade, para os negros e aos estudantes de baixa renda. Agora observe o seguinte trecho.

(.) >O QUE A GENTE:: PERCEBEU< <É QUE NÃO HÁ NENHUMA DIFERENÇA de rendimento entre alunos negros e brancos NEM EM ESCOLA PÚBLICA NEM EM ESCOLA PRIVADA> >Isso É um REQUÍCIO DE NOSSOS PRECONCEITOS< (.) (Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Nesta sentença, o locutor eleva um pouco o tom e a velocidade da voz, como estratégia retórica. Para chamar a atenção dos interlocutores para a justificativa, de que eles perceberam, que não há diferenças entre o desempenho de alunos brancos e negros ou entre pessoas que estudaram em escolas públicas ou particulares. Logo, pensar ao

contrário deste raciocínio, é uma forma de preconceito. Em seguida, o Conselheiro A reforça tal discurso alegando:

<Então quando a gente separa NEGRO é diferente dos BRANCOS a gente tá CRIANDO: e REFORÇANDO: (.) Na verdade a gente tá INSTITUCIONALIZANDO O PRECONCEITO né!> (.) (Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Analisando este trecho da articulação do Conselheiro A. Encontramos indícios de que este discurso é um tipo de propagação da ideologia do mito da democracia racial. Que assim como refletimos em nossas discussões teóricas, no capítulo da revisão de literatura. Segundo Van Dijk (2008) e Ferreira (2009), o discurso do mito da democracia racial proclama não haver racismo no Brasil, ou que em nossa sociedade prevalece um sistema democrático, no qual brancos, negros e indígenas desfrutam dos mesmos direitos, privilégios e oportunidades. Este discurso nega a existência do racismo no país.

Pois, no trecho que destacamos, o locutor elenca, que tanto brancos como negros, estudantes de escolas públicas e alunos de escolas particulares possuem as mesmas capacidades de aprendizado. Algo que é verdade, independentemente de raça, ambos possuem sim as mesmas capacidades cognitivas.

Contudo, em congruência com o que refletimos no primeiro capítulo desta dissertação. De acordo com Oliveira (2006), Santana (2006) e Tragtemberg (2006 e 2010), o problema encontra-se nas desigualdades sociais, que foram originadas pelo histórico de discriminação racial, que existiu e ainda existe no Brasil. Este fator, conseqüentemente, proporciona obstruções, privações e desproporcionalidades nos direitos entre brancos, negros e indígenas, para obterem o mesmo acesso à qualidade na educação, saúde, emprego, moradia e etc... Ou seja, estes fatos são os fundamentos, que justificam a existência das políticas de ações afirmativas. Prosseguindo com a análise, observaremos o próximo enunciado:

>AGORA< <° que acontece::° (.) É que essa diferença: se> >MOSTRA aqui dentro da universidade QUANDO QUANDO A:FU- a SELEÇÃO É diferenciada< <A GENTE VIU CLARAMENTE PELOS DADOS °mostrados pela Professora B° QUE POR EXEMPLO QUE QUANDO VOCÊ FAZ vestibular pra medicina onde a CONCORRÊNCIA é QUATROCE:::NTOS por UM na cota universal> (.) >As Pessoas< <que entram ali são:: °assim° sem SOMBRA DE DÚVIDA INGÊRNUOS> (.) >Porque

*eu jamais passaria num vestibular de 400 por um< (.) ((ar de sarcasmo, ironia))
(Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)*

Neste trecho o locutor dá continuidade ao mesmo raciocínio que acabamos de analisar. Desta vez, ironizando que o sistema de cotas seria uma forma de “facilitar” o ingresso na universidade, para algumas pessoas, quando ele alega que no teste seletivo do vestibular, existe uma **seleção diferenciada** (grifo meu). Tal ironia utilizada pelo locutor, que novamente identificamos, como um dispositivo retórico, Van Dijk (2001). O qual percebemos, que o Conselheiro A utiliza na construção de sua articulação, a fim de, chamar a atenção dos interlocutores para informação de que, tal **seleção diferenciada** (grifo meu) poderia ser considerada algo negativo ou injusto. Com o intuito de argumentar esta exposição, o Conselheiro A, como estratégia discursiva, também cita o exemplo dos números de concorrência nos vestibulares, para o curso de medicina. E de forma sarcástica, ele debocha dos candidatos que tentam ingressar no curso de medicina, quando se refere a eles como **ingênuos** (grifo meu).

Desta maneira, a partir das análises dos trechos dos principais argumentos do Conselheiro A. Foi possível constatar, que a estrutura da apresentação dele não apresentou um início, um meio e um fim. Ou seja, ao contrário da apresentação da Conselheira B, a apresentação dele não foi organizada a partir de um roteiro escrito. Algo que o levou a repetir muitas informações. Também foi possível constatar, que boa parte do pronunciamento do Conselheiro A, foi construído com base no senso comum. No qual ele realiza muitas afirmações reproduzidas pelo mito da democracia racial, sem citar dados de pesquisas empíricas, que comprovem tais informações.

Agora analisaremos alguns momentos do pronunciamento de outra conselheira, Conselheira F. Cujos discurso assim como a articulação do Conselheiro A, também apoiava a proposição do CEPE e a não manutenção da política de cotas para negros na UEPG. Continuaremos com nossas análises a partir do seguinte trecho:

(.) <É::: - aí assim a outra questão é que eu acho que::: como- come- come- eu sei que o nosso maior inimigo °em tese° Acaba sendo acaba sendo o mercado de trabalho:::> (.) <PORque:::> (.) ((sendo irônica)) >Quando a gente fala assim PORTAS ABERTAS PORTAS FECHADAS< <°a gente discutiu isso bastante até- na nossa° é: (.) °conversa dentro do:::° CEPE> (.) (Conselheira F- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Neste enunciado, a Conselheira F sem citar nenhuma fonte de informação como pesquisas ou leituras acerca do tema. A locutora aborda, que entre universidade e o mercado de trabalho, a responsabilidade das desigualdades e injustiças, que afligem a sociedade, encontra-se no mercado de trabalho. Observe que na próxima sentença, a locutora também utiliza o dispositivo retórico de uma metáfora, Van Dijk (2001), como forma de expressão. Ao nomear oportunidades de emprego e ingresso no ensino superior, como **portas abertas e fechadas** (grifo meu). Elencando que eles discutiram sobre estas questões durante as reuniões com o CEPE, para assim chegar a uma proposta e uma conclusão. Em seguida, a Conselheira F prossegue com sua articulação, utilizando uma linguagem metafórica, que converge com o discurso do Conselheiro A:

<A::: porque a porta tá aberta de mais a porta tá passando gente que não devia entra::> (.) >E assim a questão é QUE< (.) <Quais portas estão fechadas °dentro da universidade°?> (.) >O que me vêm à cabeça é que na verdade a universidade< enquanto °ingresso° Não tem portas fechadas PORQUE o vestibular, infelizmente> >claro que ele vai limitá< (Conselheira F- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Pois, a locutora prossegue com o enunciado, expressando que pela porta da universidade, que simboliza o vestibular, **está passando gente que não deveria entrar** (grifo meu). Como assim? Quem são essas pessoas? Pessoas negras e estudantes pobres, que somente estudaram em escolas públicas? A locutora estaria expressando uma ideologia na qual ela acredita? Porque, através das análises que realizamos na articulação da Conselheira F e a partir dos próximos trechos das transcrições, que analisaremos neste tópico. Nos foi possível identificar um conjunto de discursos, que nos induzem a realizar estes questionamentos. Uma vez que, a linguagem é uma expressão do pensamento, que não é desprovida de imparcialidade, Moita Lopes (2013).

No mesmo trecho, a Conselheira F prossegue o raciocínio, questionando em voz mais baixa: **quais portas dentro da universidade estão fechadas?** (grifo meu). Em seguida, ela apresenta uma resposta um pouco sem lógica para esta pergunta. Ao expressar, que na mentalidade dela, não há portas fechadas no ingresso à universidade. Porque, infelizmente, o vestibular irá proporcionar limitações. Ou seja, há uma contradição na lógica da sentença, quando a Conselheira F expõe, que o vestibular infelizmente ocasiona limitações. Mas, mesmo assim, não fecha portas. Agora observe o próximo trecho:

<Mas eu não acredito que a universidade ao tira por exemplo o que é a nossa proposta a cota de negros ela tá fechando portas> (.) >AS PORTAS CONTINUAM ABERTAS E AÍ CONTINUAM VAGAS °porque a gente eu- aqui falei até° dentro da nossa discussão que quem> (.) (Conselheira F- Reunião/Áudio, 25/11/2013) (Conselheira F- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Nesta sentença, a Conselheira F nos apresenta sua opinião, na qual ela considera, que a retirada da política de cota para negros da instituição, não é uma maneira de privar estudantes negros de prestarem vestibular na UEPG. Porque, na argumentação desta locutora, ela destaca como estratégia retórica, em um tom de voz um pouco mais elevado, o seguinte raciocínio: **as portas estarão abertas** (grifo meu), o vestibular onde sempre haverá vagas.

Realmente, se a instituição abre processo seletivo de vestibular ou PSS, é porque há vagas disponíveis para a grande maioria dos cursos de graduação. Mas, o fato de todos os candidatos, independentemente de raça, estarem concorrendo a uma vaga tanto na cota universal como social, não quer dizer que todos eles estão disputando em equidade e que todos, sem exceção, possuem as mesmas chances de aprovação. Primeiro, porque, nem todos os estudantes conseguem se preparar da mesma maneira. Segundo, pela mesma série de fatores que discutimos anteriormente neste tópico e no capítulo de contextualização desta pesquisa. Nos próximos trechos do pronunciamento da Conselheira F, iremos analisar o que ela declara acerca das ações afirmativas.

as cotas sociais mostraram se assim°< < na cota universal ou social difícil a aplicação>(.) >né! pra difícil a comprovação tem gente que é malandro mesmo e consegue burla as coisas Então a gente:: chego nessa conclusão DE QUE A FORMA DA GENTE CONSEGUI DEMILITA AS PESSOAS QUE TERIAM O MESMO TIPO DE ACESSO< (.) <°o mesmo tipo:: de oportunidades eu acho que essa é a questão> (Conselheira F- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Neste item, novamente, a locutora realiza outra declaração. Sem apresentar provas baseadas em números ou pesquisas empíricas, que comprovem que há muitos casos de pessoas. Que ingressam nas universidades pela cota social burlando leis, quando ela afirma, que **existem pessoas que são mesmo mandras e conseguem burlar regras** (grifo meu). Tal fato os levou a concluir, que a única solução seria impor limitações. Para que assim, todos tivessem o mesmo tipo de acesso. A fim de evitar que ocorram fraudes.

Será que a Conselheira F pensa que a maioria das pessoas atendidas pelas políticas de ações afirmativas são malandras? Pois, analisaremos o argumento que ela expõe após tal declaração:

>As- as- as AÇÕES AFIRMATIVAS ELAS OPORTUNIZAM ESSAS PESSOAS AS COISAS> (.) <°elas oportunizam as coisas° Oportunizam as coisas então acho que::: °era isso que eu queria° EXPOR °o obrigado a todos°> (Conselheira F- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Observe que neste trecho, como estratégia retórica e discursiva, a locutora destaca de várias maneiras no pronunciando, de forma repetitiva, em um tom de voz que ela alterou o volume a velocidade. Alegando que **as ações afirmativas induzem as pessoas ao oportunismo nas coisas** (grifo meu). Como assim? Que tipo de coisas? Logo, que na construção desta argumentação. A Conselheira F não citou fatos baseados em leituras, nem apresentou pesquisas que abordassem o tema, e muito menos expôs números. Portanto, a partir destas características de argumentação, observamos que na maioria das vezes, a locutora apenas manifestou sua visão e seu entendimento acerca do tema.

Após analisarmos os principais trechos das manifestações de alguns conselheiros, que apoiavam a proposição do CEPE. De modo geral, identificamos que em vários momentos, eles apenas reproduzem discursos baseados no senso comum. Principalmente, no mito da democracia racial, ao afirmar que brancos e negros são iguais; o racismo não existe; as cotas reproduzem o preconceito e induzem as pessoas a se tornarem fraudulentas e oportunistas. Tais declarações, que os locutores expuseram sem se fundamentarem em leituras acerca do tema. E principalmente, não apresentaram dados estatísticos que comprovassem as informações.

Desta forma, identificamos que foi com base nestes discursos, que a proposição do Grupo de Trabalho foi desconstruída. Visto, que muitos dos outros conselheiros foram persuadidos e votaram na proposição do CEPE, que entraria em vigor a partir do ano de 2014. A partir da decisão do Conselho Universitário, de banir a cota para negros e reduzir a cota social. Foi então, que a comunidade acadêmica em união com o NUREGS e alguns Movimentos Sociais, se uniram e decidiram realizar uma manifestação na próxima reunião do conselho, que estava agendada para o dia 02 de dezembro de 2013. Esta reunião analisaremos no próximo tópico deste capítulo.

6.3 Discursos de articulação e reconstrução da proposta

Em contraponto com a subseção temática anterior, no presente tópico, propomos analisar trechos de alguns dos principais discursos, que contribuíram para que a comunidade fosse ouvida na reunião do dia 02 de dezembro de 2013. Identificar quais foram as manifestações e desdobramentos, que resultaram na atual resolução da lei de cotas na UEPG.

A partir daí, identificaremos como o NUREGS, os Movimentos Sociais e a comunidade acadêmica transformaram a oportunidade de se manifestarem, em uma estratégia de reverter a decisão do Conselho Universitário de 2013. Para que assim, possamos completar a resposta de nossa pergunta de pesquisa: quais foram os embates, encaminhamentos e desdobramentos, que resultaram na atual Resolução UNIV. Nº 17/2013 da UEPG?

Vale ressaltar, que nos primeiros quarenta minutos da reunião do dia 02 de dezembro de 2013, os conselheiros estavam discutindo assuntos relacionados a outros processos, que também estavam em pauta. Até que chega o momento, em que o presidente e os conselheiros começam a se sentir incomodados com barulhos de som alto e de pessoas, que estavam do lado de fora do prédio da reitoria falando em microfones.

Durante as transcrições, foram registrados alguns sinais de que os conselheiros estavam se sentido acuados. Pois, o Presidente do conselho sugere aos demais conselheiros, a possibilidade de interromper temporariamente a reunião do Conselho Universitário e retomá-la em outro momento.

É nesta hora que duas conselheiras, que na reunião anterior votaram contra a proposição do CEPE. Conseguem convencer o Presidente e os demais conselheiros, a receberem os manifestantes e os membros da comunidade, que estavam do lado de fora do prédio da reitoria, através dos seguintes argumentos:

<Eu tenho uma proposta! Eu acho que poderíamos suspender:> >Mas eu acho que< <nós temos que:: enquanto conselho::> (.) <recebe uma ou duas pessoas porque eu° Não acho correto porque:: nós tomamos uma decisão!°> >nós não somos isolados da comunidade< <há uma manifestação °da comunidade!°> (.) >Talvez< <sugeri que duas entidades que estejam aí venham até o conselho:: e ouçam os argumentos> >do porquê foi dito não as cotas!< >Eu acho que nós devemos isso< <à sociedade!> (Conselheira Y- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

No pronunciamento da Conselheira Y, identificamos que como estratégia discursiva. A locutora se referindo a **nós** (grifo meu), como equipe, recorre ao senso ético e moral dos conselheiros, para que estes utilizassem o bom senso naquela situação. Assim como expomos o seguinte argumento:

>Mas eu acho que< <nós temos que:: °enquanto conselho::°> (.) <recebe uma ou duas pessoas °porque eu° Não acho correto porque:: °nós tomamos uma decisão!°> (Conselheira Y- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Para assim persuadi-los a enfrentar as consequências da decisão, que eles tomaram como Conselho Universitário da UEPG. Recebendo pelo menos dois manifestantes, que estavam lá naquele momento. A Conselheira Y como estratégia de persuasão, também ressalta, que os membros do conselho devem receber e dar a oportunidade de expressão à comunidade. Uma vez que, antes deles serem autoridades e conselheiros, eles também são membros da comunidade. Por esta razão, eles devem satisfações de suas ações para a sociedade.

Principalmente, quando envolve questões de políticas públicas, que embora a locutora não houvesse mencionado explicitamente. Mas, que nos foi possível observar tal característica, através do contexto e pela postura desta conselheira diante da situação. Houve também a articulação da Conselheira X, que reforçou ainda mais o discurso da Conselheira Y.

Pois, acreditamos que como se trata de um Conselho Universitário, que busca agir segundo os moldes de “uma sociedade democrática”, que toma decisões baseadas na coletividade. É possível presumir, que se somente um conselheiro fosse a favor, deles receberem a comunidade e os demais conselheiros não. Talvez, o Presidente não acataria a sugestão da Conselheira Y. Por esta razão, identificamos o próximo pronunciamento, como um dos discursos que contribuíram, para que os Movimentos Sociais fossem ouvidos. Discurso este, que foi ainda mais convincente do que o pronunciamento da Conselheira Y.

>°então!° Eu já ia fazer essa fala< <quero reforçar a fala da professora Conselheira Y> >Que eu já tive lá em baixo então sei quais são os movimentos que tão lá> >porque:: é minha obrigação como representante docente porque sei que os alunos já tão lá< (.) <E eles querem conversa com a reitoria com o conselho na verdade!> >°não só com o reitor°< <°pra::!° ExplicaÇÃO> >do que- do porquê< <essas decisões

foram tomadas> >Eu acho que o que tem que se:- é::< (.) <é:::> <RESSALTADO aqui:: não é> >a decisão em si!< (.) >se é a favor ou contra< <a universidade tem o direito de:- de decidi como que é> >Só que tem que dá explicação pra sociedade sim!< <Porque: a universidade é feita pra sociedade!> >aluno< <é sociedade! (Conselheira X- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Neste trecho, a Conselheira X expõe, que sabe quais são as pessoas e Movimentos Sociais, que estavam naquele momento na UEPG. Pois, ela possuía esta responsabilidade como representante docente. A locutora informa, que tais representantes foram até lá naquele dia, com o intuito de dialogar com o Reitor e o Conselho Universitário. A fim de independentemente do ponto de vista dos membros do conselho, conseguirem explicações, **sobre porquê tais decisões foram tomadas** (grifo meu). A partir desta situação comunicativa, identificamos, que ocorre uma situação semelhante, ao que Marcuschi (2008, p.131) teoriza: “Um discurso remete a outro e tudo se dá como se o que se tem a dizer trouxesse pelo menos em parte um já dito”. Porque, a Conselheira X, para persuadir, ela utiliza a mesma estratégia discursiva, de apropriação do mesmo discurso, que a Conselheira Y apresentou anteriormente, a partir do argumento: **eles como Conselho Universitário devem explicações à sociedade** (grifo meu). Pois, a universidade é um local construído para a sociedade.

>E:: a gente tem que lembra que TEVE UMA REPERCUSSÃO NACIONAL< <°pra (uepg)°> >Por causa que eu vi em jornais de São Paulo eu vi em jornais do Rio de Janero< >Não tô colocando a:: decisão em si!< <Não vo coloca o que eu penso> >Porque agora também não é hora disso a gente vai discutindo °eu falo sobre isso°< (.) >MAIS< <EU acho que isso teve uma repercussão um tanto quanto negativa pra (uepg) por causa que::> (.) <O que foi enfatizado é que °a (uepg)° não consulto:: a sociedade> >O que também não é total verdade porque foi feito um grupo de trabalho::< <existiu toda uma comissão °e::°> (.) <Termino por se °decidido° ISSO> >inclusive uma representante discente: ajudo a decidi isso::< <Mas enfim! Eu peço::> >pra que seja revivido eu tô com °a- a-° Umas três pessoas< <eu posso busca las lá> >Pedi:: que haja uma civili- uma civilidade que não< < que os carros de som cessem a hora que tivé::-> <que tivé tendo essa reunião com os representantes porque: muito melhor do que eles serem ouvidos lá em baxo-< <é melhor eles serem ouvidos aqui em cima!> (Conselheira X- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Na continuação da manifestação da Conselheira X, como estratégia discursiva, identificamos que a locutora se baseia em fatos. Para afirmar, que a decisão da retirada das cotas para negros da UEPG, ocasionou uma **repercussão negativa** (grifo meu) para a instituição. Porque, alguns jornais famosos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo publicaram notícias acerca da decisão do Conselho Universitário, enfatizando que eles não consultaram a comunidade quando optaram por tal escolha. Algo que, a locutora analisando os fatos, coloca como sendo uma inverdade até certo ponto. Pois, ela através do breve resumo apresentado sobre a trajetória do grupo de trabalho, a Conselheira X demonstra que conhecia profundamente o andamento do processo.

Em seguida, na próxima sentença. Através de sua articulação, a locutora demonstra claramente, que ela está praticando a ação de ir buscar três representantes para o dialogar com os conselheiros, quando ela destaca, que ela **está com três pessoas, irá busca-los e realizará algumas recomendações para eles, sobre como deverá ser a reunião solicitada** (grifo meu). Note que ela, ao se expressar desta maneira, a Conselheira não pede permissão para ir buscar aos manifestantes. Pelo contrário, ela toma a iniciativa da situação, e vai executando o encaminhamento necessário. Que serve como ação mediadora do diálogo entre o Conselho Universitário e os manifestantes.

Após a Conselheira X, junto com três conselheiros irem buscar os representantes dos Movimentos Sociais, do NUREGS e da comunidade acadêmica. É possível identificar no áudio, através de alguns sons, como: maior número de pessoas falando sem o microfone e a reação do presidente. A partir destes dois indícios, é possível perceber, que além das três pessoas, que a Conselheira X e outros conselheiros foram buscar, havia um grupo maior de pessoas, que entrou na sala do Conselho Universitário, acompanhando os conselheiros e os representantes. Após todos se acomodarem, o presidente dá continuidade à reunião do COU, solicitando que três representantes fossem se pronunciar.

Desta forma, continuaremos com nossas análises, destacando os pontos principais nos trechos das articulações de alguns Representantes ou Participantes. Para assim, identificarmos quais foram os discursos e argumentos, que reconstruíram a proposta do Grupo de Trabalho e convenceram o Conselho Universitário, a voltar atrás na decisão tomada na reunião anterior, sobre o funcionamento das políticas de cotas na UEPG. Conforme refletimos durante nossas discussões teóricas, segundo Fairclough (2008), o

discurso como prática social exerce o papel de representação e de instrumento transformador nas relações de poder.

Esta dimensão da linguagem, compreendemos que se manifesta na semântica da palavra “poder”. Como capacidade causar efeitos de afetar em decisões, que influenciam na sociedade. Conforme analisaremos nas articulações dos manifestantes, que participaram do debate no Conselho Universitário de 2013. Desta forma, continuaremos nossas análises, enfatizando alguns dos principais trechos da manifestação da Representante 1:

(.) <E aí eu pergunto olhem para os lados e vejam quantos participantes deste conselho são de cor negra? > (.) >E A GENTE VAI TÊ A:: PRÓPRIA FORMAÇÃO DO QUE É A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA °hoje° Gente!< (.) >SÓ QUE NÃO DÁ:: PRA NEGA:: < <Que a gente tem lá fora 26% da população que é negra!> >E É A AONDE QUE ELES ESTÃO NOS BANCOS ESCOLARES?< (.) >Aonde que estão estes negros dentro das universidades? °e especialmente dentro da universidade estadual de ponta grossa? (.) Então::< (Representante 1- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

A Representante 1, durante o áudio, se identifica como uma mulher branca e professora da UEPG, que manifesta o seu apoio aos Movimentos Sociais e à comunidade acadêmica. Como estratégia discursiva, a locutora questiona a decisão do Conselho Universitário, tentando induzir os seus colegas de trabalho, a refletirem acerca de suas ações, observando a realidade. De tal forma, que ela convida os conselheiros, a observarem quantos dos membros do conselho são de cor negra. A partir desta observação, é possível ter uma noção, sobre como é constituída a UEPG atualmente.

Depois, como estratégia retórica e discursiva, identificamos que a oradora acelera o volume e a velocidade da voz. A fim de destacar e chamar atenção dos interlocutores, para a informação de um dado estatístico, que aponta para a seguinte sentença: **não é possível negar que 26% da população é negra** (grifo meu) na nossa região. Prosseguindo com a argumentação, a Representante 1 utilizando a mesma estratégia retórica e discursiva. Novamente, ela questiona os membros do Conselho Universitário: **em quais bancos escolares e principalmente na Universidade Estadual de Ponta Grossa se encontra parte dessa população?** (grifo meu). A Representante 1 realizou esta indagação, com o intuito de provocar inquietação, questionamentos e reflexão no

público alvo, que seriam os conselheiros. Após tal declaração, a locutora apresenta um raciocínio similar ao pensamento expresso pelas Conselheiras X e Y:

<Eu tenho como na minha cabeça:: a universidade pública ela tem que dá:: a maioria da população e não:: se sectária> >e é isso que a universidade hoje tá fazendo!< <tá sendo sectária!> (Representante 1- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Ou seja, na sentença, a Representante 1 expressa sua opinião de que, na lógica, **a universidade sendo um espaço público a condição é de que ela deve incluir a maioria da população** (grifo meu). E que a decisão tomada pelo Conselho Universitário, esta representante julga, como sendo **sectária** (grifo meu). No sentido de a instituição estar sendo adepta de uma ideologia radical ou extremista.

Tal terminologia que a Representante 1 utiliza desta maneira, como estratégia linguística e discursiva, para estimular os Conselheiros a refletirem sobre este assunto. Pois, como Blommaert (2006) reflete, os discursos são influenciados por ideologias, este aspecto torna-se bastante caracterizado pelas escolhas lexicais do orador ou autor, Fairclough (2008). Porque, na construção deste discurso, de certa forma, os interlocutores são influenciados a refletirem, se a decisão que eles tomaram é uma ação sectária adepta de uma ideologia, que manifesta preconceitos.

Agora analisaremos os principais trechos da articulação de um segundo representante, que se declara negro:

<Não é possível a história deste país ser mudada consideravelmente TODOS OS DIAS> >E hoje nós ainda ter que fazer °políticas afirmativas°< >para nós negros e negras< >estarmos incluídos< <não é possível nós acreditarmos mais! °> >NÃO É POSSÍVEL< <NÓS FAZERMOS UM CONSELHO diante de tantos intelectuais e vocês não conhecerem °o que é ser negro neste país!°> (.) <VOCÊS NÃO CONHECEREM> >O QUE É IR NA FILA DE EMPREGO< <E SER PRATICAMENTE ENXOTADOS SÓ °pelo simples fato de ter nascido negro! ter nascido com uma pele diferente!°> >Só pelo fato de termos nascido negros!< <A GENTE NÃO É VISTO! A GENTE NÃO É LEMBRADO! °a gente não é discutido!°> (Representante 2- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Neste enunciado, encontramos uma resposta aos discursos que analisamos nas articulações destacadas na subseção temática anterior. Nos quais, os conselheiros que apoiavam a proposição do CEPE, alegavam que o racismo não existe; retirar as cotas para

negros da universidade, não é uma forma privar a população negra de ingressar no ensino superior; e que as cotas induzem ao oportunismo.

Diante desta situação, o locutor, como homem negro, rebate a estes discursos, utilizando a estratégia discursiva, de expressar sua indignação, com o fato de a história do Brasil se desenvolver cada dia mais, e ainda ser necessário fazer políticas de ações afirmativas para a população negra no país. Ou seja, a ideia manifestada na sentença é similar aos conteúdos que apresentamos no capítulo de contextualização desta pesquisa e seu objeto de estudo. No qual retratamos a história do Movimento Negro no Brasil. Pois, é como o Representante 2 reflete, por mais que a história do Brasil mude o tempo todo, é como se as dificuldades vivenciada pelos negros não mudassem, e continuassem sendo as mesmas de muitos séculos atrás.

O locutor como estratégia de argumentação, se respalda em exemplos da realidade. Como o fato deles estarem diante de um Conselho Universitário, repleto de intelectuais, que não entendem e ignoram a realidade **do que é ser negro neste país!** (grifo meu), esta afirmação o locutor destaca na linguagem, diminuindo o volume de sua voz. Como se naquele momento, ele estivesse sentindo o peso das mesmas sensações constrangedoras, que uma pessoa vítima de racismo sofre. Ou ele também poderia estar se recordando de lembranças de seu passado. Porque, ao olhar para esta situação, é como se o Representante 2 estivesse se recordando de situações que ele viveu, que eram semelhantes ao exemplo que ele citou. Porque, há um momento no áudio, em que o locutor afirma, que foi agredido pela polícia várias vezes, por ele ser negro, e também cita experiências de racismo vivenciadas por seus familiares.

Para descrever tal ação recorrente de discriminação racial, praticada contra a população negra no mercado de trabalho. Ele utiliza o termo ser **enxotado** (grifo meu) de uma fila de emprego. Esta terminologia apresenta uma carga semântica agressiva, que o Representante 2 poderia substituir por outros termos, como por exemplo, expulso ou retirado. Mas não, naquela situação, como expressão de revolta, o locutor realiza a seleção linguística, de impregnar na sentença, o termo enxotado. Tal aspecto, novamente nos alude ao que refletimos no decorrer deste capítulo. De acordo com Moita Lopes (2013), a linguagem é uma expressão do pensamento, que não é desprovida de imparcialidade. Tal característica pode se manifestar nas seleções lexicais, que elegemos para as construções discursivas, Fairclough (2008).

Em seguida o Representante 2 conclui o enunciado, novamente elevando o tom de voz, para destacar que **a gente** (grifo meu). Termo que o locutor repete três vezes, se incluindo na situação como homem negro, **não é visto, não é lembrado, nem discutido** (grifo meu). Ou seja, nesta sentença em um tom de tristeza, ele desabafa que a população negra no Brasil é completamente ignorada. Desta forma, o locutor finaliza o seu pronunciamento se dirigindo diretamente aos conselheiros, através dos seguintes termos:

*<No momento que vocês colocaram a cabeça no travissero> (.) >pensem! < (.)
(Representante 2- Reunião/Áudio, 02/12/2013)*

Neste último trecho da articulação do Representante 2, identificamos que como estratégia discursiva. O locutor, da mesma maneira que a Representante 1 se expressou, ele também convida e tenta influenciar seus interlocutores, a refletirem sobre a decisão que eles tomaram. Pensando na seguinte pergunta, que retoricamente ele destaca:

<Qual o prejuízo social que a política de cotas traz pra qualque um de vocês? OU PRA SOCIEDADE OU PRA UEPG?> >DISCUTAM COMO OU CONOSCO QUAL É O PREJUÍZO que isso traz pra universidade? porque a universidade NÃO É NOSSA!< <ela é da sociedade não é deste conselho> >Este conselho pra toma qualque decisão tem que conversa com a comunidade TEM QUE CONVERSA COM NOSSA PIGMENTAÇÃO NEGRA!< (Representante 2- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Observe que pela forma que o orador articula a linguagem, ele enfatiza primeiro a seguinte pergunta: **quais seriam os prejuízos que as políticas de cotas acarretariam para os conselheiros?** (grifo meu). Depois, como estratégia retórica e discursiva, elevando o tom de sua voz e diminuindo o ritmo, ele enfatiza ainda mais a pergunta: **quais são os prejuízos que as políticas de cotas acarretam para a sociedade ou para a UEPG?** (grifo meu).

Assim, o Representante 2 interagindo com os interlocutores, da mesma maneira que ele se pronunciou nas sentenças anteriores. O locutor os desafia a discutirem com ele: qual ou quais foram os prejuízos que as políticas de cotas trouxeram pra UEPG até aquela data? Pois, ele conclui o raciocínio enfatizando, da mesma maneira que a Conselheira X, Conselheira Y e a Representante 1 argumentaram: **a universidade não é nossa!** (grifo meu), ela é da sociedade. Por esta razão, quando for necessário eles tomarem decisões sobre o futuro das cotas. É dever deles como cidadãos, primeiramente, consultar e interagir com a comunidade e com a população negra.

Desta forma, identificamos que tal estratégia discursiva utilizada pelo Representante 2. A qual envolve o poder de argumentação, através do desafio à reflexão, foi um ato comunicativo, que certamente influenciou os membros do Conselho Universitário a voltarem atrás na decisão, que foi tomada anteriormente. Reintegrarem o processo à pauta, elaborarem novas proposições e como consequência promoverem uma nova votação. Agora analisaremos os principais trechos do pronunciamento do Participante 1. Pois, identificamos que a articulação deste participante, também influenciou na escolha da retomada do processo. Começaremos a análise, a partir do seguinte enunciado:

<eu me entristeço com a decisão do °xxx° me entristeço muito!> (.) <E:::u> (.) não aceito quando falam a questão de pioneirismo!> >E a:: (uepg) não tem que ser pioneira em acaba com o sistema de cotas °no estado do paraná°< (.) <E a decisão dos senhores vai dá isso!> (.) >Eu só estou aqui falando< <com vocês!> (.) <Depois de vin:::te anos de profissão como professor da educação básica> (.) ((tosse)) >Que fiz GREVE como funcionário que fiz GREVE!< (.) <Que eu acho que eu convivi °pra que a universidade chegasse ao tamanho que está> (.) <Hoje ter que: vir! °pedir pros senhores reverter a decisão pra mim tá sendo muito difícil! °> (.) >°humilhante!°< (Participante 1- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

O Participante 1 inicia o seu discurso anunciado, que se entristeceu muito, pela decisão da retirada das políticas de cotas para negros na UEPG e a redução dos percentuais na cota social. Que foram informações, que o locutor não menciona diretamente no início deste trecho, mas, que é possível presumir devido ao contexto da situação. Porque, o locutor enfatiza, que se o Conselho Universitário prosseguir com a decisão que eles tomaram. Infelizmente, a UEPG será a universidade paranaense que se tornou pioneira a eliminar o sistema de cotas. Este título, pelo contexto da sentença não é motivo de honra para nenhuma IES.

É relevante destacar neste trecho que destacamos, que o Participante 1 também é um homem negro. É um homem que demonstra possuir bastante apreço por sua identidade e carreira docente. Apesar das dificuldades encontradas, como a necessidade de promoções de greves e dos desafios enfrentados. Dentro de 20 anos, ele conseguiu construir uma carreira de funcionário público atuante na educação básica. Através de atos que o Participante 1 coloca como ações, que contribuíram para o crescimento da UEPG.

Pois, há um momento no áudio, em que ele relembra que foi aluno da universidade. Começou sua carreira trabalhando na instituição e naquele momento, ele estava concluindo um curso de formação de professores na UEPG.

Após apresentar sua trajetória profissional. O Participante 1 assume ser difícil e humilhante para ele, ir até o Conselho Universitário, pedir aos **senhores** (grifo meu), forma de tratamento, que o locutor utiliza para se dirigir aos conselheiros. Como uma estratégia discursiva de demonstração de respeito, bastante utilizada em situações de formalidade.

Assim como Marcuschi (2008) reflete, o indivíduo possui a habilidade de se relacionar com o evento textual ou a situação comunicativa, que é influenciada pelo ambiente, aspectos sociais e culturais, no qual este critério estratégico discursivo é impregnado. Mesmo também, porque, presumimos que o orador impregnou essa estratégia discursiva, na ação de se dirigir aos seus interlocutores, que estavam nas posições de autoridades, como senhores. Pois, nesta situação, o locutor está realizando uma reivindicação. Ao mesmo tempo, em que há intencionalidade por parte dele, de não parecer muito rude ou inconveniente com o interlocutor, quando ele utiliza esta linguagem. Para assim, obter êxito nos seus objetivos. Prosseguindo com as análises, analisaremos o próximo trecho:

*<Hoje eu tenho quarenta horas no estado porque passei em um concurso o meu segundo padrão depois pra minha dobra! > (.) >Porque eu passei por cotas gente! <
<Isso tá me dando condições de sustenta minha FAMÍLIA! > (.) (Participante 1-
Reunião/Áudio, 02/12/2013)*

No enunciado que destacamos. É possível observar que o Participante 1, como estratégia discursiva de argumentação. Ele expõe um fato baseado num depoimento de experiência pessoal. No qual, o locutor comprova que conseguiu se tornar professor e funcionário público, graças ao sistema de cotas. Que lhe proporcionou ascensão social e melhores condições de sustentar sua família. Este discurso, podemos visualizar que também rebateu os discursos que apoiavam a proposição do CEPE. E ao discurso que criticamos na análise da articulação da Conselheira B. No qual foi proclamado, que a população alvo das políticas de ações afirmativas, não se candidata as vagas reservadas a eles nos concursos de vestibulares.

Pois, o Participante 1, como homem negro, é também testemunha dos resultados positivos que a cota para negros promove, a fim de combater desigualdades sociais. Neste sentido, o orador como estratégia discursiva. Assim como outros locutores, que analisamos neste capítulo. Ele também utiliza o que Van Dijk (2001) denomina, como dispositivo retórico de uma metáfora, ao complementar o seguinte enunciado:

<e eu sou um grão de areia!> (.) >Nessa praia< >Eu so um grão de areia!< (.) (Participante 1- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Visto que, metaforicamente ele afirma: **eu sou um grão de areia nessa praia!** (grifo meu). Que poderia significar, que o Participante 1 utilizou este dispositivo retórico, para declarar, que ele foi mais um brasileiro entre tantas outras pessoas no país, que conseguiu transformar a sua realidade e a dos outros ao seu redor; sendo aprovado em um concurso de vestibular ou concurso público, através das políticas de cotas para negros ou pela cota social. Neste enunciado, também conseguimos visualizar, outra possibilidade de análise. Na qual, o locutor poderia estar se referindo, que ele foi uma das poucas pessoas negras, que conseguiu ser aprovado em um concurso público bastante concorrido. Onde **a imensidão da praia** (grifo meu), que simbolizaria a ampla concorrência de candidatos, a qual era composta pela maioria da população branca. Desta forma, o Participante 1 finaliza seu pronunciamento abordando as cotas sociais:

<Eu venho hoje como professor da educação básica dize:!! > (.) <Os senhores hoje tomaram outra decisão que é reduzir as cotas °de escola pública! > (.) >Que vem tentando estabelece o caminho do ensino médio! < (.) <Os caminhos do ensino médio no Brasil que não pra onde vai! Não sabe pra onde vai! > (.) <E os senhores fecharam as portas!> ((expressão de indignação)) (Participante 1- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Neste trecho, o locutor se coloca como profissional da área da educação, que atua como professor na educação básica, para chamar a atenção dos conselheiros. Os quais, de novo respeitosamente, ele se refere como senhores, que decidiram reduzir as cotas para os estudantes oriundos das escolas públicas. Esta modalidade das ações afirmativas, que o Participante 1 expõe, que **vem tentando estabelecer caminhos** (grifo meu). Ou seja, indicar melhorias e novas expectativas de vida, para tantos jovens e adolescentes provenientes da rede pública de ensino no Brasil. Nesta sentença, identificamos que o locutor rebate discurso presente na figura de linguagem utilizada pela Conselheira F.

Quando ela alegou na reunião do dia 25 de novembro de 2013, que a retirada da cota para negros na universidade, não é uma forma de fechar portas para estas pessoas.

O Participante 1 no Conselho Universitário, vem não somente como um homem negro. Mas, também como professor e um profundo conhecedor da realidade das escolas públicas da região de Ponta Grossa. E desconstrói tal discurso, alegando completamente o contrário, que banir a cota para negros e reduzir a cota social, é sim uma maneira de fechar portas. Porque, esta decisão reduz ou elimina as chances de tais sujeitos, de ingressarem no ensino superior. Tais jovens, que também poderiam ter a oportunidade de serem pessoas como ele, que um dia foi candidato cotista, que aproveitou as oportunidades de investir no futuro se profissionalizando; e naquela época, o Participante 1 também estava naquela reunião do Conselho Universitário como um professor, que luta para melhorar a educação no Brasil e ajudar a construir a sociedade.

Após as análises dos trechos das articulações, que destacamos nesta subseção temática, nos foi possível identificar quais foram os discursos e os principais argumentos dos manifestantes, que motivaram o Conselho Universitário a reverter a decisão que foi tomada na reunião do dia 25 de novembro de 2013. Visto que, como identificamos neste tópico. Os discursos que apoiavam a proposição do CEPE foram desconstruídos, através dos argumentos apresentados pela Representante 1; e principalmente, pelo Representante 2 e pelo Participante 1 na reunião do Conselho Universitário.

Conforme visualizamos, os discursos deles foram construídos, com o intuito de desafiar e estimular os conselheiros à reflexão, sobre o contexto social da população negra de nossa região daquela época. Interligando com as possíveis consequências, que a decisão que os conselheiros tomaram, poderia resultar. Uma vez que, tais manifestantes apresentaram fatos, que comprovaram que o racismo existe no Brasil. A realidade social da população negra é muito diferente da população branca. Aquele momento não era indicado banir o sistema de cotas como políticas de ações afirmativas na universidade. Mas sim, era conveniente rever e aprimorar tais políticas públicas. Para que assim, a instituição continuasse com seu compromisso social de inclusão de estudantes jovens e adultos negros e de baixa renda.

Mesma estratégia discursiva de persuasão, que a Conselheira X e a Conselheira Y utilizaram, para convencer o Presidente e os demais conselheiros a receberem os manifestantes. Porque, inicialmente, eles pretendiam suspender temporariamente a

reunião do COU de 2013. Nesta situação, visualizamos a possibilidade de que, se nenhum conselheiro tivesse se pronunciado e realizado tal proposta de diálogo com a comunidade. Talvez, a reunião e o debate com a comunidade acadêmica, com o NUREGS e os Movimentos Sociais, não teria acontecido. Isto poderia influenciar nos encaminhamentos que desdobraram na criação da Resolução UNIV. N° 17/2013.

6.4. Algumas considerações acerca dos discursos analisados

Para finalizarmos este capítulo, após as análises das manifestações e articulações dos membros do Conselho Universitário, dos Representantes da comunidade acadêmica e dos Movimentos Sociais. Nos foi possível contemplar, que conforme Fairclough (2005) teoriza. O problema de ordem social que analisamos neste capítulo foi a tentativa de banir o sistema de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, que aconteceu na reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Universitário, no dia 25 de novembro de 2013.

Nesta reunião, assim como analisamos no primeiro tópico deste capítulo. A Conselheira B, como relatora do grupo de trabalho, de forma subjetiva e estruturada, expôs o relatório final, no qual continha a proposição do grupo do grupo de trabalho. Em seguida, ela apresentou a proposição do CEPE e a proposição de sua autoria.

Ao analisar o pronunciamento da Conselheira B, encontramos vários indícios nas estratégias discursivas impregnadas pela locutora, que nos alude ao que Fairclough (2008) teoriza, que o discurso como prática social, exerce o papel de representação e de instrumento transformador nas relações de poder. Neste contexto específico, esta teoria se aplica nos meios e estratégias discursivas, que a locutora elegeu para expressar o seu pronunciamento. A fim de tentar causar o efeito de a proposta que ela concordava, ou seja, do equilíbrio dos 50% por cento, vencer a votação na reunião do Conselho Universitário.

Só que nesta situação, de acordo com as transcrições dos áudios e com o documento da ata das reuniões. A proposição da relatora, que estipulava 40% das vagas para cota social, 10% da reserva de vagas aos negros e 50% para a cota universal. Não foi para votação na reunião do Conselho Universitário do dia 25 de novembro de 2013.

Esta proposição novamente foi exposta e venceu a votação por maioria dos votos, somente na reunião do dia 02 de dezembro de 2013, após a mobilização da comunidade

estudantil, do NUREGS e dos Movimentos Sociais. Este fato nos causou estranheza. Visto que, a proposta da divisão dos 50% entre o sistema de cotas, poderia ter vindo a partir da proposição do grupo de trabalho. Também constatamos durante os áudios, que a Conselheira B não entrou em detalhes na informação, de que ela havia dialogado com o grupo de trabalho e sugerido a mesma proposta que ela expôs como relatora.

Durante as análises das transcrições, identificamos que o obstáculo que gerou o conflito que se tornou nosso objeto de estudo. Foi o fato de a proposição da Conselheira B não ter sido incluída na votação do dia 25 de novembro de 2013. Porque, durante as transcrições dos áudios, identificamos que o Conselho Universitário priorizou a proposta do grupo de trabalho e a proposição do CEPE. Que venceu a votação, com respaldo em alguns discursos do senso comum. Principalmente, no mito da democracia racial, cuja ideologia originou a crença de que brancos e negros são iguais, o racismo não existe, as cotas reproduzem o preconceito e induzem as pessoas a se tornarem fraudulentas e oportunistas. Estas foram as declarações que os locutores apresentaram, sem se fundamentar em leituras acerca do tema, e principalmente, não apresentaram dados estatísticos que comprovassem tais informações.

Mas, em nossa concepção, foi principalmente devido à postura dos conselheiros no momento da votação, que a proposição do CEPE venceu. Porque, independentemente de exposições de argumentos baseados em resultados de pesquisas e dados empíricos. Alguns conselheiros, por questões subjetivas, não poderiam admitir que a maioria das vagas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, fossem destinadas **à gente que não deveria entrar** (grifo meu) na universidade. Assim como a Conselheira F se expressou em algum momento dos áudios.

Pois, como é ressaltado por Machado, Lázaro e Tavares (2013): o espaço universitário brasileiro, historicamente é ocupado pela elite, que na grande maioria são brancos, de classe média alta e advém de famílias com esse perfil. Portanto, aceitar que o perfil dessa maioria “pode mudar”, para os conselheiros poderia parecer uma ideia muito radical. Para evitar que seus receios se concretizassem, valeria a pena votar numa proposição **sectária** (grifo meu). Assim como a Representante 1 se referiu. Que estipulasse uma resolução na universidade, que eliminasse as cotas para negros e diminuíssem as vagas destinadas aos estudantes oriundos de escolas públicas.

Então, a partir da decisão do Conselho Universitário de banir a cota para negros e reduzir as cotas sociais, foi que a comunidade acadêmica em união com alguns Movimentos Sociais se uniram e decidiram realizar uma manifestação, na próxima reunião do Conselho Universitário, que naquela época estava agendada para o dia 02 de dezembro de 2013, com o intuito de tentar reverter a decisão dos conselheiros.

Para isto, conforme analisamos no capítulo anterior e na penúltima subseção temática que compõem o presente capítulo. Os representantes da comunidade utilizaram várias estratégias de manifestações, como por exemplo: confecções de cartazes e faixas que foram espalhados pela universidade; falaram em microfones conectados em carros de som no momento da reunião do Conselho Universitário. A fim de chamar a atenção dos conselheiros. Tais estratégias de ação, que identificamos durante nossas análises dos registros das reuniões, como: fotografias, vídeo e pelas transcrições, que tais meios foram eficazes para os manifestantes alcançarem a seus objetivos.

Desta forma, os manifestantes conseguiram dialogar com o Reitor e o Conselho Universitário, eles tiveram a oportunidade de ouvir a universidade nas pessoas das autoridades dos conselheiros. Que identificamos durante as transcrições, que não conseguiram apresentar argumentos convincentes em suas justificativas. Principalmente, no momento em que o Representante 2 questionou eles: **quais seriam os prejuízos que as políticas de cotas acarretariam para os conselheiros, para a sociedade ou para a UEPG?** (grifo meu).

Ninguém conseguiu responder a esta pergunta. Pois, assim como constatamos durante nossas análises. Como estratégias discursivas, os representantes e os participantes da reunião utilizaram recursos, como: desafiar e estimular os conselheiros à reflexão sobre o contexto social da população negra de nossa região daquela época. Interligando com as possíveis consequências, que a decisão dos conselheiros poderia desencadear.

Tais manifestantes apresentaram fatos, que comprovaram que o racismo existe no Brasil. A realidade social da população negra é muito diferente da população branca. Aquele momento, não era adequado banir o sistema de cotas, como políticas de ações afirmativas na universidade. Mas sim, era conveniente rever e aprimorar tais políticas públicas, para que assim, a instituição continuasse com seu compromisso social de inclusão de estudantes jovens, adultos negros e de baixa renda.

Até, que na mesma reunião do dia 02 de dezembro de 2013, o debate entre os Conselho Universitário, o NUREGS, a comunidade acadêmica e os Movimentos Sociais chegaram ao consenso, de que o Processo n° 19.163/2013 seria reintegrado à pauta da reunião.

Após esta decisão, aparece a causa de nosso espanto: os conselheiros realizaram várias propostas. Mas, a proposição vencedora na votação, foi a mesma proposição que a Conselheira B apresentou na reunião do dia 25 de novembro de 2013 junto com a proposição do CEPE e a do grupo de trabalho. A qual se tornou a atual Resolução UNIV. N° 17/2013.

Após um ano de vigência, a implementação do novo sistema de cotas na instituição ocasionou consequências, que induziram à novas situações de discussões sobre as políticas de cotas na UEPG e ocasionaram novos desdobramentos. Os quais analisaremos no próximo capítulo que compõe esta dissertação.

7. CONSEQUÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS: A CARTILHA INFORMATIVA

No presente capítulo, cumprimos nosso último objetivo específico:

- Realizar uma análise detalhada da criação da cartilha informativa, sobre as políticas de cotas lançada pela UEPG no início do ano de 2016, desdobramento da Resolução UNIV. Nº 17/2013.

Para este fim, novamente elencamos que seguimos os procedimentos metodológicos da Análise Crítica do Discurso. Respalda-nos nas discussões teóricas de Van Dijk (2001, 2003 e 2008), Fairclough (2008 e 2005) e Sales (2012), as quais expomos no capítulo correspondente à fundamentação teórica. Desta maneira, analisaremos as duas versões da cartilha informativa, através de uma ótica, que prioriza aspectos de: análise estilística, da conversação, análise das imagens, dos próprios gêneros textuais escritos, aspectos gramaticais na análise linguística (como a semântica, o léxico e a sintaxe), presentes nos enunciados.

Como elencamos no capítulo de nossa metodologia, com base nos questionamentos levantados por Sales (2012), que servem como eixo norteador para as metodologias com ênfase na ACD. Assim como nos capítulos anteriores, para a análise das duas versões da cartilha informativa sobre cotas publicadas pela UEPG. Também elaboramos um roteiro de perguntas, que procuraremos responder no decorrer de nossas análises:

Qual foi a seleção do gênero textual para a produção da cartilha? Por que fizeram esta escolha? Quais são as informações presentes nos textos? Como as duas versões da cartilha informativa dialogam? Em quais aspectos ambas as versões contrastam ou convergem? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente nos textos? Há ou não sintonia entre texto escrito e semiose? Como as informações do texto escrito e visual estão organizadas? Qual e como se dá a relação entre a linguagem verbal e não verbal? Quais foram as estratégias linguísticas e discursivas impregnadas na construção dos enunciados? Como e por quê os autores das duas versões da cartilha informativa utilizaram tais estratégias? Que buscaremos responder durante as análises das duas versões da cartilha informativa.

Nesta perspectiva, este capítulo está organizado em três tópicos. Na primeira subseção temática, apresentaremos as análises realizadas na primeira versão da cartilha informativa. No segundo momento, será analisada a segunda versão. No último tópico,

realizamos um parecer geral, comparando as semelhanças e os contrastes discursivos, que encontramos em ambas as versões dos materiais analisados.

7.1 Análise da primeira versão (2015)

Antes de começarmos nossas análises. É pertinente salientar neste primeiro tópico, que as páginas da primeira versão da cartilha informativa não foram numeradas. Prosseguindo com as análises dos dados coletados. Iniciaremos a análise da primeira versão da cartilha informativa, sobre o funcionamento do sistema de cotas na UEPG, cuja capa apresentamos na (Figura 13).

FIGURA 13: Capa da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas publicada pela UEPG no ano de 2015.



Fonte: UEPG (2015)

Destacamos nesta primeira versão da cartilha informativa, o seguinte subtítulo da capa:

“Orientações sobre a reserva de vagas destinada a candidatos ao Concurso Vestibular da UEPG, estudantes de Instituições Públicas e que se autodeclarem negros” UEPG (2015)

É possível identificar, que este enunciado se refere aos seus principais interlocutores, que são estudantes de escolas públicas e alunos autodeclarados negros. Uma vez, que a cartilha informativa foi criada, a fim de ser publicada no site da instituição e também impressa. Para que assim, este material fosse distribuído nas escolas públicas da região de Ponta Grossa. Observe, que o desenho da capa chama bastante atenção. Visto que é o desenho caricatural da figura de uma mulher branca, que fala:

“Vamos entrar pessoal!” UEPG (2015)

Isto nos leva a presumir, que se trata de uma professora convocando os seus alunos para entrar na sala de aula. Ao lado direito desta figura, aparece o enunciado, que seria o principal tema da cartilha:

“Nosso assunto hoje são ações afirmativas- COTAS” UEPG (2015)

Na página seguinte, segue os nomes dos autores e colaboradores do projeto como: os membros da Reitoria; Pró- Reitoria de Graduação; Projeto Gráfico e ilustrações; Projeto de Publicação; toda a equipe de Elaboração e todas as entidades ligadas à universidade, que apoiaram o desenvolvimento deste projeto.

Observamos, que foi elegido intencionalmente o gênero textual história em quadrinho (HQ). Para fins didáticos de divulgação das informações sobre as cotas na UEPG. Visto, que este material seria consumido por professores e estudantes dos últimos anos da educação básica. Esta característica da cartilha, nos leva a refletir acerca do que discutimos, durante nossas reflexões teóricas, baseando-nos em Marcuschi (2008). Os gêneros textuais são atividades discursivas estabilizadas socialmente, que se prestam aos mais variados tipos de controle social nas relações de poder.

Também devemos considerar, que a própria temática demanda na discussão sobre representatividade imagética dialogada por Cunha (2008). Que afirma que as imagens nos constroem como sujeitos. Compõem narrativas, histórias de vidas, e principalmente, “servem como suporte para formular considerações sobre a infinidade de produtos culturais que afetam nossas vivências e nos posiciona frente ao mundo” (CUNHA, 2008, p.103). Como se trata de uma narrativa em HQ. A primeira página da cartilha, (Figura 14) também nos chama atenção.

FIGURA 14: Figura da primeira página da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas publicada pela UEPG em 2015



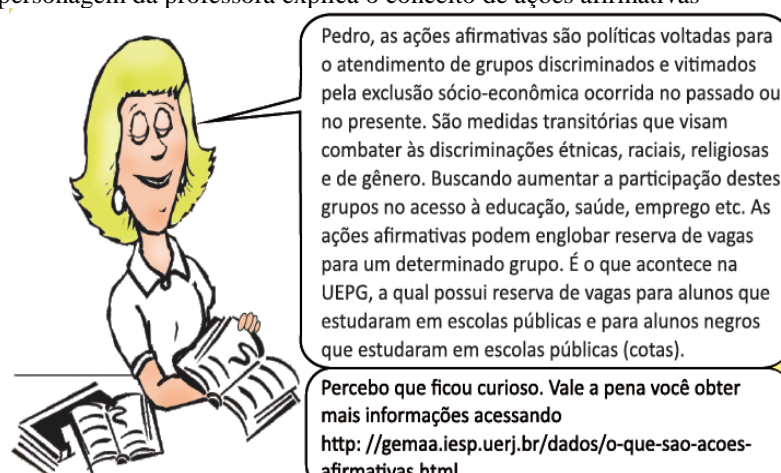
Fonte: UEPG (2015)

Observe que na ilustração da Figura 14, a professora é a personagem representada com o tom de pele mais claro, visto que, ela é loira de olhos azuis. Portanto, é a personagem que possui traços fenotípicos, mais semelhantes às características fenotípicas do povo europeu. Nesta ilustração, a personagem da professora aparece rodeada por seis diferentes tipos de estudantes. A fim de representar a diversidade cultural e racial, que compõe as escolas públicas brasileiras. Contudo, destacamos que esta representatividade da diversidade cultural, ocorreu de forma sarcástica. Porque, esta versão da cartilha informativa foi fortemente demarcada, entre suas principais características, pela presença de personagens caricaturais e infantilizados. Como por exemplo: um menino de pele clara, um garoto negro, uma menina de cabelos castanhos e pele clara.

Ao lado, aparece outro menino também de cabelos castanhos claros, caucasiano, mas, de tom de pele um pouco mais escuro. Logo em seguida, vem um menino de pele morena, cabelos negros, que parecem encaracolados. Ao lado dele, segue uma menina ruiva de pele clara. É pertinente ressaltar, que os alunos caracterizados com o tom de pele mais clara, estão mais próximos figura a figura professora, um ao lado direito e outro do lado esquerdo.

Tal aspecto, que nos alude ao que Cunha (2008) afirma. Há intencionalidade por parte dos produtores de imagens, que visam reproduzir narrativas específicas e discursos sobre o mundo. Uma vez, que estas como produções culturais atuam como modeladoras de nossas formas de ver e narrar o mundo. Outra característica fundamental, para destacar nesta primeira versão da cartilha. Seria a discussão sobre ações afirmativas, que apresentaremos na (Figura 15).

FIGURA 15: Ilustração do trecho da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG, em que a personagem da professora explica o conceito de ações afirmativas



Fonte: UEPG (2015)

Esta é a situação utilizada como contexto de surgimento dos tópicos abordados durante a narrativa. Ou seja, este contexto escolar fictício pode ser compreendido, como uma moldura introdutória à temática das cotas raciais para os alunos, no formato da simulação de uma aula. A fim de tentar reproduzir a realidade de uma escola pública. Nesta narrativa imagética, a figura da professora serve como mediadora para os alunos, das informações sobre o que são ações afirmativas e as cotas. Uma vez, que durante a HQ inteira, a professora, a personagem mais branca da história, é a única personagem que reproduz algum tipo de conhecimento e discursos acerca do assunto.

Visto, que como Sales (2012) salienta, é dentro e através dos discursos, que são alinhavados pelas noções ideológicas, que o combate pela hegemonia é travado. Porque, durante toda a narrativa desta versão da cartilha. Percebemos que a principal noção ideológica que prevalece, é a hegemonia da raça branca na liderança, produção do conhecimento e dos discursos. Tal aspecto, que retrata o contexto de nossa sociedade.

Como por exemplo, na Figura 15, a personagem da professora começa a explicar o que são políticas de ações afirmativas, com base em alguns livros que ela traz em suas mãos. Este monólogo da personagem poderia ser um pouco mais sintético. A principal característica que identificamos nele, é a reprodução de um discurso, que define o que são as ações afirmativas. Logo, se nota que a fala da personagem foi baseada no texto publicado em um site oficial específico. O qual destacamos o seguinte trecho:

“as ações afirmativas são políticas voltadas para o atendimento de grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica ocorrida no passado ou no presente.” UEPG (2015)

É importante observar nesta sentença, que há a definição do que são ações afirmativas. Quando a personagem se refere aos grupos alvo destas políticas, os sujeitos são adjetivados como:

“discriminados e vitimados” UEPG (2015)

Este aspecto nos induz a indagar, nos baseando nas perguntas de Sales (2012), que citamos no capítulo que corresponde à nossa metodologia; no tópico “Análise Crítica do Discurso perspectiva metodológica e proposta de análise”: Por que o autor realizou esta estratégia linguística e discursiva? Ele poderia eleger outras possibilidades semânticas, de termos similares a estes, que expressassem a mesma ideia, que também descrevem os grupos sociais atendidos pelas ações afirmativas? Sendo que o texto foi extraído da fonte original e foi adaptado. Pois, como Fairclough (2008) reflete, os textos sobre influências de ideologias, também são repletos do elemento da interdiscursividade. Tal aspecto que é bastante caracterizado por escolhas lexicais.

Neste exemplo que destacamos, identificamos que tal estratégia discursiva serve para justificar a existência das ações afirmativas. Quando se é reforçado a carga semântica dos termos **discriminados** e **vitimados** (grifo meu) na afirmação. De fato, tais sujeitos nestas condições, sofreram e sofrem injustiças sociais. Ao serem privados tanto no passado como no presente, ao acesso a melhor qualidade de vida, educação, saúde, moradia, saneamento básico e etc. Assim como consta na próxima sentença que destacamos:

“medidas transitórias que visam combater às discriminações étnicas, raciais, religiosas e de gênero. Buscando aumentar a participação destes grupos no acesso à educação, saúde, emprego etc.” UEPG (2015)

Observe que aqui é justificado a existência das ações afirmativas, ao ser apresentado o raciocínio:

“Buscando aumentar a participação destes grupos no acesso à educação, saúde, emprego etc.” UEPG (2015)

Neste trecho é descrito, como estas políticas fornecem assistência a estes grupos minoritários, no requisito acesso as melhores oportunidades de trabalho, educação, saúde e etc., Muniz (2009). Para finalizar a introdução ao tema na primeira versão da cartilha, a personagem explica, como as ações afirmativas são aplicadas no contexto da UEPG, ao afirmar, que a instituição

“possui reserva de vagas para alunos que estudaram em escolas públicas e para alunos negros que estudaram em escolas públicas (cotas).” UEPG (2015)

Prosseguindo com nossas análises, destacamos na (Figura 16) o próximo trecho da primeira versão da cartilha informativa que analisaremos.

FIGURA 16: Ilustração do diálogo dos alunos com a professora durante a HQ presente na primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG.



Fonte: UEPG (2015)

Destacamos este trecho, para evidenciar que no decorrer da HQ, todos os alunos são representados como crianças de aproximadamente 6 a 8 anos de idade. Estes alunos dialogam com a professora e realizam perguntas. Como se naquele exato momento, eles aparentando ser estudantes do ensino fundamental I, já pudessem concorrer ao teste seletivo de vestibular pelo sistema de cotas. Esta impressão nos foi transmitida, devido à

maneira de como os alunos dialogam com a professora. Através da ousadia impregnada na linguagem. Assim como destacamos nos seguintes trechos:

“Professora. Eu faço parte desse grupo? (...) Todos nós temos esse direito?”
UEPG (2015)

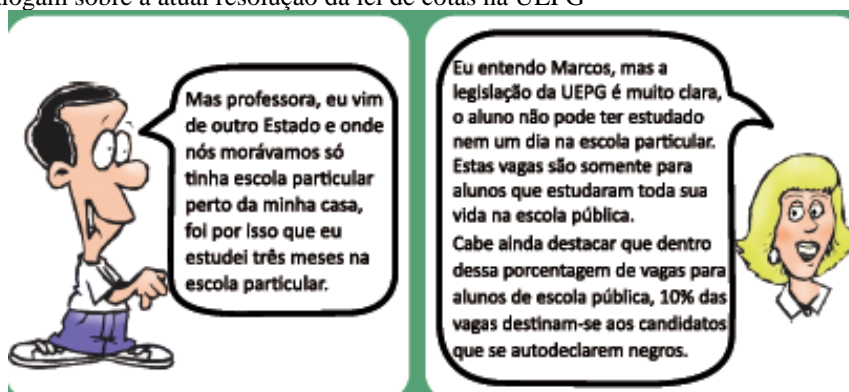
Neste diálogo, a professora explica, de forma clara, sobre a atual resolução da UEPG. Na qual consta, que 50% das vagas são destinadas aos estudantes oriundos de escolas públicas. Destes 50% de vagas, 10% estão voltadas aos candidatos que se autodeclararem negros. Esta situação, dentro da narrativa como texto informativo. Nós poderíamos considerar, como um aspecto inverossímil. Devido à infantilização dos sujeitos. Portanto, esta situação se torna uma inadequada estratégia linguística impregnada dentro da narrativa. Que se manifestou tanto na linguagem escrita como visual. Porque, estas características não condizem com a representatividade de seus interlocutores.

Apresentando esta cosmovisão de análise, é como Pereira (2011) observa, o papel das ações discursivas dentro do processo de construção e sustentação das relações de poder, é analisar como os sujeitos manipulam os esquemas discursivos, que repercutem na luta dialógica. Para privilegiar algum tipo de discurso e delimitar a influência dos demais discursos. Porque, o público alvo da cartilha informativa são professores e alunos dos três ou quatro últimos anos da educação básica. Ou seja, são jovens e adultos, que estão cursando o ensino médio. Não são crianças do ensino fundamental I, pois, neste contexto é possível compreender, que as crianças demonstram pretender prestar o concurso para o vestibular, antes de concluírem o ensino fundamental.

Não se trata de defender, que escolas e universidades não deveriam dialogar sobre ações afirmativas e cotas com crianças, que estão cursando as séries iniciais da educação básica. Pelo contrário, acreditamos que assim como prevê a lei 10.639/03, todas as instituições de ensino no Brasil, sem exceção, deveriam promover uma educação mais inclusiva, abordando aspectos das relações raciais no contexto brasileiro. Prevendo combater o racismo, gerando informações e orientações para os alunos, desde as séries iniciais. Para que estes, desde cedo ao se tornarem politizados, se conscientizem sobre a importância do papel das ações afirmativas na sociedade. A fim de que, eles no futuro também possam usufruir dos direitos conquistados pela luta dos grupos sociais, que representam a eles.

Continuando nossa análise da primeira versão da cartilha. É relevante destacar, que foi identificado que no trecho da (Figura 17). Houve esforço por parte dos autores da primeira versão da cartilha, para esclarecer como funciona a atual resolução do sistema de cotas da UEPG.

FIGURA 17: Trecho da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas onde os personagens dialogam sobre a atual resolução da lei de cotas na UEPG



Fonte: UEPG (2015)

É possível observar neste pequeno exemplo similar ao da vida cotidiana, que os leitores da cartilha podem encontrar em seu dia-a-dia. O esclarecimento sobre quem tem o direito de disputar os 50% das vagas reservadas aos estudantes de escolas públicas.

“Estas vagas são somente para alunos que estudaram toda sua vida na escola pública.” UEPG (2015)

Em seguida, a personagem da professora afirma, que destes 50% de vagas, 10% estão destinadas aos candidatos que se autodeclararem negros:

“dentro dessa porcentagem de vagas para alunos de escola pública, 10% das vagas destinam-se aos candidatos que se autodeclaram negros.” UEPG (2015)

Na próxima figura (Figura 18), há uma única resposta para esta situação criada.

FIGURA 18: Ilustração de um personagem negro na primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG



Fonte: UEPG (2015)

Destacamos na Figura 18, que houve a criação de uma situação, para discutir o assunto cota para negros. Diante deste contexto, surgiram duas dúvidas: por que somente o único menino negro da turma demonstra interesse no assunto e os demais alunos não se pronunciam? Por que na expressão corporal do menino negro, ele está de mãos unidas como em um gesto de agradecimento?

É possível observar nesta esfera discursiva, a qual engloba fala e ilustração do aluno negro. Pois, não podemos esquecer, que a essência da Análise Crítica do Discurso, além de ser um método. Também se encontra numa perspectiva teórica sobre língua e semiose, a qual abrange linguagem verbal e não verbal, como elementos de processo social concreto. Prioriza tanto análises linguísticas, como semióticas inseridas nas relações mais amplas sobre o processo social, Van Dijk (2001, 2008 e 2010). Portanto, conforme esta cosmovisão, identificamos que a personagem do aluno negro é completamente estereotipada, infantilizada e dotada de certa ingenuidade. Assim como Silva e Rosemberg (2008) teorizam, sobre estereótipo de meninos negros criados pela mídia.

Portanto, esta característica indicada pelos autores, podemos perceber que se encaixa nesta situação. Pois, neste trecho da HQ somente o aluno negro e outro aluno, que a professora define como **afrodescendente** (grifo meu), apresentam interesse sobre o assunto, e os demais alunos não se pronunciam. Na própria expressão corporal da figura do menino negro, é possível enxergar os reflexos do estereótipo de ingenuidade infantil. Visto, que ele está de mãos unidas, como em um gesto de agradecimento, perdão, súplica ou de pedido de ajuda. Para ele tentar entender e interpretar as informações, que a figura da professora estava tentando transmitir. Pois, sozinho a personagem Luís parece ser

incapaz de compreender e assimilar, o que estava acontecendo naquele momento na sala de aula. Por fim, este aspecto se assemelha às características de uma pessoa não letrada.

Nesta versão da cartilha, também seria fundamental destacar, que praticamente todos os alunos da história possuem nome. Com exceção da professora, que na sala de aula seu nome não é revelado. Durante toda a narrativa os alunos se dirigem a ela somente como **professora** (grifo meu).

Voltando para a análise da cartilha, observamos no discurso da professora, quando ela explica, sobre como funcionam as regras para prestar vestibular, através do sistema de cotas para negros, exemplificando o caso de Luís, o aluno negro. No trecho que iremos expor a seguir, percebemos a existência de certa ideologia preconceituosa e confusa, com relação à identidade racial **afrobrasileira** e a **etnia africana** (grifo meu). Observe, que como resposta à professora, o único menino negro do grupo aparenta interesse pelo assunto, perguntando:

“Como assim?” UEPG (2015)

Neste trecho da HQ, destacamos um conjunto de discursos, que estão presentes neste pronunciamento e ilustração do aluno negro, que nos induz a questionar novamente: Por que em uma aula sobre ações afirmativas. No momento em que a professora menciona o assunto “cotas para negros”. Somente o aluno negro e o outro aluno, que a professora o define como “afrodescendente” UEPG (2015), demonstram interesse no assunto:

“Vejam o caso do Luís, ele poderá optar por esse direito pois, possui características físicas, do grupo étnico africano (negro)” UEPG (2015)

FIGURA 19: Trecho da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG, onde é discutido sobre questões de identidade negra



Fonte: UEPG (2015)

Nesta situação, a professora afirma, que Luís pode optar pelo sistema de cotas para negros no concurso de vestibular ou PSS. Porque, ele apresenta aspectos físicos

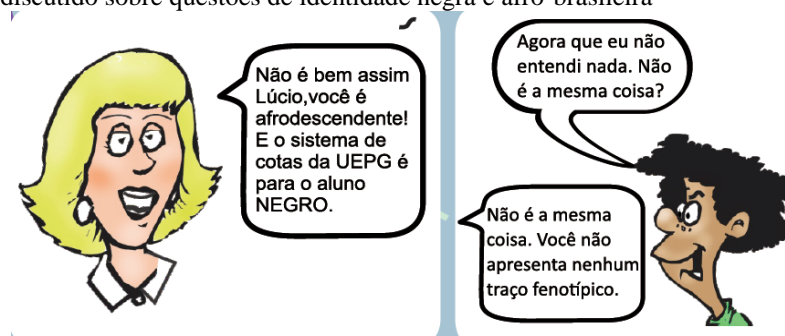
“do grupo étnico africano” UEPG (2015)

Observe, que nesta sentença o termo “negro” UEPG (2015), na fala da professora, é colocado entre parênteses. Antes de tudo, é pertinente ressaltar, que no Brasil não existe nenhum órgão governamental, ou entidades como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), IBGE, ou grupos de intelectuais acadêmicos. Que atualmente, estipulem ou classifiquem o termo “**etnia africana**” (grifo meu), como sendo constituinte ou sinônimo **da raça negra** (grifo meu) no Brasil. Aí também podemos observar na sentença que destacamos, que há a uma confusão entre as terminologias raça e etnia. Porque, a personagem atribui características típicas da raça negra, somente ao **grupo étnico africano** (grifo meu). Como se na África existisse somente um tipo de etnia de um povo.

Visto que, a personagem na narrativa da HQ ao mencionar os povos africanos de forma singular e não no plural. Desconsidera completamente, que a África não é um país. Mas sim, um dos maiores continentes do planeta. Por conta de sua extensão geográfica e abrangência em números de países, que são completamente heterogêneos entre si. Não somente no espaço físico, pois o continente africano é bastante famoso, pela multiplicidade dos seus povos nos requisitos: heterogeneidade cultural, linguística, política, econômica e etc. E mesmo que a África fosse somente um país. É praticamente impossível existir uma única etnia de um povo dentro de um estado.

Neste sentido, não conseguimos compreender, por que se encontra no singular a terminologia **do grupo étnico africano** (grifo meu) nesta primeira versão da cartilha, e o termo **negro** (grifo meu) também foi colocado entre parênteses. Como se esta sentença fosse uma afirmação, de que o povo africano seria uma população fenotipicamente e culturalmente homogênea. Na continuação desta narrativa, observe a imagem presente na (Figura 20).

FIGURA 20: Continuação do trecho da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG, em que é discutido sobre questões de identidade negra e afro-brasileira



Fonte: UEPG (2015)

Podemos observar na Figura 20, a ilustração de um menino, Lúcio, que pela sua representação, ele aparenta não ter o tom de pele tão escura como a de Luís. No entanto, ele parece se identificar com a identidade racial negra, apresenta características físicas de uma pessoa negra. Neste momento, ele afirma que também pode prestar vestibular ou PSS, através do sistema de cotas para negros:

“Ah! Eu também tenho esse direito!” UEPG (2015)

Como desdobramento desta fala de Lúcio. Começa talvez, a parte mais confusa e intrigante da primeira versão da cartilha. Porque, nesta situação foi demarcada, de forma bastante confusa, uma discussão acerca de identidade racial: O que é ser negro? O que é ser afrodescendente? Pois, nesta situação, a professora afirma para Lúcio, que ele não se enquadra na categoria cotas para negros, porque ele é:

“afrodescendente!” UEPG (2015)

O sistema de cotas da UEPG é somente para alunos negros. Note, que a professora contradiz ainda mais a noção equivocada, de que a identidade racial afrodescendente não está relacionada com o termo raça negra ou preta. Esta situação, portanto, acabou sendo mal representada dentro da primeira versão da cartilha. Visto, que conforme Santos (2007), para as nomenclaturas do último censo do IBGE (2010), as raças que compõem a população brasileira são: branca, preta, parda, amarela, indígena e ainda há casos de pessoas sem autodeclaração.

Ainda, de acordo com dados do último censo do IBGE (2010) e Guimarães (1995), pretos e pardos seriam categorias de mesma origem. Ou seja, são classificados como negros, porque, ““crioulos” e “negros” e depois “pretos” passaram sucessivamente a designar a africanidade” (GUIMARÃES, 1995, p.41). Segundo Osório (2003) e os dados do IBGE (2010), pretos e pardos apresentam resultados bastante similares nos índices de

IDH. Algo que converge com o que refletimos acerca destas questões, no capítulo introdutório à nossa fundamentação teórica.

Portanto, em nossa concepção. A simulação da situação representada nesta versão da cartilha, acabou se tornando extremamente confusa e inconveniente. Para discutir, sobre o complexo assunto da autodeclaração. Por conta da audaciosa estratégia discursiva, que a personagem da professora utilizou, para julgar que o menino, mesmo na condição de pardo. Não poderia ser considerado negro, porque, a personagem Lúcio não tinha o tom de pele tão escura como a de Luis. Porém, entre as demais personagens da HQ, depois de Luis. Lucio também apresentava características fenotípicas da raça parda, que também é considerada como negra no Brasil.

Uma vez, que no sistema político de classificação racial de nosso país, os traços fenotípicos e não o genótipo (descendência) é o que mais conta, para uma pessoa ser considerada negra. Este também, é o principal requisito avaliativo nas bancas de constatação nas universidades que possuem o sistema de cotas para negros. Como por exemplo, o tipo de cabelo, o tom de pele, formato de rosto como: olhos, nariz, boca e etc... Na ilustração da HQ, Lúcio também pode ser considerado negro. Por causa do tipo de cabelo também, porque, ele possui o tom de pele mais escuro do que as demais personagens brancas da história.

Prosseguindo com a análise. A partir desta situação, a personagem da cartilha explica de forma didática, por intermédio de exemplificações, o significado da palavra **fenótipo** (grifo meu), que destacamos no trecho a seguir, (Figura 21).

“Fenótipo está relacionado às características herdadas e que são visíveis.”
UEPG (2015)

FIGURA 21: Trecho da situação criada na primeira versão da cartilha informativa para explicar o conceito de fenótipo



Fonte: (UEPG, 2015)

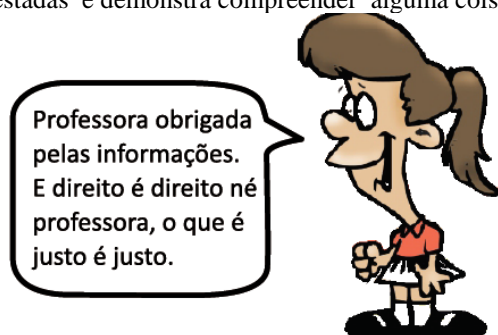
A situação descrita no diálogo da Figura 21, poderíamos considerar como ponto positivo, dentro desta primeira versão da cartilha. Pois, no diálogo entre a professora e o aluno, houve algumas escolhas lexicais, que podemos assimilar como estratégia discursiva de tentativa de adequação da linguagem. Tal recurso discursivo, que foi impregnado, a fim de tornar semelhante a linguagem da cartilha à linguagem de seus interlocutores, por intermédio de gírias. Visto, que acordo com Sales (2012), é através do vocabulário, que se pode dividir os temas ali tratados, bem como a perspectiva particular de representação. Conforme destacamos no trecho a seguir:

“Tipo assim (...) ficarem ligados” UEPG (2015)

Este enunciado é uma forma de alerta, para que os candidatos não cometam equívocos no momento da inscrição para o vestibular. Neste exemplo que citamos, houve exemplificação, através de uma simulação, do que poderia ocorrer. Caso haja denúncias e comprovação de fraudes, por parte dos candidatos que se autodeclarem negros. Algo que faz referência a uma eventual anulação de matrícula.

Na parte que destacamos do diálogo entre a professora e os alunos. É relevante observar, que em todas as informações sobre o sistema de cotas da UEPG, que foram descritas em forma de narrativa. As quais contém personagens fictícios, que imitam situações comunicativas de seus interlocutores. No final da cartilha aparece apenas uma aluna, que chega a uma conclusão, e por isso, pronuncia algum tipo de discurso sobre as cotas. Por conseguinte, na (Figura 22), observe o que seria o resultado de toda a construção deste conhecimento mediado pela personagem da professora.

FIGURA 22: Trecho da cartilha informativa em que um dos alunos agradece a personagem da professora pelas informações prestadas e demonstra compreender alguma coisa



Fonte: (UEPG, 2015)

É possível observar no discurso da personagem, que evidenciamos na Figura 22, que após todas as manifestações de discursos e subjetividades presentes nas discussões entre a professora e os alunos. Na conclusão da narrativa, os autores da cartilha simularam o que seria fruto da construção de um conhecimento mediado pela figura do professor, que só se concretizou através de sua interação com os alunos. A partir disto, a figura desta aluna foi capaz, de no final, construir sua própria subjetividade e reproduzir uma opinião sobre as políticas de cotas. Nesta articulação, a principal mensagem repassada de forma subliminar aos interlocutores, é a crença de que as cotas, como parte das ações afirmativas, são um direito justo concedido aos negros e estudantes oriundos das escolas públicas.

Concedido, porque, analisando todo conjunto de discursos, que formam parte da esfera comunicativa desta primeira versão da cartilha informativa. Não conseguimos identificar alguma situação, que retratasse as cotas através de uma cosmovisão, que representasse tais políticas públicas, como uma conquista dos Movimentos Sociais organizada pelos sujeitos, que hoje ainda lutam para conseguir desfrutar deste direito. Esta situação se torna muito bem clara no segundo quadrinho, que analisamos no começo de nossas análises. Nos discursos reproduzidos na extensa fala da sobre a definição do que seriam as ações afirmativas.

Para finalizar nossa análise detalhada desta primeira versão da cartilha informativa. Não podemos deixar de destacar, a segunda abordagem positiva acerca das ações afirmativa, também inserida neste material. A qual se refere às informações de acesso ao procedimento de requerimento, ao direito de utilização dos nomes sociais, para o público Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

Este conteúdo da cartilha se tornou relevante destacar. Porque, demonstra que os organizadores deste material se preocuparam em incluir, entre os vários tópicos que englobam a temática das ações afirmativas: as relações de ideologias de gênero e sexualidade. Ao incluir brevemente este direito conquistado pelo Movimento LGBT. Sempre elencando a importância da leitura atenta do manual do candidato.

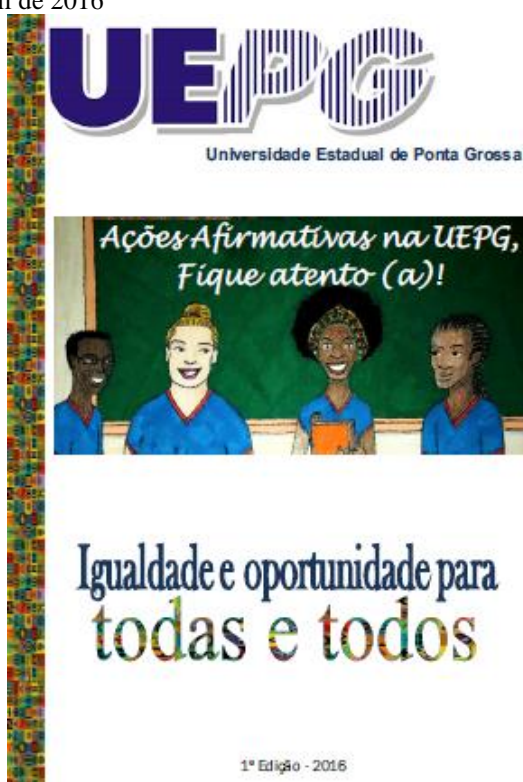
Apesar, de que esta outra questão é um assunto bastante delicado. Portanto, tal característica o torna um conteúdo impossível de apresentar somente dentro de um balão de diálogo de uma história em quadrinhos. Para promover esta abordagem, o mais indicado seria uma eventual elaboração de uma outra cartilha informativa específica, que

apresentasse somente estas questões de gênero e sexualidade, enfatizando somente as relações de ideologias de gênero.

7.2 Análise da segunda versão (2016)

Após a análise detalhada que realizamos no tópico anterior, da primeira versão da cartilha informativa sobre cotas na UEPG, elaborada em 2015. Na presente subseção temática, realizaremos o mesmo procedimento metodológico, para análise detalhada da segunda versão da cartilha informativa, a qual foi publicada pela UEPG, no início do ano de 2016. Cujas imagens da capa é possível contemplar na (Figura 23).

FIGURA 23: Capa da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas na UEPG, reelaborada e publicada em abril de 2016



Fonte: UEPG (2016)

Observando esta imagem da capa. É possível constatar, que há muitas diferenças entre a primeira e a segunda versão das cartilhas. Dentre elas houve muitos avanços em relação à identificação e representatividade do público leitor. Que se manifesta desde a capa da nova versão. Na qual podemos encontrar o destaque para figura de quatro alunos adolescentes. Duas meninas e dois meninos que trajam uniforme escolar. Estes são jovens

de diferentes fenótipos e faixa etária, eles levam um caderno na mão e estão em frente a uma lousa, na qual está escrito com um giz em letra cursiva:

“Ações Afirmativas na UEPG, fique atento (a)! ” UEPG (2016)

Criando assim um ambiente de sala de aula de uma turma de ensino médio. Também é possível perceber na Figura 23, que entre estes quatro adolescentes estudantes. Três são alunos negros, que estão em um ambiente de sala de aula. A fim de ilustrar que na UEPG, uma IES pública e gratuita, existem ações afirmativas, no formato de cotas para estudantes negros e alunos de escolas públicas. Ou seja, a linguagem visual da capa da segunda versão da cartilha, ao contrário da primeira, condiz com o título, “Ações Afirmativas na UEPG, fique atento (a)! ”.

Porque, é notável que os elaboradores desta nova versão da cartilha, objetivaram criar personagens muito mais parecidos com os próprios sujeitos atendidos pelas cotas. Uma vez, que dentro de uma HQ, cuja principal temática é as cotas raciais numa universidade pública brasileira. Logo, não há melhor estratégia discursiva, do que a criação de personagens negros estudantes de escolas públicas similares a nossa realidade. Para discutirem didaticamente sobre este assunto, ao mesmo tempo, em que a HQ traz personagens, que vivenciam situações similares à realidade escolar pública brasileira.

Esta estratégia de adaptação discursiva. Compreendemos de acordo como Ottoni (2007), que seria reflexo de nosso atual contexto histórico, o qual tem sido bastante demarcado por intensas mudanças sociais e discursivas. Como consequência deste quadro, tem crescido cada vez mais, a conscientização sobre a relevância da ação da linguagem, como sistema mediador de todos os discursos.

Quanto à exploração dos recursos linguísticos, que correspondem à imagem da capa. Destaque para a eliminação de caricaturas na segunda versão da cartilha. Nas escolhas lexicais, no subtítulo, podemos destacar as palavras-chave, que contribuem para compor este conjunto, que define a perspectiva, na qual as cotas serão retratadas na cartilha. Visto, que como Moita Lopes (2013) reflete, o projeto discursivo é orientado por ideologias. Neste sentido, destacamos o subtítulo para análise:

“Igualdade e oportunidade para todos e todas”. UEPG (2016)

Neste enunciado, se nota principalmente, que a proposital eleição lexical dos termos **igualdade e oportunidade** (grifo meu) contrastam com o discurso da primeira

versão da cartilha, a qual expressa, que as ações afirmativas seriam um direito concedido às populações desprivilegiadas pela sociedade.

A carga semântica de “igualdade” e “oportunidade” expressa o principal discurso, de que ações afirmativas seria uma conquista de oportunidades. Para que tais sujeitos beneficiados por tais políticas, almejem alcançar igualdade no acesso as melhores condições de vida, as quais já formam parte da agenda de direitos garantidos à elite.

É como discutimos durante o capítulo introdutório às nossas reflexões teóricas, baseando-nos em Rosemberg e Madsen (2010) e Artes e Ricoldi (2015). Conseguir uma vaga e permanecer no ensino superior no Brasil, hoje é uma tarefa bastante árdua tanto para brancos como para negros. No entanto, se manter em nossas academias e concluir uma graduação. É uma ação ainda mais complexa, principalmente para população negra, indígena e para estudantes de baixa renda.

Em seguida, também se torna fundamental destacar a ênfase às relações de gênero presentes ao longo da cartilha. Assim como expomos na (Figura 24).

FIGURA 24: Exemplos de trechos da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas na UEPG que enfatizam as relações de gênero



Fonte: capa 2º versão da cartilha informativa sobre cotas UEPG (2016) e UEPG (2016, p.2)

As relações de gênero e sexualidade, se manifestam na segunda versão da cartilha informativa, principalmente nos exemplos que destacamos: “atento (a)” UEPG (2016) presentes no título, “Todas e “todos” UEPG (2016) subtítulo, “negros e negras”, UEPG (2016) “eles (as)” UEPG (2016, p. 2).

Também, podemos destacar, que a atitude de mencionar o gênero feminino, demonstra que a cartilha e as informações nela expressas, não é direcionada somente aos

homens. Mas, também servem para as mulheres, para que as mesmas, também se mantenham atentas. Pois, também possuem o direito de acesso ao ensino superior. Uma vez, que o novo discurso da cartilha se resume em: **Igualdade e oportunidade para todas e todos** (grifo meu). O qual também engloba a população feminina. Repare que na sintaxe do enunciado, o termo “todas” vêm antes de “todos”. Algo que demarcaria uma estratégia linguística e discursiva de valorização do gênero feminino.

Atrás da capa, observamos que houve alterações na equipe, para produzir a nova versão. Na qual contém os nomes dos membros da reitoria, Pró- Reitoria de Graduação, Projeto de Publicação, Roteiro e Projeto Gráfico, Arte, Diagramação, Elaboração, Revisão e Colaboração. Quanto a contextualização e apresentação do ambiente em que a trama irá se desenvolver na HQ, observe a (Figura 25).

FIGURA 25: Apresentação do ambiente escolar e introdução da história em quadrinhos da segunda versão da cartilha informativa publicada pela UEPG em 2016



Fonte: UEPG (2016, p.1)

A história se inicia com a apresentação do que seria a representação de um ambiente escolar. Neste ambiente é dado destaque para a placa deste colégio fictício. Com o intuito de situar e transmitir credibilidade ao leitor sobre o ambiente, no qual se

desenvolverá a história dos protagonistas desta cartilha. Na porta da escola, há o encontro entre um casal de adolescentes negros, que assim como em uma situação rotineira das escolas de nossa região, começam a dialogar.

Ao visualizar a imagem, se nota que o foco principal desta conversa informal entre as personagens Carolina e Igor, é as ações afirmativas. Porque, o rapaz após cumprimentar a sua colega de escola, já menciona este assunto. Nesta HQ da nova versão da cartilha, todas as personagens, que apresentam suas vozes. Também possuem uma identidade. Ou seja, um nome, como: Carolina, Igor, Cristian, Isa e Mateus.

Diferentemente da primeira versão. Na qual a protagonista da história não teve seu nome revelado durante a narrativa, e foi apenas referida como professora. Esta característica presente nas duas versões da cartilha informativa, reflete o que Muniz (2009) e Hall (2010) teorizam, acerca das identidades das pessoas. Faz parte da vivência do ser humano, a necessidade de se autoneoamar. Porque, em congruência com o que Muniz (2009) destaca, para existir alteridade, deve haver autoneoação. Hall (2010) também acrescenta, que a diferença desempenha papel primordial nas construções de identidades.

Quanto ao estilo de diálogo entre as personagens. É relevante destacar, a presença do diálogo informal, como estratégia linguística e discursiva. Pois, ao analisarmos a maioria dos diálogos entre as personagens da cartilha. Constatamos a manifestação do fenômeno linguístico do processo de reestruturação silábica, a qual envolve a supressão de sílabas do verbo estar, como reflexo da oralidade. Justo, porque, se trata da simulação, do que seria um diálogo entre adolescentes. Com o efeito de adaptação da informalidade típica da oralidade para a linguagem escrita. Para assim, familiarizar a linguagem da cartilha a de seus futuros leitores. A fim de que como enfatizamos anteriormente, estes se identifiquem com ela.

Também observamos que esta atenção dos autores se manifesta mais fortemente nesta versão do que na anterior. Observe o exemplo a seguir:

“Você tá sabendo que a UEPG tem Ações Afirmativas? (...) eu tô atenta! ” (UEPG, 2016, p.1 grifo meu). “Vocês já tão sabendo sobre as cotas para se inscrever no vestibular da UEPG? ” UEPG (2016, p.2 grifo meu)

Seguindo a proposta de análise que Van Dijk (2010) teoriza. A metodologia de trabalho científico com ênfase na ACD, analisa e também ressalta aspectos, que

correspondem aos atos comunicativos e análise gramatical da semântica, léxico e a sintaxe. Portanto, este eixo de análise proposto pela ACD, se aplica neste momento de nossas análises. Através da constatação do processo de aférese. Ou seja, na supressão ou eliminação das sílabas iniciais do verbo estar. Que estava conjugado em algumas situações, na primeira e terceira pessoa do singular, “eu” ou “ele/ ela” e terceira pessoa do plural, “eles/ elas”. No tempo presente do modo indicativo. Podendo o sujeito ser determinado oculto ou simples dentro da sentença. Assim como consta na (Figura 26).

FIGURA 26: Diálogo inicial entre os personagens da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG lançada em 2016



Fonte: UEPG (2016, p.2)

Repare que no último exemplo, o fenômeno da supressão silábica manifestada no verbo estar, cria o efeito, de como se a própria personagem da cartilha estivesse falando diretamente com o leitor.

Agora partiremos para a análise da (Figura 27), onde apresentamos alguns diálogos entre as personagens e algumas das principais falas de alguns jovens desta segunda versão da cartilha informativa.

FIGURA 27: Exemplos de trechos de utilização de gírias e expressões rotineiras na segunda versão da cartilha informativa



Fonte: UEPG (2016, p. 4, 6 -7).

Observe que na Figura 27, há o recurso de utilização de expressões do dia-a-dia e de gírias, como estratégia linguística e discursiva. Como por exemplo:

“*O papo tá bom, hein?*” UEPG (2016, p.4) “*Fique ligado (a)*” UEPG (2016, p.6). “*Não pise na bola*” UEPG (2016, p.7)

Também observamos nestes exemplos, que tais marcas da oralidade apontadas para o texto, como expressões e gírias. Na segunda e terceira imagem são subtítulos, como: **Fique ligado!** e **Não pise na bola:** (grifo meu). A fim de prender a atenção de seus interlocutores. Portanto, tal estratégia discursiva reflete a afirmação de Ottoni (2007) e Pereira (2011), de que o discurso é um modo de ação, pelo qual as pessoas podem agir sobre o mundo. Principalmente, de alguma maneira, repercutir na vida de outras pessoas.

Porque, é possível identificar nas imagens da Figura 28 e nos trechos que destacamos. Que ambos os subtítulos são prosseguidos por enunciados, que servem como avisos. Alertas aos futuros candidatos, que prestarão concurso para o vestibular. Assim como no subtítulo: “*Fique Ligado!*” UEPG (2016, p.6). O conteúdo do texto que segue

abaixo, avisa aos candidatos, que eles deverão ler o manual do candidato disponível no site da instituição. Este termo foi digitado em letras maiúsculas, para os candidatos saberem se poderão ou não se inscrever pelo sistema de cotas da UEPG. O mesmo caso acontece na expressão:

“Não pise na bola: Marque direito se você tem direito!” UEPG (2016, p.7)

Este trecho foi destacado como subtítulo, e observamos que este trocadilho impregnado após o aviso: **Não pise na bola** (grifo meu). Aparece com o objetivo de prender ainda mais a atenção do leitor, de forma criativa, em um jogo de palavras. Ao mesmo tempo, em que a carga semântica desta sentença, apresenta fortemente a perspectiva subjetiva do significado semântico abordado pela cartilha: “cotas” é sinônimo de direito, quando não se cometem equívocos. Visto, que o corpo o texto envolve informações sobre os devidos procedimentos, para a realização da autodeclaração perante à instituição. O alerta para as possíveis consequências, no caso de denúncias e comprovações de falsas declarações.

Outro aspecto importantíssimo, que não podemos deixar de destacar. É a polifonia de discursos que englobam as cotas e as ações afirmativas. Porque, ao contrário da primeira versão, na qual a personagem da professora era a única, que na narrativa da HQ produzia algum tipo de discurso e concepção, sobre o que seriam as ações afirmativas e as cotas. Nesta nova versão, ocorre completamente o oposto. Visto, que na HQ, o cenário da trama se passa em um ambiente de sala de aula e na ausência do professor, que não aparece em nenhum momento da narrativa. Porque, subentende-se, que as personagens da HQ estão dialogando de forma informal, sobre um assunto relevante, antes de iniciar a aula. Apresentando seus multiletramentos e conhecimentos prévios, que eles já possuíam acerca deste assunto.

Portanto, isto nos faz interpretar, que a representação do estudante da escola pública, na segunda versão da cartilha, é o modelo de jovens, que planejam um futuro e anseia ingressar no ensino superior. Assim como apresentamos na (Figura 28).

FIGURA 28: Conversa sobre a definição do conceito de Ações Afirmativas na segunda versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG



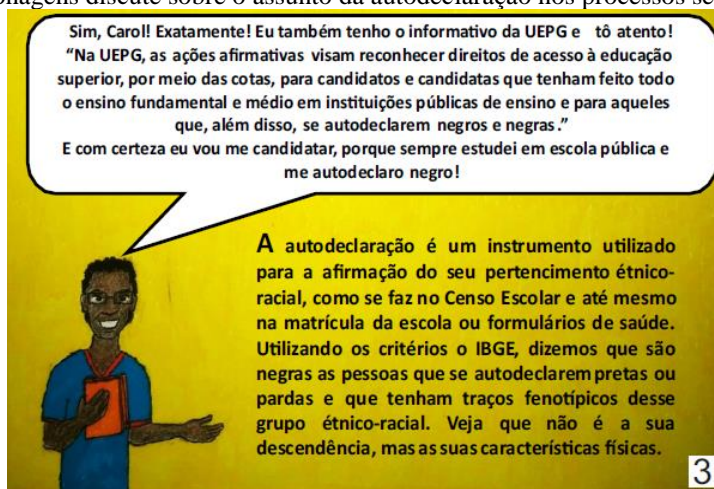
Fonte: UEPG (2016, p.3)

Ou seja, através deste diálogo da personagem Carolina, é apresentado que este sujeito, que é aluno negro da escola pública, também pode refletir sobre política, ações afirmativas, cotas, sociedade e etc... Sem necessariamente, ele estar participando de uma aula. É possível concluir, que este aspecto rompe completamente com o estereótipo de aluno infantil e caricatural de escola pública, construído na primeira versão da cartilha informativa. O qual não possuía senso crítico, visão de mundo e conhecimento prévio acerca do assunto.

A desconstrução estereotipada que destacamos na Figura 28. Acontece através dos discursos reproduzidos através dos diálogos entre os alunos fictícios. Algo que demonstra, que estes possuíam um vasto conhecimento e visão de mundo sobre esta temática. Também observamos no trecho da Figura 28, que há um paralelo na fala desta personagem, com o discurso que criticamos na primeira versão da cartilha, a respeito do que seriam as ações afirmativas.

Contudo, na atual versão, este texto parece ter sido mais lapidado e sintético. Pois, os autores preferiram copiá-lo, referenciando sempre à fonte bibliográfica, que é o mesmo site especializado citado na primeira versão, no qual as informações estão organizadas de forma didática e sintética para leigos no assunto. Tal aspecto, que demarca a importância da intertextualidade dentro da cartilha informativa, como fonte de conhecimento. Portanto, agora seguindo a esta mesma perspectiva de análise, analisaremos o exemplo que explicitamos na (Figura 29).

FIGURA 29: Trecho da segunda versão da cartilha informativa sobre cotas, momento em que um dos personagens discute sobre o assunto da autodeclaração nos processos seletivos da UEPG



Fonte: UEPG (2016, p.3).

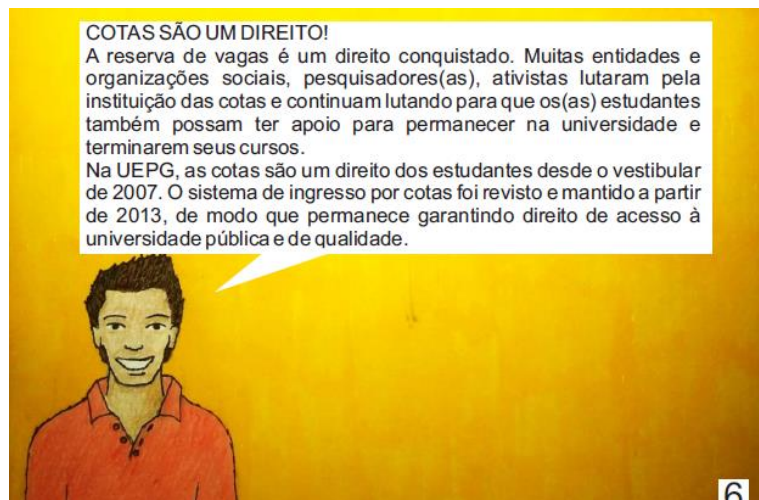
Constatamos neste trecho, que outra personagem, um aluno negro sintetiza, fazendo alusão ao informativo da UEPG. No qual ele cita, como as ações afirmativas se concretizam na instituição, através da política de cotas. Ele finaliza o seu discurso apresentando de forma sintética as suas conclusões a respeito destas leituras.

Outra questão importantíssima para se destacar no discurso da personagem Cristian, é a riqueza de conhecimentos que ele possui. A forma como ele expõe sua argumentação e entendimento acerca do delicado assunto da autodeclaração. Que foram expostas de forma didática, através da citação de exemplos do cotidiano dos alunos. Tais conteúdos, que foram relacionados brevemente com o significado do termo fenótipo também exemplificado, como sinônimo de características físicas de um grupo étnico-racial.

O último discurso sobre cotas, que analisamos na segunda versão da cartilha informativa da UEPG, está manifestado no seguinte enunciado (Figura 30):

“Cotas são um direito!” UEPG (2016, p.6)

FIGURA 30: Resumo histórico sobre como foi a conquista da implantação das políticas de cotas na UEPG



Fonte: UEPG (2016, p.6)

Ao analisar este trecho da HQ. Observamos a presença da manifestação e confirmação da carga semântica da perspectiva de abordagem encontrada no título. Porque, há afirmação de que:

“A reserva de vagas é um direito conquistado” UEPG (2016, p.3)

Prosseguindo com o raciocínio. É realizado um breve histórico sobre a trajetória de lutas das entidades e organizações sociais que conquistaram este direito. Foi mencionado desde quando as cotas foram integradas às políticas públicas da instituição. Posteriormente, no ano de 2013 foi mantida.

Para comprovar tais informações e tudo o que foi discutido acerca das cotas na UEPG. Nas últimas páginas da cartilha foi inserido o texto integral da atual Resolução UNIV N°17/2013, da lei de cotas na universidade. Esta atitude, identificamos que não ocorreu na primeira versão da cartilha informativa. Pois, parte do documento oficial da instituição foi anexado apenas no final de uma síntese sobre a resolução. Com ausência do texto oficial para os alunos, professores das escolas públicas e demais pessoas que se interessarem pelo tema.

7.3 Algumas considerações acerca das duas versões

Para finalizarmos este capítulo. Podemos afirmar, que durante nossas análises das duas versões da cartilha informativa sobre cotas na UEPG. Detectamos uma notória diferença evolutiva da primeira para a segunda versão, nos requisitos: representatividade

do público alvo; reproduções de discursos; ideologias sobre o papel das ações afirmativas na sociedade brasileira e rompimento de estereótipos.

Conforme destacamos no decorrer das análises. A primeira versão da cartilha informativa foi fortemente demarcada pela presença de personagens caricaturais e infantilizados. Os quais estereotipavam os alunos cotistas negros e não negros oriundos das escolas públicas. Estas falhas foram completamente corrigidas na segunda versão da cartilha informativa. Através do rompimento de estereótipos, manifestada pela delicadeza e seriedade da representação dos sujeitos. Do contexto escolar e pela dicotomia da linguagem informal. Ao mesmo tempo, em que os discursos e a linguagem são altamente intelectualizados. Uma vez, que conforme observamos na narrativa, as personagens dos alunos demonstraram grande domínio e elevado grau de instrução acerca do assunto das políticas de cotas.

Nas análises que realizamos nas duas versões da cartilha. Também não podemos deixar de destacar, o grande contraste de discursos presentes em ambas as versões. Principalmente, nas discussões acerca do tópico da autodeclaração e identidade racial negra. Que foram corrigidos na segunda versão da cartilha informativa. Principalmente, na propagação das ideologias e discursos, que giram em torno das ações afirmativas.

Visto, que na primeira versão, as ações afirmativas foram representadas, através de uma audaciosa esfera comunicativa e discursiva, que proclamava, que as cotas são um benefício. Enquanto que na segunda versão, este discurso é completamente combatido, através da argumentação e persuasão de que as cotas são um direito conquistado, pela luta dos Movimentos Sociais. Aspectos estes, que abordaremos nas considerações gerais do próximo capítulo, que corresponde ao parecer geral e avaliação de tudo o que refletimos, colocamos em prática, e analisamos durante o desenvolvimento deste trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

No decorrer desta dissertação. Realizamos várias reflexões teóricas, as quais expomos no capítulo de contextualização desta pesquisa e seu objeto de estudo, em nossa fundamentação teórica e revisão de literatura. No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos um panorama histórico sobre o processo de implementação das políticas de ações afirmativas no Brasil, no estado do Paraná, até chegar no histórico da UEPG. O capítulo de nossa fundamentação teórica, abrangeu temas como: discurso e poder dentro de um sistema social de desigualdade racial. No qual, também buscamos abordar a relação entre Análise Crítica do Discurso e questões sociais.

Concluimos que tais reflexões nos levaram a abordar no capítulo de nossa revisão de literatura o tema da desconstrução do mito da democracia racial, através de pesquisas empíricas, que realizaram nos últimos dez anos uma profunda análise e avaliação da realidade das políticas de cotas em diversas IES públicas brasileiras.

Quanto ao tema debatido em nossa fundamentação teórica, acerca de discurso e relações de poder. Consideramos que todos os textos reproduzem discursos. Por esta razão, são orientados por ideologias. Logo, a relação entre texto e discurso nunca é desprovida de imparcialidade. Assim, como debatemos anteriormente, na concepção de Moita Lopes (2013), Rivas e Diez (2014) e Blommaert (2006), as ideologias são propagadas através de discursos, que estão presentes nas interações sociais e textos, que encontramos no cotidiano.

Assim como Marcuschi (2008) argumenta, os textos são artefatos históricos de eventos significativos de comunicação, que circulam pela sociedade, através dos mais variados gêneros textuais. Que também são elementos linguísticos, os quais sempre foram produzidos e utilizados para atender a objetivos específicos, de interesses pessoais, de entidades ou pessoas, nas relações de poder. Assim, podendo causar incontroláveis efeitos nas estruturas sociais. Porque, sempre propagarão algum tipo de ideologia.

Tais aspectos, que nos foi possível contemplar no capítulo: “Análises de diferentes registros do COU de 2013”. No qual constatamos, que apesar das peculiaridades presentes em cada texto. Em cada um dos gêneros textuais que analisamos como: panfleto, fotografias e o vídeo. Cada um deles apresentava um objetivo social em comum, que de certa maneira, consistia em abordar as discussões e o andamento do processo de

reformulação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, durante a reunião do Conselho Universitário do ano de 2013.

Ainda, nos respaldando em nossas reflexões teóricas. É possível concluir, que segundo Van Dijk (2001, 2008 e 2010), o racismo trata-se de um fenômeno cognitivo. Principalmente discursivo, que afeta à população negra e indígena no Brasil. Por intermédio de desigualdades sociais, de origem discriminatória. Que priva a tais grupos raciais de terem acesso à educação, saúde, qualidade de vida e etc... Nesta perspectiva, também poderíamos considerar a propagação discursiva do mito da democracia racial, como um dos meios mais eficazes de propagação e manutenção do racismo na sociedade.

Uma vez, que na tentativa de apagamento, obstrução da conscientização, valorização e autoafirmação de uma identidade étnico-racial. Há a violência simbólica, através da ideologia de omissão das diferenças fenotípicas, étnicas e culturais de um determinado povo. Porque, por trás destes discursos, existem ideologias que visam prevenir futuras reivindicações. Como por exemplo, o empenho por reconhecimento de direitos destes grupos, que são silenciados. A fim de gerar ainda mais desproporcionalidades nas relações de poder. Pois, conforme constatamos durante nossa revisão de literatura e nossas análises. Quanto mais se oculta uma ideologia, através dos discursos, estes elementos são ainda mais fortalecidos.

Também concluímos a partir da construção do capítulo “Revisão de Literatura”. No qual realizamos um levantamento de teses e dissertações de mestrado, que investigamos no portal de periódicos da CAPES; Google Acadêmico; site oficial do GEMAA e acervo online de teses e dissertações, dos Programas de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação e Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais e Aplicadas da UEPG.

Nos foi possível contemplar, que a presença da intelectualidade negra nas academias brasileiras, aos poucos vem combatendo e desconstruindo cada vez mais o mito da democracia racial. Através da promoção de pesquisas empíricas promovidas em diversas áreas do conhecimento. Principalmente, dentro do campo da Educação, porque, a grande maioria dos trabalhos que encontramos nos acervos bibliográficos digitais, são da área da Educação, que alertam cada vez mais sobre a importância da promoção de políticas públicas de combate ao racismo.

Durante o capítulo de nossa metodologia. Refletimos sobre os princípios básicos da metodologia de base qualitativa, que nos possibilitou a aderir a outros métodos de pesquisas, tais como: Análise Crítica do Discurso, Pesquisa Documental e Estudo de Caso. Seguindo tais perspectivas metodológicas. Compomos três capítulos para as análises de dados. Nos quais, buscamos encontrar respostas para nossa pergunta de pesquisa: quais foram os embates, encaminhamentos e desdobramentos, que resultaram na atual Resolução UNIV. Nº 17/ 2013 da UEPG?

Contestando a esta indagação. Identificamos que os representantes da comunidade, em união com NUREGS e os Movimentos Sociais, utilizaram várias estratégias de manifestações, como: confecções de cartazes e faixas, que foram espalhados pela universidade. Falaram em microfones conectados a carros de som, no momento da reunião do Conselho Universitário. A fim de chamar a atenção dos conselheiros. Percebemos que estas estratégias de ação expressão, em diferentes linguagens, realmente foram eficazes, para os manifestantes alcançarem a seus objetivos. Assim como visualizamos durante nossas análises dos registros das reuniões, como: fotografias, vídeo e transcrições.

Desta forma, os manifestantes conseguiram dialogar com o Reitor e o Conselho Universitário. Eles tiveram a oportunidade de ouvir a universidade, simbolizada pela cúpula dos conselheiros. Identificamos durante as transcrições, que estas autoridades, que representavam a instituição, não conseguiram apresentar argumentos convincentes em suas justificativas. Conforme constatamos durante as análises, que realizamos durante o capítulo: “O que foi dito durante as reuniões do COU de 2013: uma análise das estratégias discursivas”. Os representantes e os participantes da reunião utilizaram recursos como: desafiar e motivar os conselheiros à reflexão, sobre o contexto social da população negra de nossa região, naquela época; interligando com as possíveis consequências da decisão que os conselheiros tomaram, poderiam ocasionar.

Visto, que tais manifestantes apresentaram fatos, que comprovaram que o racismo existe no Brasil. A realidade social da população negra é muito diferente da população branca. Aquele momento, não era indicado banir o sistema de cotas, como políticas de ações afirmativas na universidade. Mas sim, era conveniente rever e aprimorar tais políticas públicas. Para que assim, a instituição continuasse atuando em congruência com

seu compromisso social, de inclusão de estudantes jovens, adultos negros e de baixa renda.

Também consideramos, que os estudos que abordam a temática das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, ainda são escassos. Principalmente, os estudos desenvolvidos na área da Linguagem. Uma vez, que durante nossas investigações, encontramos pouquíssimas pesquisas, que abordaram as políticas de cotas, pela perspectiva da Linguagem e/ou da Análise Crítica do Discurso, que é o nosso foco de abordagem.

Neste sentido, seguimos tal perspectiva teórica e metodológica de análise. Porque, em congruência com o que discutimos anteriormente. Baseando-nos em Van Dijk (2001, 2008 e 2010) e Fairclough (2005 e 2008), a principal característica da ACD. É a sua perspectiva de compreensão da língua como fato social. Como visualizamos, em tal abordagem teórica, é enfatizado o contexto em que o texto é produzindo. Porque, há uma preocupação explícita por parte do pesquisador, com a atividade nas relações de poder, dentro das interações sociais que envolve relações de gênero e classe.

Esta dimensão da ACD nos proporcionou por intermédio de nossas análises. Principalmente, a que realizamos no gênero panfleto, fotografias e HQ da cartilha informativa. A constatar que as narrativas compostas por imagens, que nos acompanham durante toda a nossa trajetória de vida, também podem ser consideradas textos. Uma vez, que conforme a definição de Cunha (2008), todas as narrativas compostas por imagens, moldam nossas identidades. Logo, podemos concluir, que o conjunto de fotografias, que analisamos no capítulo “Análises de diferentes registros do COU de 2013”, se enquadram nesta categoria. Visto, que como na definição de Marcuschi (2008), todos os tipos de textos, são artefatos históricos de eventos significativos de comunicação, que circulam pela sociedade, através dos mais variados gêneros textuais.

Porque, a influência que as imagens exercem em nossa história. Assim como elenca Cunha (2008) e Perez (2011), a visualização de todas as figuras, que passaram por nossas vidas desde a infância, são capazes de formar conjuntos de narrativas. Para tais autores, assim como Hall (2010) aborda. Estas informações semióticas que recebemos o tempo em nosso subconsciente, estão repletas de intencionalidades, que atuam como verdadeiros moldadores nas construções de nossas identidades, subjetividades e visões de mundo, conforme os padrões de determinada cultura.

Um exemplo destes reflexos causados em nossa sociedade pelos discursos, estão presentes na seleção de elementos linguísticos específicos, que constantemente compõem nossa esfera comunicativa. Que muitas vezes, de forma sutil, propagam a ideologia do racismo através de textos. Assim como discutimos, nos respaldando em Van Dijk (2008 e 2010). Esta questão se trata de um fenômeno cognitivo e principalmente discursivo.

Diante desta afirmação, é possível considerar, que todos estes aspectos que apresentamos durante nossa fundamentação epistemológica. Encontramos refletidos nas análises que realizamos principalmente na cartilha informativa. Na qual observávamos, que o discurso é a principal arma. Portanto, nesta “guerra ideológica”, vale tudo. Uma vez, que o poder do discurso é algo bastante evidente, dentro do contraste discursivo entre primeira e a segunda versão da cartilha informativa sobre cotas da UEPG. Na segunda versão da cartilha, foi explorado através dos detalhes. Que foram muito bem aplicados na ilustração dos desenhos, na construção da narrativa e na própria linguagem. A fim de combater e superar os equívocos, que demarcaram fortemente a primeira versão. Principalmente, no que corresponde a representação da infância, juventude negra e estudantes de escolas públicas.

De tal forma que, o discurso reproduzido nesta polifonia e multiplicidade de linguagens que Perez (2011) se refere. Ao causar impacto no interlocutor, construa ou desconstrua sua subjetividade a respeito do tema abordado na narrativa. Nos discursos que envolvem a linguagem escrita, acontece o mesmo caso da semiose. Quanto a estes conteúdos, verificamos que houve uma cuidadosa seleção de palavras, formação de sentenças, destaque a determinados termos, dentro da ordem em que foi impregnado na sentença. Por este motivo, também concluimos, que a cartilha analisada neste trabalho, é um exemplo dos reflexos que apontamos. Justo, porque, sua finalidade social é discutir e informar acerca do funcionamento da política de cotas raciais no contexto da UEPG.

Vale ressaltar, que ambas as versões da cartilha reproduzem alguns aspectos semelhantes. Não obstante, inúmeras diferenças, em perspectivas de abordagens e pontos de vista, que incluem concepções a respeito das temáticas das políticas de cotas e das ações afirmativas. Algo que é manifestado através de um conjunto de elementos linguísticos, que compõem essas narrativas imagéticas.

Tais elementos, que provavelmente influenciarão no processo de identificação, construção de identidades, formação de novas subjetividades e propagação de discursos

e ideologias, acerca destas modalidades de políticas públicas para os seus interlocutores. Que são estudantes negros e não negros oriundos de escolas públicas.

Como expectativas, esperamos a partir desta investigação, que traçamos. Também colaborar de alguma maneira, com a desconstrução do mito da democracia racial. A fim de favorecer a defesa das políticas de ações afirmativas, a partir de uma cosmovisão, que as priorizem como direito conquistado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Pedro Henrique de. **As ações afirmativas na UEL: um estudo sobre a sociabilidade dos estudantes negros na universidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, UEL: Londrina, PR, 2010. Disponível em:
<[http://acervo.novacartografiasocial.com.br:8088/xmlui/bitstream/handle/738738/1425/Andrade_Pedro_H_Me_2010%20\(1\).pdf?sequence=1](http://acervo.novacartografiasocial.com.br:8088/xmlui/bitstream/handle/738738/1425/Andrade_Pedro_H_Me_2010%20(1).pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- _____; SILVA, Maria Nilza da. As Políticas de Ação Afirmativa na Universidade Estadual de Londrina. In: Seminários de Pesquisas em Ciências Humanas- VII SEPECH, 7., 2008, Londrina, PR. **Anais do SEPECH**. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, UEL. Disponível em:
<<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos/anais/PedroHAndrade.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: O que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís, MA- Universidade Federal do Maranhão-UFMA. v.45, n. 158, p.858-881, out./dez., 2015. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n158/1980-5314-cp-45-158-00858.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.
- ATO em repúdio à decisão do Conselho Universitário da UEPG. Gravação de Cassia Miranda. Ponta Grossa, PR, 2013. Vídeo (2min0s), 2013. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=sRf17oxEWKg>>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- AZEVEDO, Damião Alves de. **A justiça e as cores: a adequação constitucional das políticas públicas afirmativas voltadas para negros e indígenas no ensino superior a partir da teoria discursiva do direito**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, LIP/UnB: Brasília, 2007. Disponível em:
<<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp130933.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- BARCELLOS, Luciana Ferreira. **Interdiscursividade e práticas cotidianas: modos de fazer/operar a política de reserva de vagas na UERJ**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Universidade Pontífice Católica, PUC: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21803/21803.PDF>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- BLOMMAERT J. Language Ideology. In: BROWN, Keith (Editor in Chief). **Encyclopedia of Language & Linguistics, Second Edition**, v. 6. Oxford: Elsevier, 2006, p.510- 522.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. **Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana.** Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações Afirmativas. Brasília: MEC, 2009.

CALDAS, Aulete. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa.** Edição responsável de Paulo Geiger e Apresentação de Evanildo Bechara. 2º ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2009.

CARVALHO, José Jorge de. **A Política de Cotas no Ensino Superior. Ensaio Descritivo e Analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil.** 1º ed. Brasília: Ministério da Educação/Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2016.

_____. 382 Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras. In: **Série Antropologia.** Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie382empdf.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA NEGRA- CCN/UnB (2008). **Programa Afroatitude.** Disponível em: <<http://www.ccn.unb.br/en/programa-afroat-10>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

_____. **Sobre o Centro.** Disponível em:<<http://www.ccn.unb.br/en/sobre-centro>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/acomunidade/estimativaspopulacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge2010.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

CERVI, Emerson Urizzi. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília: Universidade de Brasília- LIP/UnB. n. 11, p.63-88, mai./ago., 2013.

_____. Dez anos de cotas raciais na UFPR: é possível diversificar o perfil socioeconômico dos ingressantes com as políticas afirmativas? **Cadernos do GEA.** Rio de Janeiro: FLACSO/ GEA; UERJ, LLP. n.5, p.15-34, jan./jun., 2014.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Cultura visual e infância. In: 31 Reunião da ANPED, 31., 2008. **Sessões Especiais 31º Reunião da ANPED.** Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- ANPED, 2008, p.102-132.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. História de Professores de Línguas e Experiências com Racismo: uma reflexão para a formação de professores. **Revista de Estudos literários.** Universidade Complutense, 2009. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero42/racismo.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica *Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research*. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. Tradução de Iran Ferreira de Melo. Londres: Sage, 2005, p.307-329. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>>. Acesso em: 21 out. 2016.

_____. **Discurso e mudança social**. Tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. 2º reimpressão. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 2008.

GLAP, Graciele et al. Avaliação da política de cotas no ensino superior: o relato de uma experiência. In: IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul II Congresso Internacional IGLU, 10., 2011, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos do XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América Latina II Congresso Internacional IGLU**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, 2011, p.1-10. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/31605/7.22.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.); LOBATO, Fátima (Org.). **Ações Afirmativas Políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Col. Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.15-57.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo de. Racismo e anti-acismo no Brasil. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n.43., p.23-44, nov. 1995. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro; GUERRA, Eliana Costa. Movimentos Sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista *Social Movements and Social Transformation: theoretical concepts in the Marxist tradition*. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1., p.63-71, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000100007>. Acesso em: 02 fev. 2016.

HALL, Stuart. 19. El espectáculo del “Otro”. In: _____, Stuart. **Sin garantías: Trayectorias y problemáticas em estudios culturales**. 1ºed. Popayán: Lenvion, 2010, p. 399-445.

HOLANDA, Maria Axiliadora Gonçalves. **Trajetórias de vida de jovens negras da UnB no contexto das ações afirmativas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, LIP/UnB: Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=trajetorias-de-vida-de-jovensnegrasdaunbnocontexto-das-aco-es-afirmativas>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

IENSUE, Geziela. **Política de cotas raciais em universidades brasileiras: entre a legitimidade e a eficácia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, UEPG: Ponta Grossa, 2009. Disponível em: <http://bicentede.uepg.br/tde_arquivos/3/TDE20090417T124721Z239/Publico/Geziela%20Iensue.pdf>. Acesso: 7 ago. 2016.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. In: ____ (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

KONDER, Leandro. A questão da ideologia antes de Marx. In: KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.15-50.

MACEDO, Noemil. **UEPG mantém política de cotas para negros e escola pública**. Ponta Grossa: UEPG, 2013. Disponível em: <<http://portal.uepg.br/noticias.php?id=5238>>. Acesso: 12 fev. 2016.

MACIEL, Regimeire Oliveira. **Ações afirmativas e universidade: uma discussão do sistema de cotas da UFMA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Pontífice Católica, PUC: São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=acoes-afirmativas-e-universidade-uma-discussao-do-sistema-de-cotas-da-ufma>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MACHADO, Elielma Ayres (Org.); LÁZARO, André; TAVARES, Laura (Org.). **Ação Afirmativa, Reserva de Vagas e Cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002- 2012)**. Col. Estudos Afirmativos. Rio de Janeiro: Flacso, 2013.

MAGALHÃES, Isabel. Introdução: A Análise de Discurso Crítica *Introduction: Critical Discourse Analysis*. **Revista D.E.L.T.A.: Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada**. São Paulo. v. 21, p. 3- 8, fev./ago., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502005000300002>. Acesso em: 5 set. 2016.

MANGUEL, Alberto. O Espectador comum: A imagem como narrativa. In _____. **Lendo Imagens. Uma história de amor e ódio**. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.19- 33.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MEIRA, Ana Paula Barbosa. **Ações afirmativas na Universidade de Brasília: a opinião das estudantes oriundas do sistema de cotas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, LIP/UnB: Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13911/1/2010_AnaPaulaBarbosaMeira.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação *The case study as a research strategy in education*. **Revista**

EDUSER: revista de educação. Instituto Politécnico de Bragança- IBP, v. 2, n.2, p.49-65, 2010. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Ideologia Linguística: Como construir discursivamente o português no século XXI. In: _____ (Org.). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico.** São Paulo: Parábola, 2013, p.18-52.

MUNIZ, Kassandra da Silva. **Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.** Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Campinas, UNICAMP: Campinas, SP, 2009. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000467557>>. Acesso em: 9 mai. 2015.

NORÕES, Katia Cristina. **Cotas raciais ou sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação das Ações Afirmativas no ensino superior público 2001-2010.** Dissertação (Dissertação Mestrado em Educação). Universidade de Campinas, UNICAMP: Campinas, 2011. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000859219>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

NUNES, Antonio de Assis Cruz. **O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense.** Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Estadual Paulista, UNESP: Marília, SP, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104812/nunes_aac_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2016.

OLIVEIRA, Vera Rosane Rodrigues de. **Políticas públicas e ações afirmativas na formação de professores: cotas uma questão de classe e raça-processo de implementação da lei 73/1999 na UFRGS.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17913>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: **Texto para discussão IPEA**, n° 996. Brasília, nov., 2003. Disponível em:

<http://saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissionaldasaude/grupotecnicodeacoesestrategicasgtae/sausedapopulacaonegra/artigoseteses/sistema_classificatorio_racacor_ibge.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2017.

OTTONI, Maria Aparecida Resende. As representações indenitárias de gênero no humor sexista. In: _____ (Org.); LIMA, Maria Cecília de (Org.). **Discursos, identidades e letramentos: abordagens da Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Cortez, 2014, p.25- 62.

_____, Maria Aparecida Resende. **Os gêneros do humor no ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem discursiva crítica**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, LIP/UnB: Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1999>>. Acesso em: 15 out. 2015.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia. Análise Crítica do Discurso e Teorias Culturais: Hibridismo Necessário *Critical Discourse Analysis and Cultural Theory: Towards a Much Needed Hybridity*. **Revista D.E.L.T.A.: Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada**. São Paulo. v. 21, p. 21-42, fev./ago., 2005.

PAIXÃO, Marcelo et al. Acesso ao sistema de ensino e indicadores de proficiência. In: _____ (Orgs.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010, p.205-248. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wpcontent/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2016.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná- MP-PR. **Informações Municipais para Planejamento Municipal**. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www2.mppr.mp.br/cid/pontagrossa.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

PEREZ, Clotilde. Condições antropossemióticas do negro na publicidade contemporânea. In: BATISTA, Leandro Leonardo (Org.); LEITE, Francisco (Org.). **O negro nos Espaços Publicitários Brasileiros: Perspectivas contemporâneas em diálogos**. São Paulo. Escola de Comunicações e Artes/ USP: Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2011, p.62- 84.

PLÁ, Sabrina. **Os cotistas negros na universidade: perfis e representações**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG: Ponta Grossa, PR, 2009. Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uepg_dissertacao_2009_SPla.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2016.

PEREIRA, Ilídio Medina. **Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49272>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. n. 114, p.179- 195, nov., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2016.

PROLO, Felipe. **Possibilidades e oportunidades de ação política: Estudo sobre a formação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas no processo de reivindicação por cotas e ingresso na UFRGS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/39523>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 1º ed., 1º reimpressão, São Paulo: Contexto, 2009.

RIVAS, Claudia Cecilia Martínez; DIEZ, Xoán Carlos Lagares. Ideologias linguísticas e políticas de línguas indígenas no Brasil e no México. **Anais do V SAPPIL- Estudos de Linguagem**. UFF, n.1, p.132- 146, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARNSTED, Leila Linhares (Org.); PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p.390-434. Disponível em:

<http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>.

Acesso em: 11 dez. 2016.

SALES, Mara Marçal. **Á flor da pele: uma análise crítica de discursos empresariais sobre diversidade racial no trabalho**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG: Belo Horizonte, 2012. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS8SKQYV/tese_vers_o_final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SANTANA, Moisés de Melo. A Proposta de Cotas para Negros/as na Universidade Federal de Alagoas: Contemplando a Raça e o Gênero. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Tempos de Lutas: As Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro**. Brasília: MEC, 2006, p. 57- 65.

SANT'ANNA, Wania. O Impacto Político-Econômico das Ações Afirmativas. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Tempos de Lutas: As Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro**. Brasília: MEC, 2006, p.13-18.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, LIP/UnB: Brasília, 2007.

SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. **Cadernos de Pesquisa**. v.36, n.128, p.451-472, mai./ago., 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas *Documentary research: theoretical and methodological clues*. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. n. I, p.1- 15, jul., 2009. Disponível em:

<<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SILVA, Edneuzza Alves da. **Ações Afirmativas na Educação Superior: um estudo sobre dissertações defendidas em universidades federais de 2001 a 2011**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, LIP/UnB: Brasília, 2012. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12594/1/2012_EdneuzzaAlvesdaSilva.pdf>.

Acesso em: 15 jul. 2016.

SILVA, Maria Nilza da. Uma Década das Ações Afirmativas na UEL (2004- 2014). **Revista Tomo**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe-UFS. n.24, p.217-236, jan./jun., 2014. Disponível em:

<<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3190/2792>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SILVA, Maria do Socorro da. **Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://flacso.org.br/?publication=acoesafirmativasparaapopulacaonegrauminstrumento-para-a-justica-social-no-brasil>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia. In: VAN DIJK. Teun A. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008, p.73- 118.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN (2013). **Sinduepg publica Moção de Repúdio ao fim das cotas em Ponta Grossa**. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6486>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento Hip Hop**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade de Campinas, UNICAMP: Campinas, 2009.

_____; VÓVIO, Cláudia Lemos. Desafios Metodológicos em Pesquisa Sobre Letramento. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.); MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (Org.). **Letramento e Formação do Professor: Práticas Discursivas, Representações e Construção do Saber**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005, p.1-15.

SOUZA, Andreliza Cristina de. **Avaliação da política de cotas da UEPG: desvelando o direito à igualdade e à diferença**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG: Ponta Grossa, PR, 2012. Disponível em:

<<http://www3.uepg.br/geppea/wpcontent/uploads/sites/10/2014/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Andreliza.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental *Documentary analysis and participant observation in mental health research Análisis documental y observación participante en la investigación en salud mental*. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador BA. v.25, n.2, p.221-228, mai./ ago., 2011. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5252/4469>>. Acesso em: 11 out. 2016.

TEIVE, Marília Danielli Lopes. **A Política de Cotas da Universidade de Brasília: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais**. Dissertação

(Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, LIP/UnB: Brasília, 2006. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2001/1/2006_Marilia%20Danielli%20Lopes%20Teive.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

TRAGTEMBERG, Marcelo Henrique Romano et al. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.36, n.128, p.473-495, mai./ago., 2006.

_____. Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina: **Resultados Preliminares**. **Revista Gestão Universitária na América Latina- GUAL**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, v.3, n.1, p.1-16, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitora de Graduação. **Resolução CU N° 78/2004**. Londrina, PR, 2004. Disponível em:

<<http://www.uel.br/prograd/divisao-politicasgraduacao/resolucaocu200478.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pró-Reitoria de Graduação. **Cartilha Cotas: orientações sobre a reserva de vagas destinadas a candidatos ao Concurso Vestibular da UEPG, estudantes de Instituições Públicas e que se autodeclarem negros**. 2° ed., Ponta Grossa, PR, 2015.

_____. Núcleo de Relações Étnico Raciais, Gênero e Sexualidade e Pró-Reitoria de Graduação. **Ações Afirmativas na UEPG, fique atento (a)! Igualdade e oportunidade para todas e todos**. 1° ed., Ponta Grossa, PR, 2016.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. **Resolução UNIV. N. 9 de 26 de abril de 2006**. Ponta Grossa, PR, 2006. Disponível em:

<<http://sites.uepg.br/proplan/images/Diretoria.de.Avaliacao.Institucional/Avaliacao.Institucional/Avaliacoes/Politicas.de.cotas/Res%20UNIV%20n%C2%BA%209%20de%2026%20de%20abril%20de%202006.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

_____. **Resolução UNIV. N. 17 de 9 de dezembro de 2013**. Ponta Grossa, PR, 2013. Disponível em: <<http://sites.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/2014/03/Res.-Univ-017-Pol%C3%ADtica-de-Cotas.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

_____. **1. REUNIÃO CON 25-11-2013 INÍCIO**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. 1 Arquivo MP3. (01h 57 min 12s).

_____. **2. Reunião CON 25-11-2013**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. Arquivo MP3. (32 min 18s).

_____. **3. Reunião CON PARTE 2**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. Arquivo MP3. (01h 32 min 41s).

_____. **5. Reunião CON 02-12-2013 PARTE 02**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. Arquivo MP3. (03h 24 min).

_____. Sala dos Conselhos. Ata da Reunião do Conselho Universitário realizada nos dias 25 de novembro, 2 e 9 de dezembro de 2013. Livro nº6.

VALENTIN, Daniela Frida Drelich. **Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Pontífice Católica, PUC: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0811292_2012_pretextual.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

VAN DIJK. Teun A. Discurso y racismo. In: GOLDBER, David; SOLOMONS, John (Eds.) **The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies**. Traducción de Christian Berger. Oxford: Blackwell, 2001, p.191-205. Disponível em: <<http://www.discursos.org/oldarticles/Discurso%20y%20racismo.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

_____. Introdução. _____. In: (Org.) **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008, p.11- 24.

_____. (Org.); HOFFNAGEL, Judith (Org.); FALCONE, Karina (Org.). **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

VELOSO, Tereza Chistina Mertens Aguiar; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Os mecanismos de seleção e o discurso da democratização do acesso na perspectiva das políticas educacionais. **Revista Temas em Educação – RTE**. Universidade Federal da Paraíba–UFPB. v. 22, n. 2, p.44-59, 2013.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de caso como Modalidade de Pesquisa *The Case Study as a Research Mode*. **Revista SOCERJ**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ. v. 20, n.5, p. 383-386, set./out., 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 2 out. 2016.

ANEXO A- Resolução UNIV N° 9 de dezembro de 2006**RESOLUÇÃO UNIV N° 9 DE 26 DE ABRIL DE 2006.**

Aprova a reserva de vagas nos Processos Seletivos da Universidade Estadual de Ponta Grossa para candidatos oriundos de Instituições Públicas e para aqueles que se autodeclararem negros.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 26 de abril de 2006, *considerando*

as decisões do plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do dia 21 de março de 2006 e dia 12 de abril de 2006;

a aprovação do Conselho de Administração na reunião do dia 17 de abril de 2006; e,

considerando mais, os termos do expediente autuado na Secretaria da Reitoria – Protocolo Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo nº 0421/2005*, aprovou e eu, Reitor da UEPG, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica estabelecido que os percentuais aplicáveis ao sistema de cotas serão proporcionais à quantidade de inscritos por curso, na condição de estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino ou de estudantes negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino.

§ 1º No mínimo, 10% das vagas de cada curso de graduação ofertadas pela UEPG em seus processos seletivos, será reservado a candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino.

§ 2º No mínimo, 5% das vagas de cada curso de graduação ofertadas pela UEPG em seus processos seletivos, será reservado a candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, que se autodeclararem negros.

§ 3º Entende-se por Instituições Públicas de Ensino aquelas mantidas pelo poder público, em suas esferas municipal, estadual ou federal.

RESOLUÇÃO UNIV Nº 9 DE 26 DE ABRIL DE 2006.
Fl. 2

§ 4º Não poderão concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas os candidatos que já tenham concluído curso superior, condição esta que deverá ser objeto de declaração específica a ser firmada no ato da inscrição.

§ 5º O candidato que optar por uma forma de reserva de vagas, será automaticamente excluído das demais.

Art. 2º Entende-se por estudante oriundo de escolas públicas, aquele que realizou o 3º e 4º Ciclos (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental e o Ensino Médio em escola pública, havendo tolerância para até 2 (dois) anos cursados em outra escola não pública, exceto no Ensino Médio.

Art. 3º Considera-se negro o candidato que assim se declarar e apresentar traços físicos característicos deste grupo étnico.

Art. 4º Os percentuais aplicáveis ao sistema de cotas serão definidos após o término das inscrições de cada processo seletivo, nos limites mínimos definidos no § 1º do Art. 1º.

Art. 5º O percentual de vagas definido no Art. 1º deverá vigorar por um período de 8 (oito) anos letivos, contados a partir do ano letivo de 2007.

Art. 6º Dentro do prazo fixado no Art. 5º, os limites mínimos definidos no § 1º do Art. 1º serão aumentados:

I - 5% a cada ano para estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino;

II - 1% a cada ano para estudantes negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino.

Art. 7º As vagas não preenchidas através do sistema de cotas serão remanejadas da seguinte forma:

I - da cota reservada para negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino para a cota de alunos oriundos de Instituições Públicas de Ensino;

II - da cota de alunos oriundos de Instituições Públicas de Ensino para o sistema universal.

RESOLUÇÃO UNIV Nº 9 DE 26 DE ABRIL DE 2006.
Fl. 3

Art. 8º Deverá ser composta uma Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação de implementação da política de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Art. 9º O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE indicará uma comissão para homologar a matrícula dos candidatos que se autodeclararem negros, após verificação dessa condição, conforme descrito no Art. 3º desta Resolução.

Paulo Roberto Godoy
Reitor

ANEXO B- Resolução UNIV N° 17 de 09 de dezembro de 2013**RESOLUÇÃO UNIV N° 17 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Aprova as normas relativas à reserva de vagas ofertadas nos Concursos Vestibulares dos Cursos de Graduação presenciais da Universidade Estadual de Ponta Grossa para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino e para aqueles que se autodeclarem negros.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nas reuniões realizadas nos dias 25 de novembro, 2 e 9 de dezembro de 2013, *considerando* os termos do expediente autuado no Protocolo Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo n° 19.163/2013*, aprovou e eu, Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica estabelecido que das vagas ofertadas nos Concursos Vestibulares para ingresso nos Cursos de Graduação Presenciais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, serão reservadas, pelo sistema de cotas, por curso e turno, o percentual de 50% (cinquenta por cento) aos candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, embutindo, dentro deste percentual, 10% (dez por cento) aos candidatos que se autodeclarem negros.

§ 1º Entende-se por Instituições Públicas de Ensino aquelas mantidas pelo poder público, em suas esferas Municipal, Estadual ou Federal.

§ 2º Considera-se negro o candidato que declarar que pertence a este grupo étnico.

Art. 2º A declaração do candidato negro será feita em formulário próprio do qual constará a advertência de que a falsa declaração implicará a exclusão do processo de seleção, a impossibilidade de concorrer novamente às vagas reservadas ao sistema de cotas e o cancelamento de matrícula de eventual curso no qual tenha ingressado pelo sistema de cotas.

§ 1º Constará do Termo de Advertência de que a falsa declaração constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal.

RESOLUÇÃO UNIV Nº 17 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013.

Fl. 2

§ 2º A UEPG reserva-se o direito de solicitar comprovação da condição declarada a qualquer tempo.

Art. 3º Não poderá concorrer às vagas reservadas pelos Sistemas de Cotas o candidato que tenha ingressado por Sistemas de Cotas em Curso Superior, ou tenha Curso Superior em andamento ou concluído, condição esta que deverá ser objeto de declaração específica a ser firmada no ato da inscrição.

Parágrafo único. A falsa declaração implicará a exclusão do processo de seleção, a impossibilidade de concorrer novamente às vagas reservadas ao sistema de cotas e o cancelamento de matrícula de eventual curso no qual tenha ingressado pelo sistema de cotas.

Art. 4º Os percentuais aplicáveis ao Sistema de Cotas não contemplarão:

I - os Processos Seletivos Seriados – PSS, em todas as suas execuções em séries;

II - os Processos Seletivos dos Cursos de Graduação ofertados a distância.

Art. 5º Será considerado estudante oriundo de Instituições Públicas de Ensino aquele que tenha cursado integralmente, e de forma exclusiva, o Ensino Fundamental e Médio em escola pública.

Art. 6º O quantitativo de vagas, por curso e por turno, será definido anualmente e constará expressamente em ato oficial próprio e materiais de divulgação da UEPG.

Parágrafo único. Nos casos em que os percentuais aplicados representem quantitativo inferior a uma vaga estes serão ajustados/remanejados em favor do Sistema de Cotas.

Art. 7º As vagas não preenchidas através do Sistema de Cotas serão remanejadas para o Sistema Universal.

RESOLUÇÃO UNIV Nº 17 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013.

Fl. 3

Art. 8º As cotas de 50% (cinquenta por cento) das vagas aos candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, será aplicada a partir do concurso vestibular para o preenchimento das vagas destinadas ao ano letivo de 2015.

Art. 9º A Política de Cotas definida nesta Resolução deverá vigorar por um período de 8 (oito) anos letivos, reavaliada pelo Conselho Universitário após 4 (quatro) anos de aplicação.

Art. 10. Será mantida a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação de Política de Cotas da UEPG.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas,
Reitor.

ANEXO C- Termo de Aprovação do projeto emitido pela COEP da UEPGUNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG

Jb. 07

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Título da Pesquisa:** Discurso e Poder: Análise das Disputas a cerca das Ações Afirmativas na UEPG**Pesquisador:** Daiane Franciele Moraes de Quadros**Área Temática:****Versão:** 3**CAAE:** 55253416.9.0000.0105**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 1.644.685**Apresentação do Projeto:**

No final do ano de 2013 houve na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) grande repercussão a respeito da polêmica da redução de vagas reservadas no processo seletivo de vestibular para candidatos oriundos de escolas públicas, afrodescendente e universal. Portanto, a presente proposta de pesquisa que será desenvolvido como dissertação de mestrado no programa de pós- graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade da UEPG, como objetivo geral compreender como a interferência dos grupos sociais e da comunidade universitária contribuiu para as mudanças que resultaram na Resolução UNIV. No 17 de 9 de dezembro de 2013. Para este fim, contextualizar-se-á a elaboração de todo o trabalho que resultou nesta proposta investigando as articulações e manifestações que contribuíram para que os movimentos sociais fossem ouvidos na reunião do Conselho Universitário de 02 de dezembro de 2013. E por último se realizará uma análise crítica dos discursos sobre o debate de cotas no Conselho Universitário de 2013 presentes em vídeos, fotografias, entrevistas, pautas das reuniões e da cartilha informativa sobre a política de cotas elaborada pela instituição. Por conseguinte, esperamos oferecer como benefícios desta pesquisa, contribuições para as discussões a cerca das políticas de ações alternativas, e reflexões para o aprimoramento e quebra de tabus que giram em torno da temática de cotas raciais.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar os discursos e encaminhamentos presentes nos embates que resultaram na Resolução

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 100.**Bairro:** Uvaranas**CEP:** 84.030-900**UF:** PR**Município:** PONTA GROSSA**Telefone:** (42)3220-3108**E-mail:** coep@uepg.br

Continuação do Parecer: 1.644.685

UNIV. No 17 de 9 de dezembro de 2013

Objetivo Secundário:

Contextualizar a elaboração da atual Resolução. Investigar as articulações e manifestações que contribuíram para que os movimentos sociais fossem ouvidos na reunião do Conselho Universitário de 02 de dezembro de 2013. Realizar uma análise crítica dos discursos sobre o debate de cotas no Conselho Universitário de 2013 presentes nos áudios e pautas oficiais das reuniões, buscando caracterizar os embates presentes. Analisar os materiais derivados da reunião COU como vídeos, reportagens, panfletos, fotografias, entrevistas e a criação da cartilha informativa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Esta pesquisa tem como eixo principal a análise crítica do discurso de Djik (2008) enfatizando questões raciais dentro de um sistema social de desigualdade racial, pois será investigado e contextualizado um conflito de grande repercussão que ocorreu dentro de uma IES pública brasileira, que seria uma eventual exclusão das cotas raciais. A principal característica deste fato ocorrido dentro da instituição é a forte presença do combate ideológico que houve entre entidades que defendiam a manutenção das cotas na UEPG e outros que em divergência, apoiavam a exclusão das cotas raciais na instituição, entidades estas como: o movimento Negro, MST, corpo discente e docente, SINDUEPG, o Sindicato das escolas particulares da região e os próprios membros do Conselho. E como o objetivo principal deste trabalho, é analisar os registros e relatos sobre os encaminhamentos e embates que repercutiram nos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário que ocorreram na UEPG no final do ano de 2013, pois pretendemos ouvir os dois lados, tanto quem defende as cotas como os que são terminantemente contra. Visando este objetivo, um risco que esta pesquisa pode causar é o fato de que como o tema deste trabalho são as cotas raciais, infelizmente as pessoas que eram ou ainda são contra as cotas e participaram das reuniões do Conselho Universitário de 2013 não aceitem em nos fornecer entrevistas por constrangimento ou mesmo receio de ser censurado pelo pesquisador e pela pesquisa por causa de seu ponto de vista. Também pode acontecer que as entrevistas da metodologia não ocorram, dependendo dos desdobramentos deste trabalho, pois imprevistos sempre acontecem e não nos é possível prever a disponibilidade das pessoas em colaborar, havendo também a possibilidade de conseguirmos poucas ou até mesmo nenhuma entrevista. Sendo algo que comprometeria a qualidade da metodologia deste trabalho que é completamente qualitativa, pois por mais que tenhamos um vasto campo de possibilidades de materiais para análise como: fotografias, notícias, vídeos, reportagens, panfletos, gravações, atas, cartilhas e etc.,

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 1.644.685

as entrevistas enriquecem ainda mais o trabalho.

E como último risco que a pesquisa poderia vivenciar, seria alguma divergência ou contestação da instituição ou até mesmo dos participantes quanto àquilo que foi analisado seguindo nosso eixo teórico nos estudos da análise do discurso, principalmente nas falas das gravações das reuniões, pois inicialmente a instituição pesquisada hesitou em nos fornecer os áudios, porém depois a mesma voltou atrás concedeu-nos tal permissão sob a condição do cadastramento do projeto nesta plataforma.

Acreditamos que esta pesquisa por pertencer à área de conhecimento de Humanas, Linguística, Letras e Artes, fazendo parte dos estudos da linguagem com ênfase nas relações raciais e educação de nível superior no Brasil, este torna-se mais um dos escassos trabalhos que no âmbito acadêmico discute tais temáticas. Pois, diante de nosso atual contexto de crescente democratização do ensino de nível superior no Brasil torna-se importante que a universidade além de pesquisar e refletir sobre a escola, também desenvolva pesquisas acadêmicas sobre problemas e desafios enfrentados por ela mesma, para assim investir cada vez em um ensino mais inclusivo, maior qualidade na formação acadêmica discente e principalmente, na formação de professores. Quanto à outra temática de nossa pesquisa, relações raciais, acreditamos que esta pesquisa junto com outras pesquisa já desenvolvidas ajudará a romper com o mito da democracia racial fortalecendo a promoção de políticas públicas de combate à desigualdade social e racial que abala a população negra no Brasil. Por este motivo, Lei 10.639/03 institui que em todas as instituições de ensino no Brasil abrangendo todos os níveis da educação, que seja promovido um ensino que insira estudos da cultura afro-brasileira e africana. Assim como também consta no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana também abrange que na educação de nível superior também deveriam ser promovidas pesquisas nas universidades sobre tais temáticas. E como último benefício que este trabalho poderá proporcionar, acreditamos que esta pesquisa de mestrado poderá influenciar no futuro da renovação da política de cotas da UEPG, pois no banco de teses e dissertações de mestrado da CAPES encontramos somente uma dissertação de mestrado que até hoje analisou a UEPG em específico. E por este motivo, acreditamos que o desenvolvimento de mais pesquisas sobre as ações afirmativas dentro da instituição influenciará para que no futuro as cotas na UEPG novamente não sejam banidas sem a presença da comunidade acadêmica e prevenindo mais situações de conflitos da mesma dimensão destes que ocorreram no COU de 2013.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

ps. 10

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 1.644.685

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa será de base qualitativa, porque haverá levantamento de informações de caráter subjetivo e exploratório que se cumprirá através análise crítica dos discursos das pautas das reuniões do Conselho Universitário de 2013, memórias que foram divulgadas pela internet e entrevistas com membros dos grupos de trabalhos, movimentos sociais, representantes do SINDUEPG, corpo discente e etc. Primeiramente iremos cadastrar a pesquisa no Comitê de Ética da Capes. Em seguida, protocolaremos junto à Pró-Reitoria da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) um ofício solicitando as pautas das reuniões e gravações do Conselho Universitário de 2013. Iremos adquirir as duas versões da cartilha informativa elaborada pela instituição. Será realizado um levantamento de dados nas redes sociais e em geral pela internet, de todas as memórias que foram registradas e publicadas sobre o Conselho, como: vídeos, notícias, reportagens, panfletos, fotografias e etc. Através da junção de todo este material, identificaremos os sujeitos que participaram de todo o processo que culminou na atual Resolução como: membros de grupos de trabalho, corpo estudantil, professores, funcionários da instituição, representantes de movimentos sociais e SINDUEPG. Entraremos em contato com estes, a fim de conseguir entrevistas. As entrevistas com os sujeitos poderão ser realizadas pessoalmente por telefone, internet e etc... Nesta etapa da metodologia, será solicitado aos membros que aceitarem participar desta pesquisa que eles relatem sobre suas lembranças e experiências de tudo o que ocorreu durante as reuniões dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário da UEPG no final do ano de 2013 narrando sobre como foi o andamento do processo, fatos importantes que ocorreram ao longo daqueles dias, como foram as manifestações públicas que eles presenciaram, a nova votação, a atual resolução e principalmente qual é o ponto de vista deles acerca do papel das cotas e das ações afirmativas na universidade e na sociedade brasileira. Após esta etapa de pesquisas, transcrições das gravações, entrevistas e etc. partiremos para análise crítica dos discursos presentes em todos estes materiais a fim de caracterizar nos discursos quais foram os embates sobre as cotas que repercutiram no Conselho Universitário de 2013.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- apresenta folha de rosto adequadamente preenchida.
- apresenta TCLE adequado à realização da pesquisa.

Recomendações:

Ao final da pesquisa, o responsável deve enviar relatório à COEP via Plataforma Brasil, para evitar pendências junto à COEP e PROPESP.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

f. 11

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 1.644.685

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não se aplica.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao final da pesquisa, o responsável deve enviar relatório à COEP via Plataforma Brasil, para evitar pendências junto à COEP e PROPESP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_682412.pdf	05/07/2016 11:57:34		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_consentimento.pdf	05/07/2016 11:56:53	Daiane Franciele Morais de Quadros	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	05/07/2016 11:56:06	Daiane Franciele Morais de Quadros	Aceito
Parecer Anterior	Parecer_anterior.pdf	05/07/2016 11:55:34	Daiane Franciele Morais de Quadros	Aceito
Folha de Rosto	Documento_digitalizado.pdf	24/05/2016 14:22:22	Daiane Franciele Morais de Quadros	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 22 de Julho de 2016

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador)

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br